





CRENCIAMENTO E APOIO FINANCEIRO:
PROGRAMA DE APOIO ÀS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS PERIÓDICAS DA USP
COMISSÃO DE CRENCIAMENTO

Revista USP / Superintendência de Comunicação Social
da Universidade de São Paulo. – N. 1 (mar./maio 1989) -
- São Paulo, SP: Universidade de São Paulo, Superintendência
de Comunicação Social, 1989-

Trimestral.

Continuação de: Revista da Universidade de São Paulo

Descrição baseada em: N. 93 (2012)

ISSN 0103-9989

1. Ensaio acadêmico. I. Universidade de São Paulo.
Superintendência de Comunicação Social

CDD-080

dossiê bicentenário da independência: cultura e sociedade

5 Editorial

9 Apresentação *Maria Arminda do Nascimento Arruda*

13 O sequestro da Independência *Lilia Moritz Schwarcz*

33 Outros modernismos – uma questão de mérito, não de ritmo *Luís Augusto Fischer*

47 Um pensamento social negro brasileiro, após os anos 1930 *Mário Augusto Medeiros da Silva*

63 A questão nacional no Centenário da Independência: uma nação em busca da modernidade
Marly Motta

77 O Brasil na América Latina *Alejandro Blanco e Luiz Carlos Jackson*

97 Questão nacional e Independência do Brasil: um problema de 200 anos *João Paulo Pimenta*

111 O desencanto republicano e a reinterpretação da Independência *José Leonardo do Nascimento*

123 As circunstâncias da Independência e a formação do poder do atraso *José de Souza Martins*

133 Posfácio digressivo *Sergio Miceli*

textos

143 Viagens pelo Rio Babel: os missionários jesuítas e a narração da Amazônia no século XVII
Fernanda Santos

155 Fernand Braudel e a Universidade de São Paulo *Lincoln Secco*

167 Nelly Novaes Coelho: história de amor entre uma vida e uma obra *Maria Zilda da Cunha*

arte

172 ONU, ordem global e autonomia da arte: de Portinari a Rauschenberg *Christiane Wagner*

livros

189 O sentido da participação social na cultura *Juca Ferreira*

195 Luz aguda em pontos cegos *Julio Augusto Xavier Galharte*

A **revistausp** é uma publicação trimestral da Superintendência de Comunicação Social (SCS) da USP. Os artigos encomendados pela revista têm prioridade na publicação. Artigos enviados espontaneamente poderão ser publicados caso sejam aprovados pelo Conselho Editorial. As opiniões expressas nos artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor CARLOS GILBERTO CARLOTTI JUNIOR

Vice-reitora MARIA ARMINDA DO NASCIMENTO ARRUDA

SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Superintendente EUGÊNIO BUCCI

revistausp

Editor JURANDIR RENOVATO

Editora de arte LEONOR TESHIMA SHIROMA

Revisão MARIA ANGELA DE CONTI ORTEGA
SILVIA SANTOS VIEIRA

Secretária MARIA CATARINA LIMA DUARTE

Colaborador MARCOS SANTOS (fotografia)

Especial Bicentenário da Independência

LUIZ ROBERTO SERRANO (idealização e coordenação)

MARCELLO ROLLEMBERG (coordenação)

MARCIA BLASQUES (coordenação)

Conselho Editorial

ALBÉRICO BORGES FERREIRA DA SILVA

CICERO ROMÃO RESENDE DE ARAUJO

EDUARDO VICTORIO MORETTIN

EUGÊNIO BUCCI (membro nato)

FERNANDO LUIS MEDINA MANTELATTO

FLÁVIA CAMARGO TONI

FRANCO MARIA LAJOLO

JOSÉ ANTONIO MARIN-NETO

OSCAR JOSÉ PINTO ÉBOLI

Ctp, impressão e acabamento

Gráfica CS

The logo of the University of São Paulo (USP), consisting of the letters 'USP' in a stylized, bold, white font.

Rua da Praça do Relógio, 109 – Bloco L – 4º andar

CEP 05508-050 – Cidade Universitária – Butantã – São Paulo/SP

Telefax: (11) 3091-4403

www.usp.br/revistausp

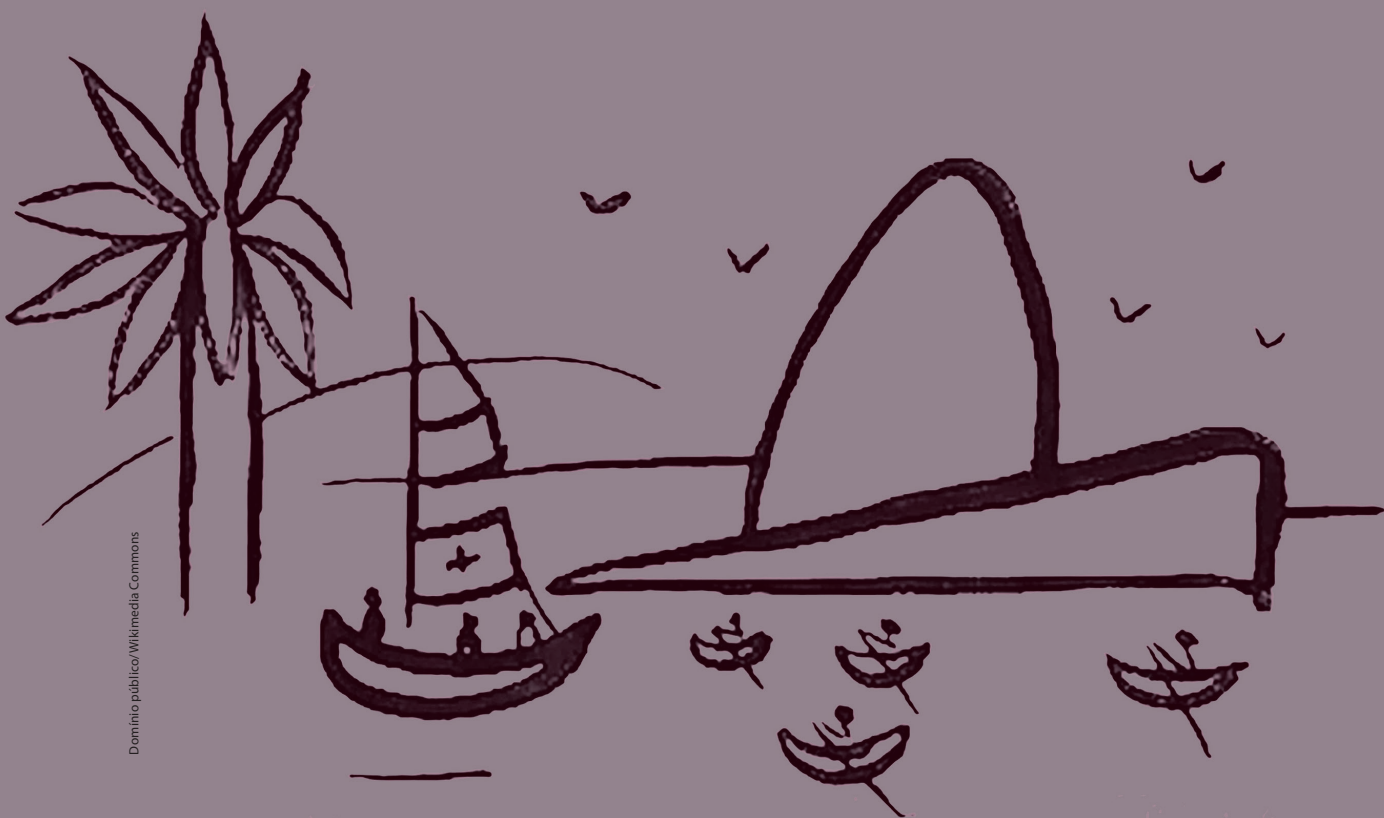
e-mail: revisusp@usp.br

Dando continuidade ao Especial Bicentenário da Independência, a **Revista USP** publica agora “Cultura e Sociedade”. Não seria o caso, aqui, de tentar definir essas duas palavras, que ora se aproximam a ponto de por vezes se confundirem, ora se afastam no sentido, quase sempre, de se complementarem; não seria fácil nem produtivo, ainda mais quando tomadas sob o ponto de vista de uma experiência histórica única e fundamental, como a Independência brasileira, experiência esta que, sob diversos aspectos, interferiu na cultura e na sociedade brasileira.

Esse pensamento nos inspirou quando convidamos a professora Maria Arminda do Nascimento Arruda, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas e atual vice-reitora da USP, para organizar o segundo número. Para nossa alegria, ela imediatamente se mostrou bastante receptiva à ideia, e nos enviou o que chamou de um “projeto de edição”. Logo percebemos que o que tínhamos em mãos era bem mais que isso; na verdade, o texto que recebemos e que consta na abertura deste dossiê já é por si só uma bela e lúcida reflexão, uma espécie, por assim dizer, de tiro de largada a toda gama de discussões que os artigos seguintes iriam desenvolver.

Como ela diz na apresentação, “não é tarefa simples construir um projeto de edição que contemple dois séculos de produção cultural, capaz de percorrer o período que medeia desde a Independência política do Brasil, em 1822, aos dias atuais”. De fato, temos de concordar, é uma tarefa das mais espinhosas, sobretudo se levarmos em conta a embolada de efemérides deste ano, para usar a expressão de Sergio Miceli em seu posfácio ao dossiê. Apesar de toda dificuldade, no entanto, como o leitor verá nas páginas seguintes, o resultado é surpreendente.

Jurandir Renovato



Dominio público/Wikimedia Commons

bicentenário da independência: cultura e sociedade

Apresentação

Duzentos anos de cultura

Maria Arminda do Nascimento Arruda

Não é tarefa simples construir um projeto de edição que contemple dois séculos de produção cultural, capaz de percorrer o período que medeia desde a Independência política do Brasil, em 1822, aos dias atuais. E isso, por inúmeros motivos, dos mais substantivos, que pressupõem pensar conceitualmente a existência de uma cultura nacional, tomada de maneira integrada, caracterizada em termos identitários, ou de modo relativo, reconhecendo as múltiplas dimensões e os variados contextos sociais a serem contemplados pelo elenco dos temas e setores da produção cultural selecionados. Se as discutíveis questões identitárias possuem vasta fortuna crítica, o índice dos assuntos a conformar o conjunto é discutível e incerto, a depender dos critérios utilizados para compor o inventário.

Dito de outro modo, há sempre algo de arbitrário na construção do elenco, embora possa haver algum consenso sobre certas permanências temáticas, a exemplo dos denominados, por Antonio Candido, intérpretes do Brasil, os conhecidos ensaístas modernos de 1930, representados pelas obras *Casa-grande & senzala*, de Gilberto Freyre (1933), *Evolução política do Brasil*, de Caio Prado Jr. (1934), e *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda (1936). Embora toda construção de cânones contenha traços de arbitrariedade, por manifestar as próprias concepções de quem os concebe, no caso de Candido, o da valorização do Modernismo, o ensaísmo crítico representou, de fato, ruptura; menos em relação aos problemas que tratou – a viabilidade de um país como o Brasil, recém-independente, mes-

MARIA ARMINDA DO NASCIMENTO ARRUDA
é vice-reitora da USP e professora titular da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP

tiço e repleto de fragilidades, construir os suportes de uma civilização moderna nos trópicos. Se tal problemática já havia perseguido a intelectualidade anterior, a exemplo de autores como Joaquim Nabuco, Silvio Romero, Manoel Bomfim, Oliveira Vianna e mesmo Euclides da Cunha, a geração de 1930 distinguiu-se por conceber uma imagem *positivada* do Brasil, vista não na perspectiva lacunar, ou das debilidades que obstavam o nosso caminho rumo à civilização moderna, mas dos traços que nos caracterizavam.

Independentemente do modo como o país foi imaginado, a partir da *mestiçagem* em Gilberto Freyre, da *cordialidade* em Sérgio Buarque de Holanda, ou da persistência do *sentido da colonização* em Caio Prado Jr., os chamados intérpretes tornaram-se marcos do pensamento social brasileiro, a explicar a inesgotável bibliografia a respeito desses autores, produzida por seguidas gerações de pesquisadores. Inauguraram uma linhagem intelectual que frutificou, desdobrando-se nas obras sobre a formação do Brasil, como país, como nação, como cultura. Nesse sentido, são parte integrante na construção de um elenco sobre a produção cultural que modelou a nossa autoimagem, pelo menos enquanto vigerem as nossas hesitações civilizatórias.

As relações entre a cultura e a constituição do Brasil são extremamente complexas. Em termos precisos, refere-se ao modo como intelectuais e artistas, sob as mais diversas orientações ideológicas, pensaram o país e conformaram uma ideia de nação. Nas palavras de Fernand Braudel, ao tratar da identidade da França, “uma nação em processo de se fazer,

ou de se refazer, não é uma personagem simples, ‘uma pessoa, como dizia poeticamente Michelet’”¹. Apesar da diversidade interna das nações, não há como concebê-las sem admitir, de saída, que “toda identidade nacional implica, forçosamente, uma certa unidade nacional, ela é como um reflexo, a transposição, a condição”². No caso dos países recém-constituídos no processo de ruptura dos laços coloniais, parece conveniente recuperar a imagem de Ernest Gellner sobre o período de emergência da nacionalidade, diverso da etapa posterior da sua consolidação: “O primeiro mapa assemelha-se a um quadro de Kokoschka. A explosão de vários pontos de cor é tal que não conseguimos distinguir claramente qualquer forma definida, embora a obra realmente a tenha. As diferentes partes da totalidade são caracterizadas por uma grande diversidade, pluralidade complexidade [...]”. O segundo “não se assemelha a Kokoschka, mas sim, por exemplo, a Modigliani. Existem muito poucas sombras; as superfícies planas estão nitidamente separadas umas das outras; é bastante claro o sítio em que uma começa e a outra acaba; existe pouca, ou quase nenhuma, ambiguidade ou sobreposição”³.

O trecho acima deixa entrever que a unidade nacional implica, dentre outros requisitos, a criação de um mapa íntegro e reconhecível por suas particularidades.

1 Fernand Braudel, *L'identité de la France. Espaces et Histoire*, Paris, Ed. Arthaud-Flammarion, 1986, p. 12.

2 Idem, *ibidem*, p. 17.

3 Ernest Gellner, *Nações e nacionalismo. Trajetórias*, Lisboa, Gradiva, 1993, pp. 202-3.

Nos termos dessa proposta, envolve compreender *o modo como a Independência foi vista e concebida pelos produtores da cultura*. Rigorosamente falando, a nação confunde-se com a existência das histórias nacionais, por sua vez revelação do papel dos intelectuais no curso da sua construção⁴. O processo de organização das instituições do Estado brasileiro, no momento da Independência, foi artificialmente idealizado por uma elite letrada que se inspirou nos modelos políticos dos países avançados. O historiador Fernando Novais, caracterizando as vias de passagem dos movimentos de ruptura do pacto colonial, inseriu a vertente brasileira na forma mais conservadora da emancipação, pois “mantém a monarquia e preserva a escravidão”⁵. Nas palavras lapidares de Euclides da Cunha, o Brasil caracteriza-se por ser “uma nacionalidade feita por uma teoria política”⁶.

O quiproquó resultante da aliança entre liberalismo e escravidão produziu o fenômeno, denominado por Roberto Schwarz, das “ideias fora do lugar”⁷. A formação do Estado foi um pacto de elites que excluiu quase todos os brasileiros, arranjo conservador que terá consequências inolvidáveis para a história da cultura. Em larga medida, a nossa vida intelectual seguirá um movimento pendular, ao mesmo tempo compro-

metida com a formulação dos princípios de uma nacionalidade que elidiu a maior parte dos seus habitantes e comprometida com a tarefa de conceber as bases da nação. Não por casualidade, o *pensamento brasileiro* expressou o dilaceramento constitutivo da nossa formação, presente na hesitação de um Euclides da Cunha, vacilando entre a defesa dos valores por ele identificados como civilizados e o reconhecimento da força do atraso, que germinou no terreno do descaso ao qual os sertanejos foram relegados.

Noutras palavras, a nação é uma realidade simbólica, é “um conceito sociocultural”, “uma comunidade política imaginada”⁸ por seus formuladores. As tradições nacionais são, assim, invenções culturais de formuladores, que se movimentam num solo histórico determinado e num espaço de projetos em disputas, campo no qual alguns acabam por se legitimar e formar a sensibilidade coletiva⁹. Tal raciocínio significa reconhecer as afinidades entre a vida intelectual de uma nação e as imagens difundidas a respeito dos atributos que a singularizam, a revelar que as ideias não são mero espelho, mas criam imagens que atuam na nossa sensibilidade. Reversivamente, essas construções não estão isentas de juízos de valor, revelando tanto as controvérsias dominantes, quanto os dispositivos diferenciais que as ani-

4 Cf. Bernard Guenée, *O Ocidente nos séculos XIV e XV (os estados)*, São Paulo, Pioneira/Edusp, 1981, pp. 66-7.

5 Fernando Novais, “Passagens para o Novo Mundo”, *Novos Estudos Cebrap*, n. 9, julho de 1984, p. 7.

6 Euclides da Cunha, *À margem da História do Brasil*, 3ª ed., Porto, Livraria Charbron, 1922, p. 237.

7 Roberto Schwarz, “As ideias fora do lugar”, in *Ao vencedor as batatas. Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*, São Paulo, Duas Cidades, 1977, pp. 13-28.

8 Benedict Andersen, *Comunidades imaginadas. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*, São Paulo, Companhia das Letras, 2009, pp. 30 e 32. Cf. também, do mesmo autor: *Nação e consciência nacional*, São Paulo, Ática, 1989.

9 Sobre a invenção das tradições, cf.: Eric Hobsbawm, “A invenção das tradições”, in Eric Hobsbawm; Terence Ranger, *A invenção das tradições*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

mam. Avaliar o maior ou menor êxito de cada vertente de pensamento não é tarefa simples, embora o critério da sincronia entre obras e projetos políticos vitoriosos, mesmo que críticos, possa lançar alguma luz sobre a proeminência adquirida por alguns em detrimento de outros.

Os ensaístas de 1930, apenas para retomar exemplos sobejamente conhecidos, escreveram sobre as possibilidades de realização da nossa modernidade, segundo registro modernista, no bojo do processo de modernização e de consolidação do Estado no governo de Getúlio Vargas. Explicitamente, o Modernismo era a linguagem coerente com aquele momento, pois tanto refletia sobre as possibilidades de realização do país moderno, quanto anunciava a emergência de um estilo de pensamento compassado com os desejos de uma intelectualidade cosmopolita, haja vista a geração *Clima* formada na Universidade de São Paulo, da qual Antonio Candido foi o representante mais proeminente. O chamado *paradigma da formação* – que modelou a vida intelectual brasileira, exemplificado no denso legado da nossa tradição ensaística da década de 1950 – está comprome-

tido com a reflexão sobre a constituição do moderno no país.

O enfrentamento dos problemas ocasionados no trânsito para o moderno espelhou-se em todas as linguagens da cultura: nas artes em geral, na literatura, na produção intelectual. Os estudos sobre a formação construíram um retrato do Brasil, o que não significa que tivessem abjurado a crítica. Mas, quando o fizeram, apresentaram um quadro razoavelmente coerente dos problemas da nossa constituição como nação, deixando na sombra outros projetos e excluindo personagens, como é o caso da ausência do Estado e do privilegiamento da escravidão doméstica em *Casa-grande & senzala*; da inexistência da escravidão em *Raízes do Brasil*; da cultura em *Evolução política do Brasil*. A recorrência dos trabalhos sobre a formação talvez resulte de uma história que caminhou no sentido da exclusão de camadas sociais e de vozes dissonantes, numa espécie de eliminação da pluralidade. Daí a questão de a formação parecer sempre inacabada, a despeito de *Formação da literatura brasileira* (1959), de Antonio Candido, finalmente ter se cumprido.

O sequestro da Independência

Lilia Moritz Schwarcz





resumo

O objetivo deste artigo é rever a “lenda dourada da Independência”, que toma o final pelo começo: a saída conservadora e monárquica como se fosse um dado inevitável. Não era, e vale a pena estruturar as bases dessa interpretação muito calcada na experiência do Sudeste – em especial Rio de Janeiro e São Paulo – e na elaboração da tela de Pedro Américo, chamada *Independência ou morte*, que foi, na verdade, um presente de filho para pai; uma tentativa de elevar a monarquia num momento de crise e que resultaria no seu final.

Palavras-chave: Independência do Brasil; Pedro Américo; monarquia.

abstract

*The objective of this article is to review the “golden legend of the independence”, which takes the ending by the beginning: the conservative and monarchical exit as an unavoidable fact. It was not, and it is worth structuring the bases of this interpretation, very much based in the experience of the Southeast – especially Rio de Janeiro and São Paulo – and in the elaboration of Pedro Américo’s painting, called *Independência ou morte* which was, actually, a gift from son to father; an attempt to elevate the monarchy in a moment of crisis and which would result in its end.*

Keywords: *Brazil’s independence; Pedro Américo; monarchy.*

HABEMOS INDEPENDÊNCIA

O processo de Independência brasileiro foi no mínimo paradoxal, ainda mais quando comparado com o de seus vizinhos latino-americanos. O Brasil se transformava numa quase anomalia: num império cercado de repúblicas por todos os lados. Também foi, no mínimo, singular, digamos assim, a “lenda da Independência” criada retrospectivamente. Nela, assegurava-se um processo contínuo, como se fosse destino certo, cujo ponto de partida era a elevação da colônia a Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves em 1815, quando a família real portuguesa, fugida das tropas de Napoleão Bonaparte, mudou-se provisoriamente para sua rica colônia tropical. Para completar, vale destacar como a recepção futura do 7 de setembro

guardou uma pintura, criada muitos anos depois do evento de 1822, como uma espécie de testemunho, um documento visual do ato de separação com a metrópole. Trata-se da tela de Pedro Américo chamada *Independência ou morte*, entregue ao Estado brasileiro apenas em 1888: um ano antes da Proclamação da República. O momento não era o mais adequado, e a obra teve que ficar fechada durante um bom tempo. Todavia, a saga do trabalho seria diferente. A pintura seria largamente explorada em vários momentos de nossa história, sobretudo nos anos da ditadura militar, que celebrou os 150 anos da Independência como se fosse um mérito seu,

Este artigo é em parte pautado no livro *Brasil: uma biografia* (São Paulo, Companhia das Letras, 2014), que escrevi em coautoria com Heloisa Starling.

LILIA MORITZ SCHWARCZ é professora do Departamento de Antropologia da FFLCH/USP e autora de, entre outros, *Lima Barreto: triste visionário* (Companhia das Letras).

e vinculou a figura fardada do príncipe Pedro I aos uniformes do Exército. A obra ajudou a criar, assim, um projeto de passado: um passado fardado.

O objetivo deste artigo é, pois, rever essa “lenda dourada da Independência”, que toma o final pelo começo: a saída conservadora e monárquica como se fosse um dado inevitável. Não era, e vale a pena estruturar as bases dessa interpretação muito calcada na experiência do Sudeste – em especial Rio de Janeiro e São Paulo – e na elaboração de uma tela que foi, na verdade, um presente de filho para pai; uma tentativa de elevar a monarquia num momento de crise e que resultaria no seu final.

ECOS DO ATLÂNTICO

Em 1814 a periclitante situação política europeia, tão marcada por anos de guerra, parecia finalmente normalizada: foi nesse ano que se deram os últimos confrontos entre forças aliadas e francesas e a derrota de Bonaparte. Tudo indicava o retorno da “velha e boa ordem” com o redobrado poder das realezas e o comando político da Santa Aliança, sobretudo nos territórios continentais europeus. Porém, na contramão das tendências da época, estava o domínio português no além-mar. O príncipe D. João, teoricamente apenas de passagem pelo Brasil, optou por postergar sua estada, até porque ia criando raízes em seu território americano. Afinal, o monarca português abriu os portos da colônia em 1808, elevara o Brasil à condição de Reino Unido em 1815, assim como, após a morte de d. Maria I em

1816, preparava-se para ser sagrado rei de Portugal, do Brasil e Algarves, com o título de d. João VI, tudo em plena colônia tropical (Lima, 1997, p. 21).

No entanto, em pouco tempo a situação mudaria completamente. No Brasil, insurreições como as de Minas em 1789, a da Bahia em 1798 e a de Pernambuco em 1817, entre outras, revelaram como os anseios por emancipação animavam modelos que começavam a ganhar um colorido local, a despeito das propostas serem profundamente diferentes. A essas alturas, a América inglesa estava praticamente independente, afora as ilhas do Mar das Caraíbas, a Guiana equatorial e o domínio gelado do Canadá. Na América espanhola, com exceção das Antilhas, a Independência já se delineava como realidade.

Ares revolucionários começavam a soprar também na própria metrópole portuguesa. Nos primeiros tempos da invasão francesa, em 1807, e sobretudo após o momento em que d. João declarara guerra a Napoleão, em 1º de maio de 1808, uma série de manifestações populares revelou adesão à monarquia dos Braganças, no lugar do jugo francês. A instabilidade política em Portugal foi agravada por mais duas invasões napoleônicas: uma em 1809 e outra em 1810, gerando mais aversão aos franceses. Todavia, após a última expulsão das tropas napoleônicas, no final da década de 1810, com a retomada da soberania lusa nada explicava a permanência do soberano na América. Diante disso, as antigas demonstrações de fidelidade irrestrita ao monarca por parte da população portuguesa deram lugar à indignação geral.

Para piorar, uma grande crise se abateu sobre o Estado português. A produção agrícola escasseava, o numerário esgotava-se, o papel-moeda perdia seu valor, assim como sumia o crédito internacional. Parte das elites locais julgava que para reerguer Portugal seria preciso deter o processo de autonomia do Brasil (Miranda, s/d, pp. 37-8). O fato é que, privado dos recursos de suas possessões ultramarinas, sem os lucros do comércio colonial e humilhado pela dependência em relação à Inglaterra, Portugal se descobriu ocupando um lugar periférico dentro do seu próprio sistema imperial. A crise, que era econômica e política, só seria amainada com um gesto de grande poder simbólico: a volta do rei.

Foi com esse espírito que em 1820 estourou a Revolução Liberal do Porto, erguendo duas grandes bandeiras de luta. O constitucionalismo, a proposta de criação do conjunto de leis fundamentais do Estado incluindo a definição do sistema geral de governo e a regulação dos direitos e deveres dos cidadãos – “Cortes e Constituição” era a palavra de ordem que reunia politicamente os portugueses. E a defesa da soberania monárquica que, nesse caso, significava o retorno imediato de d. João VI, senão de toda a família real. O movimento que começava a se delinear em Portugal inscrevia-se em um contexto mais amplo no qual se opunham duas correntes. A primeira defendia o ideal da “Regeneração” política que pretendia sacudir o despotismo português, com seus adeptos se organizando em torno das propostas de liberdade, constitucionalismo e liberalismo constitucional. A

outra corrente reivindicava o “Restauracionismo Realista”, projeto que pretendia a volta dos regimes monárquicos, conforme propunham a França e, sobretudo, uma coligação formada pela Rússia, Áustria e Prússia. Mais conhecida como Santa Aliança, ela se reuniu no Congresso de Viena entre 1814 e 1815.

Na conta desse ambiente bastante polarizado é que, em 1820, estourou em Portugal um movimento liberal, nacionalista e constitucional, com um propósito claro: reestruturar o Império luso-brasileiro, sob a luz do constitucionalismo, e manter em Portugal o centro político e administrativo desse mesmo Império. Aos olhos dos brasileiros, porém, esse propósito tinha outro significado político: indicava que a antiga metrópole continuava preocupada em garantir seus interesses coloniais. E o ambiente ganhou a colônia quando, em fevereiro de 1821, uma multidão reunida no Largo do Rossio, no Rio de Janeiro, exigiu o juramento da futura Constituição das Cortes de Lisboa.

Foi ficando evidente, porém, como a tentativa de recuperar a proeminência política de Portugal incluía suprimir os privilégios adquiridos pelo Brasil durante os 13 anos de permanência de d. João no Rio de Janeiro. Na realidade, a Revolução Portuguesa incluía um paradoxo. Irrompeu tardiamente, numa conjuntura europeia já sob os efeitos conservadores do Congresso de Viena, mas não deixou de introduzir ideias e práticas sociais novas. Também ambicionava erguer uma monarquia constitucional que encerraria o antigo regime, embora sustentasse na figura do rei o polo aglutinador de sua comunidade. Finalmente, e não menos

importante, seus adeptos preferiam a regeneração à ideia de revolução¹.

Em Portugal, o termo liberal vinha “das Cortes de Cádiz” – assembleia que, reunida na Espanha em 1810, pretendia a abolição do antigo regime – e servia para indicar um novo sujeito político. Um sujeito liberal, nesse momento, era aquele que desejava o bem da pátria: era amigo da ordem e das leis, acreditava que a opinião deveria ser livre e que ele teria o direito de influir na administração pública. Entravam nessa agenda política, também, noções como contrato, Constituição, autonomia e soberania parlamentar. Por fim, liberalismo nos termos da conjuntura portuguesa era conceito que permitia reconhecer o direito do outro, através da Constituição.

Por outro lado, coube à imprensa que se publicava no estrangeiro, mas em língua portuguesa, papel fundamental no sentido de conferir à causa revolucionária nova importância junto à opinião pública. Dos vários periódicos editados destacam-se o *Correio Braziliense* (dirigido por Hipólito José da Costa entre os anos de 1808 e 1822, editado na Inglaterra e proibido em Portugal entre 1811 e 1817), o *Investigador Português em Inglaterra* (fundado em 1812 com o objetivo de combater o *Correio* e que mudaria de orientação a partir de 1814); o *Português ou Mercúrio Político, Comercial e Literário* (o mais combativo e o mais censurado dos jornais portugueses publicados na Inglaterra) e o *Campeão Português ou o Amigo do Rei e*

do Povo (o mais doutrinário dos jornais e, apesar disso, proibido no ano de 1819).

Já d. João parecia imune a todo esse ambiente, preferindo permanecer em seu paço de São Cristóvão no Rio de Janeiro, mesmo se o preço fosse a adoção do regime constitucional em Portugal (Lima, 1997, p. 21). Em 1º de outubro as Juntas Provisórias anunciaram as primeiras medidas – reformas na administração, alterações na censura e a preparação para as eleições dos deputados que fariam a nova Constituição do Império. As Cortes foram definidas como núcleo de representação nacional, sendo as eleições regulamentadas. Firmados os objetivos da “Carta”, as Cortes constitucionais trataram de consolidá-los durante os anos de 1821 e 22, sem alterar os alicerces básicos da monarquia.

As primeiras preocupações dos deputados se concentraram, pois, no regimento interno das Cortes, na nomeação de comissões e no estabelecimento de um novo governo – a Regência. Os trabalhos começaram em 26 de janeiro com novas determinações: liberdade de imprensa, elaboração do código civil e criminal, abolição da Inquisição, redução do número de ordens religiosas e anistia aos presos políticos. No plano externo, a pretensão era conquistar todo o Império para o ideário da regeneração. Tanto que, no caso brasileiro, Pará e Bahia aderiram imediatamente à causa portuguesa.

Diferentes facções se digladiavam, no Brasil, em torno do tema. A volta do rei era defendida no Rio de Janeiro, sobretudo pelo “Partido Português”, formado basicamente por altas patentes militares, burocratas e comerciantes, interessados

1 Para a Revolução Portuguesa e suas consequências no Brasil, ver: Neves (2003).

no retorno ao antigo sistema colonial e na subordinação do Brasil à metrópole. Opunha-se a essa posição o “Partido Brasileiro”, constituído por grandes proprietários rurais das capitâneas vizinhas à capital, financistas, militares, burocratas e membros do Judiciário nascidos no Brasil e que começavam a delinear “um governo [...] independente de Portugal”. O terceiro partido, conhecido como “Democrata”, almejava “governos provinciais independentes” e incluía boa parte do clero e dos empregados públicos².

Não obstante, esses não eram exatamente partidos, mas antes correntes de opinião, grupos que guardavam os mesmos interesses. Na verdade, a noção de partido nesse momento traduzia uma concepção de grupos que se posicionavam a favor ou contra alguma prática política. Existia ainda certo conteúdo pejorativo porque o termo “partido” costumava aparecer associado a noções como facção, seita, bando e à formação de grupos partidários envolvidos em desordens públicas. Por fim, e ao longo dos anos de 1821 e 1822, o conceito começa a ser associado às insatisfações da época. De uma maneira geral, esses diferentes partidos se viram reduzidos a duas correntes: a primeira, dominante na capital do Brasil e composta de militares e comerciantes lusos que se mantinham fiéis às Cortes de Lisboa; a segunda, que caminhou na direção oposta e apostou na liderança de d. Pedro. Cresceria também nesse contexto o papel da maçonaria, a

qual funcionaria como articuladora política, catalisadora de descontentamentos e adepta, com o tempo, da segunda vertente (Fausto, 2001, p. 130)³.

D. João, por sua vez, nem consentia em voltar, nem lhe agradava a ideia de mandar a Portugal o filho Pedro (Sousa, 1988, p. 139). Nesse contexto passam a circular também os “papelinhos” ou panfletos, manuscritos e impressos fundamentais para a difusão de opiniões políticas⁴, que, nessa conjuntura, demonstram uma clara articulação entre a emergência da opinião pública e o surgimento de um novo vocabulário político. Tais documentos partiam sobretudo da Bahia e do Rio de Janeiro, e propunham a conscientização da população. Mas as posições não eram unívocas: a Bahia, cujo grosso do comércio era realizado diretamente com Portugal e África, não concordava com a “intromissão” inglesa e por isso mesmo apoiou a política das Cortes, ao menos num primeiro momento; já o Rio de Janeiro, grande beneficiário da política joanina, faria de tudo pela permanência de d. Pedro.

De toda maneira, no início de 1821, d. Pedro seria informado das decisões e sua partida, dada então como definitiva. Entretanto, com o estado avançado da gravidez de d. Leopoldina, e uma projetada separação dos dois, o príncipe não partiu. Os acontecimentos, porém, se precipita-

2 Ver Carvalho, Bastos & Basile (2012); Mariscal (1926).

3 Movimento que remonta provavelmente à Idade Média, a maçonaria chegaria ao período moderno como uma associação secreta, antiabsolutista e vinculada aos movimentos de emancipação nacional.

4 Ver Carvalho, Bastos & Basile (2012).

vam, e d. João viu-se obrigado a jurar a Constituição em fevereiro de 1821; seu derradeiro ato no Brasil. Os decretos de Lisboa de 7 de março determinaram não só o regresso do rei a Portugal – ficando o príncipe encarregado do Governo Provisório do Brasil.

O ambiente, que já era frágil, entornou. Em 21 de abril de 1821, na então Praça do Comércio, uma reunião de eleitores do Rio de Janeiro foi interrompida com gritos de “aqui governa o povo” e “haja revolução”. A multidão exigia que d. João VI jurasse a Constituição de Cádiz de 1812, e que permanecesse no país. Enquanto o vacilante rei mais uma vez aquiescia, seu filho reprimia violentamente a manifestação, cujas consequências ficariam relatadas no livro da viajante e preceptora dos príncipes, a inglesa Maria Graham, que lamentou as 30 mortes e os muitos feridos (Graham, 1990, p. 164). O prédio no centro da praça amanheceria no dia seguinte pichado, com os dizeres “Açougue dos Braganças!”.

E assim, em 26 de abril de 1821, parte o restante da família real, à exceção de d. Pedro e sua família, que ficavam como um braço da monarquia no Brasil. Com a corte partia um séquito estimado em 4 mil indivíduos – entre ministros, oficiais, diplomatas e suas famílias –, além dos deputados brasileiros.

D. Pedro, com seus 22 anos, permanecia no Brasil, herdando projetos políticos e grande desfalque⁵. A corte limpou os

cofres: transportou as arcas do tesouro e os cofres do Banco do Brasil (Varnhagen, 1957, p. 57). Só o rei carregou em ouro amodado e em barra mais de 60 milhões de cruzados. E isso sem falar nos diamantes que estavam, como penhor, nas casas fortes do Banco do Brasil.

O monarca desembarcaria em Lisboa no dia 4 de julho, não sem antes ter recebido as deputações da regência e das Cortes. As Cortes também proibiram a entrada de 11 conselheiros do rei, considerando-os “perigosos”. Na mesma data, o rei foi obrigado a nomear novo ministério, substituindo a regência, e assumiu a monarquia constitucional, que lhe dava um novo *status* político.

E se d. Pedro seria primeiro tratado como marionete nas mãos das elites brasileiras, logo arregaçou suas mangas. Em sua primeira proclamação, ao que parece redigida pelo Conde dos Arcos, o governo interino sinalizava para uma série de reformas na educação pública, na agricultura e no comércio, a despeito de deixar claro que exigiria o “respeito austero das leis e a vigilância constante”. As medidas práticas não eram muitas, mas o efeito, evidente.

Enquanto isso, as Cortes passaram a pedir uma representação brasileira a Portugal. A primeira reação foi de otimismo: não apenas o Rio e a Bahia, a nova e a velha capital do vice-reinado e do Reino Unido, se pronunciaram a favor do constitucionalismo. Até o Pará, que compunha uma província de administração separada, se entusiasmou pela revolução, que foi saudada como a implantação de um regime liberal que lutava contra o despotismo.

5 Citado por Morais (1982, p. 124).

Representantes de todo o mundo português seriam chamados a se reunir com o propósito de redigir e aprovar uma nova Constituição. As instruções das Cortes de 22 de novembro eram claras: todos os cidadãos eram considerados elegíveis à exceção dos conselheiros de Estado e dos empregados da corte real. Determinou-se, ainda, a representação de um deputado para 30 mil habitantes e o direito de o Brasil e as demais possessões ultramarinas participarem (Fausto, 2001, p. 130). Partiram 65 deputados (apesar de só 46 terem comparecido às sessões), para 100 de Portugal metropolitano, nove pelos dois círculos de ilhas adjacentes (Madeira e Açores) e sete pelas possessões africanas e asiáticas (Cabo Verde, Bissau e Cacheu; Angola e Benguela; S. Tomé e Príncipe; Moçambique; Goa; Macau, Timor e Solor) (Lima, 1997, pp. 149-50)⁶.

Os deputados de Pernambuco foram os primeiros a chegar a Lisboa, seguidos pelos deputados fluminenses e os da Bahia. Mas foi apenas a deputação de São Paulo⁷ que fez a lição de casa, levando instruções explícitas, onde se reconhecia a pena de José Bonifácio e seus temas prediletos: a abolição da escravidão e a catequese dos indígenas. Todavia, a intransigência das Cortes levou a uma

crecente resistência; para aqueles que viajaram a Portugal com a esperança de lá encontrar um debate sobre princípios da igualdade perante a lei e acerca dos direitos do Brasil, a realidade mostrava-se oposta (Fausto, 2001, p. 132).

Deste lado do Atlântico a situação era igualmente complicada. Enquanto em Pernambuco e na Bahia os grupos dirigentes tinham motivos mais imediatos para apoiar a política portuguesa, no Rio de Janeiro as elites políticas dividiam-se entre os grupos conservadores vinculados a Bonifácio e os mais radicais, que giravam em torno de Joaquim Gonçalves Ledo. Também o príncipe a essas alturas oscilava entre dar ouvidos às queixas locais ou mostrar sinais de fidelidade a seu pai⁸. O regente tinha ainda outros problemas pela frente: como sanear a situação financeira que herdara. As dificuldades estavam vinculadas às circunstâncias em que se deu a retirada da família real e eram agravadas pela situação do Banco do Brasil.

D. Pedro tinha também ímpetos românticos e políticos. Talvez por isso tenha se contagiado pela verdadeira mania nacionalista que começava a tomar conta de boa parte dos deputados brasileiros em Portugal, e já chegava ao Brasil. Essa mudança de espírito era insuflada pelas atitudes das Cortes, que, entre finais de setembro e outubro de 1821, expediram uma série de medidas que deixavam claros seus intentos: decidiu-se

6 Dados referentes às demais possessões ultramarinas retirados de: Marques (1986, pp. 58-9).

7 Eram cinco deputados pelo Rio de Janeiro, seis por São Paulo, um por Santa Catarina, nove pela Bahia, oito por Pernambuco, três pela Paraíba, três pelo Rio Grande do Norte, quatro pelo Ceará, dois pelo Piauí, dois pelo Maranhão, quatro pelo Pará, dois por Goiás, dois pelo Rio Grande do Sul, 11 por Minas e um pelo Espírito Santo. Havia ainda dois por Alagoas, dois por Rio Negro e um pela Cisplatina.

8 Carta de d. Pedro, de 8 de junho de 1821. Citada por Sousa (1988, p. 236).

pela transferência para Lisboa das principais repartições instaladas no Brasil; novos contingentes de tropas foram destacados para o Rio de Janeiro e em 29 de setembro é assinado decreto exigindo o retorno do príncipe regente. As Cortes também determinaram que as diferentes províncias do Brasil se transformariam em províncias ultramarinas de Portugal, desaparecendo o lugar político do Rio de Janeiro e a necessária permanência de d. Pedro (Martins, 1987, p. 185).

O ano de 1822 começou com muitas dúvidas e raras certezas. Não à toa o Partido Brasileiro concentrava esforços no sentido de assegurar a permanência de d. Pedro no Brasil⁹. Com o tempo, também a princesa se converteria em uma das grandes influências favoráveis à emancipação e à desobediência do regente para com as Cortes: Leopoldina parecia temer o constitucionalismo português, permanecendo fiel aos princípios do absolutismo.

Mas faltava o Partido Brasileiro sensibilizar o regente com um ato simbólico. O movimento partiu de Rio de Janeiro, São Paulo e Minas, e no dia 9 de dezembro, quando chegaram os decretos portugueses exigindo a volta imediata, criou-se o “Clube da Resistência”. Foi Gonçalves Ledo, do Partido Brasileiro, quem orientou o então presidente da Câmara para que entregasse a d. Pedro uma solicitação formal para que ficasse no Brasil. Ao mesmo tempo, logo no primeiro dia do

ano de 1822, o regente receberia carta de José Bonifácio pedindo que permanecesse e “não se tornasse escravo de um pequeno número de desorganizados”. No mesmo dia 9 de janeiro, d. Pedro recebeu no paço – numa audiência do Senado da Câmara – um requerimento tomado por mais de 8 mil assinaturas, que pediam para que ele não deixasse o Brasil.

Apesar da força dos atos, é preciso lembrar que boa parte das elites ainda desejava manter-se unida a Portugal, guardando-se, porém, as franquias já alcançadas. Essa posição advogada pelo ministério conservador, que defendia uma saída moderada e se aglutinava em torno de Bonifácio, contava com a oposição dos grupos radicais, que imaginavam um modelo diferente de representação mais republicano. A despeito das divisões entre os grupos, um processo mais estrutural e profundo ia se afirmando. É por isso que a contenda foi sendo decidida em duplo sentido – de dentro para fora, mas também de fora para dentro. Há quem diga que a essas alturas Portugal é que pretendia se livrar do Brasil e de suas provocações. O certo é que se começava a escrever, então, uma espécie de lenda dourada da Independência, na verdade construída sobretudo por Rio de Janeiro e São Paulo.

UMA INDEPENDÊNCIA MONÁRQUICA E CONSERVADORA

É possível especular que, se não fosse por conta da política das Cortes, com mais dificuldade teria se criado, no Brasil, um sentimento unificando as diversas provín-

9 Estas cartas de Leopoldina foram publicadas na *Revista do Instituto Histórico* sob o título “Cartas inéditas da 1ª Imperatriz d. Maria Leopoldina (1821-1826)” (RIHGB, vol. 75, tomo 126, parte II, 1912, pp. 109-27).

cias. Mesmo a mais consolidada divisão interna tende a ceder diante de um inimigo externo, fato que acabou levando à união das diversas províncias e das facções das elites brasileiras. É assim que se entende a criação de um exército brasileiro – Exército de 1ª Linha, como foi chamado – logo após as tropas portuguesas negarem-se a jurar fidelidade a d. Pedro, ou mesmo a formação de um novo ministério. Entre os muitos decretos destaca-se a proibição do desembarque da expedição de Francisco Maximiliano e Sousa, que, chegada ao Rio em 9 de março, pretendia transportar o príncipe de volta para Lisboa.

E a evolução foi rápida. Em fevereiro de 1822 a região Sul do Brasil já formava um só bloco político, estando Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e até Minas Gerais em concordância com relação à ideia de autonomia e à escolha do príncipe como figura central nesse processo. Impunha-se, assim, a Independência, muito embora, teoricamente unidas para a emancipação, as províncias continuassem divididas em seus interesses. Igualmente tensas eram as sessões das Cortes em Portugal, sendo os deputados brasileiros sujeitos a todo tipo de impedimento – vários deles, inclusive, não juraram a Constituição¹⁰.

No Brasil, a maçonaria, já presente na ocasião do “Fico”, foi crescendo. Por lá, as posições dividiam-se também entre os mais conservadores defendendo uma monarquia constitucional, com pequena

representação, e os mais extremados associando a Independência à ideia de república e do voto popular¹¹.

Com o acirramento do processo, d. Pedro é mais uma vez pressionado no sentido de convocar, em 3 de junho de 1822, uma Assembleia Constituinte. É nesse ambiente que em 3 de junho sai o decreto de convocação da Constituinte brasileira. O texto final era de José Bonifácio, mas as ideias eram, em grande parte, de Gonçalves Ledo. A palavra de ordem era “Independência moderada pela união nacional”, fórmula presente na proclamação de d. Pedro do dia anterior. Um novo ato assinado pelo príncipe fez com que o consentimento do Executivo central brasileiro se tornasse indispensável à validade das leis, ordens e resoluções que não paravam de chegar do governo de Portugal. Era o *cumpra-se* assinado em 4 maio de 1822. O certo é que o divórcio litigioso ia se consolidando. O manifesto de 1º de agosto, redigido por Gonçalves Ledo, mas atribuído a d. Pedro, anunciava a separação. “Brasileiros. Está acabado o tempo de enganar os homens [...]”¹².

Nesse momento, porém, a facção liberal de Gonçalves Ledo já havia perdido a liderança, tendo sofrido sua maior derrota em 19 de junho, quando não conseguiu impor a tese das eleições diretas para a Constituinte (Novais & Mota, 1996, p. 54).

10 *Correio do Rio de Janeiro*, nº 56, 19 de junho de 1822.

11 Para uma visão desse episódio e da atuação dos grupos mais radicais, ver: Leite (2000).

12 Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, ms. l, 36, 28, 009, p. 1. “D. Pedro I, Príncipe Regente. Manifesto de Independência. Rio de Janeiro, 1º de agosto de 1822”.

É obra do ministro o manifesto de 6 de agosto, quando prevaleceu a saída monárquica. “Perdido o Brasil, está perdida a monarquia”¹³, assim rezava o manuscrito moderado. Ainda nesse mês o príncipe decretou que as tropas da metrópole eram consideradas inimigas, além de recomendar aos governos provinciais não dar posse a empregados vindos de Portugal. Uma nova enxurrada de manifestos ia deixando claro como os projetos de autonomia viravam realidade. Faltava apenas o marco simbólico, e ele se daria em São Paulo.

“INDEPENDÊNCIA OU MORTE” NA REALIDADE E NA PINTURA DE PEDRO AMÉRICO

Um processo de ruptura carece sempre de um ato simbólico; um ato para ser lembrado. O mais inusitado, porém, é que, no caso da Independência, ele ficaria guardado na memória nacional sobretudo em função de uma tela, encomendada (aliás) pelo monarca Pedro II. O certo é que tardava o ritual, e ele aconteceria em São Paulo, como nem mesmo os Andradas – José Bonifácio e seus irmãos –, tão acusados de praticar um bairrismo paulista, poderiam sonhar.

Depois de ter contornado problemas nas províncias do Rio de Janeiro e de

Minas Gerais, d. Pedro partiu em 14 de agosto de 1822 para São Paulo, acompanhado de pequena comitiva. Nesse meio tempo, a princesa Leopoldina era empossada na regência: cabia a ela presidir o conselho de ministros e dar audiências públicas em lugar do esposo – sempre ao lado de José Bonifácio, o cabeça do gabinete.

O grupo vencia a viagem de maneira pausada, percorrendo em dez dias cerca de 630 quilômetros de distância entre Rio e São Paulo. Passaram a noite em fazendas em Areias, Lorena, Taubaté e Águas Brancas, recebendo tanto homenagens como críticas aos adversários dos Andradas. Mais à frente, ao pequeno grupo se juntou a guarda de honra; uma guarda de capacete de dragões e botas *à l’ecuyère* (botas de escudeiro). Outras pessoas foram aumentando a comitiva até a entrada em São Paulo, no dia 25 de agosto: cidade pequena, de ruas pouco extensas, estreitas e tortuosas, cujos habitantes, segundo o último alistamento censitário de 1822, não passavam de 6.920 almas. O príncipe partiu de São Paulo só no dia 1º com destino a Santos, de onde só retornaria na famosa manhã de 7 de setembro.

O objetivo de d. Pedro em São Paulo era apaziguar os ânimos depois da sublevação que ficou conhecida como a “Bernarda de Francisco Inácio”. O termo vinha de *bernardinas* e correspondia às portuguesas *bernardices*, relativas à tradição, em parte falsa, da ignorância e simplicidade dos frades beneditinos diante da reforma de S. Bernardo. No Brasil, “bernarda” tornou-se expressão corrente em 1821, sendo associada aos movimentos populares da Independência. A origem

13 BN/SOR C, 4, 1, “Manifesto do Príncipe Regente do Brasil aos governos e nações amigas. 6 de agosto de 1822”, in *Código Brasileiro ou Coleção das Leis, alvarás, decretos, cartas régias, etc. promulgadas no Brasil desde a feliz chegada do príncipe Regente Nosso Senhor a estes estados com um índice cronológico (1808-1837)*. Rio de Janeiro, Imprensa Régia, Tipografia Nacional e Imperial, 1811-1838.

estaria em uma frase proferida por Tomás Antônio Vilanova Portugal, denominando *bernarda*, tolice, asneira, a revolução constitucionalista do Porto em agosto de 1820. Os jornais da época divulgaram o dito, que se fixou no vocabulário popular também com o sentido de motim e revolta popular. A “de Francisco Inácio” era na verdade uma série de motins que estouraram depois de 1820, consequência da aguerrida política interna paulista e que atingia de perto José Bonifácio. O governador João Carlos Augusto Oyenahusen se juntou ao brigadeiro Francisco Inácio de Sousa Queirós e tomou partido contra Martim Francisco, o que gerou uma série de insurreições que levaram à queda do irmão de Bonifácio. Não é o caso de perseguir os meandros dessa história. É suficiente saber que o vínculo de d. Pedro com José Bonifácio era tal que o príncipe encarou a “Bernarda de Francisco Inácio” como um desafio à sua própria autoridade: deu a Martim Francisco o Ministério da Fazenda e resolveu visitar a província paulista a fim de aquietá-la, sempre em favor dos Andradas.

A viagem tinha, pois, objetivos políticos, mas a história tendeu a lembrar apenas do episódio que envolve d. Domitila de Castro Canto e Melo, filha do coronel João de Castro Canto e Melo. Domitila nascera em São Paulo e era quase um ano mais velha que o príncipe. Amargava as consequências de um casamento frustrado, e andava sofrendo com as dificuldades que seu marido vinha lhe impondo: acusada de adultério, tinha a guarda de seus três filhos reclamada. Não se sabe se ela possuía planos de pedir a intervenção do príncipe contra o ex-marido – tendo seu

acesso sido facilitado graças à presença de seu irmão na comitiva – ou se o primeiro encontro foi golpe de sorte.

Dito por não dito, conta a história que d. Pedro voltava de um bairro distante quando cruzou com uma bela mulher, que chegava carregada em uma cadeirinha por dois escravizados. O príncipe apeou do cavalo e saudou a desconhecida, cantando-lhe a beleza (Sousa, 1988, 2º vol., p. 33). Se nos fiarmos no que diz o anedotário histórico, parece que a mulher de Felício Pinto Coelho e o marido da princesa Leopoldina encontraram-se por acaso. Entretanto, até hoje não se explica o que fazia Francisco de Castro Canto e Melo na comitiva do príncipe. O que, sim, se sabe é como então se iniciava um dos capítulos amorosos mais famosos da história brasileira, e que contou com a diligente cumplicidade do irmão, mas também do pai, da mãe, dos irmãos, tios e primos de Domitila; todos regimento compensados com mercês, distinções e honrarias.

Mas a hora de voltar para o Rio aproximava-se e o retorno se faria sem grande alarde, mesmo porque a guarda especial de 30 jovens já havia sido dispensada e a missão do príncipe era, agora, cada vez menos oficial. Além do mais, a essas alturas, a separação política estava praticamente confirmada, restando apenas a formalidade do anúncio. Logo que o príncipe partira em viagem, em 14 de agosto, José Bonifácio emitira circular ao corpo diplomático em que declarava a emancipação. Faltava, entretanto, um evento que conferisse ao príncipe o lugar principal. O motivo veio fácil: em 28 de agosto chegava ao Rio o brigue Três Cora-

ções, trazendo as rotineiras más notícias de Lisboa: ordenavam a volta imediata do príncipe, o final de uma série de medidas que consideravam ser privilégios brasileiros e acusavam de traição os ministros que cercavam o regente.

Sob a presidência de Bonifácio, o conselho de ministros reunira-se no Rio de Janeiro e a conclusão era que chegara a hora. Tamanha era a pressa, que Bonifácio recomendou ao correio, Paulo Bergero, que juntasse quantos cavalos fossem necessários. A partir daí, o que é lenda e o que é verdade fica difícil de resolver; melhor nos fiarmos nos documentos.

As missivas não encontraram o príncipe, porém, em local nobre. O regente, que tinha vencido a serra de Cubatão montado numa besta baia gateada, envergava uma farda comum. Para piorar, lá pelo dia 7 de setembro, d. Pedro apresentava um estado de saúde que, embora não tivesse maior gravidade, era por certo desconfortável uma vez que não encontrava suas funções intestinais normalizadas, e de forma intermitente era obrigado a apartar-se da comitiva, alterar o ritmo da marcha e parar a fim de aliviar a dor repentina. Precisava “prover-se”, conforme definia um dos companheiros de viagem, o coronel Manuel Marcondes de Oliveira Melo¹⁴. O momento não era o mais indicado, mas o destino nem sempre escolhe hora certa.

Logo que soube da chegada dos emisários, Francisco de Castro Canto e Melo apressou-se a dar a notícia ao príncipe,

14 Citado por Sousa (1988, 2º vol., p. 36).

num lugar chamado Moinhos. O major e irmão de Domitila legaria um relato engrandecedor sobre o 7 de setembro¹⁵, centrando detalhes na figura do príncipe e na sua própria. Diante da notícia, d. Pedro teria saído em disparada em direção a São Paulo. No sentido oposto vinham os mensageiros de José Bonifácio, que o alcançaram “no alto da colina próxima do Riacho do Ipiranga”¹⁶. Foi, então, dizem os relatos, em cima de um pequeno declive de onde se podia avistar a pacata cidade de São Paulo, mais ou menos às 16 horas, que recebeu a correspondência das mãos do major Antonio Ramos Cordeiro. As cartas eram muitas: missivas de José Bonifácio, de Antônio Carlos, da princesa Leopoldina (uma de 28 e outra de 29 de agosto). D. Pedro teria, então, lido em voz alta os documentos que determinavam o final de seu ministério e a convocação de um novo conselho¹⁷.

Fez-se o ato. A cena aparece narrada em qualquer manual de história do Brasil, mas vale a pena recriar sua teatralidade. Convocado pelo momento, d. Pedro formalizou o que já era realidade: arrancou a fita azul-clara e branca (as cores constitucionais portuguesas) que ostentava no chapéu, desembainhou a espada

15 “Memória sobre a Independência do Brasil pelo Major Francisco de Castro Canto e Melo, gentil homem da Imperial Câmara”, 1864, *IHGB*, lata 400, doc.8.

16 “Memória de Canto e Melo”, 1864, *IHGB*, lata 400, doc.8. Ver também: “Fragmento de uma memória sobre a Independência do Brasil, onde se encontram alguns trechos sobre os serviços do Conselheiro José Joaquim da Rocha”, Arquivo Nacional, Códice 807, volume 3.

17 Citado por Sousa (1988, 2º vol., p. 33).

e gritou: “É tempo! [...] Independência ou morte! [...] Estamos separados de Portugal [...]”. No relato de Canto e Melo, a cena é semelhante, mas com os presentes “prestando juramento de honra que para sempre os ligava à realização da ideia grandiosa de liberdade”¹⁸. Grandiosa, a memória do irmão de Domitila tende, anos depois, a tomar o incerto como certo e a Independência como um evento popular.

Existe ainda a versão do padre Belchior Pinheiro, que afirmou ter lido as cartas para d. Pedro e que este lhe arrancara os papéis da mão e pisoteara-os. Então, seguindo os conselhos do bom amigo, logo se recompusera e, abotoando a farda, teria dito: “E agora, padre Belchior?”. Ao que esse teria respondido: “Se V.A. não se faz rei do Brasil será prisioneiro das Cortes e talvez deserddado por elas. Não há outro caminho senão a independência e a separação”. Ao que o príncipe reage: “Eles o querem, terão a sua conta. As Cortes me perseguem, chamam-me com desprezo de rapazinho e de brasileiro [...] pois verão agora quanto vale o rapazinho”. E continuou: “Amigos, as Cortes querem escravizar-nos e perseguem-nos. De hoje em diante nossas relações estão quebradas. Nenhum laço nos une mais!”.

Mais uma vez o *script* é um pouco diferente: “Laços fora, soldados! Viva a independência, a liberdade e a separação do Brasil”. E ainda: “Pelo meu sangue, pela minha honra, pelo meu Deus, juro fazer a liberdade do Brasil”. Como se vê, cada narrador chama para si o papel

de coadjuvante principal. Há pelo menos acordo quanto à divisa que a história guardou: “Independência ou morte” se transformaria – seja na versão pessoal de Belchior, seja na interpretação de Canto e Melo – no grande lema da ocasião. E ainda que a cena – acompanhada por cerca de 38 pessoas – não tenha de fato ocorrido dessa forma, a história trataria de construir sentido ao momento, sendo o mote repetido em São Paulo e no Rio, onde manifestações retomavam a legenda de *Independência ou morte*.

Façamos de longa história um breve relato. D Pedro foi acolhido no Rio de forma esfuziante e com as notícias crescendo¹⁹. A volta de d. Pedro foi bem mais rápida: se os correios venciam normalmente em nove dias o percurso que separava São Paulo da capital do país, o príncipe o fez em apenas cinco, tendo partido na madrugada do dia 9 e alcançado São Cristóvão no cair do dia 14. D. Pedro chegava castigado pelas chuvas, e trazendo um laço verde de fita no braço esquerdo (a cor dos Braganças), logo acima de um ângulo de metal dourado com o famoso lema gravado: Independência ou morte. No lugar do tope azul e branco instituído pelas Cortes, agora era o verde e o amarelo (cor da flor amarela recebida como presente de Domitila ou a cor da casa de Habsburgo) que se impunham. E o laço viraria moda, conforme atestam anúncios do *Volantim*, oferecendo fitas verde-amarelas e outros “adereços da Independência”. Crescia também o uso

18 “Memória de Canto e Melo”, 1864, *IHGB*, lata 400, doc. 8.

19 BN/PR SOR 92 (1), *O Espelho*.

do verde-amarelo inscrito na nova bandeira e nas armas. Circulava nas casas nobres, nos braços das elites e em objetos: xícaras, jarros, canecas, relógios de mesa, leques (Souza, 1999, p. 257).

A aclamação do primeiro imperador brasileiro no dia 12 de outubro teve agenda cheia: desfiles, acenos na varanda do palacete, *Te Deum* na capela imperial, beija-mão, teatros, touradas, danças, bailes, licores, banquetes, cavalhadas e pantomimas. No meio do Campo de Santana deu-se a cerimônia que levaria à mudança do nome do próprio local, desde então conhecido como Praça da Aclamação. Para além da diversão, o ritual procurava dar visibilidade ao soberano e estabelecia vínculos da comunidade com a nova realidade política. Era hora de tornar a data “memorável”, reconhecer o poder instituído e a figura de d. Pedro. Mas essa era uma emancipação singular no elenco das independências americanas que tinham gestado repúblicas e não monarquias. Além do mais, a emancipação chegava sem mudanças radicais e colocava no centro do poder um rei: um monarca português e da casa dos Braganças. Talvez por isso mesmo, criou-se uma espécie de “lenda da Independência” que reconta a epopeia a partir de uma série de fatos perfilados e encadeados, como se a saída imperial fosse a única possível. Não era; tanto que várias outras províncias não seguiram o exemplo de Rio e São Paulo, como a Bahia, que só aderiu à Independência em 1825, São Luís do Maranhão, que reconheceu a separação em agosto de 1823, e o Piauí, que derrubou o mito da separação política pacífica por conta da Batalha do Jenipapo, ocorrida no dia 13

de março de 1823, e que levou à morte de centenas de pessoas.

Além do mais, essa saída conservadora não era a única possível; aliás, ela foi vitoriosa no lugar de outros projetos mais radicais ou mesmo de natureza republicana. O processo emancipatório não se limita, pois, aos anos de 1820 a 1822; a fundação do Império a partir da concepção da construção do Estado unitário é uma versão criada por publicistas que participaram do debate da Independência e foi construída do ponto de vista do Rio de Janeiro e São Paulo. Em Pernambuco, por exemplo, sempre se discordou da direção do movimento, considerada muito centrada nos interesses cariocas²⁰.

O mesmo processo de silenciamento ocorre com as personagens femininas dessa história, que nunca ganham protagonismo. Maria Leopoldina, que era naturalista, conselheira política de d. Pedro I e articuladora da Independência, passou para a história como uma mulher traída ou como a cunhada de Napoleão Bonaparte. Domitila de Castro do Canto e Melo era conhecida no Primeiro Reinado por ter encantado o primeiro imperador do Brasil não só por seus dotes físicos, mas também por sua inteligência. Dizia-se que ela sabia, como ninguém, administrar e negociar influências dentro da corte. Já na história nacional, porém, ela não passou de “amante de rei”.

E se a história tratou de apagar e subordinar as mulheres da elite, o que dizer das personagens femininas pertencen-

20 Ver Mello (2004).

centes ao povo? Aí o borramento foi ainda mais radical. Maria Quitéria de Jesus, por exemplo, destacou-se nas guerras de Independência do Brasil, lutando como combatente na Bahia. Aliás, fingiu ser homem para poder entrar no Exército, uma vez que a instituição só admitia integrantes do sexo masculino. A jovem juntou-se então às tropas que lutavam contra os portugueses, em 1822, e utilizou o nome de seu cunhado: era o soldado Medeiros, já que somente homens faziam parte do Exército brasileiro. Semanas depois de entrar nos conflitos, Maria Quitéria teve sua identidade revelada. Mesmo assim, permaneceu servindo, por conta de sua habilidade com o manejo de armas.

Maria Felipa é outra protagonista baiana, negra e natural da Ilha de Itaparica. Tomou parte na luta pela Independência do Brasil, na Bahia, comandando cerca de 40 mulheres que foram responsáveis por queimar 42 embarcações portuguesas. A protagonista também ficou conhecida a partir de um episódio lendário, a “surra de cansação” (vegetal que provoca urtiga e sensação de queimadura) usada para derrotar os soldados portugueses.

Joana Angélica se destacou, também na Bahia, por conta da coragem com que enfrentou as tropas portuguesas dispostas a invadir o Convento da Lapa, localizado no centro da cidade de Salvador. Joana Angélica de Jesus morreu em 1822, assassinada por tropas portuguesas.

Enfim, existem outras independências para contar. Mesmo assim é importante destacar como o 7 de setembro representa um momento simbólico de um longo processo de ruptura iniciado até antes da vinda da corte, e que levou, ao fim

e ao cabo, a uma solução monárquica, implantada bem no meio das Américas.

Além do mais, nossa emancipação não deixou de ser comum em sendo tão particular, na sua saída imperial e conservadora. Se o movimento foi liberal, porque rompeu com a dominação colonial, mostrou-se conservador ao manter a monarquia, o sistema escravocrata e o domínio senhorial. Além do mais, se todo o processo de emancipação foi deflagrado pela vinda da corte, o que explica o formato final é o movimento interno de ajustamento às pressões de dentro e de fora, e sobretudo um processo de substituição de metrópoles (Dias, 1986, p. 165). Por outro lado, se uma nova unidade política foi implantada, prevaleceu uma noção estreita de cidadania, que alijou do exercício da política uma grande parte da população e ainda mais a vasta população de escravizados. Com isso, noções bastante frouxas de representatividade das instituições políticas se impuseram, mostrando como a Independência criou um Estado, mas não uma nação.

QUANDO UMA TELA VALE MAIS QUE UM DOCUMENTO

Nos versos do *Hino Nacional Brasileiro* entoa-se o tão conhecido “Ouviram do Ipiranga as margens plácidas/ De um povo heroico o brado retumbante/ O sol da liberdade, em raios fúlgidos/ brilhou no céu da pátria nesse instante”. Nas poucas linhas, a partir da seleção de algumas palavras-chave, o início do hino evoca o episódio da Independência do Brasil. Não é difícil transformar em imagens a

letra do compositor e associá-la ao quadro *Independência ou morte!* de Pedro Américo, pintado em 1888, em que d. Pedro, montado a cavalo e de espada em punho, dá o “grito” de liberdade às margens do Ipiranga, em São Paulo. Se a narrativa empreendida no hino e na pintura parecem harmoniosamente coincidir, elas encobrem, por sua vez, outras narrativas possíveis sobre a Independência do Brasil, para além do ato situado nas cercanias do Riacho do Ipiranga, da data do 7 de setembro, e do próprio ano de 1822. Não se destaca a real Independência, que se deu no Rio com a aclamação. Também não aparece a pressão civil e popular; esta última apenas representada por um tropeiro, que de certa maneira representa o “espírito bandeirante” dos paulistas. Isso sem esquecer da centralidade conferida ao então príncipe d. Pedro.

Pode-se dizer que, para além das narrativas textuais, que buscaram conformar uma certa história linear e evolutiva da história da Independência brasileira, cujo desfecho culminaria no 7 de setembro de 1822, a cristalização dessa memória deveu-se igualmente às imagens, sejam elas pinturas, gravuras, litografias, esculturas, produzidas ao longo do século XIX.

A fabricação do 7 de setembro como gesto inaugural do Brasil independente foi uma operação construída a partir de circunstâncias que faziam de São Paulo o centro nevrálgico da política nacional em finais do século XIX e inícios do XX. Para elevar o gesto realizado em São Paulo, ocultou-se uma série de eventos anteriores que compõe o processo de Independência, muito mais longo e complexo do que o “grito”. Também não se

destacou toda a negociação política empreendida logo após o grito da Independência, quando d. Pedro já estava de volta à capital. Por fim, tratou-se de diminuir “outras independências”, para usarmos a expressão de Evaldo Cabral de Melo, que chamou a atenção para o processo paralelo, e com certeza mais radical, que ocorria em Pernambuco, sobretudo a partir da revolução de 1817.

Com os disparos dos canhões ressoando no Maranhão, ainda em 1825, por ocasião dos embates deflagrados quando da ruptura com a metrópole, pode-se aferir que o 7 de setembro de 1822, com as lutas de independência na Bahia no mesmo ano, é o ponto de partida, e não o de chegada, desse longo caminho que culmina na separação política entre Brasil e Portugal. Na verdade, com a tela de Pedro Américo consumava-se uma espécie de “sequestro da Independência”.

Também se obliteraram os andaimes de construção da própria tela que era inspirada e fazia homenagem à pintura de Ernest Meissonier, chamada *Friedland* e datada de 1875, e que celebrava uma das muitas batalhas napoleônicas; nesse caso datada de 1807. Já a versão tropical preferiu destacar uma colina inexistente – mas que daria maior proeminência ao ato –, colocar d. Pedro vestido de maneira oficial, montado num possante cavalo e cercado de uma imensa comitiva, a qual, como vimos, era bem mais modesta²¹.

21 Estou desenvolvendo, junto com Carlos Lima e Lucia Stumpf, um livro sobre a tela de Pedro Américo, que se chamará *O sequestro da Independência* e deve sair em 2022.

Como se pode notar, imagens oficiais não são “consequência”, são “causa”. Não se comportam como “produtos”, mas ajudam a “produzir” o seu contexto e outros.

O certo é que, com o tempo, se procedeu a uma seleção quase exclusiva da tela de Pedro Américo, transformada em cartazes, selos, moedas, de maneira a “naturalizar” o papel de São Paulo na Independência de 1822. Chama a atenção ainda o uso que os militares fizeram e têm feito da pintura de Pedro Américo. Em 1972, em plena ditadura militar, e quando se celebravam os 150 anos do 7 de setembro, a imagem de d. Pedro foi relida como se ele fosse um militar, e não um príncipe de origem portuguesa e ligado à história do antigo regime. E hoje em

dia a representação não é muito distinta, com o governo projetando um passado fardado, branco e muito bem organizado. Um passado de ordem, sem dissensões, violências ou civis comandando o processo de emancipação.

Esse é um projeto de passado; um projeto de governo. Que 2022 nos permita imaginar uma Independência menos europeia, masculina e branca. Proponho, então, uma nova convocação cívica para imaginar um Brasil diferente, muito menos polarizado e armado (literal e metaforicamente), e, na via oposta, bem mais generoso, pois referido ao que é de todas e todos nós, e faz parte do espaço cívico que precisamos, com urgência, reconquistar e pactuar.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, J. M. de; BASTOS, L.; BASILE, M. (orgs.). *Às armas, cidadãos!: Panfletos manuscritos da Independência do Brasil (1820-1823)*. São Paulo/Belo Horizonte, Companhia das Letras/Ed. UFMG, 2012.
- DIAS, M. O. S. “Historicidade da condição feminina no Brasil Colonial”, palestra ministrada em 22/ago./1986.
- FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo, Edusp, 2001.
- GRAHAM, M. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1990.
- LEITE, R. L. *Republicanos e libertários: pensadores radicais no Brasil da Independência*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.
- LIMA, M. de O. *O movimento da Independência, 1821-1822*. 6ª ed. São Paulo, Top Books, 1997.

- MARISCAL, F. de S. y. "Ideas geraes sobre a revolução do Brazil e suas consequências". *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, v. 43/ 44, 1926.
- MARQUES, A. H. de O. *História de Portugal*. Volume III. Lisboa, Palas Editores, 1986.
- MARTINS, O. D. *João VI no Brasil*. Brasília, Fundação Projeto Rondon, 1987.
- MELLO, E. C. de. *A outra Independência: o federalismo republicano de 1817 a 1824*. São Paulo, Ed. 34, 2004.
- MIRANDA, J. A. de. *Memória constitucional e política: sobre o Estado presente de Portugal e do Brasil, 1821*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, Seção de Obras Raras, 37, 18, 11.
- MORAIS, J. A. de M. *História do Brasil-Reino e do Brasil-Império*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1982.
- NEVES, L. M. B. P. das. *Corcundas e constitucionais - a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro, Revan/Faperj, 2003.
- NOVAIS, F.; MOTA, C. G. *A Independência do Brasil*. São Paulo, Hucitec, 1996.
- SOUSA, O. T. de. *A vida de D. Pedro I*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1988.
- SOUZA, I. L. C. e. *A Independência do Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 1999.
- VARNHAGEN, F. A. de. *História da Independência do Brasil*. 3ª ed. São Paulo, Melhoramentos, 1957.

SEMANA DE ARTE MODERNA



S. PAVLO
1922

Domínio público/Wikimedia Commons

Outros modernismos – uma questão de mérito, não de ritmo

Luís Augusto Fischer



resumo

O ensaio recupera os laços entre arte e contexto econômico e político de São Paulo na Primeira República, mostrando uma sinergia única entre elites sociais e vanguarda artística, em combate ao *soft power* carioca. Essa sinergia em seguida cresce pelo trabalho crítico consagrador dos valores modernistas pela intelectualidade da USP. Analisa o caráter da vanguarda enquanto tal, sua celebração da ruptura como ideal, e comenta o fato de que a vanguarda modernista paulista alcançou o poder em poucos anos, vindo a impor uma leitura exclusiva das coisas literárias e culturais. Conclui postulando que os muitos modernismos no Brasil só serão visíveis se a lente exclusivista do Modernismo paulista for devidamente posta em questão.

Palavras-chave: Modernismo paulista; Modernismo *soft power* de São Paulo; o papel da USP; o paradigma da ruptura modernista; os muitos modernismos no país.

abstract

The essay retrieves the bonds between art and the economic and political context of São Paulo in the First Republic, showing a unique synergy between social elites and the artistic avant-garde, in combat against Rio's soft power. This synergy then grows through the critical work that consecrates the modernist values by USP's intellectuals. The work analyzes the character of the avant-garde as such, its celebration of rupture as an ideal, and comments on the fact that the São Paulo modernist avant-garde reached power within a few years, imposing an exclusive reading of literary and cultural things. It concludes by postulating that the many modernisms in Brazil will only be visible if the exclusive lens of São Paulo Modernism is duly called into question.

Keywords: São Paulo Modernism; São Paulo's soft power Modernism; the role of USP; the paradigm of modernist rupture; the many modernisms in the country.

ZERO

A

palavra “modernismo” entre nós, brasileiros deste tempo, aciona diferentes recantos da memória e da percepção, gerando diferentes significados que, porém, convergem para um centro perfeitamente identificável. Na versão talvez mais imediata, salta um conteúdo relativo à literatura, que a gente aprende na escola e se liga a um momento de revelação, de redenção, de redescoberta do Brasil. Já aqui são três vezes o prefixo re-, sugerindo que estamos diante de fenômeno que se liga a outro anterior. Em um ponto do passado o Brasil havia sido descoberto, visto, compreendido, mas com o dito Modernismo ele foi revisto. O Modernismo, uma revolução, enfim.

Outro conteúdo também de matriz escolar liga a palavra à Semana de Arte Moderna de 1922. Evento ocorrido em São

Paulo, a capital do estado de mesmo nome, ele teria sido o novo grito do Ipiranga para a inteligência nacional. D. Pedro I havia gritado, diziam os manuais escolares, “Independência ou morte”, frase agora reiterada, por uma turma descolada, com escritores e demais artistas sorrindo enquanto anunciavam uma nova rodada da mesma imposição de escolha: ou a independência, significando seguir os rumos que os novos, os modernos, sugeriam, ou a morte, deixar de segui-los, mantendo os hábitos, modos, estilos já existentes. Em 1822 ou 1922, quem teria o desplante de escolher a segunda alternativa?

Um terceiro nível de sentido naturaliza ainda mais os eventos e as disputas, na arte e na sociedade, que se passaram na vida real deste último século, para associar pura e simplesmente a palavra “modernismo”

LUÍS AUGUSTO FISCHER é professor de Literatura Brasileira da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e autor de, entre outros, *Dois formações, uma história – das “ideias fora do lugar” ao perspectivismo ameríndio* (Arquipélago).

com tudo de bom que rolou na literatura e mesmo na arte brasileira, desde 1922. O que de ruim, fraco ou conservador aconteceu por certo não é designado pela palavra; ao contrário, as coisas boas, ousadas, ao mesmo tempo nacionais e cosmopolitas, o melhor daqui e o melhor da Europa no mesmo gesto, as obras e eventos que conquistaram o futuro, tudo isso é alcançado pela mesma palavra.

O que não é evocado por esse termo milagroso, ou, dizendo de modo envenenado, o que se esconde nesses sentidos correntes da palavra não é pouco. Toda a luta travada, no plano dos enunciados artísticos e no das práticas críticas, assim como no terreno mais mediado das relações políticas e sociais implicadas nas artes e no pensamento, tudo isso desaparece como se nunca tivesse existido. Parece que as coisas anunciadas pela palavra “modernismo” e a própria existência de algo que se possa chamar Modernismo nasceram, tudo isso, por brotação natural, como as manhãs sucedem às noites.

Nem se costuma ligar ao termo toda a decisiva trama social de sustentação objetiva da trajetória dos artistas ligados ao grupo modernista, que por sinal é sempre o paulista – raríssimas vezes alguém levanta a hipótese de que obras e artistas e pensamentos que floresceram sob o manto mágico da palavra “modernismo” sejam originários de outro lugar que não São Paulo. Nada se diz sobre o nexos entre a vanguarda estética e a elite econômica e social – ao menos nada que envolva perguntas diretas entre uma coisa e outra, como, por exemplo: essa elite paulista, os Prados, Penteados e Amarais, cobrou algum preço aos artistas? Os artistas venderam parte de sua alma para

serem patrocinados por essa elite? Ou sua arte nunca soou agressiva ou desafiadora para essa elite? Mas, se nunca soou agressiva ou desafiadora para essa elite, como essa arte é revolucionária? De que revolução estamos falando, afinal? Quem eram os alvos dessa revolução, então?

São perguntas um tanto desajeitadas, que ninguém das ditas elites formularia desse modo, e que ninguém entre os artistas aceitaria responder lisamente. São perguntas que talvez só um olhar externo – social e estético, político e ético – pode formular: precisa ser não paulista, ou não paulistano, não modernistófilo, precisa nem pertencer nem ter a ilusão de vir a pertencer às elites que adotaram o Modernismo paulista. Um olhar não cortesão, se é que podemos usar este velho termo, a corte, que era no Brasil o Rio de Janeiro, como designação da nova elite brasileira da primeira metade do século XX, justamente a elite paulista que patrocinou a Semana de Arte Moderna. Elite que nos anos subsequentes acolheu e patrocinou os artistas e as obras modernistas e que depois criou a primeira universidade moderna brasileira, dotando-a, com o tempo, de mecanismos sólidos de financiamento do mesmo fundo estadual. Universidade que viria a produzir novas interpretações do país, em especial de sua cultura letrada, e que entronizou o mesmíssimo *continuum* – Semana de Arte mais as obras e artistas modernistas que consagraria – como o ponto insuperável da produção artística e intelectual brasileira.

Exagero? Simplifico? Atropelo?

Pode ser. Estou concentrando aqui, de modo rápido e meio debochado, um conjunto de informações e convicções que conduz a isso, ou quando menos autoriza isso.

Espero argumentar, na sequência, a favor de uma tese límpida e, espero, razoável, que escrevo aqui de modo escalonado:

- 1) São Paulo – a cidade, o aparelho do estado paulista, as elites paulistas, as econômicas e as intelectuais – construiu um modelo de Modernismo simplesmente irrepetível em qualquer outro contexto geográfico, social e intelectual no Brasil;
- 2) e mesmo assim, São Paulo – que se impôs como centro nervoso da economia e da inteligência acadêmica brasileira – usa a métrica que criou, na ação sintética da criação e na ação analítica da crítica, para avaliar tudo que se produziu na literatura (e em outros campos da cultura) brasileira;
- 3) o efeito dessa desproporção, desse desajuste – uma espécie particular de ideia fora do lugar, permitida a referência deslocada –, se impôs como vitorioso no longo processo de décadas de afirmação da economia paulista e da visão universitária paulista (na área de letras e humanidades) sobre o conjunto do país, cuja produção estética e atividade crítica têm sido submetidas, ao menos desde os anos 1970, a um paradigma único, este definido no termo “modernismo” tal como apontado no começo deste ensaio.

(Vá quase sem dizer que a palavra “modernismo”, em si, pode se referir a muitas e diferentes experiências históricas. Sem ir muito longe, na América hispânica em geral são chamados de modernistas não os escritores de vanguarda, como Jorge Luis Borges, e sim a geração anterior, os escritores pós-românticos, especialmente os poetas, que praticaram formas e temas que aqui no

Brasil se chamam Parnasianismo e Simbolismo. Por aí se percebe que o problema não é da palavra, mas do significado que ela acolhe e resume, no contexto em que é usada. Com o mesmo termo “modernista” serão designados muitos escritores, artistas plásticos, cineastas etc., já a partir de Baudelaire, em meados do século XIX. Nesse sentido, “modernismo” é simplesmente um termo para designar experimentação formal, anticonvencionalismo, ousadia moral, antinacionalismo e uma série de outros itens. Voltaremos a esse ponto mais adiante, para discutir o preço que no Brasil pagamos pela privatização do mesmo termo “modernismo” para designar apenas e tão somente a arte praticada a partir da Semana de Arte Moderna de São Paulo em 1922 e a partir das diretrizes derivadas da interpretação canônica dessa mesma e estrita arte.)

Mas é claro que, desnaturalizadas essas variáveis, a mesma palavra “modernismo” poderia abarcar um conjunto muito mais variado, mais interessante, mais plural de feitos estéticos, nomeadamente no campo da produção literária.

UM

Voltemos duas ou três casinhas nesse jogo: como explicar os fundamentos do modo de ser do Modernismo dominante, este que nasce com a semana famosa em 1922 e se impõe ao conjunto do país?

Uma primeira resposta, necessária mas insuficiente, aponta para a força econômica da província paulista, que sai de uma condição bastante secundária para uma trajetória ascensional na altura das décadas de 1870 e 80. O café, que passou a empregar mão de obra não escravizada na medida em que

expandia os cafezais para o Oeste (pouca coisa tem a ver isso com a produção de café no Vale do Paraíba do Sul, mesmo no estado paulista, escravagista, como se pode ler na obra de Monteiro Lobato), proporcionou riqueza incomparável nas décadas seguintes, ao longo da Primeira República.

Para dar um marco legal: no tempo da Primeira República, as províncias taxavam as exportações, ficando as importações para o imposto federal. Em números amplos: esse poder econômico paulista se impôs sobre uns 70% da produção *mundial* de café, que eram produzidos no estado e eram exportados pelo porto de Santos, tudo sob gerência de firmas de comércio, bancos e burocracia sediados na capital do estado¹. (Se o café era um produto importante na época, com mercado favorável? Sim, favorável e crescente.)

Acrescentando detalhes: verifica-se uma explosão de atividade produtiva e financeira no período. Em São Paulo, passa-se de cinco bancos em 1889 para 22 em 1890, e de quatro para 64 sociedades anônimas no mesmo intervalo. A população de São Paulo passa de 47 mil habitantes em 1887 para 240 mil em 1900, um crescimento de 500%. Passa-se de 105 milhões de cafeeiros em 1890 para 220 milhões em 1900. E o café é comprado no exterior, pago em libras, estando o governo estadual sem dívidas significativas e com grande capacidade de investimento².

Para dar um marco político: pode-se evocar também a condição inicial da província

paulista, antes da República. Os empresários paulistas contaram, para seu futuro, com a relativa vantagem de não estarem à disposição imediata para os achaques que o Estado mercantilista brasileiro fazia regularmente ao setor produtivo ao longo do Império, convertendo o que era circunstancial em definitivo, como “crédito privilegiado, o crédito tomado sem prazo de devolução”³. Tal situação permitiu uma forte capitalização de comerciantes paulistas por ocasião da Guerra do Paraguai, em que eles atuaram como fornecedores. Com a República, as províncias aumentaram muito seu poder de fogo, podendo legislar para atender a suas particularidades, assim como podendo armar exército estadual.

Nem dinheiro, nem autonomia faltaram a São Paulo, no momento em que brotou o Modernismo. Muito dinheiro, muita autonomia, gerando um padrão já aqui claramente único em sua proporção: nenhuma outra província brasileira poderia nem de longe emparelhar sua força com a de São Paulo. Vamos a algum número, para ver algo da pauta de exportações no tempo e verificar o tamanho do café relativamente a produtos de outras províncias⁴. No ponto máximo, o café representou por volta de 70% do total de exportações brasileiras entre 1924 e 1933, e nunca esteve abaixo de uns 50% em toda a Primeira República. Nenhum outro produto de exportação brasileiro pesou mais de 7%, com uma exceção, a borracha entre 1889 e 1918 (vai de 12% a 25% e depois baixa a menos de 3%).

1 Ver Sevckenko (1992, p. 180 e segs.).

2 Ver Caldeira (2017, pp. 321-2 e 338-54).

3 Ver Caldeira (2009, p. 108).

4 A fonte é Boris Fausto (1997, p. 292), citando Annibal Villela e Wilson Suzigan.

Nenhum outro quer dizer: açúcar, cacau, mate, algodão, a dita borracha, mais couros e peles, estes os únicos produtos relevantes na exportação brasileira do período. Isso traduz no concreto a condição incomparável da riqueza paulista entre 1889 e 1930.

Esses dados apresentam parte substantiva da riqueza que se acumulou no estado paulista, no período. Com eles, é possível imaginar a posição isolada de São Paulo, como uma liderança econômica absoluta na capacidade de produção econômica e de arrecadação de impostos, os quais de algum modo vão reverter em políticas e estruturas tendentes a reiterar e aprofundar a liderança econômica, ao menos até 1929, com a crise da Bolsa de Nova York e a quebra do pacto até então vigente no mando nacional, representada na vitória de Vargas em 1930.

Aqui entra um segundo plano de interesse para nosso assunto: sendo o estado paulista líder disparado no campo econômico (e no arranjo político) da Primeira República, ele porém não distribuiu as cartas no jogo cultural, aquele plano sutil, com ligações poderosas mas não lineares com o domínio econômico e político. Entendamos aqui o jogo cultural envolvendo desde dimensões evidentes, como a produção artística, as artes todas, passando por dimensões fortes e perceptíveis mas não totalmente evidentes, como as instituições do campo, o jornalismo e organizações sociais, e chegando até dimensões quase invisíveis, como a produção intelectual e científica.

Ora, esse jogo cultural (podemos chamá-lo de *soft power*, acompanhando uma expressão corrente) era dominado pelo Rio de Janeiro, a capital, que desde a segunda metade do século XVIII era a mais impor-

tante cidade brasileira. Era lá que viviam os escritores e pintores; era lá que funcionavam as maiores editoras, os jornais mais tradicionais, a Academia Brasileira de Letras; era lá que se concentravam os cargos federais preenchidos por intelectuais, porque era a sede do governo do país. Era então o Rio de Janeiro que encarnava a dominação cultural – contra o domínio econômico de São Paulo, recente mas notório. Ao Rio faltavam alguns elementos modernos desse campo, como uma universidade digna do nome, dotada de forte agregação de cursos em volta de uma Faculdade de Filosofia, para todas as ciências naturais e humanas, e com capacidade de produzir alguma ciência, alguma tecnologia, alguma interpretação nova.

Pois aqui vamos encontrar o sentido profundo do apoio das elites econômicas e políticas de São Paulo ao movimento simbolizado e gerado pela Semana de Arte Moderna de 1922. É que a Semana, e depois dela as carreiras dos artistas a ela ligados ou por ela sancionados, e depois disso a Universidade de São Paulo, esse *continuum* representa o avanço de São Paulo, desde uma posição de dominação econômica, em direção a uma posição de dominação cultural. Assim, em breves palavras, não há nada, absolutamente nada a estranhar que a Semana tenha sido inventada, patrocinada e sustentada conceitualmente por Paulo Prado, representante direto de uma das famílias mais poderosas no mundo cafeeiro do estado, ele mesmo um intelectual sofisticado, capaz de formular por escrito uma teoria inteira para o que ele via como destino inevitável de São Paulo, o único estado capaz de ter e sustentar um projeto para o país como um todo, como se

pode ler em seu trabalho mais famoso, o *Retrato do Brasil*, do mesmo 1928 que viu nascer *Macunaíma*, livro de resto dedicado ao próprio Paulo Prado⁵.

Uma síntese crítica da posição intelectual de Paulo Prado é assim formulada por Carlos Berriel (2013, p. 14):

“A análise de seu pensamento permite ver que com o Modernismo as elites agrárias atingiram uma espécie de perfeição da ação ideológica: foram críticas de si mesmas, e como historiadores estabeleceram o lugar que lhes pareceu adequado no cenário das ideias nacionais. Condenaram práticas culturais que não lhes serviam e as julgaram supérfluas, e edificaram em seu lugar estruturas ideológicas eficientes e atualizadas [...]. Ao se tornarem críticas de si mesmas, essas elites tornaram homólogas sua trajetória e a do país, seus projetos de classe e o projeto de nação”.

A posição hegemônica da cultura estabelecida no Rio de Janeiro – no contexto de um estado nacional como o nosso, marcado por uma tradição centralizadora herdeira do Império Romano, que na nossa Primeira República conheceu breve momento de afrouxamento, o qual no entanto logo será

combatido ativamente pelos governos getulistas –, essa posição hegemônica carioca, repito, será então o alvo imediato da ação do Modernismo derivado da Semana. No primeiro plano, acessível até aos incautos, representava um combate contra o passadismo, as fórmulas gastas, o Classicismo obsoleto, o Parnasianismo, a Academia Brasileira de Letras; num plano de fundo, visível apenas para estrategistas da qualidade de um Paulo Prado, era a disputa do posto hegemônico no campo cultural. A elite econômica paulista, com seu lado culto, moderno e cosmopolita, reconhece como importante e decisivo esse patamar de luta, e por isso financia a Semana, os salões que produziram a carreira dos artistas a ela ligados ou a ela acrescentados e, a médio prazo, a USP, em cujos gabinetes serão produzidas as novas interpretações do país.

Esse o sentido histórico do patrocínio das mais ricas e tradicionais elites para as moderadas diabruras modernistas. Não quer dizer que se tratasse de um cálculo completo por parte de cada um dos participantes, é claro, nem quer dizer que não fosse sincero o apreço dos indivíduos da elite econômica pelas novidades estéticas; quer dizer, sim, que se trata de um processo que beneficiará o lado paulista da equação brasileira. Por outro lado, que aqui fica apenas mencionado, sem aprofundamento, não estamos falando de um movimento, o Modernismo paulista, que tivesse procurado quebrar o vínculo com a superior dominação francesa e mais genericamente europeia sobre a cultura letrada brasileira. Salvo pequenas e secundárias exceções, os modernistas paulistas combateram a hegemonia cultural carioca postulando que eles, sim, é que estavam interpretando adequadamente as novidades...

5 Aqui vale a evocação do estudo de Carlos Berriel sobre a obra de Paulo Prado, *Tietê, Tejo, Sena*, que demonstra o teor da operação ideológica que Paulo Prado consuma em sua obra, ao dar como certo que o destino dos paulistas é o do comando do país, eis que só eles têm o valor herdado dos colonizadores portugueses anteriores a 1580 (a União Ibérica), que se reforçou com a miscigenação com os indígenas, com a vantagem, sugere ele, de não ter havido em seu estado a miscigenação com africanos e descendentes. Os bandeirantes mamelucos são o futuro, não os mulatos indolentes.

francesas e ocidental-europeias. Não se vê inquietação que buscasse criticar a força dessa dominação, por exemplo, escolhendo algum parâmetro (sul ou norte) americano para a novidade. Nem nos anos 1920, nem depois que a USP passou a produzir suas interpretações inovadoras.

(Acessoriamente, valeria assinalar que entre as diabruras modernistas serão selecionadas, com o tempo e a ação de intérpretes do peso de um Sérgio Buarque de Holanda ou de um Antonio Candido, algumas como realmente modelares – no centro dessa cano-nização estará a visão de Mário de Andrade, e na margem dela está um *enfant terrible*, tão ao gosto de boas elites, como Oswald de Andrade. Serão expurgados desse panteão, com o tempo, tanto os não paulistas que protagonizaram a Semana, como Graça Aranha e Ronald de Carvalho, quanto os direitistas, de Menotti del Picchia, modera-do, a Plínio Salgado.)

Bem: depois desse recuo histórico, podemos retornar ao ponto mencionado na primeira parte do ensaio para reforçar o que foi dito, agora com mais tutano – foi apenas e tão somente em São Paulo que houve aquele padrão de força econômica, incomparável, capaz de gerar uma elite cosmopolita interes-sada em agudas novidades estéticas que na França se recobriam de outros significados, elite capaz de financiar eventos, carreiras e instituições que com o tempo reposicio-nariam todo o passado – e todo o futuro. Essa sinergia pró-modernização entre elite econômica, artistas, imprensa e universidade é única – pode medir com qualquer outra parte da geografia brasileira.

Tal foi o poder dessa irrepetível sinergia, que em poucas décadas aquilo que era expe-riência singular de São Paulo foi canonizado

e passou a ser ensinado, nas universidades e nas escolas, como verdade autoevidente e como parâmetro único de medição do que seria considerado moderno. Não importa que para isso tenha sido necessário operar umas quantas barbaridades, como a entro-nização de uma categoria bastarda como “Pré-Modernismo”, que subordina escritores de força inegável como Euclides da Cunha, Lima Barreto, Simões Lopes Neto, João do Rio, Júlia Lopes de Almeida, Augusto dos Anjos e outros a um julgamento totalmente injusto, eis que eles são avaliados por seu futuro, não por seu horizonte histórico con-creto. Ou como o crime, para nossa sorte mal perpetrado e inviável, de ignorar, silenciar ou menoscabar o imenso vetor de moderni-dade evidente na obra de Machado de Assis⁶.

DOIS

Um passo ligeiramente desviante do racio-cínio, agora. Trata-se de indagar algo sobre o caráter de vanguarda do Modernismo pau-lista. Que ele se apresenta como vanguarda, não há dúvida; a questão aqui é avaliar algu-mas consequências dessa condição.

Qualquer vanguarda se coloca no mundo como à frente de seu tempo, de suas cir-cunstâncias, já a partir da metáfora militar emprestada. A vanguarda só pode ser o que é se postular essa distância para a frente – na direção do que considera ser o futuro, o que virá, a utopia projetada, que é sem-

6 Apresento uma hipótese de interpretação do empenho modernista em impor-se como marco zero da modernização brasileira em meu livro *Duas formações, uma história – das “ideias fora do lugar” ao perspectivismo ameríndio*.

pre tida como algo melhor do que o que existe, algo pelo que vale a pena lutar. Não se pode conceber o contrário, um grupo que se queira vanguarda desejando um retorno ao passado, nem igualmente uma fuga para o lado, que será irrelevante ou será apenas igual ao que já é conhecido.

A vanguarda, então, só existe quando se descola do movimento realmente existente, quando se desobriga dos compromissos vigentes – suas ideias não se medem pelo presente, não se deixam avaliar pelo já conhecido. Para o presente, a vanguarda olha com desconforto, com crítica, talvez até com desprezo, porque tem certeza de que quem está envolvido no presente é presa do horizonte já conhecido e, assim, não sabe nada que realmente interesse. A vanguarda é, em última análise, inimiga do presente, do existente, do já aceito. Ela precisa discrepar do presente, sob pena de não ser vanguarda nenhuma. A sociedade do presente pratica alguma forma estética que é julgada, pela vanguarda, como parte do passado a ser enfrentado e superado. Não há muita chance de conciliação.

Tanto mais haverá bloqueio para a conciliação, quanto mais forte for a vanguarda, é claro. Se a vanguarda for constituída por um ou dois elementos esparsos, que não produzem eco, é certo que ela correrá riscos de incompreensão ou de rechaço. Mas – aqui um ponto decisivo – o que ocorre se a vanguarda for muito apoiada, tiver grande força, dispuser de elementos suficientes para se estabelecer e divulgar sua tábua de valores e suas práticas? E se ela tiver apoio de setores de elite, se tiver financiamento certo, se com pouco tempo chegar ao poder político? Se ela chegar ao poder, em qualquer dimensão, se ela não correr mais risco

significativo de incompreensão ou rechaço, enfim, o que ocorre? Se ela impuser sua tábua de valores como o centro do paradigma de julgamento, o que acontece? Ela pode continuar se pensando como vanguarda, se estiver no poder? Mas, se ela estiver no poder, o futuro não estará mais à frente, e sim nas mãos – ainda assim a vanguarda pode pretender-se vanguarda? A que custo?

Antes de fechar o raciocínio dizendo que o que ocorreu com o Modernismo paulista foi exatamente isso, ter apoio forte e chegar logo ao poder, fixemo-nos no pequeno abismo que a vanguarda abre em sua relação com a sociedade em torno. Dito de modo mais dramático, a arte de vanguarda, na opinião que tem de si mesma, é melhor que a sociedade. “Um dia a massa ainda comerá o biscoito fino que eu fabrico”, disse Oswald de Andrade, reconhecendo que tinha paladar vanguardista e produzia no presente uma comida que o povo *ainda* não sabia apreciar. É no futuro que a vanguarda ancora sua tábua de valores, que se volta contra o presente para julgar o que existe segundo o que jura ser o futuro.

Faço aqui uma evocação que poderá parecer estranha. Como se sabe, a *Formação da literatura brasileira*, de Antonio Candido, livro seminal para a crítica e a história da literatura no Brasil, a primeira história da literatura produzida segundo uma trama conceitual nítida – a ideia de sistema, o conceito de formação etc., marcos dentro dos quais o autor vai exercitar sua alta qualidade analítica de varejo –, descreve um arco entre uma premissa e uma conclusão. A premissa: só há literatura quando há sistema literário, “um triângulo ‘autor-obra-público’, em interação dinâmica”, com uma “certa continuidade da tradição”, como

se lê no Prefácio da segunda edição, de 1962. A conclusão, no derradeiro parágrafo do capítulo VIII, “A consciência literária”, seção 5: as palavras de Machado de Assis no famoso artigo de 1873, conhecido como “Instinto de nacionalidade”, representam a tomada de consciência do processo de formação, “o ponto de maturidade da crítica romântica”, e são adequadas, por isso, para encerrar o livro, que estudou “o processo por meio do qual os brasileiros tomaram consciência de sua existência espiritual e social através da literatura”.

Essa conclusão já deu pano para muitas mangas. Em regra, se costuma dizer que, para Candido, com Machado está completa a formação do sistema – significando que já tínhamos o dito triângulo em interação dinâmica, e estava dada a continuidade na tradição, coisa esta de que o texto de Machado dá notícia suficiente. Discussões mais recentes apontam limites para tal equação, que é elegante, por certo, mas deixa de fora elementos significativos, como a linguagem e os meios editoriais, também necessários para a configuração do sistema literário, de um lado, e de outro, mais importante, deixando de fora também a premissa que exige a presença de leitores em proporção significativa. Sem querer simplificar demasiadamente a coisa, veja-se que em 1873 não apenas não tínhamos leitores em massa, como ainda era lei a propriedade de pessoas.

Em forma simples e direta, a pergunta contra a conclusão de Candido, medida contra a premissa que ele mesmo estabelece, fica assim: como se pode dizer que está formada a literatura no Brasil se literatura depende de leitores, que não existem ainda em 1873? Não ocorrerá a ninguém duvidar da excelência de Machado; mas é inegável

a precariedade de uma perna essencial do tripé que Candido mesmo estabeleceu.

Será que também aqui podemos dizer, então, que com Machado, pensador e criador evidentemente destacado, à frente de sua circunstância, a literatura era melhor que a sociedade? Se quisermos divisar o que era efetivamente lido (pelos escassos leitores) em 1873, deveremos voltar os olhos para Alencar; se olharmos para o futuro, este nosso tempo aqui, porém, diremos que Machado é que se preparava para o voo certo, em direção ao futuro – depois do famoso artigo evocado por Candido, Machado apresentaria seus inesperados romances e contos, a começar das *Memórias póstumas de Brás Cubas*, de 1881.

Ainda sem esclarecer totalmente esta pergunta crucial, acrescentemos outro dado. Machado parece estar à frente de seu tempo, como o Modernismo paulista se considerava relativamente a seu contexto – e como depois ocorrerá com a Bossa Nova tal como vista por outro vanguardista, Caetano Veloso. Em 1993, numa conferência no MAM, no Rio de Janeiro, ele menciona ideia que já apresentara em outros momentos e que lembra a estrutura do que estamos aqui abordando. Diz: “O Tropicalismo sempre procurou estar à altura da Bossa Nova: eu vivo dizendo que o Brasil precisa chegar a merecer a Bossa Nova” (Veloso, 2004, p. 313). Aqui explicitamente vamos encontrar, de um lado, a arte, a Bossa Nova (de que o Tropicalismo procurou estar à altura) e, de outro, nada menos que “o Brasil”. Outra vez, na visão vanguardista de Caetano, a arte estava à frente da sociedade.

A pergunta perplexa que faço aqui é simples: por que foi feita essa equação? Essa equação, reiterada para três diferen-

tes momentos – o Modernismo visto por seu próprio discurso, Machado visto por Candido e a Bossa Nova vista por Caetano –, faz sentido? Qual sentido? Ou será que os três casos são assim vistos apenas por causa da lente que os leu, lente que se tem na conta de vanguardista também ela?

O ponto aqui é chamar a atenção para a lente: é por causa da afinidade vanguardista entre o discurso crítico do Modernismo paulista (o vencedor, tanto o de Mário quanto o de Oswald, não o de Graça Aranha, Ronald de Carvalho, Menotti del Picchia ou Plínio Salgado, defenestrados do panteão, no curso do tempo) e os objetos tomados em consideração (a obra modernista, Machado de Assis e a Bossa Nova), é por causa dessa afinidade, repito, que a lente vanguardista destaca o abismo entre arte e sociedade, em desfavor da sociedade.

Poderia fazer diferente? Sim, poderia. Poderia esforçar-se para identificar nos objetos estéticos – repito, a obra de Machado de Assis, a obra literária ou pictórica do Modernismo paulista e a Bossa Nova – não (apenas) a distância, mas a proximidade com a sociedade, pondo luz não (apenas) sobre as rupturas, mas sobre as permanências. Que há relações de continuidade entre Machado e a sociedade brasileira do Segundo Império, entre o Modernismo paulista e a vida de São Paulo, entre a Bossa Nova e o samba e o Rio de Janeiro, é certo e demonstrável. Então, conclusão possível, é o investimento crítico numa ideia de ruptura, de descontinuidade, de oposição, em prejuízo de perceber as afinidades, as ligações, a organicidade – é esse investimento crítico nascido da percepção vanguardista que faz esses objetos parecerem habitar o outro lado da lua, em dissonância com a sociedade.

Certo, não se pode negar que há sentido na crítica vanguardista (bem assim na vanguarda estética como tal, é óbvio), mas meu ponto é outro: quero indagar por que é este o ângulo triunfante na percepção, a partir da visada modernista, seja a dos militantes da primeira hora, seja em Candido, militante da segunda, ou em Caetano, militante da terceira hora. Só assim seria possível fazer o elogio da obra de vanguarda? Não haverá também um certo gosto por tripudiar sobre a sociedade brasileira? Um vezo de reforço da nossa autoestima negativa, o brasileiro como um Narciso às avessas, que cospe na própria imagem, como gostava de dizer Nelson Rodrigues? Uma constante autodepreciação que tomamos como quase obrigatória para afirmar a superioridade dos artistas relativamente à sociedade e para reiterar que somos um país inaceitável? Uma espécie de identificação sempre negada, sempre renegada, um prazer espiritual, estético, emocional sempre interrompido?

(E quanto dessa atitude nos impede de fazer o país possível? Quanto dessa atitude é apenas um trivial consolo para a consciência de intelectuais e artistas que, ao reiterarem a maravilha da vanguarda e o horror da sociedade, no fundo se recompensam por sua própria irrelevância, ou num viés judaico-cristão culposo, ou num viés adorniano arrogante?)

Rápidas comparações: ocorre a algum espanhol dizer que Cervantes era melhor que a sociedade espanhola de seu tempo? É por essa suposta superioridade que ele deveria ser visto como válido? Ocorre a algum inglês dizer que Shakespeare ou, em outro contexto, Virginia Woolf são melhores que seu respectivo contexto? Que a Inglaterra precisaria se esforçar para merecer Shakes-

peare? Ocorre a algum estadunidense pensar que Poe é melhor que sua época, ou a algum argentino postular que Borges é melhor que a sociedade de sua época? Que a sociedade estadunidense deveria se esforçar para merecer o *cool jazz*? Se não ocorrem perguntas assim, por que não ocorrem? E por que a nós, brasileiros do século modernista, ocorrem, quase como obrigação?

Repito que é respeitável a lente crítica que privilegia a ruptura como excelência, mesmo porque ela permite ver coisas que não se mostram para outros ângulos de visada, assim como nada tenho contra a percepção das carências e dos horrores que a sociedade brasileira vive, mesmo porque é contra eles e elas que vale a pena lutar. Mas tomar como parâmetro apenas a ruptura obscurece também, porque impede a percepção da proximidade. Para considerar o tanto que se perde ao bloquear a visada das continuidades, bastaria pensar em produtivas interpretações da literatura ocidental como as que fazem Erich Auerbach, Leo Spitzer, Mikhail Bakhtin, Edmund Wilson, Jorge Luis Borges, Umberto Eco, George Steiner, Ángel Rama, para citar apenas gente falecida.

(Um ganho talvez secundário, mas importante, do uso dessa lente de ruptura pode ser apreciado num viés autocongratatório com que a crítica acadêmica se enfeita, sem dizer o nome: o acadêmico rupturista, em cujas veias corre o sangue modernista paulista, aponta as fragilidades da arte que não rompe, ou que não rompe o suficiente, volta a enfatizar que ele mesmo, acadêmico, sabe perfeitamente qual é o futuro, onde ele está e quão sublime é a utopia que regula sua lente, e finalmente se declara cansado de tanto repetir que nada é tão bom no presente quanto aquilo que será bom no futuro, de que ele

naturalmente conhece o caminho. Então, o crítico acadêmico faz breve silêncio, ergue a fronte, olha para o horizonte e corre para o abraço confortável da plateia de convertidos.)

O que importa no presente raciocínio, finalmente, é a constatação de que a vanguarda modernista paulista está no poder – no poder analítico, mais até do que no poder estético. Está mas não é visível que ali esteja: justamente por estar no poder analítico (na USP, na obra de comentaristas da excelência de Candido ou na percepção sofisticada de um artista genial como Caetano, no caso citado) é que a ideologia modernista paulista se tornou, como dizem os sociólogos a partir de Marx, invisível, se converteu numa segunda natureza, fazendo parecer que apenas o viés da ruptura, da tensão, da distinção, é capaz de falar sobre Machado, a obra modernista ou a Bossa Nova, só ele é digno deles.

TRÊS

E é por isso, por essa entronização, que chega a soar estranho o pleito que este ensaio apresenta. Dito em forma negativa: não é verdade que apenas o Modernismo paulista é renovador, que apenas ele produziu obras inventivas, que valem a pena. Dito em forma positiva: há muito mais renovação, modernização, invenção na literatura brasileira do que aquilo que é detectável pelo radar do Modernismo paulista. Mas, regra geral, este radar é que tem poder de consagração ou de reprovação, no longo curso de um século desde a Semana de 22.

Nem cabe aqui uma longa listagem de casos. Nem se trataria de pensar em algo como “expressões regionais do Modernismo”, porque uma tal ideia implicaria a

admissão liminar de um só Modernismo como paradigmático (e seria o paulista, naturalmente), que se espalharia, a partir de si mesmo – quer dizer, de um centro inquestionável, localizado na Semana de Arte Moderna de 1922 –, generosamente sobre as partes do Brasil, tidas liminarmente como atrasadas e merecedoras tão somente do benefício da iluminação, a qual só poderia provir do centro iluminado por si mesmo, a saber, o Modernismo paulista. Nada disso seria razoável, porque tudo isso seria ideologia, pura e simples.

Certo que pode haver um recenseamento abrangente, para localizar formas, obras, contextos, autores renovadores, capazes de oferecer visões interessantes sobre o tanto de novidades trazido pela segunda Revolução Industrial, desde os anos 1870, pela impressão em rotativas, pela gravação de sons e ima-

gens em movimento, pela invasão da energia elétrica em todos os recantos do cotidiano, pela Grande Guerra ou pela Revolução Soviética, pela grande voga feminista de cem anos atrás, pelo florescente movimento operário, pela voga de urbanização, por tudo isso e por muito mais que compõe o pano de fundo relevante para pensar a voga de modernização do período, essa que no Brasil foi reduzida para caber sob o rótulo de “Modernismo”, o paulista. Tais casos serão muitos e a lista será pródiga, seja no Rio de Janeiro, a grande metrópole brasileira até pelo menos a década de 1950, seja em cidades grandes e mesmo médias Brasil afora.

Trabalho para muita conversa, muita pesquisa. Mas que depende de uma operação analítica fina que nos livre do monopólio crítico nascido e desenvolvido no berço do Modernismo paulista.

REFERÊNCIAS

- BERRIEL, C. *Tietê, Tejo, Sena*. 2ª ed. Campinas, Editora da Unicamp, 2013.
- CALDEIRA, J. *História do Brasil com empreendedores*. São Paulo, Mameluco, 2009.
- CALDEIRA, J. *História da riqueza no Brasil – cinco séculos de pessoas, costumes e governos*. São Paulo, Estação Brasil, 2017.
- CANDIDO, A. *Formação da literatura brasileira – momentos decisivos*. 5ª ed. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1975.
- FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo, Edusp, 1997.
- FISCHER, L. A. *Dois formações, uma história – das “ideias fora do lugar” ao perspectivismo ameríndio*. Porto Alegre, Arquipélago, 2021.
- SEVCENKO, N. *Orfeu extático na metrópole*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.
- VELOSO, C. “Conferência no MAM”. *Teresa – Revista de Literatura Brasileira*, 4-5. São Paulo, USP, 2004, pp. 307-29.

Um pensamento social negro brasileiro, após os anos 1930

Mário Augusto Medeiros da Silva





resumo

Tratarei de aspectos de estudos sobre um pensamento social do Brasil angulado, especificamente no século XX, por intelectuais negros e negras. São estudos sobre direitos dos sujeitos e da cidadania negra produzidos por intelectuais negras e negros, em particular no século XX, criadores de um pensamento negro sobre o país, que o interpreta naquilo que possui de iníquo e o fabula a partir da experiência social negra. A abordagem que proponho se baseia na seleção de temas comuns que uma perspectiva intelectual negra tenha enfrentado em diferentes momentos, para dar conta da experiência negra afro-brasileira. Essa experiência tem a ver com a luta por direitos civis, sociais e políticos e compõe a história da cidadania brasileira.

Palavras-chave: intelectuais negros; pensamento social brasileiro; cidadania negra; nação.

abstract

I will deal with aspects of studies on a social thought in the angled Brazil, specifically in the 20th century, by black intellectuals, both male and female. These are studies on the rights of subjects and on black citizenship produced by black intellectuals, particularly in the 20th century, creators of a black thought about the country, which interprets it in what is iniquitous and fables it from the black social experience. The approach I propose is based on the selection of common themes which a black intellectual perspective has faced at different times, to account for the black Afro-Brazilian experience. This experience has to do with the struggle for civil, social and political rights and is part of the history of Brazilian citizenship.

Keywords: black intellectuals; Brazilian social thought; black citizenship; nation.

Tratarei de aspectos de estudos sobre um pensamento social do Brasil angulado, especificamente no século XX, por intelectuais negros e negras. Há insuficiências de autorias e mesmo de distribuição geográfica, considerando as proporções continentais do país. Contudo, as/os intelectuais que selecionei pensaram o Brasil, de maneira nacional ou em intenso diálogo com a circulação internacional de ideias e isso é importante evidenciar. São estudos sobre direitos dos sujeitos e da cidadania negra produzidos por intelectuais negras e negros, em particular no século XX, criadores de um pensamento negro sobre o país, que o interpreta naquilo que possui de iníquo e o fabula a partir da experiência social negra.

Além disso, considerando a história do pensamento social brasileiro e a história intelectual institucional do país, não raro as e os intelectuais negras e negros selecionados ficaram, por anos, relegados a um segundo

plano analítico, de fortuna crítica sobre suas trajetórias e ideias, tendo suas contribuições, por anos, sido secundarizadas ou invisibilizadas em cursos universitários, programas de cursos de graduação e pós-graduação, congressos de pesquisa. Isso ocorreu, em diferentes casos, mesmo que, durante suas vidas, vários desses intelectuais tenham tido suas obras editadas ou sua presença em instituições de ensino consagrada, além de um importante diálogo com associações negras e movimentos negros de suas épocas. A dinâmica do racismo intelectual brasileiro é uma das possibilidades explicativas para tais fatos. E a luta antirracista no meio intelectual é outra possibilidade para a compressão de sua retirada de processos de invisibilização.

A abordagem que proponho aqui se baseia na seleção de temas comuns que uma perspectiva intelectual negra tenha enfrentado

MÁRIO AUGUSTO MEDEIROS DA SILVA

é professor do Departamento de Sociologia da Unicamp e autor de *A descoberta do insólito: literatura negra e periférica no Brasil (1960-2000)* (Aeroplano).

em diferentes momentos, para dar conta da experiência negra afro-brasileira. Essa experiência tem a ver com a luta por direitos civis, sociais e políticos e compõe a história da cidadania brasileira. Há um pensamento político negro sobre a insurreição/ liberdade escrava no Brasil que atravessa décadas; há uma discussão longeva entre intelectuais negros sobre a necessidade de reposicionar os estudos sobre as relações raciais, investigando o polo branco; aparece nesse pensamento o mundo negro brasileiro e suas tentativas de relações atlânticas e afro-caribenhas, que têm concretude, por exemplo, no ativismo negro feminino.

PENSAMENTO SOCIAL NEGRO SOBRE A LIBERDADE

A liberdade figura como uma força social imaginativa importante na agenda do pensamento social negro brasileiro, estando aliçada em experiências concretas desde o período colonial. A escravidão não impediu que africanos, escravizados, como sujeitos protagonizassem fugas e criassem suas organizações, em mocambos e quilombos. Também processos de insurreição e revoltas. Esses espaços e seus sujeitos aquilombados, revoltosos e insubordinados figuraram na imaginação política e nas lutas insurrecionais desde o final do século XVI até o período da Abolição, no século XIX. Tal imaginação também alcançou, como chama a atenção o historiador Flávio Gomes, lugar na Constituição Federal de 1988, tendo operacionalidade política para pensar os direitos civis e sociais, os direitos à propriedade da terra e o reconhecimento como patrimônio de descendentes de comunidades quilom-

bolas pelo país (Gomes, 2018, pp. 367-77) na redemocratização política após a última ditadura civil-militar.

Essa imaginação política da liberdade dos escravizados e seus descendentes foi importante ainda, ao longo do século XX, por ser inspiradora para diferentes movimentos negros, até que, na década de 1970, o Grupo Palmares, liderado pelo poeta Oliveira Silveira, sugerisse a data de 20 de novembro, em referência à morte de Zumbi dos Palmares, como um dia de comemoração alternativa e de luta à memória nacional (Alberti & Pereira, 2007). Finalmente, em 2003, por ação dos movimentos negros, o Dia da Consciência Negra foi declarado feriado em diferentes estados e municípios da federação, em honra ao 20 de novembro de 1695. Além disso, tal imaginação alcançou enorme impacto de publicação para novas gerações, em premiações e traduções recebidas a livros que a tematizam (Salette, 2014, 2017).

Esse cenário somente foi possível, no âmbito do pensamento social negro do século XX, mocambos e quilombos terem sido estudados em obras pioneiras como as do antropólogo Edison Carneiro (1912-1972) e do historiador e sociólogo Clóvis Moura (1925-2003). Tratando da guerra ou da paz quilombola e seus acordos diplomáticos, ainda na primeira metade do século, há o esforço analítico desses autores em promover uma rotação de perspectivas através de revisão de fontes documentais conhecidas e inéditas, tornando os escravizados, os fugidos, os aquilombados protagonistas de uma história política da luta organizada pela liberdade ainda no Brasil colonial.

Carneiro finalizou em 1944 o estudo sobre o Quilombo dos Palmares, que foi

publicado primeiro no México e finalmente no Brasil (Carneiro, 1946). A obra teve diferentes reedições, com acréscimos de documentos e sendo referenciada pela fortuna crítica crescente. A produção intelectual de Carneiro foi consistente com os estudos sobre a vida negra, angulada pelo candomblé e folclore, sendo ele um sistematizador de dados sobre o assunto e parceiro importante de pesquisas de autores nacionais e internacionais, como Ruth Landes, Arthur Ramos e Lorenzo Turner, entre outros. Carneiro atuou também na divulgação de documentos que permitissem o estudo da população afrodescendente no Brasil (Carneiro, 1964, 1988) e atuou nos estudos de folclore, entre 1961 e 1964, até ser cassado pelo golpe de Estado. Sua obra entrou em relativo silêncio, sendo recuperada nos anos mais recentes por autores e editoras que demonstram a atualidade e importância de recuperação de seus trabalhos (Rossi, 2015).

De outro ângulo, a partir de 1959, Clóvis Moura, com a publicação de *Rebeliões da senzala*, evidencia o protagonismo da luta pela liberdade por meio da ação política dos escravizados e dos fugidos, construindo argumentos que procuram tratar diferentes experiências coletivas de insurreições e confrontos contra o poder institucional, pensadas como lutas entre classes sociais opostas no modo de produção capitalista baseado no escravismo colonial. Outra obra que possuirá diferentes reedições, organizando uma imaginação política para os movimentos negros brasileiros no século XX. E também outro autor cujo papel organizador de documentos e dicionários sobre a experiência negra merece destaque.

Seu percurso nos campos da história e da sociologia brasileira é mais longo, tendo

falecido em 2003. Moura publicou, entre outros trabalhos, estudos sobre o associativismo negro, crítica ao pensamento social brasileiro no que tange à experiência negra (Moura, 1988), historiografia brasileira e questão racial, a imprensa negra paulista e, por fim, o dicionário da escravidão negra no Brasil (Moura, 2004).

REPOSICIONAMENTO DOS ESTUDOS DE RELAÇÕES RACIAIS E A CIDADANIA NEGRA

É sincrônica à formulação de obras seminais sobre a liberdade dos escravizados, no pensamento social negro brasileiro, a produção intelectual e ativismo sobre os cenários da cidadania negra no século XX. Em 1945, a socióloga Virgínia Leone Bicudo (1910-2003) apresentaria a primeira tese sobre relações raciais no Brasil, acerca do que ela denominou como “estudo de atitudes de pretos e mulatos em São Paulo”. Por meio de entrevistas com interlocutores em diferentes estratos sociais, ela evidencia respostas distintas às discriminações racistas sofridas por pessoas pretas e mulatas, em ambientes de trabalho, na cidade, em espaços de sociabilidade, em relações afetivas, na escola e em outros ambientes educacionais.

Além disso, Bicudo será pioneira ao analisar uma experiência coletiva contra a discriminação racial, por entrevistar membros e analisar a formação e dificuldades da Frente Negra Brasileira (1931-1937), a principal associação negra da primeira metade do século XX no Brasil, criada e dissolvida num governo autoritário. Em razão disso, trocou o nome na pesquisa: “A ‘Associação de Negros Brasileiros’ representou uma

tentativa de pretos conscientes para lutar contra as restrições do branco, despertando a consciência de grupo, desenvolvendo um programa definido de reivindicações referentes ao aspecto econômico, social e político. As dificuldades para conseguir reuni-los e a indiferença de pretos e mulatos das classes sociais intermediárias revelam a intensidade com que o preto incorporou os ideais e conceitos do branco” (Bicudo, 2010, p. 161).

Sua tese demorou 65 anos para ser publicada, embora ela tenha sido uma intelectual distintiva, professora da Universidade de São Paulo e da Escola de Sociologia e Política, participante da pesquisa Unesco sobre relações raciais nos anos 1950, além de uma das primeiras psicanalistas brasileiras (Bicudo, 2010; Gomes, 2013). A produção social da invisibilidade intelectual negra também é uma componente que precisa estar presente nas análises sobre os estudos afro-brasileiros.

Tal aspecto também acompanhará a trajetória do sociólogo Alberto Guerreiro Ramos (1915-1982). Formado em Ciências Sociais na então Universidade do Brasil (hoje UFRJ), por duas vezes teve recusada sua entrada como professor na mesma instituição, passando a trabalhar no Departamento de Administração do Serviço Federal (1943-1951). Além da administração pública, esteve envolvido em diferentes campos de atuação: nos debates sobre o desenvolvimento nacional; na sua colaboração ativa com o Teatro Experimental do Negro no Rio de Janeiro, formado por Abdias do Nascimento; e também interessado nas lutas por independência anticolonial dos países africanos e asiáticos e o Terceiro Mundo, entre os anos 1950 e começo dos anos 1960. Guerreiro Ramos produziu um conjunto significativo de artigos e livros que trata de temas teóricos da sociologia, discus-

sões sobre administração pública, análise da produção sociológica nacional e um debate crítico sobre os estudos de relações raciais elaborados no país. Neste último aspecto, vejam-se suas discussões sobre “O problema do negro na sociologia” (1954) e “Patologia social do ‘branco’ brasileiro” (1957). O primeiro é uma revisão crítica dos estudos sobre o negro brasileiro, desde o final do século XIX até meados dos anos 1950, indicando pontos negativos nas abordagens de Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Oliveira Vianna, Nina Rodrigues, alcançando seus contemporâneos como Gilberto Freyre, Arthur Ramos, entre outros. Nele o autor já anuncia suas críticas relativas à “sociologia do negro” no Brasil como uma “ideologia da brancura”, o tratamento do negro como um mero “tema” de pesquisa.

O segundo texto implica um reposicionamento, a partir disso, dos estudos de “relações raciais” que tinham como enfoque o negro, visto como um problema ou parte dele no Brasil. Guerreiro Ramos sugere que isso seria reducionista, uma oposição entre o “negro-tema”, objeto das ciências sociais, e o “negro-vida”, onde este sujeito social era muito mais complexo do que, em sua opinião, até então operavam os estudos de relações raciais. Além disso, o autor sugere a necessidade de se estudar o “branco” e a valorização estética e política da “brancura” em sua patologia social, através das respostas dadas ao Censo de 1940. Alberto Guerreiro Ramos pode figurar assim como um dos precursores brasileiros do que ficou posteriormente conhecido como “estudos sobre branquitude”.

A brancura configurava-se como um problema a ser estudado como estruturante das relações sociais brasileiras, colocando

o negro em condições de inferioridade e, inclusive, criando uma memória coletiva, organizando uma “tradição da brancura” que estaria, de acordo com Guerreiro Ramos, sendo enfrentada e ultrapassada pela luta social do negro, pelo negro-vida. “O ideal da brancura [...] é uma sobrevivência que embarça o processo de maturidade psicológica do brasileiro, e, além disso, contribui para enfraquecer a integração social dos elementos constitutivos da sociedade nacional” (Guerreiro Ramos, 1957, p. 187). Aí reside também a necessidade do ativismo antirracista e anticolonial, ao qual Guerreiro Ramos também se vincularia, junto ao Teatro Experimental do Negro. Importa recordar que o autor foi alvo de perseguições políticas (após o golpe de Estado de 1964, tendo de se exilar nos EUA), discriminações e ostracismo no campo das ideias, até seu falecimento no exterior, em 1982 (Oliveira, 1995).

Abdias do Nascimento (1914-2011), desde os anos 1930, com a participação em um Congresso Afro-Brasileiro no interior de São Paulo e a viagem com o grupo La Santa Hermandad, que o levou a assistir no Peru, em 1941, a um ator branco em cena com o rosto pintado de preto, configura-se como um ativista antirracista relevante. Uma das consequências desse ativismo foi a criação e existência do Teatro Experimental do Negro (TEN) por mais de duas décadas (1944-1968), atuando nos palcos do Rio de Janeiro, liderado por Nascimento e com a colaboração de intelectuais negros e não negros, com protagonismo de artistas negras e negros. O TEN foi organizado por Abdias do Nascimento, Ruth de Sousa, Léa Garcia e Ironides Rodrigues, com a participação de Alberto Guerreiro Ramos, entre outros, como uma ação de enfrentamento estético

e político da “brancura”, bem como uma ferramenta de profissionalização de artistas negros (revelando grandes nomes das artes cênicas nacionais), de treinamento do negro à luta antirracista e também de importante mecanismo de valorização da cultura afro-brasileira. Além disso, por meio do TEN e suas atividades, há uma produção intelectual importante de Nascimento nessa primeira fase, que será documentada em criações de jornais, livros e peças autorais.

Trata-se de um ativismo intelectual negro que, naqueles anos, dialogará com a recepção da ideia transnacional de negritude no Brasil, ao mesmo tempo que colocará Nascimento e o TEN em intenso diálogo com a produção histórica e sociológica mais crítica dos anos 1950-1960, que denunciou o “mito da democracia racial brasileira” e o protagonismo negro na luta antirracista. Produções como o jornal *Quilombo* (1948) e livros como *Drama para negros, prólogo para brancos* (1961) e *TEN: testemunhos* (1966) dão conta de expressar, respectivamente, esses diálogos com o movimento da negritude francófona e as aspirações do negro brasileiro nos anos 1950; a produção autoral de Nascimento e a colaboração com dramaturgos negros e brancos nacionais e estrangeiros (Rosário Fusco, Romeu Cruzó, Lúcio Cardoso, Eugene O’Neill, Albert Camus, Nelson Rodrigues, entre outros); e o diálogo com a crítica teatral e sociológica sobre os sentidos do TEN, que, no limite, davam conta dos sentidos da arte negra, da arte afro-brasileira e do ativismo político de intelectuais e artistas negros.

“Prólogo para brancos” é um texto de posicionamento intelectual e estudo de recepção das possibilidades da negritude enquanto ideia de enfrentamento da “ideologia da bran-

cura”, base sustentadora, estética e politicamente, das relações raciais brasileiras. Há um diálogo interessante com as ideias de Guerreiro Ramos, sem dúvida, na busca dos alicerces do mito das discriminações brasileiras e da negação racial do que o país via no espelho censitário, nas ruas cotidianas ou no palco artístico. “Mas o nosso trabalho antológico do drama negro no Brasil revela outra dimensão, na qual surge a voz autêntica do negro, como raça e como homem de cor: a vida social. Ser e viver como negro não é uma peripécia comum na vida ocidental. [...] o Teatro Experimental do Negro vem procurando restaurar, valorizar e exaltar a contribuição dos africanos à formação brasileira, desmascarando a ideologia da brancura” (Nascimento, 1961, pp. 9 e 19).

Nascimento se exilou em 1968, após o golpe de Estado no Brasil e censuras sofridas. Seguiu para os EUA, desenvolvendo carreira como professor universitário e artista plástico, tomando contato com o pan-africanismo (Nascimento, 1982). Retornou ao Brasil em 1978, num momento decisivo de rearticulação do movimento negro brasileiro, condensada na criação do Movimento Negro Unificado (MNU) que evidenciaria uma outra geração de ativistas e intelectuais negros, com a qual estabelecerá, aos poucos, diálogo (Alberti & Pereira, 2007). Nesse ano, publica um livro que denuncia o genocídio do negro brasileiro (Nascimento, 1978). E, na sequência, documenta seu contato com o pan-africanismo e uma proposição, baseada nisso, de organização política para o povo negro, o *Quilombismo* (1980), retomada na segunda edição de *O negro revoltado* (1982). A denúncia do mito da democracia racial e o combate da brancura como valor estético e político ganhariam novas forças.

Ideias como “*ujamaa*”, “*kwanzaa*”, “pan-africanismo” e intelectuais negros internacionais como Molefi Asanti figuram nos textos na mesma frequência que uma plataforma política quilombista para o negro brasileiro, que mescla memória coletiva, projeto econômico e reivindicação de direitos:

“[...] se configura como um problema de direitos humanos, direitos de soberania, de autodeterminação e de protagonismo histórico. [...] No Brasil, como maioria da população, vamos além: temos o direito e a obrigação de assumir o poder em nosso país e de construir a sociedade nacional quilombista. [...] O quilombismo e seus vários equivalentes em todas as Américas – cimarronismo (Cuba e México), palenquismo (Colômbia), cubismo (Venezuela), maroonismo (Jamaica e Estados Unidos) – significam hoje uma alternativa internacional para a organização das massas afro-americanas de todo esse Novo Mundo” (Nascimento, 1982, pp. 32 e 34).

Nascimento organiza um conjunto de princípios e propósitos políticos, apresentados em discussão histórica e pontos gerais, tais como: “O quilombismo é um movimento político dos negros brasileiros [...] inspirado na República dos Palmares, no século XVI, e em outros quilombos que existiram e existem no país. [...] O quilombismo considera a terra uma propriedade nacional de uso coletivo [...] A revolução quilombista é fundamentalmente antirracista, anticapitalista, antilatifundiária, anti-imperialista e anti-neocolonialista [...]” (Nascimento, 1980, pp. 275-7); entre outras proposições, mas que não encontram imediatamente eco em portadores sociais capazes de efetivar suas ideias.

NOVAS LUTAS E ENQUADRAMENTOS: VIOLÊNCIA, MEMÓRIA, REDEMOCRATIZAÇÃO, FEMINISMO

No final dos anos 1970 e início da década seguinte articula-se a luta pela cidadania negra e a imaginação política da liberdade em cenários que conectam o passado do combate antirracista, proposto por intelectuais e associações negros, como já exposto, com demandas daquele novo tempo, cujos enfrentamentos passam por: 1) combate à ditadura civil-militar ainda vigente; 2) denúncia da crescente violência de Estado contra pessoas negras; 3) permanente combate à discriminação e ao preconceito, demandando-se legislação oficial contra o racismo; 4) aposta na memória coletiva e seu papel na luta antirracista; e 5) paulatina organização de mulheres negras, em combate contra a estrutura patriarcal e capitalista, a invisibilidade nos espaços de luta do feminismo branco e do movimento negro mais amplo, naquilo que culminaria na configuração de um feminismo negro brasileiro, articulado transnacionalmente.

Essa articulação internacional das pautas chamava a atenção de Abdias do Nascimento ao final do seu exílio: “A partir dos fins de 1977 já não compareci sozinho aos encontros negros internacionais. [...] O processo de internacionalização da luta afro-brasileira ampliava-se, fortalecido desde 1979 pela atuação de Lélia González em várias conferências nos Estados Unidos e na Europa, sobretudo levando a palavra da mulher negra brasileira aos foros estrangeiros e internacionais” (Nascimento, 1982, pp. 20-1). Além de González (1935-1994), Nascimento chama a atenção para a presença de Eduardo de Oli-

veira e Oliveira (1923-1980) nesses espaços, especialmente nos EUA. Ambos cientistas sociais com ação intelectual, dentro e fora dos espaços institucionalizados (como universidades, associações e partidos políticos).

Foram intelectuais e ativistas ligados a associações e movimentos sociais negros, especialmente nesse final dos anos 1970. Oliveira e Oliveira foi o último presidente da Associação Cultural do Negro (ACN, 1954-1976), importante coletivo de ativistas e intelectuais negros paulistanos (Silva, 2012; 2017), e também o responsável pela preservação da memória daquela associação. González, naquele momento, tem participação no Movimento Negro Unificado (MNU), criado em 1978, com o qual Oliveira e Oliveira também manterá contato. Ambos estão imersos na luta pela redemocratização contra a ditadura civil-militar, compondo parte da história cívica brasileira, da qual o movimento negro contemporâneo faz parte. Ambos também são responsáveis por articular, ao final dos anos 1970, um projeto político e intelectual que envolve a já conhecida crítica à democracia racial brasileira, mas em espaços acadêmicos (em congressos nacionais e estrangeiros) e em diálogo com a efervescência do movimento negro.

É muito significativo observar Eduardo de Oliveira e Oliveira atuando em frentes como a organização da ACN e cursos de história afro-brasileira, aproximando aquela associação da população negra de um bairro pobre paulistano (a Casa Verde), com seus colegas da Universidade de São Paulo (USP), entre 1968 e 1976. E também confrontando a produção acadêmica por meio de, ao menos, três iniciativas: a organização da Quinzena do Negro na USP, em 1977; a escrita e encenação, em parceria com a teatróloga e ati-

vista negra Thereza Santos, da peça *E agora falamos nós* (Santos, 2008); e, por último, por meio de seu projeto acadêmico de pesquisa, de investigação das relações raciais brasileiras na USP, sua aproximação com os *african american studies* e o projeto de uma *black sociology* nos EUA (Trapp, 2020).

Além disso, em 1974, o autor antecipa, em uma contundente resenha ao livro de Carl Degler, *Neither black nor white*, um problema inóspito das relações raciais no Brasil e que hoje soa como algo novo (aparecendo como debate estadunidense sobre *colorismo*), embora, como demonstrou Oliveira e Oliveira, esteja colocado na matriz das nossas relações sociais racializadas desde a colonização: o lugar sociológico do “mulato” e da mestiçagem nos estudos de relações raciais (no Brasil e nos EUA) e também na organização política afro-brasileira. Ele recordava que:

“Também no Brasil, para nós, as relações raciais são *oposições polares*, não sendo porém *polares antagônicas*. [...] Aqui gostaríamos de fazer um apelo à semântica e sugerir um outro ângulo de visão possível para o *mulatto escape hatch*. Sua tradução em português seria alçapão, palavra que comporta diferentes significados: tanto pode ser *saída de emergência*, como *armadilha preparada*” (Oliveira e Oliveira, 1974, pp. 69-70).

Ademais, havia uma historicidade política, ignorada por Degler, segundo Oliveira e Oliveira, promovida pelos movimentos sociais antirracistas brasileiros, da incorporação dos “mulatos”, “mestiços” à construção da ideia de “negro” no Brasil – portanto, construindo uma força política que não apaga-

ria as diferenças na diferença (a pele mais clara ou mais escura dos afrodescendentes não brancos), mas que tornaria o racismo e seu combate comum aos “negros” algo mais complexo. Como afirma o autor:

“O mulato racial existiu e existe tanto no Brasil como nos Estados Unidos. Mas o mulato social, apenas no Brasil [...] o lugar social a que se atribui esta mistura, e é aqui que se deve buscar a razão desta classificação. [...] Da mesma forma que nos Estados Unidos encontramos o *passing*, entre nós encontramos o “trânsfuga”, racial e social. [...] Afinal, que foram os movimentos sociais dos meios negros iniciados em São Paulo na década de 20 senão um movimento de congregação de todos os negros do Brasil em busca de uma consciência histórica, tendo à frente José Correia Leite (mulato), Arlindo Veiga dos Santos (mulato) [...] Foi precisamente através da palavra negro que buscou congregar os descendentes de africanos que os agastasse do esvaziamento fenotípico – o mulato – socialmente e mais predisposto a beneficiar-se das manifestações de hierarquização econômico-social dos grupos” (Oliveira e Oliveira, 1974, pp. 71-2).

Essa discussão sobre o lugar social dos sujeitos nas relações racializadas brasileiras é fundamental nas reflexões de Oliveira e Oliveira, levando-o a discutir, nesse texto, o mulato (mestiço) como um “obstáculo epistemológico”, complexo e desafiador para os estudiosos das relações raciais e também para os ativistas, historicamente: “[...] todo homem negro (e aqui pensamos no amplo *spectrum* em que ele pode colocar-se ou ser colocado) tem em comum sua precária, sua inexprimível relação com o mundo branco.

Fanon acrescenta: ‘Sentimento de inferioridade? Não. Sentimento de inexistência’” (Oliveira e Oliveira, 1974, p. 73). O autor parece ter seguido esse programa de pesquisa e de intervenção no debate público por meio da Quinzena do Negro e da peça explicitamente denominada *E agora falamos nós*.

A produção intelectual de Oliveira e Oliveira sofreu uma série de reveses, em nível pessoal e institucional, documentados na única pesquisa de fôlego feita sobre sua obra até hoje, do historiador Rafael Trapp (2020). Por essa razão, para além de relatórios de pesquisas e intervenções em jornais, há pouco material publicado de sua autoria. Sua inserção institucional na universidade foi por pouco tempo, como professor da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), entre 1977 e 1980. Contudo, seu projeto de estudo de relações raciais, se não finalizado de forma esperada, foi colocado em ato e influenciador de uma geração de ativistas e intelectuais negros que compareceram à sede da ACN, à Quinzena do Negro e também às reuniões do MNU.

Os debates sobre o lugar social dos negros têm diferentes contornos, no final dos anos 1970, e são importantes para os estudos afro-brasileiros. Tanto para discutir uma nova agenda dos movimentos negros, que pauta o debate sobre violência racial e o coloca em praça pública, em 1978, com a criação do Movimento Negro Unificado (MNU, 1988; Alberti & Pereira, 2007); o genocídio do negro brasileiro (Nascimento, 1978); ou, ainda, para a organização de movimentos de mulheres negras, explicitando uma agenda própria, crítica ao racismo, ao capitalismo, ao feminismo branco e também aos movimentos negros majoritariamente masculinos até então.

Lélia González foi a intelectual negra que refletiu sobre essas dimensões contextuais e o significado político da luta negra, angulada pela organização de mulheres negras em diferentes ocasiões. Vários de seus textos dispersos ou esgotados nas edições originais foram recentemente organizados em livro. Destaque-se sua análise, desde dentro, sobre o MNU (González, 1982), a articulação entre racismo, sexismo e cultura brasileira (González, 1983) e a discussão sobre um feminismo afro-latino-americano (González, 1988). Ao lado de Abdias do Nascimento e Eduardo de Oliveira e Oliveira, ela é uma referência incontornável nesse momento e ajudará a moldar muito do pensamento social negro brasileiro nas décadas subsequentes.

A avaliação que González fez do MNU colocava o movimento negro, após o golpe de Estado de 1964 e no começo dos anos 1980, na luta social pela redemocratização, para além de suas dinâmicas específicas. Apesar da repressão policial, torturas e arrocho econômico, o negro lutava contra a dominação e o “lugar natural” que a sociedade brasileira racista lhe impunha. Avançava a discussão ao dizer que as respostas foram de vários “movimentos negros”, não os tratando numa univocidade e mostrando a efervescência da cena política negra, especialmente no Sudeste. Nesse cenário, González flagra a emergência do movimento de mulheres negras. “Chegou a um ponto que as mulheres passaram a se reunir separadamente para, depois, todos se reunirem numa sala maior, onde se discutia problemas comuns. É claro que pintou machismo e paternalismo, mas também solidariedade e entendimento” (González, 1982, pp. 34-5).

A autora explicitou algo que seria cada vez mais pujante em termos de atuação

política e intelectual negra: a presença das mulheres negras na cena pública, saindo do duplo lugar de dominação imposta, inclusive entre seus pares homens negros. González reflete sociologicamente sobre isso em ao menos dois textos fundamentais, afirmando provocativamente o protagonismo dessa voz negra: “[...] o lixo vai falar, e numa boa” (González, 2020, p. 78). Com o debate sobre racismo e sexismo na sociedade brasileira, ela criticou interpretações consagradas sobre o país, que pensavam o negro como subalterno (especialmente Caio Prado Jr. e Gilberto Freyre), retomava a discussão sobre a naturalização do lugar da dominação e explicitava que, em verdade, racismo, sexismo e violência são os valores corrompidos da formação da sociedade brasileira, com os quais homens negros e mulheres negras, especialmente, tiveram de lidar para viver. Curiosamente, a influência e a presença maciça da experiência negra nesta sociedade a levavam a perguntar: “Por que vivem dizendo pra gente se pôr no lugar da gente? Que lugar é esse?” (González, 2020, p. 90).

Considerando sua trajetória e trânsito internacional, a discussão ganha contornos transnacionais, levando a um outro texto importante da autora, sobre um feminismo afro-latino-americano. Ela já vinha perseguindo teoricamente a ideia de uma “América” e uma “amefricanidade”, cuja duplicidade (ser americano e africano simultaneamente) remete à conhecida discussão sociológica de Du Bois sobre raça, modernidade e dupla consciência (Du Bois, 1999); no entanto, acrescida de gênero. Seu argumento é incisivo:

“[...] o feminismo latino-americano perde muito de sua força abstraindo um fato da

maior importância: o caráter multirracial e pluricultural das sociedades da região. Lidar, por exemplo, com a divisão sexual do trabalho sem articulá-la com a correspondente no nível racial é cair em uma espécie de racionalismo universal abstrato, típico de um discurso masculinizante e branco. Falar de opressão à mulher latino-americana é falar de uma generalidade que esconde, enfatiza, que tira de cena a dura realidade vivida por milhões de mulheres que pagam um preço muito alto por não serem brancas” (González, 2020, p. 142).

“Nós somos invisíveis nos três aspectos do movimento de mulheres [...] somos descoloridas ou desracializadas e colocadas na categoria popular” (González, 2020, p. 148). A autora explicita uma agenda na qual ela estava imersa, articulada com o movimento transnacional de mulheres e com a organização do movimento de mulheres negras e seus encontros na década de 1980. Esse texto é publicado no mesmo ano em que seria fundado o Instituto da Mulher Negra – Geledés, tendo entre suas precursoras, dentre outras, uma “discípula” direta das análises e movimentos de Lélia e Thereza Santos: Sueli Carneiro, referência contemporânea do feminismo negro brasileiro.

Também no contexto dos anos 1970, torna-se parte da agenda intelectual e ativista negra a discussão sobre os quilombos e suas continuidades como experiências negras. É um tema que acompanha a reflexão de autores negros como Édison Carneiro e Clóvis Moura, mas passa a ser reposicionado pela historiadora Beatriz Nascimento (1942-1995) e por sua atuação junto ao Grupo de Trabalho

André Rebouças, na Universidade Federal Fluminense. Os textos dispersos da historiadora têm sido reeditados, nos últimos anos, especialmente graças ao trabalho de investigação do cientista social Alex Ratts (2007, 2021). Beatriz procurou articular diferentes projetos de pesquisa em arquivos históricos, regiões em diferentes estados que eram identificadas como localidades em espaços de antigos quilombos, pautar o tema em eventos acadêmicos e questionar a maneira como cientistas sociais e historiadores, ao longo dos anos 1970 e 1980, viam a questão dos quilombos e aquilombamentos na história brasileira. Além disso, ambicionou um longo debate de conexão analítica entre os quilombos e as favelas surgidas ainda no final do século XIX, tornando-se uma realidade habitacional e cultural da população negra. Infelizmente, teve uma carreira acadêmica com interrupções, assassinada vítima de violência ao proteger uma amiga em 1995.

Na visão de Beatriz, os quilombos expressavam uma experiência vital negra brasileira, que ia além do importante debate sociológico ou mesmo histórico de seu tempo. Para além da luta de classes, resistência, ou forma de guerra, reconhecendo tudo isso, a historiadora sugeriu, no texto “Por uma história do homem negro” (1974): “[...] Não se estuda, no negro que está vivendo, a História vivida. Somos a *História Viva do Preto*, não números” (Ratts, 2007, p. 97). Tal perspectiva recorda a de Alberto Guerreiro Ramos. E a autora buscou conferir operacionalidade política e intelectual a essa visada, fosse num projeto de pesquisa ou na colaboração ao filme *Ori*, de 1989, em parceria com Raquel Gerber, com o intuito de docu-

mentar as ações dos movimentos negros ao longo dos anos 1970 e 1980. No caso do projeto de investigação, ela afirmou no texto “Kilombo e memória comunitária: um estudo de caso”, de 1982:

“Dizendo isto, estou tentando transmitir minha experiência na pesquisa sobre os quilombos brasileiros, pesquisa que tomou no projeto o título de ‘Sistemas sociais alternativos organizados pelos negros – dos quilombos ou favelas’. Este projeto é também um grande sonho. Cientificamente falando, pretendemos demonstrar que os homens e seus grupamentos, que formaram no passado o que se convencionou chamar ‘quilombos’, ainda podem e procuram fazê-los” (Ratts, 2007, p. 109).

Isso foi uma contribuição importante para uma agenda de investigação a respeito dos “remanescentes de quilombos”, tema dos movimentos e da ação política negra na década de 1980, que ganharia, como ressaltou o já citado texto de Flávio Gomes, texto na Constituição Federal de 1988. Além disso, também foi um projeto intelectual influente para uma nova geração de pesquisadores negros e negras.

PROTAGONISMO POLÍTICO AFRO-BRASILEIRO E OS ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS

Pesquisas recentes têm explicitado que a agenda política da década de 1980, pautada pela ação e pensamento social negro, protagonizada por intelectuais e ativistas negras e negros, foi decisiva para reconfigurar tanto a percepção pública sobre

as relações raciais no Brasil como políticas públicas de combate ao racismo e à discriminação racial. Seja na luta pela redemocratização política, por meio dos movimentos e organizações negros; a pauta da memória social afro-brasileira, promovendo a Serra da Barriga como Memorial a Zumbi dos Palmares e patrimônio cultural, bem como a demarcação, titulação e patrimonialização das “terras de pretos”, territórios quilombolas; ações públicas contra a discriminação racial, atos e movimentos pela criminalização do racismo, que culminariam na Lei 7.716/1989 (a “Lei Caó”); a denúncia da “farsa da Abolição” na comemoração crítica do Centenário de 1988; a participação ativa da Assembleia Nacional Constituinte culminando na inclusão de pautas do movimento negro na Constituição Federal de 1988 (Alberti & Pereira, 2007; Rios, 2014; Nérís, 2018).

Esses pontos serão decisivos nas conquistas públicas dos movimentos negros e seus intelectuais orgânicos brasileiros, acerca das políticas públicas de ações afirmativas ou a paulatina representação no

âmbito do Estado em seus diferentes níveis, por meio de governos democraticamente eleitos. As ideias têm força social, com portadores capazes de torná-las reivindicações e movimentos públicos, a depender dos recursos, adversidades e forças políticas envolvidas. Meu argumento aqui é que o pensamento social negro brasileiro, no século XX, produzido por intelectuais negros e negros brasileiros, sintonizados com questões locais e globais de seus tempos, foi responsável por um longo caminho de disputas intelectuais, com alcances e limites concretos em diferentes aspectos da sociedade, capazes de moldar aspectos da cidadania brasileira. Neste texto, enquadrei alguns desses aspectos, por meio de estudos fundamentais, de autoria afro-brasileira, focados nos temas da insurgência, liberdade, cidadania e direitos. Não é possível uma história crítica da cidadania no Brasil sem que afro-brasileiros homens e mulheres tenham destaque. Tampouco uma história do pensamento social sobre o país, sob pena de discriminação racista e um retrato mal-apresentado.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, V.; PEREIRA, A. A. *Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro, Pallas, 2007.
- BICUDO, V. L. *Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo*. São Paulo, Sociologia e Política, 2010.
- CARNEIRO, E. *Ladinos e crioulos: estudos sobre o negro no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964.
- CARNEIRO, E. *O quilombo dos Palmares*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1988.
- DU BOIS, W. E. B. "Sobre as nossas lutas espirituais", in *As almas da gente negra*. Rio de Janeiro, Lacerda, 1999.
- GOMES, F. "Quilombos/remanescentes de quilombos", in L. Schwarcz; F. Gomes (orgs.). *Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo, Companhia das Letras, 2018.
- GOMES, J. D. *Os segredos de Virgínia: estudos de atitudes raciais em São Paulo (1945-1955)*. Tese de doutorado. São Paulo, FFLCH/USP, 2013.
- GONZÁLEZ, L. "O movimento negro na última década", in L. González; C. Hasenbalg. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1982.
- GONZÁLEZ, L. *Por um feminismo afro-latino-americano*. São Paulo, Companhia das Letras, 2020.
- GUERREIRO RAMOS, A. "O problema do negro na sociologia brasileira", in *Cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo*. Rio de Janeiro, Editorial Andes, 1954.
- GUERREIRO RAMOS, A. "Patologia social do branco brasileiro", in *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro, Editorial Andes, 1957.
- MOURA, C. *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. São Paulo, Anita Garibaldi, 2020.
- MOURA, C. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo, Ática, 1988.
- MOURA, C. *Dicionário da escravidão negra no Brasil*. São Paulo, Edusp, 2004.
- MNU. *1978-1988: 10 anos de luta contra o racismo*. São Paulo, Confraria do Livro, 1988.
- NASCIMENTO, A. do. *Dramas para negros e prólogo para brancos*. Rio de Janeiro, Teatro Experimental do Negro, 1961.
- NASCIMENTO, A. do. *TEN: Testemunhos*. Rio de Janeiro, GRD, 1966.
- NASCIMENTO, A. do. *O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista*. Petrópolis, Vozes, 1980.
- NASCIMENTO, A. do. *O negro revoltado*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982.
- NÉRIS, N. *A voz e a palavra do movimento negro na Constituinte de 1988*. Belo Horizonte, Casa do Direito, 2018.
- OLIVEIRA, L. L. *A sociologia do guerreiro*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1995.
- OLIVEIRA E OLIVEIRA, E. de. "O mulato: um obstáculo epistemológico". *Argumento*, n. 3, ano 1, 1974, pp. 65-73.
- RATTS, A. *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2007.
- RATTS, A. (org.). *Uma história feita por mãos negras*. São Paulo, Zahar, 2021.
- RIOS, F. "Elite política negra no Brasil". Tese de doutorado. São Paulo, FFLCH/USP, 2014.
- ROSSI, G. *O intelectual feiticeiro: Edison Carneiro e o campo de estudos das relações raciais no Brasil*. Campinas, Editora da Unicamp, 2015.

SALETE, M. de. *Cumbe*. São Paulo, Veneta, 2014.

SALETE, M. de. *Angola Janga*. São Paulo, Veneta, 2017.

SANTOS, T. *Malunga Thereza Santos: a história de vida de uma guerreira*. São Carlos, EdUFScar, 2008.

SILVA, M. A. M. da. "Fazer história, fazer sentido: Associação Cultural do Negro (1954-1964)". *Lua Nova*, n. 85, 2012, pp. 227-73.

SILVA, M. A. M. da. "Outra ponte sobre o Atlântico Sul: descolonização africana e alianças político-intelectuais em São Paulo nos anos 1960". *Análise Social*, n. 225, vol. 52, 2017, pp. 804-26.

TRAPP, R. P. *O elefante negro: Eduardo de Oliveira e Oliveira, raça e pensamento social no Brasil*. São Paulo, Alameda, 2020.

ZAMBRANO, C. G. "Mulheres negras em movimento: ativismo transnacional na América Latina (1980-1995)". Tese de doutorado. São Paulo, FFLCH/USP, 2017.



Domínio público/ Wikimedia Commons

A questão nacional no Centenário da Independência: uma nação em busca da modernidade

Marly Motta



resumo

A proposta do artigo é analisar a mobilização da intelectualidade brasileira no intuito de construir um Brasil moderno por ocasião da celebração dos cem anos da Independência (1922). Marcada pela missão de “fecundar ideias singulares”, nem por isso a “geração de 22” se furtou a buscar a modernidade através de uma integração crítica e seletiva das ideias que então circulavam na Europa. Essa integração desemboca em duas correntes de pensamento – a *tradição* e a *vanguarda* –, que disputam o papel de porta-vozes exclusivos do que deveria ser o Brasil moderno. Como resultado dessa busca por um “novo” país, examinamos o projeto intelectual que visou à desqualificação do Rio de Janeiro como “cabeça da nação”, e sua substituição por São Paulo, lócus de produção de uma nova identidade nacional.

Palavras-chave: modernidade; geração de 22; questão nacional; memória.

abstract

The paper's purpose is to analyze the mobilization of the Brazilian intellectuals to construct a modern Brazil at the Brazil Independence's centenary (1922). Marked by the proposal to “fertilize unique ideas” the “generation of 22” did not shy away from seeking modernity from the critical and selective integration of ideas that were circulated in Europe. This integration led to two streams of consciousness – tradition, and vanguard – that dispute the role of exclusive voices of what should be modern Brazil. As a result of this movement to search a new country, we examine the intellectual project that aimed to disqualify Rio de Janeiro as the “head of nation” in favor of São Paulo, the locus of the intellectual production of a new national identity.

Keywords: *modernity; generation of 22; national question; memory.*

O 7 DE SETEMBRO EM FOCO: O BRADO RETUMBANTE

“Em 1822, foi criado o próprio povo brasileiro [...]; a nossa personalidade histórica, o alicerce de nosso futuro, tudo isso é obra de uma data: o sete de setembro” (*Correio da Manhã*, 5/6/1920).

Que o 7 de setembro é um lugar de memória (Nora, 1984) da nação brasileira, sabemos todos. Afinal, não nos esquecemos dos desfiles embandeirados de verde-amarelo nas escolas, das paradas militares ao longo das principais avenidas das cidades, do feriado aproveitado para passeios ou descanso. Certamente as comemorações dos cem anos, em 1922, na vigência de Estado de sítio, ou do Sesquicentenário, em 1972, em plena ditadura militar, foram marcadas pelo

duplo sentimento, por certo paradoxal, de repúdio ao regime político então vigente e de celebração à liberdade conquistada com o “grito do Ipiranga”. Nada, no entanto, se equiparou ao 7 de setembro de 2021, a um ano da celebração do Bicentenário. Convocada pelo presidente Bolsonaro sob o signo do “Dia da Pátria”, a multidão, que se espremeu para gritar improperios contra o STF e o Congresso, instituições basilares do Estado democrático, aproveitou a *data magna* que marcou a liberdade da nação para clamar pela liberdade de negar a democracia e de exaltar uma intervenção militar no país. Estranha associação... Foi um tiro n’água, felizmente.

Ao contrário do que parece hoje, a elevação do 7 de setembro como “Dia da Pátria” resultou de um delicado processo simbólico que envolveu disputas entre várias outras datas. A República,

MARLY MOTTA é professora aposentada da FGV/RJ e autora de, entre outros, *A nação faz cem anos: a questão nacional no Centenário da Independência* (Editora FGV).

por exemplo, não viu com bons olhos o grito do Ipiranga proclamado pelo príncipe português. Afinal, o novo regime teria que lidar com a projeção de uma arquitetura simbólica do nacional, que marcasse a República como a verdadeira entidade representativa da sociedade como um todo. Apesar de o calendário cívico de inspiração positivista guardar o 7 de setembro como o dia da “Independência”, ao 15 de novembro foi destinado o lugar especial de dia da “comemoração da pátria”. No entanto, o grito do Ipiranga acabou se impondo como data maior da nacionalidade por um conjunto de fatores: pela necessidade de conciliação com os monarquistas, pela inviabilidade do 7 de abril de 1831, que marcou a saída de d. Pedro I do Brasil, de se consolidar como marco da ruptura com a metrópole e, sobretudo, pela maior habilidade da intelectualidade monarquista de impor o “seu passado”. De uma maneira ou de outra, o fato é que o 7 de setembro ganhou agora um relevo excepcional, que cresce à medida que, agora, em 2022, celebra-se os 200 anos da Independência. Não por acaso, torna-se cada vez mais pertinente o interesse pelos festejos do primeiro centenário, em 1922. Em meu caso particular, há um interesse ainda maior, já que este foi o tema de minha dissertação de mestrado, defendida em 1991 junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UFRJ¹.

Podemos começar comparando as respectivas convocações para os festejos comemorativos, os de 1922 e os de 2022.

Por coincidência – ou não –, o primeiro chamamento, em ambos os casos, veio com uma antecedência de seis anos. Em 2016, o então presidente Michel Temer instituiu a Comissão Ministerial Brasil 200 anos, sob a coordenação do hoje extinto Ministério da Cultura. Atualmente ela se encontra nas mãos da Secretaria da Cultura, a qual tem sido cobrada por “não fazer nada”, ou, melhor dizendo, por ainda não ter lançado “nenhum brado retumbante para dar início aos festejos do Bicentenário da Independência”. A demanda comemorativa veio por meio da imprensa, e partiu de setores que se identificam como “nacionalistas” por aí perceberem uma excelente oportunidade para “valorizar os símbolos e as datas nacionais”. O Senado, por sua vez, criou também uma comissão do Bicentenário, esta entregue a um senador de esquerda, Randolfe Rodrigues (Rede/AP), que adiantou: “O Bicentenário não passará em branco. Se [o governo federal] não quiser comemorar, nós o faremos”². O secretário nacional de Cultura passou recibo e, dias depois, anunciou o lançamento de um edital para projetos audiovisuais com o objetivo de “resgatar a memória de todos os grandes heróis da nossa Independência”³.

A primeira chamada para a comemoração do Centenário ocorreu em janeiro de 1916, quando a *Revista do Brasil*, em seu primeiro número, anunciou a necessidade de se celebrar festivamente esse “primeiro

1 A dissertação foi publicada em: Motta (1992).

2 “O silêncio retumbante”, *O Globo*, 7/8/2021, segundo caderno, p. 1.

3 *O Globo*, 11/8/2021, segundo caderno, p. 5.

marco glorioso da existência nacional”. A “vigilância comemorativa” invadiu outros órgãos da imprensa menos comprometidos com a fé nacionalista, mas que, não obstante, nomeavam aqueles que deveriam necessariamente se “aparelhar para a grande data”: o Congresso, os institutos sábios, os artistas e literatos. A revista mensal de variedades *Eu Sei Tudo*, por exemplo, em artigo intitulado “Noventa e cinco anos de independência”, observava que “[...] com a aproximação do Centenário da nossa Independência parece que se afervora o culto cívico, o ardor patriótico pelo 7 de setembro ganhando intensidade de ano para ano” (Motta, 1992, p. 17).

O conteúdo de algumas das convocações para a celebração da nação centenária conduz a um universo de questões que remete a uma comunhão entre os feitos do passado – “indagando as *origens* aqui e ali” –, a situação presente – o Centenário como “um resumo da grande *tragicomédia nacional*” – e as perspectivas do futuro, já que seria a oportunidade de “grandes *rompimentos*, de tomar um bom lombrigueiro”. O tom das recomendações, às vezes resvalando para o deboche e o sarcasmo, revelava o grau de expectativa detonado pelo “faustoso” acontecimento. A um mês do 7 de setembro, veio a convocação geral: “Por mais que tapem os ouvidos [...], hão de ouvir o nosso zabumba [...]. Acordem, homens. O Centenário está chegando!” (Motta, 1992, pp. 16-7).

Este texto se divide em quatro partes. Na primeira, busco retratar a mobilização da intelectualidade brasileira no intuito de construir um Brasil moderno por ocasião da celebração dos cem anos da Independência. Nas partes subsequentes, apresento

duas correntes de pensamento – a *tradição* e a *vanguarda* –, as quais advogam para si o papel de porta-vozes exclusivos da modernidade do pós-guerra. Finalmente, examino o projeto intelectual que visou à elevação da capital bandeirante à condição de matriz dessa sonhada “moderna” nacionalidade brasileira dos anos 1920.

TUDO POR UMA NAÇÃO MODERNA!

“Não era esta a República dos meus sonhos” (Oliveira Vianna).

Dos vários aspectos que têm marcado as novas abordagens sobre a década de 1920, pelo menos três devem ser especialmente destacados. Em primeiro lugar, a percepção da especificidade do período, em contraposição a uma tendência marcante na historiografia brasileira que via os anos 20 apenas como “explicativos dos 30”. Abandonada essa incômoda posição de “antecedente”, e iluminada por suas questões, os 20 passaram a ocupar um lugar e uma identidade próprios no panorama historiográfico. Ao mesmo tempo, não há como negar a sedução que a inquietação dessa década naturalmente exerce sobre a intelectualidade de um país sempre às voltas com o dilema de estar entre a catástrofe iminente e a esperança de algo novo: menos preocupada com influências ou heranças, a historiografia recente compartilha com a “geração de 22” a utopia da inserção do país na modernidade. Finalmente, é preciso destacar a abertura do leque de temas que particularmente marcaram o período. Ou seja, além dos eventos tradicionais – a fundação do PCB,

a Semana de Arte Moderna e a irrupção do movimento tenentista –, cujo lugar na memória e na historiografia nacionais foi cuidadosamente construído ao longo do tempo, verifica-se agora a introdução de objetos antes relegados a segundo plano. Refiro-me, por exemplo, à tensa sucessão presidencial de 1922, ou à organização de um centro do pensamento católico, como o Centro Dom Vital, ou ainda a propostas de reformas educacionais.

Em relação especificamente ao Centenário da Independência, este costumava ser marcado pela suspeição que comemorações coletivas despertavam na comunidade de historiadores. Tais celebrações, que encarnariam o artificialismo e o elitismo da ideologia dominante, poderiam interessar, se tanto, à dita história oficial. O estudo de Mona Ozouf sobre as festas da Revolução Francesa pode ser considerado um importante passo para a quebra de tais preconceitos (Ozouf, 1976). Destacando o caráter institucional do evento comemorativo pela massa de relatórios, discursos, projetos e propostas que lhe foram dedicados, a historiadora francesa enfatiza sobretudo o aspecto pedagógico da comemoração, chamada a se tornar a “professora da nação”. É, pois, no âmbito de uma corrente historiográfica preocupada com o delicado processo de construção das nações que se desenvolveram estudos sobre a constituição do *universo nacional*, ou seja, símbolos, práticas, comportamentos e valores que, ao definirem o que é comum a um grupo e o que o diferencia de outros, tornam-se elementos básicos da identidade nacional. “Datas magnas” – como o 4 de julho nos EUA, o 14 de julho na França, ou o 7 de setembro no Brasil

– são lugares de sacralização da nação e de identificação do nacional (Anderson, 1979; Hobsbawm, 1991; Oliveira, 1990; Skidmore, 1976; Carvalho, 1990).

Uma vasta documentação, especialmente representada por jornais, revistas, livros, congressos e palestras, indica efetivamente que a comemoração do Centenário mobilizou a intelectualidade dos dois principais centros urbanos do país, Rio de Janeiro e São Paulo. Ao forçar a busca das origens e a avaliação do papel das figuras históricas, ao julgar o passado colonial e as realizações republicanas, suscitou debates sobre a formação e as perspectivas da sociedade brasileira, recolocando de forma especialmente urgente o dilema da “tragicomédia nacional”. Parcelas dessa sociedade, através de seus intelectuais, políticos e líderes, se viram diante do desafio de responder: afinal, depois de cem anos, que país era aquele? Foram então formuladas novas interpretações e renovadas as anteriores. Umhas e outras voltadas para o entendimento do presente, porém obrigadas a voltar ao passado – buscando “as origens aqui e ali” – e a projetar o futuro, criando um país à altura do século XX.

Em desacordo sobre os reais motivos do descompasso do país com a modernidade, divergindo em torno dos caminhos que a ela deveriam conduzir, a intelectualidade brasileira convergia, no entanto, na compreensão de que o Centenário seria o momento-chave em que tais questões deveriam ser discutidas. O grande desafio era, sem dúvida, romper com o passado recente, encarnado, por um lado, em uma *belle époque* falida após a Primeira Guerra Mundial e, por outro, em uma República que se revelou bem distante

dos sonhos dos primeiros republicanos. Ou seja, de qualquer maneira era preciso buscar novos parâmetros para definir uma nação moderna, já que o modelo até então consagrado parecia esgotado. Como veremos, essa preocupação estaria presente nas obras de Oliveira Vianna, Licínio Cardoso, Manoel Bomfim, Monteiro Lobato, Mário de Andrade, Alberto Torres, entre outros.

Marcada pela missão de “fecundar idéias singulares” – “basta de fecundação artificial”, bradou Ronald de Carvalho (Cardoso, 1924, p. 221) –, nem por isso a “geração de 22” se furtou a buscar a modernidade através de uma integração crítica e seletiva das ideias que então circulavam na Europa, e que revelariam o desmoronar de valores – o liberalismo, o racionalismo, o otimismo cientificista – que até então haviam sustentado a *belle époque*. O desencanto com os princípios racionais acentuou o papel do inconsciente, crescendo o interesse pelas filosofias que pregavam o predomínio dos sentimentos e emoções e apelavam para a imaginação. Ir ao fundo de nós mesmos significava, dentro dessa perspectiva, buscar as raízes, as forças primitivas e mitológicas que fundavam o nosso ser. Era fundamental fazer emergir o “verdadeiro espírito nacional”, relegado a segundo plano pelo encanto que a mágica cosmopolita prometera em grandiosas exposições universais. Em termos políticos, a decadência espreitaria o Estado liberal construído pela “burguesia conquistadora” ao longo do século XIX. A rejeição à “velha” política liberal de eleições e cadeiras no Parlamento, substituída pela organização do proletariado em

sindicatos e pela formação de uma ativa liderança que “guiasse as massas”, aproximava direita e esquerda, conquanto seus objetivos finais fossem distintos. Desse modo, o anti-intelectualismo, o antiliberalismo e o nacionalismo foram componentes que alimentaram o chamado *pensamento tradicionalista*, mas que foram igualmente levantados pelas *correntes de vanguarda* para demolir o que chamavam de “passadismo”. Abastecidas nas mesmas fontes, *tradição* e *vanguarda* reivindicaram para si o monopólio de portadoras da modernidade pós-guerra.

Do mesmo modo, a intelectualidade brasileira comprometida com a construção de um país moderno oscilou entre a *vanguarda* e a *tradição*. É marcante a diferença entre essas duas elites intelectuais: a primeira, ligada às ideias vanguardistas europeias, propunha a ruptura com os valores ditos clássicos, e buscava sintonizar a realidade nacional com o ritmo veloz e febril do novo mundo urbano e industrial; a outra, igualmente filiada a correntes internacionais, porém de caráter conservador, se distinguia pelo apelo aos valores da natureza e do campo, pelo repúdio ao industrialismo e à modalidade da vida urbana, litoralista, cosmopolita e liberal. Ambas se uniam pela oposição às pretensões da razão universal derrotada na guerra e advogavam a originalidade de cada nação. É claro que, como em todas as classificações excessivamente simples, a dicotomia por vezes torna-se artificial, uma verdadeira camisa de força. Porém, como todas as distinções encerram algum grau de verdade, a oposição *tradicionalismo x vanguarda* oferece um ponto de partida para a reflexão. Assim, não temos

dúvida sobre a diferença entre Oliveira Vianna e Mário de Andrade.

O BRASIL ESTÁ NO INTERIOR: OS AMANTES DA TRADIÇÃO

“É preciso frisar que o Brasil está no interior [...], nos sertões onde o sertanejo vestido de couro vaqueja [...] sem um escrúpulo de *francesismo* a lhe aleijar a alma [...]. Romper com as ideias importadas significava deixar de ser caranguejo a arrANHAR o litoral” (Monteiro Lobato).

Elaborada em grande parte no âmbito da Action Française, movimento nacionalista francês fundado em 1889, a corrente tradicionalista, como foi dito antes, pregava que, ao se afastar do mundo natural por meio da artificialidade do maquinismo e do meio urbano, o homem teria perdido o contato com o que se considerava “reais virtudes da civilização”. A adesão aos valores “sólidos” da tradição rural, a filiação às correntes que pregavam um retorno à natureza, a valorização da atividade agrária frente à “ameaça industrialista” atraíam tanto os intelectuais da Reação Católica, como Jackson de Figueiredo e Tristão de Ataíde, como os verde-amarelos, Plínio Salgado e Cassiano Ricardo à frente, ou ainda Oliveira Vianna e Monteiro Lobato, membros de uma elite agrária em crise. Apesar das diferenças entre eles, havia uma crença comum de que a identidade nacional teria que ser buscada longe dos centros urbanos litorâneos corrompidos pelo “vício da imitação”. Romper com as ideias importadas significava deixar de ser caranguejo a arrANHAR o litoral.

Marcada pelo retomar do pensamento romântico, a corrente tradicionalista tendeu a privilegiar o espaço. A ideia da espacialização e da geografização do Brasil como referenciais para exprimir a *brasilidade* foi desenvolvida pelo grupo Verde-Amarelo, em especial por Plínio Salgado, cujos artigos escritos para o jornal *Correio Paulistano* foram posteriormente reunidos no livro *Geografia sentimental*. O espacial seria o elemento definidor do Brasil e garantidor de sua originalidade no quadro internacional, e a geografia, por isso mesmo, o instrumento mais adequado para uma reflexão sobre a nacionalidade brasileira. O mapa do Brasil devia se tornar objeto de culto cívico, pois a contemplação dos acidentes geográficos gerava o sentido profundo da unidade da pátria. Quem não se lembra do primeiro contato com o Brasil, “fazendo rios com tinta azul e montanhas com lápis marrom, traçando fronteiras com tinta vermelha...”? concluiu Plínio Salgado (Velloso, 1987, s/p). Afinal, se a avaliação dos cem anos de história parecia nos condenar, a geografia poderia nos redimir.

De maneira enfática, os tradicionalistas pregavam que, para enfrentar esse mundo do pós-guerra que parecia se desmanchar no ar, o homem moderno precisava de raízes ancoradas na *tradição nacional*, no “seio de um mundo harmonioso”, calcado na ordem e na coesão social. Considerado por parte da historiografia como apenas uma “manifestação ideológica dos setores agrários conservadores” frente ao crescente espaço ocupado pelos interesses industriais no panorama econômico e político, o chamado *pensamento agrá-*

rista ou *ruralista* expunha um projeto de identidade nacional, cuja matriz se inseriu no quadro de modelos interpretativos da nação brasileira (Gomes, 1980). Não resta dúvida de que tal projeto se ligou à certeza amplamente difundida de que a República litoralista e cosmopolita, nos moldes do “afrancesado” Rio de Janeiro, a capital federal, não trouxera – nem traria – o tão esperado “progresso que sintonizaria o país ao século XX”.

Seguindo essa linha de análise, pode-se concluir que a adesão a uma cultura artificial importada acriticamente teria impedido a intelectualidade de pensar a “nação real”. Preocupado com a tradução do especificamente nacional, buscando a linguagem autêntica e autônoma que transcendesse a mera cópia de um ecletismo afrancesado, Monteiro Lobato, por exemplo, reagiu violentamente à exposição de Anita Malfatti, em dezembro de 1917: “Sejamos sinceros: futurismo, cubismo, impressionismo e *tutti quanti* não passam de arte caricatural” (Monteiro Lobato apud Brito, 1971, pp. 53-4). Moderno seria o naturalismo, bem representado pelas obras de Almeida Junior, como *O caipira picando fumo*, arte brasileira, sem dúvida.

“FUJAMOS DA NATUREZA” – OS AMANTES DA VANGUARDA

“Queremos luz, ar, ventiladores, aeroplanos, reivindicações obreiras, motores, chaminés de fábricas, sangue, velocidade” (Menotti Del Picchia).

“Fujamos da natureza”, essa era a palavra de ordem da *vanguarda*, ao marcar uma

opção de enfrentamento da modernidade radicalmente oposta à dos tradicionalistas. O *Manifesto futurista*, de Marinetti (1909), marcado pela apologia da “destruição dos museus, das bibliotecas, das academias” e pelo elogio das “grandes massas agitadas pela sublevação”, indicava o desejo, marcante na vanguarda europeia, de igualmente exaltar a vida moderna: só que não na natureza ou no sertão, e sim no maquinismo e no universo urbano. Para um expressivo grupo de intelectuais brasileiros, especialmente aqueles que dentro do Modernismo admiravam os cânones vanguardistas – Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Menotti Del Picchia, Tarsila do Amaral, Anita Malfatti, Villa-Lobos, para citar os principais –, era difícil acreditar que o Brasil estava representado em *O caipira picando fumo*. Modernidade residia, sim, no cubismo, no impressionismo e *tutti quanti*, em uma referência irônica a Monteiro Lobato, que havia criticado duramente a exposição de Anita Malfatti, em 1917.

Apesar de representar uma dentre as diversas correntes intelectuais que buscavam a modernidade, a *vanguarda* conseguiu uma grande vitória ao se apossar dos termos *Modernismo* para o seu movimento e *modernistas* para os seus membros. A oposição ao que chamavam de “passadismo”, a busca de sintonia com as vanguardas europeias, a adesão ao dinamismo da vida urbana e a seus novos valores revelavam o desejo de “salvar a nação e inventar o mundo”, conforme Mário de Andrade (1967). Foi a descoberta do poeta belga Verhaeren que o levou, inspirado em *Villes tentaculaires*, a fazer um livro de poesias em verso livre sobre São Paulo, *Pauliceia desvairada*. Del Pic-

chia foi explícito: nesse novo cenário, não haveria lugar para a “consciência ‘peri’, a arte ‘peri’ [...] símbolos da superstição pelo passado, que não pode(ria) continuar na era do automóvel e do aeroplano”. A incorporação do país centenário à ordem moderna, compreendida como urbana e industrial, precisava se afastar do “nacionalismo carro-de-boi, com Jeca, canto de cambaxirra e regato sussurrante...” (Del Picchia apud Motta, 1992, p. 39). As referências ao romantismo “peri” de José de Alencar e ao naturalismo do “Jeca” de Lobato eram claras. De Mário de Andrade partiu o brado “fujamos da natureza”, a alertar que não seria nas matas ou no sertão que se encontraria o tipo representativo da nacionalidade. O Parnasianismo, taxado de ultrapassado por aprisionar a linguagem nos cânones rígidos da métrica e da rima, era o alvo a ser atingido, liberando a palavra das amarras estéticas e deixando que ela circulasse em um universo de formas novas produzidas pela realidade urbano-industrial, pontuada pela presença do imigrante: “É o milagre do idioma e o contágio das tradições nacionais de que se impregnam as levas estrangeiras que aqui aportam, que *abrasileiram a nova raça*” (Del Picchia apud Motta, 1992, p. 40).

TRADIÇÃO E VANGUARDA, TEU NOME É SÃO PAULO

“Arranha-céus/Fordes/Viadutos/Um cheiro de café/No silêncio emoldurado” (Oswald de Andrade).

Um dos movimentos que resultaram dessa busca de um Brasil moderno para

fazer frente à celebração do Centenário da Independência foi o da desqualificação do Rio de Janeiro como “cabeça da nação” e sua substituição por São Paulo, locus de produção de uma nova identidade nacional. Litoralista, desligada dos valores autenticamente nacionais, passadista, dependente do Estado, a capital federal estaria associada a uma República taxada como falida e corrupta. Já São Paulo seria o resultado de uma perfeita simbiose das qualidades da vida rural com as do progresso urbano, solução para conjugar a vitória do industrialismo com os valores “profundos e autênticos” da nação. No entanto, o sucesso desse empreendimento dependeria da elaboração de uma argumentação sólida e abrangente, de caráter político, econômico, social e, sobretudo, cultural, capaz de garantir a São Paulo o lugar privilegiado de formador do “espírito nacional”. Que momento seria mais adequado para lançar esse projeto ambicioso do que o da comemoração do Centenário da Independência?

Sendo assim, seria no terreno fluido da memória do passado onde se travariam os mais duros combates em favor da “metrópole bandeirante”, justamente quando, por força da celebração do centenário da nação, buscava-se uma nova matriz capaz de conciliar os valores da modernidade dos “arranha-céus, fordes, viadutos” com os da brasilidade do “cheiro do café”. Em artigo publicado no *Correio Paulistano* de 8 de setembro de 1922, Júlio Prestes, futuro presidente do estado de São Paulo, apresentava as razões pelas quais a capital paulistana teria sido o centro das comemorações do Centenário da Independência:

“[...] por ela se fez a primeira conquista [...]; por ela penetrou na América a civilização latina [...]; por ela, os patriarcas da nossa emancipação política conduziram dom Pedro I ao grito de ‘Independência ou morte’; por ela, a escravidão voltou à liberdade; por ela, galvanizou o Brasil com os clarões de sua fé republicana [...]” (Júlio Prestes apud Motta, 1992, p. 106).

É fácil perceber que a construção dessa memória se assentou na confluência de elementos da geografia e da história, combinados de uma maneira especial para firmar a crença de que São Paulo era o “berço da nação”. Seguindo o roteiro traçado por Júlio Prestes, a cidade bandeirante foi apresentada como centro irradiador da “primeira conquista” do território da colônia (Vila de São Vicente) e eixo de penetração da “civilização latina” no interior (as bandeiras). Afastados do litoral pela barreira da Serra do Mar, atraídos pelos rios que corriam para o “sertão”, os bandeirantes de Piratininga, longe dos olhos da Coroa, puderam desenvolver, graças a essas peculiares circunstâncias geográficas, um *éthos* próprio baseado em valores como “amor ao trabalho, à ordem, à disciplina, à determinação, à ação e ao pragmatismo”. Importante seria atualizar a imagem do bandeirante – “pioneiro, desbravador e empreendedor” –, restaurando uma linha de continuidade entre passado, presente e futuro. Herdeira desses valores, a elite paulista estaria, mais do que qualquer outra, apta a guiar o país em busca de novos rumos que o conduzissem ao mundo moderno.

Era sabido, no entanto, que o principal centro dos eventos comemorativos seria

a capital federal – tradicional vitrine da nação –, onde se realizaria a “Exposição Universal do Centenário da Independência” (Motta, 1992, cap. 3). São Paulo, no entanto, não ficaria para trás, e, como revelou Mário de Andrade, a cidade “se agitava com a aproximação do Centenário” (Andrade apud Amaral, 1979, p. 65). Essa “agitação” refletia a compreensão de que este seria um momento-chave para a afirmação da capital paulista diante da “outra”, o Rio de Janeiro. Sugestivamente intitulado “A bandeira futurista”, o artigo de Del Picchia narrando a viagem de Mário e Oswald de Andrade ao Rio de Janeiro é um primor para ilustrar que “a província se adiantara à metrópole”: “Os ‘bandeirantes’ de hoje [...] seguem rumo da capital federal [...] para arrostar o perigo do *parnasianismo* ainda vitorioso na terra do defunto Estácio de Sá” (Del Picchia apud Motta, 1992, p. 92, grifos nossos).

Não por acaso, a construção de um monumento dedicado aos bandeirantes foi sugerida pelo então presidente do estado de São Paulo, Washington Luís, para o que constituiu uma comissão composta de Monteiro Lobato, Menotti Del Picchia e Oswald de Andrade. Garantia de perennidade, promessa de eternidade, o monumento histórico trabalha pela continuidade de uma representação da história, bem como define uma ordem simbólica do passado (Le Goff, 1990). Não foi diferente com o *Monumento às Bandeiras*. O escultor Victor Brecheret, bastante admirado pela vanguarda paulista, foi encarregado de apresentar um projeto. No memorial que acompanhou a maquete, bem como nos elogios que a ela foram dedicados, é possível perceber que a força simbólica

do monumento residia em dois aspectos: forjava a imagem dos “bravos paulistas como a expressão máxima do heroísmo e da glória da raça brasileira” e, acima de tudo, reiterava o caráter da “arte paulista”, a qual, ao conjugar brasilidade e modernidade, se distanciava da “velharia e do arcaísmo que costumavam enfeitar os salões da capital federal”, aproveitou Del Picchia (apud Motta, 1992, p. 105) para espetar os cariocas.

Os bandeirantes eram apenas um dos trunfos que São Paulo possuía para se situar favoravelmente na disputa pela memória da nação centenária. Desde 1912, já estavam assegurados os recursos necessários à execução do *Monumento do Ipiranga*, destinado a fixar no bronze a lembrança do lugar onde o príncipe d. Pedro havia proferido o grito libertador, e outorgado ao país a sua maioria política. Inaugurado em 7 de setembro, ainda que inacabado, o monumento teria cumprido a sua missão, qual seja, a de recuperar a “verdade histórica”, colocando São Paulo no palco principal dos eventos comemorativos de 1922. Afinal, para os paulistas a data tinha o duplo caráter de uma celebração local e nacional.

Por meio dos fios da continuidade, São Paulo tecia a sua tradição (Hobsbawn & Ranger, 1984). Inventou as bandeiras desbravadoras do território nacional, e os bandeirantes empreendedores e disciplinados, elevando-os à condição de eventos e personagens fundadores da história nacional. Transformou o Riacho do Ipiranga em solo sagrado da pátria livre, e José Bonifácio no “patriarca da Independência”: nascido em Santos, foi elevado à condição de “mentor” do 7 de setembro. Se o fato de ser paulista

contribuiu para seu ingresso no panteão dos “pais da pátria”, é certo que a defesa que fez da ordem e da centralização como elementos básicos da jovem nação, na direção oposta ao “idealismo liberal” que acabara vingando na Constituição republicana de 1891, agradava àqueles que, nos anos 1920, foram responsáveis pela formação de um pensamento autoritário no país⁴.

Mas os “moços de São Paulo” queriam mais, muito mais, para este Centenário de 22. Desde 1920, Tarsila, Mário, Menotti, Oswald, entre outros, pretendiam transformar essa celebração em algo que fosse a “expressão do Brasil inteligente”, em marco inaugural da hegemonia cultural de São Paulo. O desafio à supremacia até então irrefutável do Rio de Janeiro – ironicamente chamada de *Camelote*, em referência à corte do rei Arthur – seria o elo que uniria variadas vertentes do Modernismo paulista na montagem do evento conhecido como Semana de Arte Moderna, realizado no Theatro Municipal entre 13 e 17 de fevereiro de 1922. Coube a Mário de Andrade definir a “contribuição” que São Paulo ofereceria a uma nação centenária que buscava se inserir na modernidade do pós-guerra:

“A hegemonia artística da corte não existe mais [...]. Quem primeiro manifestou a desejo de construir sobre novas bases a

4 Sobre José Bonifácio como “patriarca da Independência”, ver: Motta (2011). Esse texto foi apresentado no Colóquio Internacional “A experiência da Primeira República: Portugal e Brasil”, organizado pelo CEIS-20, da Universidade de Coimbra, e pelo CPDOC-FGV, realizado na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e no Arquivo Distrital de Leiria, entre 5 e 7 de maio de 2010.

pintura? São Paulo com Anita Malfatti. Quem apresenta ao mundo o maior e mais moderno escultor da América do Sul? São Paulo com Brecheret. Onde primeiro a poesia se tornou veículo da sensibilidade moderna livre da grisalhada da rima e das correias da métrica? Em São Paulo” (Andrade apud Motta, 1992, p. 108).

Com a *Pauliceia desvairada*, de Mário de Andrade, completo eu.

Diante do desafio de comemorar o Centenário da Independência, a geração intelectual de 1922 produziu novas e variadas explicações do Brasil marcadas pelo desafio de compreender o país, de repensá-lo e, principalmente, de salvá-lo. A própria dinâmica da celebração – o balanço obrigatório dos feitos do passado, a avaliação do presente de realizações frustradas, a perspectiva de um futuro incerto – estimulava a produção acelerada de significações do que fora essa nação, do que era àquela altura e do que deveria ser no futuro. Essa produção resultou na configuração de um imaginário nacional – firmado na invenção de novas tradições e na construção de novos marcos simbólicos – que teve uma permanência marcante na mentalidade coletiva. As inter-

pretações que os pensadores de 22 deram para o Brasil inauguraram novos estilos de pensar o país, sua história, seus dilemas do presente e suas perspectivas do futuro. Institucionalizadas, tais ideias se tornaram referências constantes em programas de governo. Formaram discípulos, seguidores e dissidentes, e, principalmente, tornaram-se marcos obrigatórios de reflexão e ação para aqueles que insistiram e ainda insistem em “desvendar” a questão nacional.

Publiquei minha dissertação de mestrado no distante ano de 1992, quando se comemorava os 170 anos do 7 de setembro, e me lembro de pensar, então, o que seria do “amanhã” do Brasil, ou seja, que questões estariam na mesa em 2022. Saídos de uma ditadura havia poucos anos, tendo eleito por voto direto um presidente da República (1989) prestes a ser afastado por um processo de *impeachment*, lutávamos pela consolidação do regime democrático tão duramente conquistado. Seduzida pelas inquietações da geração de 1922 em relação a um país sempre às voltas com o desalento diante da “tragicomédia nacional” e a catástrofe iminente, nunca imaginei que agora, às vésperas do Bicentenário, estivéssemos, talvez mais do que nunca, em busca de respostas para a pergunta que insiste em não se calar: afinal, que país é este? Responda quem puder...

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, B. *Nação e consciência nacional*. Rio de Janeiro, Ática, 1979.
- ANDRADE, M. de. "O movimento modernista", in *Aspectos da literatura brasileira*. São Paulo, Martins, 1967.
- BRITO, M. da S. *História do Modernismo brasileiro: antecedentes da Semana de Arte Moderna*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971.
- CARVALHO, J. M. de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- CARVALHO, R. de. "Bases da nacionalidade brasileira", in V. L. Cardoso (org.). *À margem da história da República*. Rio de Janeiro, Edição do Anuario do Brasil, 1924.
- GOMES, E. R. *Campo contra cidade – a reação ruralista à crise oligárquica no pensamento político-social brasileiro (1910-1935)*. Rio de Janeiro, Luperj, 1980.
- HOBBSBAWN, E. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.
- HOBBSBAWN, E. "Introdução: a invenção das tradições", in E. Hobsbawn; T. Ranger (orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
- LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas, Editora da Unicamp, 1990.
- MORAES, E. J. *A brasilidade modernista*. Rio de Janeiro, Graal, 1978.
- MOTTA, M. S. da. *A nação faz anos: a questão nacional no Centenário da Independência*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1992.
- MOTTA, M. "1922, o Brasil faz cem anos: a herança portuguesa em questão", in A. Mourão; A. de C. Gomes (orgs.). *A experiência da Primeira República no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2011, pp. 233-50.
- NORA, P. (org.). *Les lieux de mémoire* (vol. I, *La République*). Paris, Gallimard, 1984.
- OLIVEIRA, L. L. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo, Brasiliense, 1990.
- OZOUF, M. *La fête révolutionnaire; 1789-1799*. Paris, Gallimard, 1976.
- VELLOSO, M. P. *A brasilidade verde-amarela; nacionalismo e regionalismo paulista*. Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, 1987.

DEPENDENCIA
Y DESARROLLO
EN AMÉRICA
LATINA



F.H. CARDOSO
ENZO FALETTO
XXI siglo veintiuno editores

1ª edición

dependency and
development in
Latin America

Fernando Henrique Cardoso
and Enzo Faletto

Translated by Mariory Mattingsly Urrutia

Cardoso y
Enzo Faletto

Dependencia y
desarrollo en
América Latina



FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
ENZO FALETTO

DEPENDÊNCIA E DESENVOLVIMENTO
EM AMÉRICA LATINA

ENSAYO DE INTERPRETAÇÃO SOCIOLÓGICA

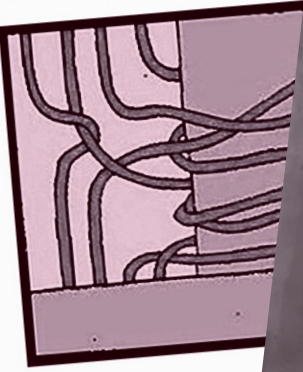
O Brasil na América Latina

Alejandro Blanco

Luiz Carlos Jackson

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO Y ENZO FALETTO

DEPENDENCIA
Y DESARROLLO
EN AMÉRICA LATINA
ENSAYO DE INTERPRETAÇÃO SOCIOLÓGICA



XXI siglo veintiuno editores

FERNANDO HENRIQUE
CARDOSO
& ENZO FALETTO

Dependência
e Desenvolvimento
na América Latina

Ensaio
de Interpretação
Sociológica

5ª
edição

biblioteca de ciencias sociais



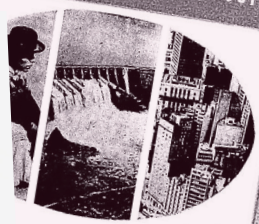
DEPENDENCIA
Y DESARROLLO
EN AMÉRICA
LATINA



F. H. CARDOSO Y
ENZO FALETTO

XXI siglo veintiuno editores

biblioteca de ciencias sociais



Fernando Henrique Cardoso
e Enzo Faletto

DEPENDÊNCIA
E DESENVOLVIMENTO
EM AMÉRICA LATINA
ENSAYO DE INTERPRETAÇÃO
SOCIOLÓGICA



resumo

O artigo contextualiza os processos de produção e circulação do livro *Dependência e desenvolvimento na América Latina* (1969), de Fernando Henrique Cardoso (1931-) e Enzo Faletto (1935-2003). Realizado em parceria pelos dois sociólogos, no interior de um espaço transnacional das ciências sociais da década de 1960, que envolvia instituições como a Cepal, o Ilpes e a Flacso, o livro teve como estribos as experiências mais bem-sucedidas de institucionalização nacional e transnacional das ciências sociais na região, as do Brasil e do Chile, e foi publicado em espanhol pela editora mexicana Siglo XXI, em boa medida responsável por seu sucesso comercial excepcional, de um *best seller* da sociologia latino-americana.

Palavras-chave: intelectuais; sociologia; espaço transnacional; dependência; América Latina.

abstract

*The article contextualizes the processes of production and circulation of the book *Dependency and Development in Latin America* (1969), by Fernando Henrique Cardoso (1931-) and Enzo Faletto (1935-2003). Produced in partnership by the two sociologists, within a transnational space of the social sciences in the 1960s, which involved institutions such as Cepal, Ilpes and Flacso, the book was based on the most successful experiences of national and transnational institutionalization of social sciences in the region, those of Brazil and Chile; it was published in Spanish by Mexican publisher Siglo XXI, largely responsible for its exceptional commercial success, of a best seller in Latin American sociology.*

Keywords: *intellectuals; sociology; transnational space; dependency; Latin America.*

D

ependência e desenvolvimento na América Latina, do sociólogo brasileiro Fernando Henrique Cardoso (1931-) e do sociólogo chileno Enzo Faletto (1935-2003), foi publicado em espanhol pela primeira vez no México, pela Editora Siglo XXI, em 1969, e um ano depois, em português no Brasil, pela Editora Zahar.

O trabalho havia sido realizado no Chile num contexto intelectual extraordinário, envolvendo três instituições acadêmicas transnacionais, sediadas na cidade de Santiago, com grande impacto na constituição das ciências sociais na América Latina: a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), o Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social (Ilpes) e a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso).

O livro obteve sucesso editorial invejável. Apenas pela Siglo XXI, entre 1969 e 2002, alcançou 30 edições, com tiragens de até

9 mil exemplares e uma média de quase uma edição por ano. Foi traduzido para o italiano (1971), o alemão (1976), o francês (1978) e o inglês (1979), atingindo um grau de internacionalização sem precedentes e até hoje dificilmente igualado por alguma outra obra de sociologia latino-americana. No Brasil, o livro foi também bem-sucedido, mas em outra escala, alcançando a média de uma edição a cada quatro anos e meio (entre 1970 e 2004, teve oito edições).

O objetivo deste artigo é reconstruir as condições de produção e circulação do

Uma primeira versão deste artigo foi publicada em inglês na revista *The American Sociologist* (2020, vol. 51, n. 3) com o título "A transnational book: dependency and development in Latin America", no dossiê "Social essayism and sociology in Brazil", organizado por Veridiana Domingos Cordeiro e Hugo Neri Munhoz.

ALEJANDRO BLANCO é professor da Universidad Nacional de Quilmes (Argentina).

LUIZ CARLOS JACKSON é professor do Departamento de Sociologia da FFLCH/USP.

livro, oferecendo subsídios para explicar sua consagração intelectual e editorial. Na primeira parte, discutimos sua relação com a tradição dos ensaios de interpretação do Brasil; na segunda, seu enraizamento nos diferentes espaços nacionais e transnacionais de institucionalização das ciências sociais na região, a partir da reconstrução das trajetórias dos autores. Finalmente, na terceira parte, analisamos o processo de edição do livro, intermediação decisiva ao sucesso que alcançou.

SOCIÓLOGOS E ENSAÍSTAS

O subtítulo do livro, *Ensaio de interpretação sociológica*, pode ser interpretado ao menos em duas direções. O termo “ensaio” poderia significar simplesmente “tentativa”, em função das circunstâncias em que foi preparado e redigido, no interior de um organismo internacional de pesquisa e planejamento, e condicionado ao ritmo de trabalho desse tipo de instituição. Dada, entretanto, a importância do ensaísmo na tradição intelectual brasileira, argumentamos que o subtítulo indicaria, também, a inscrição possível do livro nessa linhagem¹.

Tal ambivalência pode ser compreendida no contexto das tensões e disputas que opuseram sociólogos e ensaístas no início da institucionalização universitária da ciência social na América Latina,

dados que Cardoso e Faletto eram então dois jovens (trintenários) sociólogos identificados com a defesa da sociologia como ciência e reivindicada como forma de conhecimento alternativa ao ensaio. Esse embate, especialmente no Brasil, teve grande importância na conformação da identidade dos sociólogos em função da sobreposição temporal, na década de 1930, entre o período de maior consagração do ensaio de interpretação nacional e a implantação dos primeiros cursos de graduação em ciências sociais nas universidades recém-inauguradas em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Apesar do estilo polígrafo e diletante típico do intelectual não especializado, do “bacharel”, do qual os ensaístas brasileiros mais consagrados desse período – Gilberto Freyre (1900-1987), Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) e Caio Prado Jr. (1907-1990) – se aproximavam, eles tiveram formação universitária e algum treinamento científico². Descendentes de famílias pertencentes às oligarquias estaduais³, o primeiro graduou-se na Universidade de Baylor e fez o mestrado na Universidade de Columbia (Pallares-Burke, 2005), sob orientação de Franz Boas. O segundo se graduou em Direito no Rio de Janeiro no começo da década de 1920, esteve na Alemanha como jornalista no final

1 Maria Arminda do Nascimento Arruda (2009) chamou a atenção ao uso desse mesmo subtítulo em *A revolução burguesa no Brasil* (1975), de Florestan Fernandes, e defendeu a inscrição desse livro na tradição ensaística, apesar dos embates do autor com a mesma.

2 Esse traço os diferenciou dos ensaístas argentinos do mesmo período, em geral autodidatas e mais próximos do polo literário do que do científico. Uma análise detida sobre essa questão em: Jackson & Blanco (2014).

3 Gilberto Freyre era pernambucano; Caio Prado Jr., paulista; e Sérgio Buarque de Holanda, também paulista, embora o tronco paterno de sua família remonte à oligarquia de Pernambuco e Alagoas (Moraes & Jackson, 2021).

desta década, onde se familiarizou com a sociologia desenvolvida nesse país e, décadas depois, obteve os títulos de mestre na Escola Livre de Sociologia e Política e de livre-docente na USP, tornando-se professor catedrático na cadeira de História da Civilização Brasileira (1958). O terceiro concluiu a graduação em Direito em São Paulo e realizou parte do curso de Geografia na Universidade de São Paulo (USP), tendo sido aluno de professores da Missão Francesa na então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL/USP), como Pierre Deffontaines e Pierre Monbeig. Em função dessas propriedades de trajetória, os três encarnaram a transição entre o intelectual polígrafo e o intelectual acadêmico (Cosser, 1968). O mesmo se pode afirmar em relação ao tipo de trabalho que produziram, a meio caminho entre o ensaio e as ciências sociais, que Antonio Candido definiu com acerto como “ensaio histórico-sociológico”.

Tais experiências de formação educacional podem ser reconhecidas em seus principais trabalhos. Em *Casa-grande & senzala* (1933), Gilberto Freyre mobilizou farta documentação escrita, como cartas, diários, relatos de viajantes, romances, cadernos de receitas etc. (Bastos, 1998), para interpretar antropológicamente o conjunto das relações sociais e dos padrões culturais vigentes no Nordeste açucareiro colonial. Em seu quadro de referências constavam autores como Franz Boas, Georg Simmel, Pitirim Sorokin, entre outros, por meio dos quais elaborou uma interpretação original sobre a formação da sociedade brasileira, renovando a visão que se tinha sobre a escravi-

dão no país e denunciando sua violência extremada, amalgamada aos padrões de intimidade que socializavam brancos e negros no interior da casa-grande, esta última entendida como *éthos* de uma sociedade rural, patriarcal e agroexportadora, movida por “antagonismos em equilíbrio” (Araújo, 1994).

Embora *Raízes do Brasil* (1936) seja, entre os três, o menos documentado empiricamente, Sérgio Buarque de Holanda apoiou-se diretamente em Max Weber, além de outros autores da tradição intelectual alemã, propondo uma interpretação abrangente sobre a formação e a transformação da sociedade brasileira a partir da reconstrução das formas sociais da colonização portuguesa e dos valores que teriam orientado a ação dos colonos nesse processo. Discutiu ainda as direções e os significados das transformações ocorridas a partir da Independência durante o século XIX e dos impasses delas resultantes⁴.

Caio Prado Jr. desenvolveu em *Formação do Brasil contemporâneo* (1942) uma reconstrução histórica informada pelo marxismo sobre os momentos finais da colonização portuguesa no Brasil. Essa experiência deveria ser compreendida a partir da expansão do capitalismo comercial e dos interesses da metrópole, que teria condicionado a organização da economia brasileira em torno da produção de gêneros agrícolas pelo trabalho escravo e orientada ao mercado externo. O autor derivou desse argumento a tese de que a formação da nação dependeria de transfor-

4 Sobre Sérgio Buarque, ver, entre outros: Wegner (2000), Monteiro (1999) e Waizbort (2011).

mações econômicas (industrialização, diferenciação econômica e desenvolvimento do mercado interno) e sociais (constituição da sociedade de classes)⁵.

A relação dos sociólogos com essa tradição do ensaio histórico-sociológico implicou uma ruptura, mas, também, uma continuidade, que pode ser advertida na recorrência de objetos, problemas e interpretações (Lima, 1999; Jackson, 2002; Botelho, 2007 e 2009). De qualquer modo, as disputas entre sociólogos e ensaístas resultaram da exigência prática de diferenciar-se da tradição intelectual estabelecida (Lepenies, 1996) no contexto de afirmação de uma nova identidade profissional, a do sociólogo. Os ataques mais diretos ocorreram em resenhas, os indiretos, em balanços sobre o desenvolvimento da disciplina. Desde o final dos anos de 1940, na Universidade de São Paulo, Florestan Fernandes assumiu a dianteira desse confronto que envolvia a defesa da sociologia científica contra o ensaio (Garcia, 2002).

Em síntese, se a implantação da sociologia implicou uma mudança significativa por meio da introdução de métodos, teorias, padrões de trabalho sistemáticos e certo deslocamento nos objetos de pesquisa, houve, também, continuidade (Arruda, 2009). Esquemáticamente, o problema da “formação” (Arantes, 1992), ou seja, dos processos históricos constitutivos da sociedade brasileira, orientou a maioria dos ensaístas brasileiros desde meados do século XX e a questão do “desenvolvi-

mento”, sobretudo no pós-guerra e depois da criação da Cepal, ocupou o centro das preocupações dos cientistas sociais brasileiros até, seguramente, o final dos anos de 1960. Não haveria, portanto, mudança de rota de um momento para o outro, mas apenas de ênfase, sendo possível reconhecer nos trabalhos dos sociólogos desse período questões formuladas pela tradição anterior. Em suma, as relações dos sociólogos com os ensaístas se caracterizaram pela ambivalência. De um lado, os criticaram, reivindicando um estilo de trabalho próprio para a sociologia; de outro, reconheceram sua importância na formulação dos problemas centrais da história e da sociedade brasileira, que voltariam à tona transfigurados pela perspectiva sociológica.

Como herdeiro de Florestan Fernandes e membro do grupo que este último liderou, Fernando Henrique Cardoso não poderia escapar dessa relação ambivalente com a tradição ensaística brasileira⁶. Uma evidência disso foi a participação de Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr. em sua banca de doutorado, no ano de 1961. Significativamente, o então jovem sociólogo seria ordenado doutor por dois dos ensaístas mais reconhecidos do país, os autores de *Raízes do Brasil* e de *Formação do Brasil contemporâneo*, respectivamente.

5 Sobre Caio Prado Jr., ver, principalmente: Ricupero (2000), D’Incao (1989) e Martinez (2008).

6 Não obstante essa atitude ambivalente comum, Florestan reagiu ao ensaio de modo mais frontal e explícito, enquanto Fernando Henrique o fez obliquamente. Essa variação relaciona-se com a origem social (Pontes, 1998; Pulici, 2008) relativamente favorável do segundo e com seu pertencimento a uma geração posterior, atuante quando a fronteira entre sociologia e ensaio já estava reconhecida.

NACIONAL E TRANSNACIONAL

Se é possível inscrever *Dependência e desenvolvimento na América Latina* na tradição do ensaio histórico-sociológico de interpretação do Brasil, o livro resultou mais diretamente do processo de implantação das ciências sociais na América Latina, concentrado entre 1930 e 1970. Tal processo envolveu dois padrões típicos de institucionalização: nacional e transnacional. Os pesos relativos de um e outro variaram no tempo e no espaço (em cada país da região)⁷. Brasil e Chile se opõem nesse ponto. No primeiro, prevaleceram iniciativas nacionais, como as que tiveram lugar em São Paulo, com a fundação de cursos de graduação em ciências sociais na USP, na Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) e na Universidade do Distrito Federal (UDF), no Rio de Janeiro, desde a década de 1930; no segundo, as transnacionais, por meio de instituições como a Cepal, o Ilpes e a Flacso, no pós-guerra⁸. O livro de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto pode ser compreendido como uma resultante da articulação desses dois padrões.

Os autores incorporaram objetos, problemas e perspectivas de análise gestados no contexto político e intelectual que teve como centro a Cepal. Em 1947, essa instituição foi criada como um organismo

das Nações Unidas, com sede em Santiago do Chile e por seu intermédio a questão do desenvolvimento se converteu no grande tema das ciências sociais na América Latina entre as décadas de 1950 e 60. Sob a liderança intelectual e organizacional do economista argentino Raúl Prebisch⁹, que assumiu a direção da instituição em 1949, a Cepal tornou-se o principal centro de influência teórico-doutrinária sobre a questão do desenvolvimento. Sem tal influência, é difícil pensar no extraordinário arranque que as ciências sociais experimentaram na América Latina durante o período. No mesmo ano, Prebisch publicou *El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas*, espécie de manifesto da nova instituição, que propiciou o “descobrimento” socioeconômico da América Latina (Hirschman, 1980). Logo que assumiu a direção da Cepal, Prebisch reuniu um pequeno grupo de pesquisadores jovens, todos economistas – Víctor Urquidí, Regino Boti, Juan Noyola, Osvaldo Sunkel, Jorge Ahumada, Aníbal Pinto, Cristóbal Lara e Celso Furtado, entre os mais destacados –, que constituiu uma espécie de “seita”, com nexos pessoais muito intensos e animados por uma empenhada “missão” (Hodara, 1987). Um pouco mais tarde foi incorporado ao grupo o sociólogo espanhol José Medina Echavarría (1903-1977), vinculado ao organismo em 1952, que introduziu na Cepal a perspectiva sociológica no tratamento dos

7 Ainda quando nenhum caso concreto possa ser compreendido unicamente a partir de um desses dois vetores, as experiências se diferenciam entre as que se apoiaram prioritariamente em um ou em outro.

8 Sobre a importância de Santiago como centro das ciências sociais no período, ver: Beigel (2009).

9 Sobre a trajetória de Prebisch, ver: Halperin Donghi (2008), Caravaca & Espeche (2016), Barboza (2020) e Blanco & Barboza (2021).

problemas relativos ao desenvolvimento econômico da América Latina.

Medina Echavarría aportara no México em 1939, exilado da Espanha em função da derrota dos republicanos na Guerra Civil Espanhola e atraído pelas políticas empreendidas pelo governo de Lázaro Cárdenas (1934-1940) para receber intelectuais e cientistas espanhóis¹⁰ opositores do ditador Francisco Franco, que governou a Espanha entre 1939 e 1976. O exilado espanhol detinha uma bagagem sociológica considerável (havia realizado estágios na Alemanha no começo da década de 1930) quando chegou ao México, disposto a investir na renovação científica dessa disciplina, projeto cristalizado nas páginas de *Sociologia, teoría e técnica* (1941). Ele lecionou sociologia na Universidade Nacional Autônoma do México (Unam) e, em 1943, criou com o historiador mexicano Daniel Cosío Villegas (1898-1976) o Centro de Estudos Sociais (CES) no Colégio do México. Apesar do caráter renovador do projeto que animava o CES, a experiência fracassou após três anos de funcionamento, possivelmente, em função do descompasso entre as expectativas de Medina Echavarría e as condições concretas que enfrentou, encarnadas nas divergências com Cosío Villegas, que imaginava um centro orientado à preparação de quadros para o Estado mexicano, enquanto o primeiro tinha em mente uma instituição de ensino prioritariamente

científica. A transmigração de Medina Echavarría em 1946 (ele foi inicialmente a Porto Rico e depois ao Chile) sugere que ele não teria encontrado no México condições favoráveis ao desenvolvimento de seu projeto. Isso viria a acontecer no Chile, com sua incorporação à Cepal e à Flacso, na qual assumiu em 1958 a direção da Escola Latino-Americana de Sociologia (Blanco, 2010).

Duas publicações decisivas para a incorporação da perspectiva sociológica no estudo do desenvolvimento econômico dependeram das iniciativas de Medina Echavarría. A primeira foi a obra coletiva *Aspectos sociales del desarrollo económico en América Latina* (1962), publicada pela Unesco, que inclui textos dos principais cientistas sociais e economistas da região (além de alguns estrangeiros), como o próprio Medina Echavarría, Jacques Lambert, Jorge Ahumada, Florestan Fernandes, Gino Germani, Cosío Villegas, entre outros, reunidos pela Cepal no México em um seminário no ano de 1960. A segunda foi *El desarrollo social de América Latina en la pos-guerra* (1963), inicialmente um relatório oficial da Cepal sobre as mudanças sociais e políticas em curso nos principais países da região, relacionadas aos processos de industrialização e urbanização, que teriam implicado uma mudança na estrutura de classes desses países a partir do crescimento das classes trabalhadoras e médias. O livro resultante foi redigido por José Medina Echavarría com a colaboração dos então jovens sociólogos Enzo Faletto e Luis Ratinoff, formados na Flacso. *Dependência e desenvolvimento na América Latina* pode ser compreendido como um desdobramento

10 Segundo Laurence Hallewell, citado em Andersen (1996), a imigração de republicanos espanhóis no México incluiu 2.440 profissionais empregados em editoras, 2.065 professores, 368 "intelectuais" e seis editores (Andersen, 1996, p. 7).

dessas duas obras anteriores, às quais se somaria a experiência de pesquisa que Fernando Henrique Cardoso trazia do Brasil.

Neste país havia ocorrido uma das experiências mais exitosas de institucionalização da sociologia entre os países da América Latina. A especificidade brasileira residiu na criação remota de cursos de graduação em ciências sociais já na década de 1930, lembrando que na Argentina e no México, por exemplo, isso só ocorreria uns 20 anos mais tarde (Jackson & Blanco, 2014, 2016 e 2021). Na cidade de São Paulo, em 1933, foi criada a ELSP e, em 1934, a USP e, em seu interior, a FFCL. No ano de 1935, no Rio de Janeiro, a Universidade do Distrito Federal (depois fechada e substituída pela Universidade do Brasil) foi inaugurada. Nas três instituições, foram introduzidos cursos de graduação em ciências sociais e, desde a década de 1940, de pós-graduação (mestrado e doutorado).

Nos três cursos foram contratados professores estrangeiros (Peixoto, 1989), o que constituiu uma marca distintiva da sociologia brasileira. Na USP, o ensino esteve a cargo de uma missão francesa que formatou o curso nos moldes da tradição durkheimiana. Se levarmos em conta que na ELSP militaram professores norte-americanos oriundos de Chicago, constatamos a excepcionalidade dessa experiência e dos resultados extremamente frutíferos que dela derivaram. As gerações pioneiras de sociólogos brasileiros foram, portanto, formadas pelos professores estrangeiros e absorveram diretamente as tradições sociológicas europeia e norte-americana.

Comparado com o recrutamento elitista das escolas de direito, o da FFCL/USP

incluiu participação comparativamente elevada de membros das classes médias, de descendentes de imigrantes, de mulheres, além de jovens oriundos de frações decedentes das oligarquias. De origem social modesta, Florestan Fernandes nasceu na cidade de São Paulo em 1920. Sua carreira beneficiou-se, como a de seus colegas de geração, do padrão de ensino da Missão Francesa. Em meados da década de 1940, realizou o mestrado na ELSP. Orientado pelo antropólogo alemão Herbert Baldus, realizou uma pesquisa sobre os índios tupinambás, da qual derivaram os livros *Organização social dos tupinambá* (mestrado defendido em 1947) e *Função social da guerra na sociedade tupinambá* (doutorado defendido na USP em 1951). Desde o começo da década de 1950 se envolveria, ainda, na pesquisa da Unesco sobre o preconceito racial, convidado por Roger Bastide, e que seria publicada no ano de 1955, como *Branços e negros em São Paulo*.

No ano de 1954, Florestan assumiu a direção da cátedra de Sociologia I, na qual reuniu uma equipe voltada inicialmente à pesquisa sobre a questão racial brasileira e, depois, em sintonia com o debate aberto pela Cepal, ao problema do desenvolvimento capitalista e da formação da sociedade de classes no Brasil. Esse foi o núcleo do projeto “Economia e sociedade no Brasil: análise sociológica do subdesenvolvimento” (1961), redigido por Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso, que se fez possível com a criação do Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (Cesit). A pesquisa coletiva incluiu, além dos autores do projeto, Octavio Ianni, Marialice Mencarini Foracchi,

Maria Sylvia de Carvalho Franco, Leôncio Martins Rodrigues, entre outros. Ainda que sua continuidade fosse bloqueada pelo golpe militar de 1964, dela resultaram trabalhos importantes, anteriores à publicação de *Dependência e desenvolvimento na América Latina* (1969), como *Empresário industrial e desenvolvimento econômico* (1964), de Fernando Henrique Cardoso; *Estado e capitalismo: estrutura social e industrialização no Brasil* (1965), de Octavio Ianni; *Desenvolvimento econômico e evolução urbana* (1968), de Paul Singer; *Petróleo e nacionalismo* (1968); *Sociedade de classes e subdesenvolvimento* (1968), de Florestan Fernandes.

Embora no Chile o peso das iniciativas transnacionais tenha sido maior do que em outros países da América Latina (especialmente em comparação ao Brasil) e determinante para a institucionalização da sociologia, houve nesse país uma iniciativa nacional anterior que assentou as primeiras bases universitárias dessa disciplina, com a criação do Instituto de Sociologia na Faculdade de Filosofia e Educação da Universidade do Chile, em 1946. Quem estabeleceu nessa universidade os primeiros dispositivos institucionais de difusão e implantação da “sociologia científica” foi Eduardo Hamuy (1916-1989). Nasceu em Santiago, filho de imigrantes sírios, tanto o pai como a mãe dedicados a atividades comerciais. Suas duas irmãs e o irmão tiveram educação superior e carreiras profissionais destacadas. Ele estudou Direito e Filosofia na Universidade do Chile e, no final da década de 1940, esteve em um dos principais departamentos de sociologia estadunidenses, na Universidade de Colum-

bia, liderado por Robert Merton e Paul Lazarsfeld, no qual se familiarizou com a sociologia. Pouco depois, seria professor visitante no City College de Nova York, no qual dirigiu uma pesquisa sobre as condições de vida dos porto-riquenhos nessa cidade. Entre 1950 e 1951 colaborou em pesquisas nas universidades de Cornell, também em Nova York, e na Universidade de Wisconsin.

Quando regressou ao Chile foi apoiado pelo diretor da Faculdade de Filosofia e Educação da Universidade do Chile, Juan Gómez Millas, que o nomeou diretor do Instituto de Sociologia em 1952 (Brunner, 1985). Em pouco tempo, Hamuy o modernizou, dotando-o de equipamentos e de uma biblioteca que chegou a ser considerada a melhor da América Latina. No final da década de 1950, o instituto assinava 140 revistas especializadas dos Estados Unidos, Europa, Japão, Índia e de agências das Nações Unidas e na metade da década de 1950, começou a publicar suas primeiras pesquisas. A essa altura, Hamuy já havia conseguido estabelecer uma rede de contatos com universidades, centros de pesquisa e associações profissionais de nível internacional, em especial com o Centre d’Études Sociologiques de Paris. Fruto da ligação com este último foi a investigação conjunta iniciada em 1956 sobre a consciência dos trabalhadores de duas companhias mineradoras chilenas, em Lota e Huachipato, da qual participaram os sociólogos franceses Alain Touraine, Jean-Daniel Reynaud, Lucien Brams e o argentino Torcuato Di Tella.

Sob a liderança de Hamuy, reuniu-se o primeiro grupo chileno de “sociólogos científicos”, que foram enviados por ele ao

exterior para obterem formação especializada em sociologia. Alguns deles, como Hernán Godoy Urzúa e Raúl Samuel, à França; outros, como Orlando Sepúlveda, Danilo Salcedo, Guillermo Briones e Luis Ratinoff, aos Estados Unidos e à Inglaterra. Enzo Faletto foi o único membro do grupo que realizou sua pós-graduação em uma instituição transnacional, a Flacso.

UMA PARCERIA INTELECTUAL

Ao chegar ao Chile em 1964, após o golpe militar brasileiro e atraído pelas circunstâncias acadêmicas então muito favoráveis daquele país aos cientistas sociais, Fernando Henrique Cardoso trazia a experiência intelectual obtida na USP, onde havia se graduado (1953) e obtido o doutorado em Sociologia (1961), absorvendo diretamente o impacto da Missão Francesa.

A origem social de Fernando Henrique destoava da que caracterizava a maioria dos membros do grupo recrutado por Florestan Fernandes na USP. Aquele que viria a ser 30 anos mais tarde presidente do Brasil (1994-2002) nasceu como primogênito de uma família embebida na vida política do país. Seu avô e seu pai foram oficiais do Exército brasileiro e participaram de eventos importantes da história política brasileira (Garcia Jr., 2004). Essa origem social favorável e a sua posição na fratria inculcou nele o espírito de liderança que se manifestou diferentemente nas várias fases de sua trajetória, tanto na carreira intelectual, como na política. Reprovado no exame de ingresso na Faculdade de Direito, ace-

deu à FFCL/USP no curso de Ciências Sociais. Já graduado, foi recrutado por Florestan Fernandes, que o nomeou primeiro assistente na cadeira de Sociologia I. Fernando Henrique defendeu seu doutorado em 1961 com a tese da qual resultou o livro *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional* (1962), inscrevendo-se no debate sobre a questão racial no Brasil, e tornou-se livre-docente com o trabalho que deu origem ao livro *Empresário industrial e desenvolvimento econômico* (1963). Dois outros fatos importantes devem ser mencionados. O primeiro foi sua participação central, desde o final da década de 1950, no conhecido “Seminário Marx”, que reuniu jovens professores da FFCL/USP como os filósofos José Arthur Giannotti e Ruy Fausto, o historiador Fernando Novais, o crítico Roberto Schwarz, o economista Paul Singer, entre outros (Rodrigues, 2011). O segundo foi o encontro com o sociólogo francês Alain Touraine, que esteve na USP em 1960 ministrando um curso. Fruto dessa relação, Fernando Henrique Cardoso realizou estágio no Laboratoire de Sociologie Industrielle (criado em 1958 em Paris) entre 1962 e 1963. Tal itinerário comprova que ao chegar ao Chile em 1964, com 33 anos de idade, o sociólogo brasileiro já era bastante experiente.

Os interesses convergentes de José Medina Echavarría e Fernando Henrique Cardoso, que haviam se conhecido numa reunião da Cepal no Uruguai, em 1961, sobre a formação e o papel do empresário na América Latina, e os contatos prévios do brasileiro com Alain Touraine, mediador-chave nessa rede internacional (Festi, 2019; Mendes, 2019), se relaciona-

ram com o convite que o brasileiro recebeu de Medina Echavarría, então diretor do Ilpes (centro de pesquisa vinculado à Cepal), para que assumisse a cátedra de Sociologia do Desenvolvimento (1964-1967) nesse instituto (Garcia Jr., 2004). Já no Chile, ele foi incorporado à Flacso (1965-1967) e à Universidade do Chile (1966-1967) como professor. Antes de retornar ao Brasil em 1968, Fernando Henrique passaria novamente pela França, completando um itinerário de alta mobilidade acadêmica.

“Faletto escreveu pouco e pensou muito” (Reyna, 2007, p. 1)¹¹. Essa afirmação do sociólogo mexicano José Luis Reyna¹² revela o estilo intelectual de Enzo Faletto, cuja discrição escondia sua grande competência intelectual¹³. Como Eduardo Hamuy, também Faletto era filho de um

pequeno comerciante. Seu pai tinha um armazém em Santiago do Chile. Sua formação educacional foi dificultada pela necessidade de trabalhar desde a adolescência, como ele próprio reconheceu em entrevista: “[...] meus estudos secundários foram bastante informais, eu pertencia à categoria de ‘menino problema’” (Rego, 2007, p. 189). Estudou História na Faculdade de Filosofia e Educação da Universidade do Chile e vinculou-se à sociologia como assistente no Instituto de Sociologia, então dirigido por Hamuy. Enzo Faletto fez parte da primeira turma de pós-graduação da Escola Latino-Americana de Sociologia (Elas) da Flacso (1958-59), quando Medina Echavarría era o seu (primeiro) diretor. A tese *Transformaciones en la ideología y la orientación obrera a partir del desarrollo industrial* (1959) foi realizada em parceria com a pesquisadora chilena Ana María Barrenechea. Em seguida, Medina Echavarría o recrutaria para a pesquisa que teve como resultado o relatório *El desarrollo social de América Latina en la pos-guerra* (1963). Tais experiências inculcaram em Faletto a disposição para o trabalho coletivo (Yocelvezky, 2004), cristalizada em inúmeros trabalhos, em parceria com colegas distintos¹⁴.

A elaboração de *Dependência e desenvolvimento na América Latina* por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto foi beneficiada pelo debate intelectual estimu-

11 A frase de Reyna não deve ser lida ao pé da letra. Embora Faletto não tenha produzido uma obra especialmente volumosa, produziu “quase uma centena de trabalhos. Mas é certo que em sua bibliografia há poucos livros, ainda que de enorme alcance e transcendência, que escreveu em colaboração, e alguns artigos longos publicados em forma de cadernos ou folhetos” (Garretón, 2007, p. 14).

12 Reyna conheceu de perto os dois autores de *Dependência e desenvolvimento na América Latina* durante sua estadia em Santiago do Chile. Obteve o mestrado na Flacso entre 1964 e 1965 e escreveu com Fernando Henrique Cardoso o texto “Industrialização, estrutura ocupacional e estratificação social na América Latina”, publicado na revista *Dados* (n. 2/3, 1967).

13 Nas palavras de Fernando Henrique Cardoso: “A Enzo eu devo muito do que pude ver e deixar registrado da história tão variada e, ao mesmo tempo, com tanto em comum de ‘Nuestra América’. Ele sabia disfarçar sua erudição na simplicidade e na graça da palavra. Era um professor admirável. Rigoroso na análise, escrevia dando a impressão de que não gostava do ofício de escritor e dizia que não se deveria levar muito a sério o que pensava. Deixou, sem alarde, obra notável, como historiador das ideias, como sutil analista das tendências do mundo contemporâneo” (Cardoso, 2007, p. 220).

14 Escreveu com outros autores: uma tese, dois livros e 29 artigos. Além de Fernando Henrique, foram parceiros(as) de Faletto: Ana María Barrenechea, Eduardo Ruiz, Hugo Zememann, Julieta Kirkwood, Rodrigo Baño, Eduardo Morales, Leopoldo Benavides, Ricardo Lagos, Germán Rama e Carlos Ruiz (Garretón, 2007).

lante que reunia professores e estudantes de outros países da região (também europeus e norte-americanos) em Santiago do Chile na década de 1960¹⁵. O texto em preparação foi discutido em seminários de pesquisa do Ilpes¹⁶ e, também, em cursos proferidos em Buenos Aires e na Cidade do México, nos anos de 1965 e 1966, o que favoreceu o controle pelos autores dos diversos casos contemplados no quadro comparativo. Essa experiência de intercâmbio internacional foi determinante para Fernando Henrique na medida em que redirecionou seus interesses intelectuais ao contexto latino-americano¹⁷, implicando um deslocamento significativo em relação ao programa do grupo de que fazia parte na Universidade de São Paulo, centrado no caso brasileiro e dirigido por Florestan Fernandes (Sallum Jr., 2002). O foco do estudo na América Latina e a perspectiva comparada de análise seriam condicionantes decisivos à recepção favorável e à ampla circulação do livro de Cardoso e Faletto.

Os autores introduziram em *Dependência e desenvolvimento na América Latina* uma abordagem sociológica que desafiou as hipóteses desenvolvidas anteriormente na Cepal, sobretudo, pelo economista argen-

tino Raúl Prebisch, que havia formulado a teoria do chamado “estruturalismo latino-americano”. O autor argumentou que o subdesenvolvimento econômico da América Latina não era um fenômeno transitório, expressão de uma mera defasagem temporal em relação à modernidade europeia, mas uma resultante da posição subordinada dos países da região na divisão internacional do trabalho, como produtores e exportadores de matéria-prima e importadores de produtos industrializados. As análises de Prebisch demonstraram a deterioração continuada dos termos do intercâmbio comercial a favor dos países industrializados, que levaria, já nos termos de Cardoso e Faletto, à reprodução da situação de “dependência” e, como consequência, a um desenvolvimento capitalista acanhado e heterogêneo nos países da América Latina. A solução desse círculo vicioso do subdesenvolvimento dependeria da industrialização impulsionada pelo Estado.

Propondo uma análise integrada – econômica e sociológica –, nomeada como “global”, das possibilidades de desenvolvimento econômico nos diversos países da América Latina, Cardoso e Faletto exploraram diferenças entre os casos, em função das características dos sistemas econômicos herdados da colonização e controlados internamente com maior ou menor êxito a partir dos processos de independência política e formação dos Estados-nação no século XIX e, também, pelas respostas possíveis em cada país, condicionadas pelos arranjos sociais e políticos estabelecidos no século XX. Talvez a inovação principal em relação ao estruturalismo cepalino tenha sido, então, em chave weberiana, supor o condicio-

15 A rigor, sua primeira versão circulou como documento de trabalho editado em 1967 pelo Ilpes.

16 Fernando Henrique organizou um grupo de estudos sobre América Latina que se reunia às quintas-feiras, no qual participaram Faletto, Edelberto Torres-Rivas, Oswaldo Sunkel, Anibal Quijano, Francisco Weffort e Theotônio Dos Santos, entre outros (Torres-Rivas apud Franco, 2007, p. 155).

17 O mesmo se pode dizer para Medina Echavarría, que a partir de sua vinculação (1952) à Cepal redirecionou seus interesses de pesquisa, desde então voltados ao problema do desenvolvimento e da democratização na América Latina.

namento político dos processos econômicos, por isso mesmo variáveis, apesar de constrições estruturais semelhantes que pesavam sobre todos os países da região.

Em relação à tradição intelectual brasileira, o desafio analítico do livro consistiu em enquadrar o processo de formação e desenvolvimento do país, eixo da linha-gem ensaística, no registro mais amplo da América Latina e, por meio desse viés comparativo, propor uma percepção distinta a respeito desse processo. Na argumentação desenvolvida, os autores examinam com mais detalhe os casos da Argentina, Brasil, Chile e México. A Argentina e o Brasil são aproximados analiticamente por constituírem economias baseadas na agricultura e/ou na pecuária, controladas pelo capital nacional e voltadas à exportação. O México e o Chile se assemelhavam por terem como base da economia a mineração, também voltada à exportação, mas controlada diretamente pelo capital estrangeiro, conformando o que os autores denominaram como “economias de enclave”.

Na Argentina e no Brasil, favorecidos pela acumulação interna de capital derivada da agricultura e pecuária de exportação, as possibilidades de diferenciação e industrialização de suas economias no meio século XX dependeria, entretanto, não apenas do desenvolvimento econômico alcançado e do capital disponível para inversões em outros setores, mas, sobretudo, dos arranjos políticos estabelecidos em cada caso, que teriam permitido impulsionar com maior ou menor intensidade a industrialização a partir do investimento estatal. A vantagem relativa brasileira em comparação à Argentina, que teria sido, desse ponto de vista, política, a maior esta-

bilidade do sistema de dominação brasileiro desde 1930 e a abrangência da aliança de classes estabelecida, sobretudo, durante o varguismo, teriam permitido ao Estado encampar a industrialização.

Essa vantagem relativa do Brasil estaria ameaçada, contudo, na segunda metade da década de 1960, de um lado, pelo fechamento político introduzido pelo golpe militar e, de outro, pelo reordenamento econômico mundial, impulsionado pela incipiente globalização. O sopro otimista da análise para o Brasil, então, se esvaía diante desses processos.

DO MÉXICO À AMÉRICA LATINA: A EDITORA SIGLO XXI

Mas se a originalidade dessa argumentação, tornada possível no contexto intelectual acima reconstruído, foi condição necessária ao sucesso conquistado pelo livro, ela não foi suficiente para tanto. Outro fator importante concerne às condições de sua publicação e circulação. *Dependência e desenvolvimento na América Latina* saiu em espanhol pela editora Siglo XXI, no México. Nesse país foram criadas as duas editoras mais importantes em ciências sociais da América Latina na segunda metade do século XX: Fondo de Cultura Económica (1934) e Siglo XXI (1966).

A criação da primeira deve ser compreendida no interior do processo mais geral de montagem de um novo sistema cultural e acadêmico pelo Estado mexicano após a revolução, mais especificamente, entre as décadas de 1930 e 1940, quando foram estabelecidas novas insti-

tuições públicas de ensino, de pesquisa e de consagração cultural¹⁸. A inauguração da Cidade Universitária da Universidade Nacional Autónoma do México (Unam), em 1951, coroou esse processo de investimentos públicos vultosos, que viriam a constituir a base desse novo sistema cultural, integrado em função de sua dependência, em graus distintos, ao Estado¹⁹.

O mentor principal da Fondo de Cultura Económica foi o historiador Daniel Cosío Villegas. A editora orientou-se inicialmente para a publicação de livros de economia, cuja coleção foi inaugurada em 1935. Com ritmo de produção reduzido em seus primeiros anos de funcionamento, a editora se expandiria durante a década de 1940, favorecida pela crise da indústria editorial espanhola (que abastecia até então o mercado latino-americano), provocada pela Guerra Civil, e pela disponibilidade de uma mão de obra qualificada, derivada da emigração ao México de numerosos intelectuais espanhóis (após a derrota republicana nesse conflito), que trabalharam como revisores, tradutores e editores, sobretudo.

Desde o final dos anos 1930, a editora lançou coleções de outras disciplinas, como “Política e Direito” (1937), “Sociologia”

(1939), “Filosofia” (1942) e “Antropologia” (1944), e se espalhou pela América Latina por meio da abertura de sucursais na Argentina, Uruguai, Chile, Peru, Colômbia, Brasil e Venezuela. A coleção de sociologia foi dirigida justamente por José Medina Echavarría. Quase a metade dos 60 títulos da coleção, publicados até o final da década de 1950, se esgotaram, incluindo autores como Karl Mannheim, Max Weber, Alfred Weber, Ferdinand Tönnies, Thorstein Veblen, Vilfredo Pareto, Thomas Znaniecki e Ralph Linton (Blanco, 2004 e 2009; Morcillo Laíz, 2008). Esse acervo de obras permitiu a difusão na América Latina de uma nova linguagem disciplinar e, dessa forma, foi decisivo à institucionalização da sociologia na região²⁰. A coleção incorporou, ainda, sociólogos latino-americanos como o argentino Alfredo Poviña, o brasileiro Fernando de Azevedo, o francês Roger Bastide, entre outros. As coleções “Tierra firme” e “Biblioteca americana” ratificaram essa orientação latino-americana da editora, defendida por Daniel Cosío Villegas (Sorá & Blanco, 2018). A estratégia, estribada no desenvolvimento de um sistema inovador de distribuição de livros com pontos de venda nas grandes capitais culturais da América Latina, multiplicou o público leitor da editora e de seus autores.

18 Escola Nacional de Economia da Unam (1934), Instituto Nacional Politécnico (1937), Escola Nacional de Antropologia e História da Unam (1938), Colégio do México (1939), Instituto Indigenista Interamericano (1940), Instituto Nacional de Belas Artes (1946), Instituto Nacional Indigenista (1948), Editora Fondo de Cultura Económica (1934), academias Seminário de Cultura Mexicana (1942) e Colégio Nacional (1943), além dos prêmios nacionais em Artes, Ciências e Letras (1945).

19 Vale notar que no México o Estado concentrou a promoção da vida cultural muito mais do que em outros países da América Latina, como a Argentina, o Brasil e o Chile, nos quais os empreendimentos culturais privados tiveram maior peso relativo.

20 A esse respeito, o depoimento do sociólogo argentino José Luis De Imaz é revelador do prestígio alcançado pela coleção na região. Interrogado por Gino Germani sobre suas leituras de sociologia, ao postular o ingresso no grupo liderado pelo sociólogo ítalo-argentino, ele disse: “Eu respondi: toda a Fondo de Cultura Económica. Ou seja, a coleção de ciências sociais que a Fondo havia publicado. Era uma maneira de simplificar, claro, mas também uma definição” (De Imaz, 1977, p. 125).

A Editora Siglo XXI mobilizou com enorme vantagem tal sistema de distribuição de livros, uma vez que seu fundador, o editor argentino Arnaldo Orfila Reynal, havia sido o diretor da Fondo por 17 anos (1948-1965), sucedendo a Cosío Villegas. Mas diferentemente desta última, uma empresa estatal, a Siglo XXI nasceu como iniciativa privada. A criação da editora ocorreu em reação a um ato de censura política, após a demissão de Orfila Reynal da Fondo, motivada pela publicação do livro *Los hijos de Sánchez*, do antropólogo estadunidense Oscar Lewis, que denunciava a extrema pobreza dos habitantes da periferia da Cidade do México (Bidon, 1983; Nova Ramirez, 2013; Sorá, 2017). Dois anos antes, a Fondo havia recusado publicar *La democracia en México*, do sociólogo Pablo Gonzalez Casanova, então diretor da Escola Nacional de Ciências Políticas e Sociais da Unam, que analisava criticamente o sistema político mexicano. O manuscrito de González Casanova sairia, afinal, em 1965, pela Ediciones Era, outra editora privada que havia surgido no início dos anos 1960 e que, juntamente com a Siglo XXI e a Joaquín Mortiz, canalizaram o descontentamento das novas gerações intelectuais com os rumos políticos do país (Jackson & Blanco, 2016).

Em pouco tempo, a Siglo XXI cresceu e se impôs como instância reconhecida de expressão das novas gerações de cientistas sociais de esquerda, do México e da América Latina²¹. Possivelmente, a publicação de

Dependencia e desenvolvimento na América Latina por essa editora fora intermediada por José Medina Echavarría, que mantinha relação direta com Orfila Reynal, desde que este último assumira a direção da Fondo. De qualquer modo, sua publicação pela Siglo XXI foi uma condição necessária à sua ampla circulação, lembrando que o livro teve 30 edições (com tiragens de até 9 mil exemplares) entre 1969 e 2002. Uma prova disso é o fato de que outras obras de ciências humanas editadas na virada das décadas de 1960 e 1970 por essa editora tiveram desempenho similar²².

CODA

Publicado no México, concebido e redigido no Chile, por um sociólogo desse país e outro brasileiro, *Dependencia e desen-*

21 Vale notar que a Zahar, que publicou o livro no Brasil em 1970, ocupava no espaço editorial brasileiro uma posição homóloga. O catálogo da editora contava com diversos títulos e coleções das ciências sociais e do marxismo. Sobre a Zahar, ver: Pires (2017).

22 Esse foi o caso de: *El dilema de América Latina. Estructuras de poder y fuerzas insurgentes*, de Darcy Ribeiro, com 13 edições entre 1971 e 1988; *La economía latinoamericana. Formación histórica y problemas contemporáneos*, de Celso Furtado, com 22 edições entre 1971 e 1991; *La dependencia político-económica de América latina*, de Helio Jaguaribe, Aldo Ferrer, Miguel S. Wionczek e Theotonio dos Santos, com 16 edições entre 1970 e 1987; *Economía política de la urbanización*, de Paul Singer, com dez edições entre 1975 e 1991; *La educación como práctica de la libertad*, de Paulo Freire, com 43 edições entre 1969 e 1995; *Pedagogía del oprimido*, também de Paulo Freire, 40 edições entre 1970 e 1995; *Las venas abiertas de América Latina*, de Eduardo Galeano, com 60 edições entre 1971 e 1994; *Sociología de las enfermedades mentales*, de Roger Bastide, dez edições entre 1967 e 1988; *Tiempo, realidad social y conocimiento*, de Sergio Bagú, 14 edições entre 1970 e 1994; *Capitalismo y subdesarrollo en América latina*, de André Gunder Frank, com nove edições entre 1970 e 1987; *Sociología de la explotación*, de Pablo González Casanova, com 11 edições entre 1970 e 1987; *Imperialismo y cultura de la violencia en América latina*, 11 edições entre 1970 e 1987; *Subdesarrollo y revolución*, de Ruy Mauro Marini, 12 edições entre 1969 e 1986; *Las clases sociales en las sociedades agrarias*, 15 edições entre 1969 e 1985. Fonte: *Catálogo General Siglo XXI 1965-1995* (Cidade do México, 1996).

volvimento na América Latina resultou de uma configuração intelectual e institucional transnacional, que ofereceu as condições de produção para o livro e um mercado para sua circulação e consumo. Em outras palavras, a emergência desse espaço foi o condicionante principal para a consagração do livro. Concentrada em Santiago na década de 1960, então uma metrópole das ciências sociais latino-americanas, sua geografia incluía instituições de planejamento, como a Cepal e o Ilpes, de ensino e pesquisa, como a Flacso, em Santiago, além do Clapcs, no Rio de Janeiro, editoras como a FCE e a Siglo XXI, na Cidade do México, e revistas, como *América Latina*, no Rio de Janeiro, e *Revista Latinoamericana de Sociología*, em Buenos Aires.

Não obstante sua gênese e circulação transnacional, que explicam em boa medida seu sucesso, o livro derivou, também, dos vetores nacionais de institucionalização da sociologia no Brasil e no Chile, inscrevendo-se nas tradições intelectuais desses países. Em relação ao Brasil, sugerimos que as relações ambivalentes de continuidade e ruptura entre *Dependência e desenvolvimento na América Latina* e a linhagem do ensaio de interpretação do Brasil podem ser advertidas no subtítulo do livro, *Ensaio de interpretação sociológica*. Nessa direção, seu argumento mais geral sobre a América Latina abriga uma reflexão sobre os processos de “formação” e “desenvolvimento” da sociedade brasileira, enquadrados pelo método comparativo.

REFERÊNCIAS

- ANDERSEN, D. J. “Creating Cultural Prestige. Editorial Joaquín Mortiz”. *Latin American Research Review*, vol. 31, n. 2, 1996.
- ARANTES, P. E. “Providências de um crítico literário na periferia do capitalismo”, in M. A. d’Incao; E. F. Scarabôto (orgs.). *Dentro do texto, dentro da vida*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.
- ARAÚJO, R. B. *Guerra e paz: Casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro, Editora 34, 1994.
- ARRUDA, M. A. do N. “Sociología y cultura modernas en el Brasil. La sociología de Florestan Fernandes”. *Prismas*, n. 13, 2009.
- BARBOZA, D. P. “Raul Prebisch e a vida cultural tucumana”. *Prismas*, n. 24, 2020, pp. 83-102.
- BASTOS, É. “Gilberto Freyre – Casa-grande & senzala”, in L. D. Mota (org.). *Um banquete no trópico*. São Paulo, Editora Senac, 1998.

- BEIGEL, F. "La Flacso chilena y la regionalización de las ciencias sociales en América Latina (1957-1973)". *Revista Mexicana de Sociología*, 71 (2), 2009, pp. 319-49.
- BIDON, C. *Siglo XXI et son fondateur: une expérience originale d'édition*. Ph.D. thesis. Perpignan, Instituto de Estudos Mexicanos/University of Perpignan, 1983.
- BLANCO, A. "Max Weber na sociologia argentina (1930-1950)". *Dados*, v. 47, n. 4, 2004.
- BLANCO, A. "Karl Mannheim en la formación de la sociología moderna en América Latina". *Estudios Sociológicos*, v. XXVII, n. 80, 2009.
- BLANCO, A. "Ciências sociais no Cone Sul e a gênese de uma elite intelectual (1940-1965)". *Tempo Social*, vol. 19 (1). São Paulo, Departamento de Sociologia da USP, 2007, pp. 89-114.
- BLANCO, A.; BARBOZA, D. P. "Raul Prebisch y Federico Pinedo: técnica y política en la 'década infame'". *Desarrollo Económico*, v. 60, n. 232, 2021, pp. 314-37.
- BLANCO, A.; JACKSON, L. C. "A transnational book: dependency and development in Latin America". *The American Sociologist*, v. 51, n. 3, 2020, pp. 347-61.
- BLANCO, A.; SORÁ, G. "Unity and fragmentation of the social and human sciences in Latin America", in *The social and human sciences in a global perspective*. Edited by Johan Heilbron, Gustavo Sorá, and Thibaud Boncourt, vol. 2 of the Palgrave book series "Socio-historical studies of the social and human sciences", 2018, pp. 127-152.
- BOTELHO, A. "Sequências de uma sociologia política brasileira". *Dados*, v. 50, n. 1, 2007.
- BOTELHO, A. "Pasado futuro de los ensayos de interpretación del Brasil". *Prismas*, n. 13, 2009.
- BRUNNER, J. J. *Los orígenes de la sociología profesional en Chile*. Santiago, Flacso, 1985.
- CARAVACA, J.; ESPECHE, X. "América Latina como problema y como solución: Robert Triffin, Daniel Cosío Villegas, Víctor Urquidí y Raúl Prebisch antes del Manifiesto Latinoamericano (1944-1946)". *Desarrollo Económico*, vol. 55, n. 217, 2016, pp. 211-35.
- CARDOSO, F. H. "Análise e memórias: recordações de Enzo Faletto". *Tempo Social*, v. 19, n. 1, 2007, pp. 215-21.
- CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.
- COSER, L. *Hombres de ideas. El punto de vista de un sociólogo*. Cidade do México, Fondo de Cultura Económica, 1968.
- D'INCAO, M. A. (org.). *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Junior*. São Paulo, Brasiliense/Unesp, 1989.
- DONGHI, H. T. "La Cepal en su contexto histórico". *Revista de la Cepal*, n. 94, 2008, pp. 7-27.
- GARRETÓN, M. A. (org.). *Dimensiones sociales, políticas y culturales del desarrollo*. Santiago de Chile, Clacso, 2007.
- FERNANDES, F. "Resenha de *Raízes do Brasil*". *Revista do Arquivo Municipal*, CXXII, 1949.
- FERNANDES, F. *A etnologia e a sociologia no Brasil*. São Paulo, Anhembi, 1958.
- FESTI, R. C. "Desejo de história: a sociologia do trabalho de Alain Touraine (1948-1973)". *Lua Nova*, n. 106, 2019, pp. 65-96.
- FRANCO, R. *La Flacso clásica (1957-1973): vicisitudes de las ciencias sociales latinoamericanas*. Santiago, Editorial Catalonia/Flacso, 2007.
- FRANCO, M. S. de C. "Memorial". São Paulo, FFLCH/Universidade de São Paulo, 1988.
- FREYRE, G. *Casa-grande & senzala*. Rio de Janeiro, Record, 1992.
- GARCIA, S. *Destino ímpar*. São Paulo, Editora 34, 2002.

- GARCIA JR., A. "A dependência da política: Fernando Henrique Cardoso e a sociologia no Brasil". *Tempo Social*, v. 16, n. 1, 2004.
- GOULDNER, A. "El antimnotauru: el mito de una ideología libre de valores", in I. Horowitz (org.). *La nueva sociología*. Buenos Aires, Amorrortu, 1969.
- HIRSCHMAN, A. "Auge y caída de la teoría económica del desarrollo". *El Trimestre Económico*, v. XLVII, n. 188, 1980.
- HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1975.
- HODARA, J. *Prebisch y la Cepal. Sustancia, trayectoria y contexto institucional*. Cidade do México, Colmex, 1987.
- IANNI, O. "Resenha de *Sociologia, introdução ao estudo de seus princípios*". *Anhembi*, n. 92, 1958.
- IMAZ, J. L. de. *Promediando los cuarenta*. Buenos Aires, Sudamericana, 1977.
- JACKSON, L. C. *A tradição esquecida: Os parceiros do Rio Bonito e a sociologia de Antonio Candido*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2002.
- JACKSON, L. C.; BLANCO, A. *Sociologia no espelho: ensaístas, cientistas sociais e críticos literários no Brasil e na Argentina*. São Paulo, Editora 34, 2014.
- JACKSON, L. C.; BLANCO, A. "O caudilho da sociologia mexicana: Pablo González Casanova e *A democracia no México*". *Tempo Social*, v. 28, n. 3, 2016.
- LEPENIES, W. *As três culturas*. São Paulo, Edusp, 1996.
- LIMA, N. T. *Um sertão chamado Brasil*. Rio de Janeiro, Revan/luperj, 1999.
- MARTINEZ, P. H. *A dinâmica de um pensamento crítico*. São Paulo, Edusp, 2008.
- MENDES, F. da S. "Alain Touraine e o Brasil: atores sociais e dependência em diálogos dos anos 1970". *Lua Nova*, n. 106, 2019, pp. 97-129.
- MONTEIRO, P. M. *A queda do aventureiro: aventura, cordialidade e os novos tempos em Raízes do Brasil*. Campinas, Unicamp/Fapesp, 1999.
- MORAES, M. I. de; JACKSON, L. "Açúcar e café: ambiguidade de *Raízes do Brasil*". *Lua Nova*, n. 113, 2021.
- MORCILLO LAÍZ, A. "Historia de un fracaso: intermediarios, organizaciones y la institucionalización de Weber en México (1937-1957)". *Sociológica*, vol. 67, n. 23, 2008, pp.149-92.
- NOVA RAMÍREZ, V. E. *Arnaldo Orfila Reynal. El editor que marcó los cánones de la edición latinoamericana*. Master dissertation. Cidade do México, Universidad Nacional Autónoma de México, 2013.
- PEIXOTO, F. Á. "Franceses e norte-americanos nas ciências sociais brasileiras (1930-1960)", in S. Miceli (org.). *História das ciências sociais no Brasil*, vol. 1. São Paulo, Vértice/Idesp/ Finep, 1989, pp. 477-532.
- PIRES, P. R. *A marca do z: a vida e os tempos do editor Jorge Zahar*. Rio de Janeiro, Zahar, 2017.
- PONTES, H. *Destinos mistos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- PRADO JUNIOR, C. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense, 1994.
- PRADO JUNIOR, C. "Métodos sociológicos". *Fundamentos*, 4, 1948.
- PULICI, C. *Entre sociólogos*. São Paulo. Edusp, 2008.
- REGO, J. M. "Entrevista com Enzo Faletto". *Tempo Social*, v. 19, n. 1, 2007, pp. 189-213.
- REYNA, J. L. "Enzo Faletto (1935-2003): un intelectual latinoamericano", in *Recuerdos de la Flacso*. Santiago de Chile, Flacso, 2007.
- RICUPERO, B. *Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo, Editora 34/Fapesp, 2000.

- RODRIGUES, L. S. *A produção social do marxismo universitário em São Paulo: mestres, discípulos e um seminário (1958-1978)*. Tese de doutorado. São Paulo, USP, 2011.
- SALLUM JÚNIOR, B. "Notas sobre o surgimento da Sociologia Política em São Paulo". *Política & Sociedade*, n. 1. Florianópolis, 2002.
- SORÁ, G. *Editar desde la izquierda: la agitada história del Fondo de Cultura Económica y de Siglo XXI*. Cidade do Mexico, Siglo XXI, 2017.
- WAIZBORT, L. "O mal-entendido da democracia: Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, 1936". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 26, n. 76, 2011.
- WEGNER, R. *A conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2000.
- YOCELEVZKY, R. "Las contribuciones de Enzo Faletto al pensamiento latinoamericano". *Estudios Sociológicos*, vol. XXII, n. 1, 2004, pp. 185-201.



Domínio público/Wikimedia Commons

Questão nacional e Independência do Brasil: um problema de 200 anos

João Paulo Pimenta



resumo

Este artigo discute as origens da chamada “questão nacional” no Brasil em meio ao processo de Independência e de algumas das características históricas mais marcantes de tal processo. A questão nacional é aqui definida e abordada a partir de quatro elementos centrais, a saber: um Estado, uma nação, uma identidade nacional e um tipo de nacionalismo. Finalmente, procura-se indicar a atualidade de tais elementos no cenário brasileiro.

Palavras-chave: Independência do Brasil; Estado nacional; nação; identidade nacional; nacionalismo.

abstract

This article discusses the origins of the so-called “national issue” in Brazil amidst the process of Independence and of some of the most striking historical features of such process. The national issue is hereby defined and approached from four central elements, namely: a State, a nation, a national identity and a type of nationalism. Finally, it seeks to indicate the relevance of such elements in the Brazilian scenario.

Keywords: *Independence of Brazil; national state; nation; national identity; nationalism.*

A

specto central na formação histórica de nosso país, frequentemente associado a dimensões sociais e culturais, mas não menos envolvido nas políticas e econômicas, a questão nacional começou a surgir no Brasil em meio ao processo de Independência. Não de modo abrupto, pontual ou definitivo, tampouco como simples causa ou consequência imediata do processo de separação do Brasil em relação a Portugal. Ao longo de sua existência de aproximadamente 200 anos – pouco mais ou menos, a depender de seus componentes específicos que queiramos considerar –, a questão nacional no Brasil possui ritmos de desenvolvimento próprios, bem como variável capacidade de associação a distintos acontecimentos, contextos e estruturas, o que a torna uma realidade em permanente mutação. No entanto, é sua relação original fundacional com a Independência que lhe confere, em meio a

muitas dinâmicas, também certas estabilidades. A interação entre essas dinâmicas e estabilidades responde pelas atualizações da questão nacional que observamos nos dias de hoje, ademais evidenciadas pelo contexto do Bicentenário da Independência.

Efemérides são, muitas vezes, momentos puramente formais, nos quais a reflexão em torno das relações entre passado, presente e futuro das sociedades que as comemoram resulta quase que exclusivamente artificial, permanecendo confinada a pequenos grupos de pessoas. Não parece ser o caso atual. Vive-se, no Brasil de 2022, uma efervescência política favorável à generalização de um consenso em torno da importância da efeméride (embora não de seus sentidos). Tal efervescência engendrou uma ocasião privilegiada para a reflexão acerca de certos fenômenos em curso em nosso país que,

JOÃO PAULO PIMENTA é professor do Departamento de História da FFLCH/USP e autor de, entre outros, *Independência do Brasil* (Contexto).

a despeito de suas morfologias eventualmente inovadoras, se conectam com realidades históricas mais antigas, profundas e duradouras. Como efeméride, o Bicentenário da Independência nos oferece esse olhar, dentre outras possibilidades, pela potencialização da questão nacional.

A fim de evitarmos a oscilação entre definições demasiadamente rígidas e relativismos excessivamente abertos, tendência deletéria de muitos estudos da questão nacional, o enunciado do problema aqui abordado demanda um esclarecimento: por *questão nacional* entendemos uma estrutura histórica – portanto, dinâmica e em permanente mutação – que conjuga processos e fenômenos organizados em torno de formas coletivas de identificação e autoidentificação social relativas a uma ou várias nações, bem como de práticas, linguagens, imaginários, instituições, tradições, memórias, projetos e símbolos diretamente associados a tais processos e fenômenos (Hosbawm, 1990; Anderson, 2008; Smith, 1999; Brubaker, 2004; Moreno Almendral, 2016). No caso do Brasil – que nesse quesito não é tão singular em relação a outros –, a questão nacional pode ser historicizada a partir de quatro objetos concretos: o *Estado*, a *nação*, a *identidade nacional* e o *nacionalismo*. Naquilo que convergem para o estabelecimento de formas coletivas de identificação e autoidentificação social, por meio de suas relações e determinações recíprocas e de suas relativas autonomias, tais objetos constituem o que aqui chamamos de questão nacional.

No Brasil, e a despeito de frequentes confusões terminológicas por parte de seus analistas, *Estado*, *nação*, *identidade*

nacional e *nacionalismo* jamais foram exatamente a mesma coisa; jamais, porém, estiveram completamente dissociados uns dos outros. Isso fica claro quando observamos cada um deles em suas origens – mais particularmente, em suas devidas relações com o processo de Independência do Brasil: afinal, em termos das morfologias básicas pelas quais eles se apresentam nos dias de hoje e a despeito de quaisquer de suas variações, nenhum deles existia antes da separação política entre Brasil e Portugal, assim como nenhum deles surgiu, abruptamente, em meio a tal processo. Entendê-lo é, assim, um estímulo ao próprio entendimento da questão nacional hoje.

Tema amplo, dinâmico, quase onipresente na história do Brasil e de abordagem naturalmente multidisciplinar, a questão nacional no Brasil será aqui abordada apenas de modo indicativo, como um esboço focado no problema de suas origens intrinsecamente ligadas à Independência¹. Como parcial compensação ao caráter forçosamente lacunar de tal empreitada, oferecemos uma reflexão pautada na convicção de que o conhecimento histórico – “ciência dos homens no tempo”, como o chamou Marc Bloch (2001) – nunca se limita a iluminar o passado. Afinal, como quaisquer realidades sociais, as do presente também se constituem, ao mesmo tempo em que são explicadas, historicamente. Nesse sentido,

1 Entre 1995 e 2010 o tema foi foco de investigação de István Jancsó e do grupo de pesquisa por ele coordenado na Universidade de São Paulo. As páginas seguintes são diretamente tributárias de tal empreitada acadêmica (Jancsó, 1996).

o problema das relações entre a Independência do Brasil e a questão nacional indica uma história em curso, uma história ainda em construção².

ESTADO

A Independência do Brasil foi resultado de um conjunto de dinâmicas históricas de maior ou menor alcance temporal, envolvendo distintas dimensões da realidade. Mais precisamente ao longo de 1822, ela foi preparada em diferentes ocasiões pelo governo do então príncipe regente d. Pedro, tendo sido formalizada muito menos com a tão célebre quanto incerta declaração de 7 de setembro daquele ano do que pela aclamação pública do novo imperador, em 12 de outubro, e sua coroação, em 1º de dezembro. Nesse percurso, a Independência implicou a criação, também, de um novo Estado. Nominalmente chamado de *Império do Brasil*, esse Estado, porém, não nasceu de repente, e ainda levaria algumas décadas para se constituir plenamente; no entanto, ao final de 1822 ele já despontava como algo bem distinto daquele governo autônomo até então acomodado no interior do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve, tal qual o entendiam as Cortes de Lisboa, e cujos graus de autonomia vinham sendo

objeto de polêmicas e disputas há quase dois anos. A alternativa de manutenção do Brasil ao Reino Unido português como tão somente um governo próprio ainda estava de pé, e por algum tempo seria inclusive defendida por muitos dos apoiadores do novo império; contudo, cada vez mais se impunha uma visão alternativa e incompatível, que entendia que o governo do Brasil se tornara não apenas separado, mas também contrário a qualquer governo português; e que tal condição implicava, doravante, a transformação e articulação de suas instâncias de poder e gestão em um Estado plenamente *independente* (isto é, com plenas capacidades de tomada de decisão) e *soberano* (isto é, não subordinado a quaisquer instâncias decisórias para além de suas próprias).

A dificuldade não só de se estabelecer, mas também de se consolidar esse novo Estado, se revelaria no fato de o Império do Brasil nascer carregado de heranças coloniais portuguesas, e que remetiam ao primeiro governo geral do Brasil, de 1549; às suas divisões em Estado do Brasil e Estado do Maranhão e Grão-Pará (depois rebatizado como Estado do Grão-Pará e Maranhão); à transformação do Estado do Brasil em Vice-Reino em 1763; e a muitas outras reconfigurações políticas, territoriais, jurídicas e administrativas ordinárias ao funcionamento do Império português na América, ocorridas principalmente na segunda metade do século XVIII. Em diversas ocasiões e por diferentes motivos, a cúpula metropolitana cogitou até mesmo a transferência da capital imperial de Lisboa para o Rio de Janeiro (Lyra, 1994). Portanto, ao se consumir em inesperadas circunstâncias no

2 A história da Independência é não somente a de seus próprios fenômenos e acontecimentos, mas, igualmente, a de sua memória e de sua historiografia. Quando considerada do ponto de vista da questão nacional, ela é, ainda, a de seus muitos efeitos e consequências, o que amplifica suas dimensões ainda atuais.

final de 1807 – o avanço militar francês sobre a Península Ibérica –, tal medida já possuía um lastro anterior. Agora, para todos os efeitos, sua adoção resultaria não só em uma substantiva alteração da geopolítica imperial portuguesa e na criação de um novo aparato estatal em terras americanas, mas também no aproveitamento de experiências locais, regionais e continentais de governo que remontavam aos séculos anteriores, e sobre algumas das quais se assentaria a nova condição desse Brasil agora sede da corte.

Pouco depois, a criação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve, em dezembro de 1815, implicou que os domínios luso-americanos elevados à condição de reino e assim equiparados aos antigos domínios metropolitanos tinham sido formalmente destituídos de suas relações de subordinação governamental a Portugal (Araújo, 1992). O Brasil-Reino contemplou os cada vez mais fortes interesses político-econômicos que, desde 1808, vinham sustentando e enraizando a permanência da corte portuguesa no Rio de Janeiro, fomentando, de outra parte, crescentes descontentamentos em Portugal. A Revolução de Pernambuco de 1817, contrária à autoridade de d. João na América, e a Revolução do Porto de 1820, que o obrigou a retornar a Portugal e se submeter às Cortes constituintes e legislativas de Lisboa, aumentaram as tensões e cisões no interior do Reino Unido português, desempenhando papel importante da erosão de sua unidade. Como vimos, há tempos que a viabilidade de um aparato estatal próprio no Brasil vinha sendo testada e comprovada; agora, sua defesa passou a ser um dos principais pilares do

projeto de Independência que, em meio a muitas alternativas políticas, despontou como vitorioso em finais de 1822.

A célebre assertiva de Sérgio Buarque de Holanda, segundo a qual “no Brasil, as duas aspirações – a da independência e a da unidade – não nascem juntas e, por longo tempo ainda, não caminham de mãos dadas”, é, portanto, apenas parcialmente verdadeira (Holanda, 1962). É fato que havia, no Brasil das primeiras décadas do século XIX, diferentes concepções de *independência*, e nem todas convergiam quanto aos contornos territoriais nelas implicados; além disso, a ruptura com Portugal formalizada em 1822 não trouxe, de imediato, o estabelecimento nem tampouco a garantia de uma unidade política. No entanto – e é aqui que a assertiva se debilita –, muitas aspirações de independência, inclusive aquelas que acabaram por convergir, ainda que com disputas internas, em torno do projeto vencedor em 1822, implicavam, necessariamente, uma unidade política; e, de acordo com esse ponto de vista, o Império do Brasil deveria se formar como um Estado capaz de garantir a indissociabilidade duradoura entre independência e unidade.

Esse era o sentido da fala de José Bonifácio na sessão de 6 de maio de 1823 das Cortes então reunidas no Rio de Janeiro, encarregadas de elaborar uma Constituição para o Império do Brasil:

“Estou certo de que todos nós temos em vista um só objeto: uma Constituição digna do Brasil, digna do Imperador, e digna de nós (apoiado). Queremos uma Constituição que nos dê aquela liberdade de que somos capazes, aquela liberdade



que faz a felicidade do Estado, e não a liberdade que dura momentos, e que é sempre a causa e o fim de terríveis desordens” (*Diário*, 1973).

Na construção do Estado brasileiro, repetamos, as continuidades seriam muitas e fortes: o Império do Brasil se organizaria, a exemplo do antigo Império português, em torno de uma monarquia; a escravidão seria reinventada, legalizada e por muitos anos amplamente praticada; muito da legislação e das práticas jurídicas anteriores a 1822 continuaria em vigência; e as bases territoriais do antigo Império, com sua organização hierárquica entre regiões e a concessão de certos espaços autônomos de exercício e decisão políticas, não seriam totalmente desarticuladas. Forças armadas, sistemas eleitorais e educacionais, sistema tributário e códigos legais e uma série de instituições necessárias ao funcionamento do novo Estado tardariam a se consolidar, e a unidade territorial do Estado se construiria arduamente a partir de guerras e tratados internacionais que, em alguns casos, adentrariam a segunda metade do século XIX. No entanto, as permanências e os ritmos lentos de construção estatal só se fariam a partir de inovações políticas profundas e estruturais, organizadas em torno de uma nova ordem política liberal e constitucional. A eventual ênfase historiográfica nas continuidades não deve, portanto, obliterar a dimensão fundamentalmente inovadora do processo de criação do Estado brasileiro.

Inclusive porque, à diferença de quaisquer outras formações estatais anteriormente existentes na América portuguesa,

o Império do Brasil seria um Estado não só liberal e constitucional, mas também nacional: isto é, um Estado soberano, identificado com projetos, valores e conceitos que cada vez mais se expressariam em torno da ideia de supostos interesses coletivos *brasileiros*. A Independência do Brasil, portanto, engendrou e favoreceu a construção de um Estado não português que, uma vez viabilizado como representante de uma comunidade política igualmente não portuguesa, foi se convertendo em um Estado nacional brasileiro; isto é, em instância reivindicativa do exercício legítimo da soberania em nome de uma nova nação que começou a surgir por oposição a interesses e projetos políticos identificados como sectariamente *portugueses*. O que nos coloca diante da necessidade, agora, de observação da dimensão nacional da Independência do Brasil.

NAÇÃO

Antes de 1822 não existia uma nação brasileira, que tampouco foi criada abruptamente nesse momento. A separação política entre Brasil e Portugal não foi, portanto, em nenhum sentido, uma luta nacionalista, sequer fruto do desenvolvimento anterior de uma nação brasileira que deveria libertar-se da nação portuguesa (Jancsó & Pimenta, 2000). A suposta perenidade na nação brasileira bem como qualquer tipo de anterioridade dela em relação à Independência são uma invenção historiográfica do século XIX, corolário do desenvolvimento de uma memória e de uma historiografia brasileiras que, a exemplo do que ocorria em outros países do mundo à mesma época,

buscariam legitimar a existência do novo Estado associando-o a uma suposta nação pretérita (Oliveira, 2021). No entanto, nada disso implica que a nação brasileira tenha sido, simplesmente, uma criação do Estado.

Antes de 1822, a referência nacional mais abrangente, antiga e estável disponível à imensa maioria dos habitantes e/ou naturais do Brasil era a portuguesa. Associada diretamente com a monarquia bragantina e com a religião católica, tal nação contemplava uma variedade de versões específicas, algumas das quais inclusive diretamente referidas ao continente americano e ao Brasil, sob uma ampla gama de expressões linguísticas. A nação portuguesa era formada pela comunidade de súditos do rei de Portugal e, por isso, ela se desdobrava mundialmente de acordo com a territorialidade do próprio Império³. No Brasil, ela excluía estrangeiros, escravos africanos e afrodescendentes, e populações indígenas não convertidas ao catolicismo⁴. Era a nação portuguesa a principal a existir no Brasil quando as transformações de inícios do século XIX começaram a comprometer a unidade política do Império português, e era em nome dela que quase todo mundo falava ainda entre 1820 e 1822, mesmo que a ela pudessem ser atribuídos valores parcialmente divergentes.

3 Nações não portuguesas existentes no Império eram também comunidades linguísticas, eventualmente étnicas. Falava-se, portanto, em nações referidas a certos grupos africanos e indígenas, além, claro, de nações estrangeiras: o francês, o inglês etc. (Pamplona, 2009).

4 Para além de suas variações históricas, pode-se dizer que não existe nenhuma nação plenamente universal. Para que uma nação exista, ela precisa, forçosamente, excluir pessoas e grupos.

O fundamental a se destacar aqui é que a existência de dinâmicas internas da nação portuguesa prévias a 1822 ajuda a explicar sua própria erosão, por meio de projetos de independência do Brasil que defenderiam também a criação de um novo Estado. Como vimos anteriormente, um dos fomentos essenciais à associação entre a Independência e a fundação do Império do Brasil foi a progressiva configuração de divergências políticas entre Brasil e Portugal. Ocorre que tais divergências surgiram a partir de variações a respeito dos atributos dessa nação portuguesa anteriormente existentes e que, até 1808 ou mesmo depois, costumavam ser bem amalgamados no conjunto daquela nação. A partir daí, a situação foi mudando: quais seriam, afinal, os verdadeiros interesses “nacionais”? A permanência da corte no Brasil ou seu retorno a Lisboa? A existência no Rio de Janeiro e outros centros americanos de instâncias jurídicas, legislativas e constitucionais próprias ou sua concentração em Portugal? Uma regência no Brasil, a cargo do príncipe d. Pedro, ou a submissão deste ao rei d. João VI e às Cortes lisboetas? A manutenção da Província Cisplatina como parte do Brasil ou sua completa desocupação pelas forças portuguesas? A defesa da escravidão e do tráfico negreiro ou sua diminuição em atenção aos interesses britânicos? Após 1820, as diferentes respostas a tais perguntas foram polarizando posições divergentes dentro da nação portuguesa, esboçando uma ruptura política em defesa de interesses identificados não mais como *portugueses*, mas como *brasileiros*. A Independência e o novo Estado são produtos diretos do desenvolvimento dessa

ruptura; ao mesmo tempo, foram dois de seus principais vetores.

O ocaso da nação portuguesa em favor de uma nova nação brasileira foi um processo parcial, não linear, errático e cheio de reveses. Desde que ele começou a despontar, porém, ele jamais deixou de se constituir em um dos vetores essenciais do processo político em curso no Brasil. Em outubro de 1822 esse ocaso já era bem vislumbrado em um trecho do jornal *Revérbero Constitucional Fluminense*, que durante meses fora um eloquente e influente propugnador da unidade nacional portuguesa para, finalmente, agora se converter em um dos porta-vozes da Independência do Brasil. Comentando uma fala de um deputado oriundo de Portugal nas sessões das Cortes de Lisboa, afirmou:

“Na sessão de 6 de julho disse o Deputado Moura – ‘que se para conservar a Sede da Monarquia em Lisboa for necessário que se quebrem os laços políticos que unem os dois Reinos [de Portugal e Brasil], que embora se quebrem, ficando só os Comerciais: que desde já convidava a todos os Senhores Deputados do Brasil para que solenemente assim o declarassem; e depois largassem o assento que têm no Congresso, e o Brasil se constituísse Nação’. Se o não fizeram os Deputados do Brasil, fê-lo o Povo do Brasil: somos Nação, Sr. Moura: queremos agora ver o que dirá”⁵.

Assim, a fórmula sugerida por Eric J. Hobsbawm (1990), segundo a qual as

5 *Revérbero Constitucional Fluminense*, n. 20, 8/10/1822.

nações são fenômenos históricos essencialmente modernos, criados por Estados por meio de práticas e concepções nacionalistas, não se aplica bem ao Brasil. Aqui, a nação brasileira não foi criada por um Estado brasileiro a ela anterior e que dela pudesse fazer as vezes de uma espécie de demiurgo; mas foi surgindo em concomitância e recíproca determinação com esse mesmo Estado. A nação portuguesa e o Estado colonial forneceram bases e legaram heranças à nação e ao Estado brasileiros, que, contraditoriamente, só puderam se estabelecer, gradualmente, com a própria negação parcial da condição nacional e estatal portuguesa. O agente viabilizador desse estabelecimento foi o processo de Independência.

IDENTIDADE NACIONAL

O caráter gradual do estabelecimento do Estado e da nação brasileiros se deveu, dentre numerosos fatores, ao fato de se relacionarem tanto com experiências portuguesas de governo quanto com dinâmicas internas da nação portuguesa prévias a 1822. Em um plano de longa duração, essas dinâmicas remetem a alterações no plano das identidades coletivas que vinham se observando já desde finais do século XVIII. “Ser português”, uma vez preservadas as condições de súdito do rei de Portugal e de praticante do catolicismo, comportava variedades: branco, pardo, mulato, negro; homem, mulher; nobre, plebeu; cristão velho, cristão novo; rico, pobre ou algo entre eles; senhor de engenho, lavrador, militar, clérigo, comerciante, administrador, rentista, proprietário, desprovido de posses, trabalhador braçal, artesão

etc. Havia também variedades relativas ao nascimento e/ou moradia na América, no Brasil e/ou em partes dele: um português poderia, então, ser de uma capitania ou “pátria” específica (“americano”, “pernambucano”, “bahiano”, “paulista”, “filho das Minas” etc.) e ainda eventualmente identificar-se com um povoado, vila ou cidade. Os movimentos de contestação política ocorridos em Minas Gerais (1788-89) e na Bahia (1798) revelam uma importante modificação nessas identidades, tornando-as politizadas (isto é, associadas a projetos políticos) e, por isso mesmo, contrapondo-as a uma situação colonial que, ainda de modo difuso, estava sendo contestada naqueles dois episódios. Antes deles, uma identidade portuguesa colonial e territorial manifestava tão somente uma forma possível e não conflitiva de “ser português”; depois deles, tais identidades politizadas poderiam se referir a projetos de teor revolucionário, potencialmente antagônicos ao poder metropolitano e à própria nação portuguesa (Pimenta, 2022, pp. 48-9).

Nada disso fez surgir uma identidade coletiva claramente brasileira, menos ainda uma identidade nacional de tal teor. Esta só começará a se desenhar tempos depois, quando interesses supostamente *portugueses* e *brasileiros* começaram a se antagonizar e a fomentar projetos políticos como os de Independência do Brasil e de criação de um Estado separado do Reino Unido português. Em um plano mais imediato, esse processo implicou novas dinâmicas internas da nação portuguesa, sobretudo a partir de 1820. Com a criação do Império do Brasil em 1822, a politização de uma identidade brasileira seguiria adiante com as guerras de independência, os primeiros reconhecimentos internacionais do novo Estado e os crescentes

conflitos sociais que, motivados por diversos fatores, muitas vezes se valeram de uma roupagem de antilusitanismo que contribuiu para a progressiva conversão e convergência de identidades *políticas* brasileiras em uma identidade *nacional* brasileira.

A exemplo do que vinha se passando com o Estado e a nação brasileiros, a nova identidade nacional também levaria algum tempo para se consolidar. Antes, durante e logo após a Independência, as diferenciações e antagonismos entre “portugueses” e “brasileiros” foram ganhando sentido em meio a embates políticos que envolviam muitas outras identidades e conceitos, como “constituição”, “pátria”, “filho da terra”, “cidadão”, “liberdade”, “liberal”, “absolutista”, “corcunda”, “pé-de-chumbo”, “cabra”, “maroto”, “tirania”, “despotismo”, “anarquia”, “república” e “federação”, alguns dos quais portadores de potenciais identitários não apenas políticos, mas também sociais e culturais⁶. Em meados do século XIX, porém, um *Estado*, uma *nação* e uma *identidade nacional* brasileiros já se mostravam suficientemente articulados e estáveis a ponto de juntos, mas com suas autonomias próprias, se constituírem em três dos principais objetos da questão nacional no Brasil.

NACIONALISMO

Na história da formação da questão nacional no Brasil, um quarto objeto, o nacionalismo, veio depois de seus pares. Como observado anteriormente, a Independência foi

um processo marcado por tensões e enfrentamentos políticos com fortes implicações identitárias, e que inclusive ajudou a criar uma nação e uma identidade nacional até então inexistentes, mas seu fundamento jamais foi o de qualquer tipo de enfrentamento entre nações. Por isso a Independência não foi, propriamente, nacionalista.

Como derivação de Estados, nações e identidades, e em meio a uma enormidade de morfologias históricas, os nacionalismos podem ser considerados mobilizações – simbólicas, concretas ou ambas – em defesa de uma determinada nação ou de valores a ela associados, em situações nas quais a existência ou unidade dessa nação supostamente encontra-se em risco (Smith, 1999, pp. 18-9). Nacionalismos pressupõem, assim, alteridades, ameaças e inimigos plenamente identificáveis, sejam eles verdadeiros ou verossímeis. A Independência do Brasil foi resultado de um processo de criação de condições para o surgimento de nacionalismos, mas que ainda não existiam quando de sua consumação. A partir de 1822, cada vez mais a história do Brasil forneceria novos pretextos para o reforço dessas condições: guerras externas e internas, processos de exclusão política interna, receio e ódio a estrangeiros e muitas formas estrategicamente inventadas de ameaça à unidade nacional cujo combate fortaleceria certos grupos interessados, assim, nas benesses desse instrumento fortemente retórico, emotivo e sempre oportunista que são os nacionalismos.

Por um bom tempo, o português seria o principal alvo do incipiente nacionalismo brasileiro. Em um movimento cheio de descontinuidades, a ojeriza ao português

6 Várias contribuições a esse respeito são encontradas em: Fernández Sebastián (2009; 2014).

se iniciou já antes da Independência, perpassou os primeiros anos do Império do Brasil e se fortaleceu no contexto das revoltas regenciais. Na segunda metade do século, a Guerra do Paraguai (1864-1870) aprofundou o ódio momentâneo a outros estrangeiros, ensaiado pioneiramente já na Guerra da Cisplatina (1825-1828). E a partir das últimas décadas do século XIX, as sucessivas levas de imigração estrangeira ao Brasil, bem como os vários governos ditatoriais que se instalaram no país a partir da Proclamação da República (1889), multiplicaram concepções e práticas nacionalistas. Em vertentes de menor enfrentamento a supostos inimigos externos e internos, e mais de valorização de elementos nacionais presuntivamente ameaçados por valores considerados estrangeiros, os séculos XIX e XX conheceriam também muitas formas de nacionalismos culturais.

No Brasil, o Estado, a nação e a identidade nacional brasileiros surgiram de acordo com dinâmicas próprias, mas igualmente amalgamados no processo de Independência. O nacionalismo veio pouco depois; mas, uma vez surgido, logo se uniu a seus pares doravante inseparáveis, com eles formando uma mesma estrutura histórica: a questão nacional. Para além de suas desde então permanentes reciprocidades, decorrentes do fato de todos concorrerem para o mesmo fim de fortalecimento de formas coletivas de identificação e autoidentificação nacionais, reside o fato de, salvo uma ou outra exceção efêmera e pontual⁷, todos eles se referirem sempre àquele mesmo *Brasil* que começou a despontar em meio ao processo de Independência.

A QUESTÃO NACIONAL, 200 ANOS DEPOIS

No Brasil, o Estado nacional, a nação, a identidade nacional e o nacionalismo nunca foram fenômenos estanques, monolíticos e absolutamente consensuais. Desde que surgiram, sempre foram e continuam a ser objetos proteicos e de disputa. No entanto, quase nunca essas disputas propuseram um substrato nacional alternativo ou contrário ao *brasileiro*. Trata-se de fato notável em nossa história, na qual a violência política e a exclusão social estruturais jamais ameaçaram seriamente um consenso que começou a ser estabelecido há 200 anos: o substrato *brasileiro* do Estado, da nação e da identidade nacional dominante em nosso país. Nesses dois séculos de convulsionada história, não houve projetos de Estado ou nação, tampouco expressões de identidades nacionais ou de nacionalismos, que não estivessem, de algum modo, fundamentados na morfologia básica que a questão nacional, com seus quatro componentes centrais, começou a adquirir com o processo de Independência. E, como vimos, isso se deve em boa medida ao fato de que, no Brasil, essa questão nacional surgiu, em parte, como questão colonial, isto é, de parcial negação do Estado, da nação e da identidade portuguesas que a organizavam.

Hoje em dia, nosso país observa a atualização da questão nacional com a repro-

7 Como a República Rio-Grandense e sua respectiva nação, esboçada por alguns dos participantes da Revolução Farroupilha ocorrida no Sul do país entre 1835 e 1845 (Padoim, 2001, pp. 147-8).

dução de fenômenos antigos, devidamente reconfigurados pela história do tempo presente; simultaneamente, com a criação de novos e inovadores fenômenos até então desconhecidos. Em meio a enfrentamentos políticos e sociais acirrados, nos quais um Estado pode ser desde um instrumento de fortalecimento da democracia até refúgio de interesses privados e criminosos; a nação e a identidade nacional podem ser pensadas como inclusivas e diversificadas ou excludentes e monolíticas; e os nacionalismos se prestam a usos tão distintos que vão desde

ferramenta crítica da história ou de exaltação do passado até arma de promoção pessoal do presidente da República, ninguém parece disposto a propor uma secessão nacional. Muito provavelmente, um novo nome para o país, uma fratura em seu território, um novo hino, bandeira ou data comemorativa da Independência não gozariam de grande aceitação. O que demonstraria o quão forte, profundo e duradouro foi o processo de criação das bases da questão nacional no Brasil. Bases que, a despeito de tudo, continuam sólidas 200 anos depois.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.
- ARAÚJO, A. C. B. de. "O Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, 1815-1822". *Revista de História das Ideias*. Coimbra, v. 14, 1992, pp. 233-59.
- BLOCH, M. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro, Zahar, 2001.
- BRUBAKER, R. *Ethnicity without groups*. Cambridge, Harvard University Press, 2004.
- DIÁRIO da Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil 1823. Brasília, Senado Federal, 1973.
- FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, J. (dir.). *Diccionario político y social del mundo iberoamericano. La era de las revoluciones, 1750-1850. Iberconceptos I*. Madrid, Fundación Carolina/Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales/Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009.
- FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, J. (dir.). *Diccionario político y social del mundo ibero-americano. Iberconceptos II*. Madrid, Universidad del País Vasco/Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2014, 10 v.
- HOLANDA, S. B. de. *A herança colonial – sua desagregação. História geral da civilização brasileira*, t. II. *O Brasil monárquico*. São Paulo, Difel, 1962.

- HOBBSAWM, E. J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Trad. M. C. Paoli e A. M. Quirino. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.
- JANCSÓ, I. "A construção dos Estados nacionais na América Latina – apontamentos para o estudo do Império como projeto", in T. Szmrecsányi; J. R. do A. Lapa (orgs.). *História econômica da Independência e do Império*. São Paulo, Hucitec, 1996, pp. 3-26.
- JANCSÓ, I.; PIMENTA, J. P. "Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)", in C. G. Mota (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira. Formação: histórias*. São Paulo, Senac, 2000, pp. 127-75.
- LYRA, M. de L. *A utopia do poderoso império. Portugal e Brasil: bastidores da política (1798-1822)*. Rio de Janeiro, Sette Letras, 1994.
- MORENO ALMENDRAL, R. "Corrientes históricas para el estudio de las naciones y el nacionalismo: críticas y alternativas al paradigma modernista". *Revista de Estudios Políticos*, 171, 2016, pp. 225-53.
- OLIVEIRA, C. H. "Historiografía y memoria de la Independencia", in J. P. Pimenta (ed.). *Y dejó de ser colonia: una historia de la Independencia de Brasil*. Trad. Marisa Montrucchio. Madrid, Sílex, 2021, pp. 339-78.
- PADOIM, M. M. *Federalismo gaúcho: fronteira platina, direito e revolução*. São Paulo, Nacional, 2001.
- PAMPLONA, M. A. "Nación – Brasil", in J. Fernández Sebastián (dir.). *Diccionario político y social del mundo iberoamericano. La era de las revoluciones, 1750-1850. Iberconceptos I*. Madrid, Fundación Carolina/Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales/Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009, pp. 882-93.
- PIMENTA, J. P. *Independência do Brasil*. São Paulo, Contexto, 2022.
- SMITH, A. D. *Myths and memories of the nation*. New York, Oxford University Press, 1999.



Domínio público/ Wikimedia Commons

O desencanto republicano e a reinterpretação da Independência

José Leonardo do Nascimento



resumo

A geração de republicanos brasileiros foi culturalmente formada pelas filosofias da história dos diversos cientificismos europeus do século XIX. Entendia que a forma de governo republicana correspondia, mais do que a monárquica, aos estágios evolutivos superiores. Julgava que as nações passavam pelas mesmas fases da evolução histórica e que, portanto, a história das nações europeias prefigurava as etapas da evolução brasileira. Conhecer o Brasil pressupunha, pois, compará-lo com a história e com os movimentos sociais realizados por outras nações. Alguns republicanos procuraram guiar-se pelo exemplo da Revolução Francesa e acreditaram no caráter verdadeiramente revolucionário do regime republicano no Brasil. Como a institucionalização do regime negou os seus projetos iniciais, “desiludidos”, formularam numerosas críticas às formas políticas instituídas pela proclamação da República e pela Independência do Brasil.

Palavras-chave: Revolução Francesa; República; desilusões republicanas; críticas das formas políticas; revisão da Independência.

abstract

The generation of Brazilian republicans was culturally formed by the philosophies of history of the various European scientificisms in the 19th century. It understood that the republican form of government corresponded, more than the monarchic one, to higher evolutionary stages. He believed that nations went through the same phases of historical evolution and that, therefore, the history of European nations prefigured the stages of Brazilian evolution. Knowing Brazil therefore presupposed comparing it with the history and social movements carried out by other nations. Some republicans sought to be guided by the French Revolution example and believed in the truly revolutionary character of the republican regime in Brazil. As the institutionalization of the regime denied their initial projects, “disillusioned”, they formulated numerous criticisms of the political forms instituted by the proclamation of the Republic and the Independence of Brazil.

Keywords: French Revolution; Republic; republican disillusionments; political forms criticism; Independence review.

MACHADO DE ASSIS: AS REVOLUÇÕES TRAZEM DESPESAS

M

achado de Assis, no livro *Esau e Jacó*, publicado em 1904, representou a passagem do Império para a República como a troca da tabuleta de uma confeitaria da Rua do Catete, no Rio de Janeiro. O personagem Custódio,

procurando reformar a tabuleta da Confeitaria do Império, enredou-se em grave dilema político, pois quando a confecção da nova tabuleta estava em curso, a República foi proclamada.

O enredo expõe as dificuldades do pequeno negociante, cioso de suas economias, de encontrar um nome politicamente neutro para o seu empreendimento comercial. No final do episódio, mudou-se a tabuleta velha, instalou-se uma

nova, mas a confeitaria continuou a mesma. Algumas despesas inesperadas pesaram no bolso do Custódio, mas, como lhe lembrou o vizinho ilustre, o diplomata aposentado Conselheiro Aires, “as revoluções trazem sempre despesas” (Assis, 1988, p. 142).

A passagem é uma alegoria irônica das transformações políticas produzidas pela proclamação da República. A perspectiva do narrador machadiano sobre a mudança política talvez fosse, naquele momento histórico, mais geral do que se poderia pensar.

SILVA JARDIM: O CENTENÁRIO DA GRANDE REVOLUÇÃO

A República foi pensada pelos militantes republicanos como movimento de transformação profunda da história do Brasil. Silva Jardim, por exemplo, foi um combatente

JOSÉ LEONARDO DO NASCIMENTO

é professor do Instituto de Artes da Universidade Estadual Paulista e autor de, entre outros, *São Paulo no século XIX* (Imprensa Oficial).

republicano tenaz e ideológico. Escrevia nas capas de suas publicações, no ano de 1889: “Centenário da Grande Revolução”. Passados, embora, cem anos do início da Revolução Francesa, Silva Jardim entendia a República brasileira como uma Revolução Francesa rediviva, que sacudiria a política brasileira um século mais tarde.

Embora o seu pensamento a respeito dessas correspondências fosse nuançado, dependendo das circunstâncias da luta política, respondendo aos artigos de Joaquim Nabuco publicados no jornal *O País*, em 1888, ele insistiu na similaridade dos dois movimentos históricos. A correspondência histórica garantiria o sucesso da empresa republicana (cf. Jardim, 1889, p. 34). No dia da proclamação, em 15 de novembro de 1889, Silva Jardim puxou o coro do hino revolucionário da *Marselhesa* nas ruas do Rio de Janeiro (cf. Carvalho, 1987, p. 47).

A aproximação da República à Revolução de 1789 demonstra que, para alguns militantes republicanos, o antigo regime brasileiro não teria sido abolido com o grito do Ipiranga, em 7 de setembro de 1822. O período colonial atravessaria o século XIX, com a dinastia de Bragança no governo do país.

Se traços da colônia subsistiam, a Independência não se realizou e foi, portanto, transferida para a proclamação da República, que deveria incorporar conteúdos independentistas e revolucionários. A República faria um duplo movimento, realizando, de fato, a Independência do Brasil e a Revolução Francesa nos trópicos.

LOPES TROVÃO: A REPÚBLICA EM CONSTRUÇÃO

Com a proclamação, Lopes Trovão, republicano de primeira hora, elegeu-se depu-

tado para a Assembleia Constituinte do novo regime. Na sessão de 17 de fevereiro de 1891, num discurso pleno de metáforas inflamadas e românticas, ele fez um balanço dos ideais republicanos das primeiras horas e comparou-os aos artigos da futura Constituição já “discutida e quase rematada”, em 17 de fevereiro de 1891 (Trovão, 1891, p. 8).

O seu discurso, muito aguardado pelo plenário, foi entremeado por apartes dos constituintes. O orador fez um histórico das lutas republicanas e da sua vitória final em novembro de 1889. Dos tempos da militância, identificou dois grupos de republicanos históricos, denominados por ele de “revolucionários” e “evolucionistas”. Os primeiros defendiam a pronta intervenção no cenário político e a derrubada imediata da monarquia. Já os “evolucionistas” entendiam que a transformação se faria pacificamente, por meio do movimento inflexível de uma história, que avançava a caminho da civilização republicana.

A esses dois grupos de republicanos, aliam-se, segundo as suas palavras, os republicanos de última hora, os “oportunistas” ou “adesistas”, originários da massa de senhores de escravos descontentes com a abolição da escravidão pelo governo monárquico.

Os “adesistas”, segundo Lopes Trovão, uma vez derrubada a monarquia, tornaram-se majoritários na Assembleia Constituinte republicana. A letra e o espírito da Carta Constitucional refletiriam essa distribuição de forças no interior da Assembleia Constituinte. O discurso, além de caracterizar as correntes políticas republicanas, procurou discernir as causas históricas do advento da República. No seu entender, foram três os fatores da queda da monarquia, definidos a partir de suas distâncias temporais

maiores ou menores para com a data da proclamação. A causa “remota”, a Revolução Francesa, teria “desgrilhado” a marcha da democracia em escala mundial. Os fatores mais “próximos” à ruptura política seriam a incompatibilidade do Império com o Exército (a questão militar) e a elite escravista do país (a questão social). A ação “oportunistamente” dos republicanos no instante favorável à tomada do poder completaria o conjunto dos fatores da mudança.

O motor primeiro foi, portanto, a Revolução Francesa, embora os seus conteúdos revolucionários não agissem isoladamente. As correntes “evolucionistas” e “adesistas” teriam contido a potência revolucionária original.

A Constituição plasmaria a história do republicanismo no Brasil, com as suas três causas transformadoras e os seus três agrupamentos políticos republicanos. Em razão da participação ativa do republicanismo “adesista” na elaboração da Constituição, ela não satisfaria inteiramente aos republicanos “históricos”. Sendo assim, Lopes Trovão adiantou algumas críticas ao documento, que deveria em breve ser votado pelos constituintes.

Entre as imperfeições da nova Carta, estaria a exclusão das mulheres e dos analfabetos do direito de voto (Trovão, 1891, p. 30). Argumentou, a propósito dos analfabetos, que, uma vez excluídos dos direitos políticos, caberia à República a missão de qualificá-los politicamente por meio da instalação, em escala nacional, de escolas de “instrução elementar gratuita [...], obrigatória [e] secular” (Trovão, 1891, p. 23). Afirmou que as exclusões de mulheres e analfabetos da cidadania republicana fechavam-lhes em definitivo as portas da participação política, considerando-se que o funcionamento da República baseava-se, sobretudo, na rotina eleitoral. O

sufrágio era a pedra angular do novo regime brasileiro. Sustentou, ainda, que as “formas de governo” possuíam força histórica transformadora e que a instituição republicana seria, seguramente, aperfeiçoada ao longo de sua vigência na história do Brasil.

Embora reconhecesse as imperfeições na organização institucional da República nascente, manifestou a sua esperança nos efeitos historicamente positivos do novo regime e a sua profissão de fé favorável às “formas de governo” adequadas ao estágio evolutivo dos povos (Trovão, 1891, p. 15).

EUCLIDES DA CUNHA: ENTRE MONARQUISTAS E RETARDATÁRIOS

Parte expressiva dos estudantes da Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, era republicana. Euclides da Cunha foi expulso da Escola de Engenharia por rebeldia republicana e continuava convicto de seus ideais políticos quando foi repórter e correspondente do jornal *O Estado de S. Paulo* na Guerra de Canudos. Entendia, como Silva Jardim, a República brasileira como uma extensão das forças dinâmicas da Revolução Francesa nos trópicos e definiu o movimento canudense, nos seus primeiros escritos, como antirrevolucionário, a exemplo da revolta, em 1793, dos camponeses franceses monarquistas da Vendéia.

Publicou nos dias 14 e 17 de março de 1897, nas páginas do jornal *O Estado de S. Paulo*, os artigos “A nossa Vendéia I” e “A nossa Vendéia II”. A revolução republicana teria provocado a reação antirrevolucionária camponesa e religiosamente fanática no interior do Brasil. Repetindo, ainda, as imagens da Revolução de 1789, Euclides descrevia,

numa perspectiva neoclássica, os acontecimentos nos sertões da Bahia.

Em *Canudos – diário de uma expedição*, imaginou arcos do triunfo acolhendo os heróis republicanos retornados das frentes de batalha (Cunha, 1995, p. 530). A travessia do desfiladeiro do Cocorobó, pela segunda coluna da quarta expedição militar a Canudos, comandada pelo general Savaget, pareceu-lhe semelhante à batalha do desfiladeiro das Termópilas, na segunda invasão persa da península grega, em 480 a.C. (Cunha, 1995, p. 530). O fato da associação Termópilas-Cocorobó continuar presente n’*Os sertões*, publicado em primeira edição em 1902, demonstrava que o autor continuava entrevedendo o episódio canudense pela lente da estética neoclássica. Porém, se o neoclassicismo persistia na narrativa euclidiana, outra seria a sua visão da República. O rebelde republicano da Escola Militar havia mudado, a crença na República, atenuada.

À exaltação da República nos textos anteriores a *Os sertões* seguiu-se uma percepção crítica das instituições republicanas. Do *Diário de uma expedição*, escrito na Bahia em 1897, ao “livro vingador” de 1902, o autor modificou algumas de suas teses sobre a rebelião camponesa e a República. Uma das mudanças foi, sobretudo, essencial: Euclides passou a considerar diversamente os vínculos entre o fenômeno sertanejo e a República.

Em *Os sertões*, argumentou que Canudos, embora manifestasse aspectos da revolta vendeiana, distinguia-se substancialmente da revolta monarquista francesa. Como os camponeses vendeianos, os sertanejos combatiam protegidos por um meio físico áspero que os moldou e que, portanto, conheciam. Identificavam-se com as condições mesoló-

gicas, enfrentavam forças militares exteriores àquelas condições geográficas e eram, naquele espaço agreste, dificilmente vencidos (Cunha, 1981, p. 167). Desse ponto de vista, Canudos era a Vendeia. Em outros aspectos, as diferenças seriam profundas e radicais. Os vendeianos eram monarquistas, já os canudenses, “ineptos para aprender [tanto] a forma republicana como a monárquico-constitucional”, não tinham “o mais pálido intuito político” (Cunha, 1981, p. 137).

A comparação abriria, no entanto, a possibilidade de se desvelar o estágio evolutivo das sociedades sertanejas, revelando, na contraposição à Vendeia, o atraso histórico dos sertões brasileiros.

Cunha considerou errônea, do ponto de vista político, a assimilação dos sertanejos aos vendeianos, como havia sugerido nos artigos publicados n’*O Estado de S. Paulo*. Num jogo de ironia explícita, Euclides da Cunha comparou os líderes das duas insurreições, para demarcar as diferenças entre elas e concluir que o drama histórico era infinitamente mais grave no Brasil: “Olhava-se para a História através de uma ocular invertida: o bronco Pajeú emergia com o *facie* dominador de Chathelineau. João Abade era um Charrete de chapéu de couro” (Cunha, 1981, p. 316).

Para ele, os sertões viviam a atmosfera cultural dos tempos do povoamento da colônia pelos portugueses. A colonização não teria se iniciado no momento da descoberta das terras em 1500. O povoamento ocorreu, de fato, simultaneamente à decadência do reino, com a perda da independência e a expectativa popular de uma redenção da nação com o retorno triunfal de dom Sebastião (cf. Cunha, 1981, pp. 96-97). Os povoadores portugueses teriam transportado para

o novo mundo os estigmas da decadência da metrópole, como os desvarios do duplo messianismo, o religioso do cristianismo e o político do sebastianismo.

As sociedades sertanejas reproduziriam, ainda no final do século XIX, aquela herança decadente. Entre a Vendeia e Canudos, interpenha-se a vigência dos estigmas da condição colonial no mundo sertanejo. Assemelhar os projetos monárquicos restauradores da rebelião francesa a Canudos implicava, no seu entender, enxergar a sociedade sertaneja por meio de uma “ocular invertida”. Nesse caso, as imagens mais próximas da lente tornam-se distantes.

Além disso, se Canudos não era a “nossa Vendeia”, a República não poderia ser a “nossa Revolução Francesa” reatualizada cem anos mais tarde na margem ocidental do Atlântico. A guerra sertaneja iria, mais uma vez, descortinar a realidade pouco visível da história brasileira. A intervenção militar no sertão baiano mostraria a face da República e dos republicanos disfarçada, até então, por um véu de aparente civilidade.

A verdadeira “civilização litorânea” veio à luz assim que o drama social canudense pareceu fugir do controle do Estado com a derrota da terceira expedição militar, sob o comando do herói florianista e republicano, o coronel Moreira César. No desvario político provocado pelas notícias da destruição da expedição militar, a capital federal foi assaltada por hordas de fanáticos republicanos, que empastelaram jornais monarquistas e assassinaram um oficial militar suspeito de monarquismo.

No entender de Euclides da Cunha, os limites territoriais entre a civilização urbana e a barbárie sertaneja esfumaçaram-se e a “Rua do Ouvidor [passou a valer] por um desvio das caatingas. A correria do sertão

entrava arrebatadamente pela civilização adentro [...] O homem do sertão, encourado e bruto”, transformava o epicentro da civilização das grandes cidades litorâneas, a capital federal, num desvio da “correria” sertaneja (Cunha, 1981, p. 247).

O mesmo fanatismo aproximaria a sociedade sertaneja da civilização republicana, os combatentes das tropas regulares escondiam manipansos florianistas no interior dos uniformes com que combatiam no interior do país. Ostentavam uma espécie de sebastianismo político na idolatria do marechal Floriano Peixoto. Canudos, como uma espécie de pedra filosofal, exporia o fundo real, as correntes profundas e mais determinantes e verdadeiras da superficial modernização republicana e exerceria, assim, um papel epistêmico e revelador do Brasil de fato e verdadeiro sob o oficial.

Voltando à imagem euclidiana da “ocular invertida”, não passaria de ilusão de ótica enxergar no ordenamento republicano conteúdos revolucionários franceses e jacobinos.

A visão da história das mudanças políticas do Brasil pelas lentes menores, e agora certas, do binóculo, revelaria, ao lado dos desajustes da civilização republicana, um *éthos* recorrente da elite brasileira, um comportamento político que já se manifestara na Independência do Brasil. Movimentos de elites culturais, a Independência e a República teriam produzido, na história do Brasil, efeitos sociais semelhantes.

SÍLVIO ROMERO: A ELITE SONHA REFORMAS

A crítica à República ganhou contornos caricaturais e cores expressionistas no “Dis-

curso de recepção de Euclides da Cunha na Academia Brasileira de Letras”, proferido por Sílvio Romero, em 18 de dezembro de 1906.

A violenta crítica à República foi proferida na frente do presidente Afonso Pena. Sílvio Romero definiu o regime republicano como uma floração esdrúxula, referiu-se à seleção invertida de seus dirigentes, como se na esteira do republicanismo oficial a seleção política escolhesse os piores, os menos aptos, os mais incapazes e incompetentes para o exercício dos poderes públicos.

No seu “Discurso de posse”, na mesma sessão de 18 de dezembro, Euclides da Cunha sustentou que as reformas no Brasil eram feitas pelas “cimalhas”, reformava-se o edifício, começando, paradoxalmente, pelo teto.

Sílvio Romero procurou explicitar as razões das reformas “pelo alto” e, assim, formulou uma crítica acerba das mudanças limitadas às instituições políticas, entendendo-as como um ardil da elite social para evitar transformações efetivas da sociedade brasileira: “Inteligente, a seu modo, a afanosa elite sonha reformas aptas a calarem os brados das populações e mais aptas ainda a conservá-la na direção dos negócios. É então que surge o negativo esforço de reformar pelas cimalhas” (Romero, 1907, p. 46).

O veredito de Sílvio Romero, o mais achapante e impetuoso de quantos avaliaram o regime republicano brasileiro, desqualificava as instituições governamentais em nome da urgência das modificações profundas sociais e econômicas da história brasileira.

O escritor Lima Barreto foi, também, crítico da sociedade, da cultura e da política dominantes na República. Em romances como *Recordações do escrívão Isaías Caminha* e *Triste fim de Policarpo Quaresma*, publicados em livro, respectivamente, em

1909 e 1915, expôs, de forma muitas vezes cômica, um universo social de bacharéis e burocratas arrivistas, políticos medíocres e corruptos, jornalistas incultos e venais, preconceitos raciais, patriarcalismo e opressão de mulheres. Até mesmo o patriotismo quixotesco e cômico do major Policarpo Quaresma o elevava, como homem de ideal, acima da mesquinhez geral.

Essa geração crítica do ordenamento político da Primeira República brasileira não distinguia, ao que parece, elites políticas e culturais. Compreendia as mudanças institucionais do país como resultantes de suas maquinações e atitudes no tempo longo da história do Brasil.

Para Euclides, a elite, que proclamou a República, repetiu, na institucionalização do regime, o vezo reformista dos próceres da Independência. A elite republicana reiterou a “reforma pelas cimalhas” da Independência e começou, igualmente, a erguer o edifício pelo cume. A metáfora arquitetônica exprimia a inversão brasileira da ordem natural da história universal.

Sílvio Romero argumentou que a “história pelo alto” servia a interesses de mando da “afanosa elite brasileira”. Para Euclides da Cunha, o começo da construção do edifício pela etapa final revelava o desinteresse e o desconhecimento da realidade pela elite brasileira. A reforma pelo alto plasmava o desconhecimento do país verdadeiro por uma intelectualidade exilada na sua própria terra. No ensaio “Plano de uma Cruzada II”, de *Contrastes e confrontos*, escreveu: “O verdadeiro Brasil nos aterra; trocâmo-lo de bom grado pela civilização mirrada que nos acotovela na Rua do Ouvidor” (Cunha, 1995, vol. II, p. 158).

O comportamento da elite nativa e, paradoxalmente, estrangeirada se repetiria ao

longo da história, importando e aplacando novidades jurídicas copiadas de nações evoluídas sobre a realidade brasileira.

Em *Os sertões*, o autor aludiu às consequências politicamente nefastas da sobreposição de um marco constitucional avançado a uma sociedade historicamente pouco evoluída. As franquias liberais da Constituição de 1891 transmutavam-se, na prática, na consolidação de poderes oligárquicos por meio das rotinas eleitorais. A expansão do direito do voto originou os “conquistadores de urnas” e o assujeitamento político das populações sertanejas pelos “senhores de baração e cutelo” (Cunha, 1981, p. 105).

A essas manipulações, não ficaria infenso nem o líder religioso Antônio Conselheiro, que, segundo o autor, tinha relações políticas estreitas com mandões do sertão da Bahia: “Os grandes conquistadores de urnas que, a exemplo de milhares de comparsas disseminados neste país, transformam a fantasia do sufrágio universal na clava de Hércules da nossa dignidade, apelavam para o Conselheiro” (Cunha, 1981, p. 131).

Lopes Trovão, no “Discurso” de 1891, advertia os constituintes sobre o perigo da manipulação de cidadãos sem conveniente formação política “pelas ardilezas dos garimpeiros eleitorais” (Trovão, 1891, pp. 25-6). A análise euclidiana, que parecia responder aos temores de Lopes Trovão, diferia da alegoria machadiana da ausência de significações políticas na passagem do Império para a República, resumida numa história pitoresca de mudança de tabuleta de confeitaria. Segundo Euclides, as revoluções não dariam somente despesas, como ponderou o Conselheiro Aires para o confeito Custódio, sempre tão avaro. A absorção de modelos políticos de nações constituídas sobre

sociedades em processo de formação nacional teria efeitos históricos significativos e perversos. O arranjo institucional estaria à frente da nebulosa social da história brasileira.

Em uma passagem de *Os sertões*, afirmou que não havia, no Brasil, um “tipo étnico único”, base necessária de uma nação coerentemente constituída: “Não temos unidade de raça. Não a teremos, talvez, nunca. Predestinamo-nos à formação de uma raça histórica em futuro remoto, se o permitir dilatado tempo de vida nacional autônoma” (Cunha, 1981, p. 51).

As argumentações euclidianas sobre a história da Independência e da República brasileiras orientavam-se por teses e princípios das filosofias da história científicas de grande circulação no Brasil do final do Oitocentos. O positivismo comtiano, por exemplo, julgava ter constituído a ciência da história e descoberto as leis determinantes da dinâmica e da estática sociais. Seria um contrassenso, na perspectiva dos científicimos, a elaboração de leis e cartas constitucionais por parlamentares constituintes. Existiriam leis inflexíveis e imanentes ao devir histórico e à natureza social.

No ensaio “Da Independência à República”, publicado em *À margem da história*, Euclides da Cunha, incorporando noções científicas, escreveu:

“Uma Constituição, sendo uma resultante de componentes seculares, acumuladas no evoluir das ideias e dos costumes, é sempre um passo para o futuro garantido pela energia conservadora do passado. Tradicional e relativa, despontando de leis que se não fazem, senão que se descobrem no conciliar novas aspirações e necessidades com os esforços das gerações anteriores” (Cunha, 1967, p. 192).

Importaria, bem mais do que a elaboração de normas jurídicas, a “descoberta de leis” pelo intermédio da observação rigorosa e da “consulta lúcida do meio”. As leis escritas, hauridas de experiências históricas distantes, inadequadas ao tempo e ao espaço de suas aplicações, teriam um conteúdo puramente metafísico caso não tivessem consequências e não atuassem sobre o meio social.

A crítica euclidiana aos arranjos institucionais da Independência do Brasil e da República era, portanto, dúplice. Eles seriam inadequados ao estágio evolutivo do Brasil, assim como aos conhecimentos alcançados e difundidos pelas ciências da história e da sociedade. Poderiam permanecer à margem da marcha evolutiva das nações. O que de hábito não ocorreria. As formas políticas interagiriam sobre o tecido social e produziriam efeitos históricos negativos e funestos. A construção do edifício pelas “cimalhas” teria, no Brasil, resultados históricos previsíveis e devastadores.

Essa crítica euclidiana foi retomada pelo historiador Oliveira Vianna, fora do círculo de intelectuais republicanos, em grande parte de sua obra. Uma delas tem por título *O idealismo da Constituição*, publicada em 1927, que, já no título, encerrava a sua conclusão.

Oliveira Vianna elogiava, no desempenho político do imperador Pedro II, o que era particularmente combatido pelos republicanos históricos. A virtude do poder imperial estaria no exercício do poder pessoal. Os governos imperiais operavam dentro e fora do marco constitucional, contendo as oligarquias regionais, pelo direito que lhes concedia o Poder Moderador.

Assim, a análise euclidiana e a sua crítica aos marcos legais da Independên-

cia e da República participavam de uma espécie de rede de intelectuais brasileiros que, críticos de sistemas jurídicos copiados de sociedades avançadas, estariam na origem de um pensamento político anti-democrático e autoritário.

Dessa forma, uma geração de intelectuais críticos do modelo constitucional de 1891 – como Euclides da Cunha, “desencantado” com a República, e Oliveira Vianna, opositor do sistema eleitoral republicano – elaborou concepções, noções, pontos de vista, reiteradamente, revistos e visitados pela história do Brasil nos últimos cem anos: uma desqualificação da política em nome de verdades científicas; uma desclassificação dos sistemas eleitorais líbero-democráticos; uma crítica ao funcionamento da Primeira República, que implicou uma reavaliação da Independência do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Silva Jardim, Lopes Trovão e Euclides da Cunha, três republicanos convictos e ideologicamente próximos. Silva Jardim expressou, nos tempos heroicos da militância, os projetos e os ideais que deveriam conformar o novo regime. Lopes Trovão, como deputado constituinte, ponderou os limites de introdução na Constituição de proposições dos militantes das primeiras horas de luta. Euclides da Cunha escreveu sobre os projetos e os ideais, quando o regime já estava institucionalizado.

Silva Jardim elaborou o quadro político-institucional ideal; Lopes Trovão procurou efetivá-lo durante os trabalhos constituintes; Euclides da Cunha reexaminou-os no momento crucial da luta sertaneja.

Três republicanos, três conjunturas históricas diferentes. Do primeiro ao terceiro, observa-se um declínio gradual do entusiasmo republicano.

Lopes Trovão manteve o otimismo e a crença na hipótese do aperfeiçoamento de um regime que, às vésperas da votação final do texto constitucional, não tinha, ainda, se colocado à prova dos fatos. Com Euclides da Cunha, crenças e ilusões políticas haviam desaparecido. O autor de *Os sertões*, desse ponto de vista, não estava isolado. Muitos foram os desiludidos republicanos e várias as desilusões.

No romance *Esau e Jacó*, o narrador expôs o itinerário de uma desilusão republicana. Paulo e Pedro eram irmãos e rivais. Paulo, republicano; Pedro, sempre, monarquista. Proclamada e instituída a República, Paulo, o republicano, ficou cada vez mais distante e crítico do regime, enquanto Pedro, o monarquista, percorreu o caminho inverso do irmão e aderiu à República. O romance que representou a proclamação da República como simples troca de tabuleta de uma confeitaria, descreveu os efeitos da falsa mudança histórica na descrença de Paulo.

Há uma correspondência do enredo ficcional com os trabalhos de reflexão de muitos intelectuais críticos do regime, o que demonstra a articulação da trama do romance com as questões do momento. Nem todos os monarquistas, a exemplo do personagem Pedro, aderiram à República, nem todos os republicanos, como Paulo, afastaram-se do regime. No entanto, alguns, como Paulo, que não se viram no regime, constituíram uma categoria intelectual e crítica de desiludidos da República.

As desilusões referiam-se aos desencantos de republicanos com as instituições vigen-

tes, mas as críticas alcançavam, também, as formas de governo mais amplas e gerais.

A desclassificação das formas políticas republicanas implicou a revisão das mudanças históricas institucionais no país, incluindo a Independência do Brasil, em nome de uma gestão dos negócios públicos orientada pelo conhecimento rigoroso das especificidades da sociedade brasileira. A República seria apenas uma manifestação pontual de um procedimento político recorrente na história brasileira.

Como declarou Sílvio Romero, no discurso na Academia Brasileira de Letras, no lugar de mudança de regime, o fundamental seria considerar “o Brasil social” e a ele dedicar “todos os esforços de seus pensadores, de seus homens de coração e boa vontade” (Romero, 1906, p. 34).

Um aspecto, sobretudo, uniria e assemelharia, na perspectiva de muitos dos desiludidos do republicanismo, a Independência do Brasil e a República: nenhuma delas modificou, verdadeiramente, o Brasil social.

Os textos utilizados neste ensaio abrangem o período histórico que se estende de 1888, com as publicações de Silva Jardim, a 1927, data da primeira edição do *Idealismo da Constituição* de Oliveira Vianna. Textos de combate político, ficcionais, analíticos, formalmente distintos, mas de conteúdos temáticos semelhantes nas suas representações idealizadas, positivas ou críticas da Primeira República brasileira.

O fato de ser possível comparar textos de faturas diversas, mas de conteúdos semelhantes, escritos e publicados numa mesma conjuntura histórica, mostra a viabilidade de utilização da literatura de ficção na pesquisa histórica.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, M. de. *Esau e Jacó*. Rio de Janeiro, Livraria Garnier, 1988.
- BARRETO, L. *Recordações do escrivo Isaiás Caminha*. São Paulo, Brasiliense, 1956.
- BARRETO, L. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo, Brasiliense, 1959.
- CARVALHO, J. M. *Os bestializados*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- CUNHA, E. da. *Os sertões: campanha de Canudos*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1981.
- CUNHA, E. da. *À margem da história*. Porto, Lello Brasileira, 1967.
- CUNHA, E. da. *Obras completas* [dois volumes]. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1995.
- JARDIM, S. *A salvação da pátria*. Santos, Typ. do *Diário de Santos*, 1888.
- JARDIM, S. *Pela República contra a monarquia*. Rio de Janeiro, Typ. da *Gazeta de Notícias*, 1889.
- JARDIM, S. *A situação republicana (questão da chefia do Partido)*. Rio de Janeiro, Typ. da *Gazeta de Notícias*, 1889.
- ROMERO, S. *Discurso pronunciado aos 18 de dezembro de 1906, por ocasião da recepção do Dr. Euclides da Cunha*. Porto, Oficinas do Comércio do Porto, 1907.
- TROVÃO, L. *Lopes Trovão no Congresso Nacional. I – Assembleia Constituinte de novembro de 1890 a fevereiro de 1891*. Rio de Janeiro, Cia. Impressora, 1891.
- VIANNA, O. *O idealismo da Constituição*. Rio de Janeiro, Edição de Terra de Sol, 1927.



Domínio público/ Wikimedia Commons

As circunstâncias da Independência e a formação do poder do atraso

José de Souza Martins



resumo

Para o autor, do ponto de vista sociológico, a história, como disciplina, é muito mais do que descrição e narrativa. É sobretudo uma busca das determinações sociais que explicam também o fazer história. E as efemérides, nessa perspectiva, deveriam ser momentos de construção da consciência crítica dos desencontros entre o que conseguimos ser e o que não conseguimos ser. O Bicentenário da Independência, portanto, pode ser um momento de rever concepções por meio das quais temos pensado e interpretado o Brasil.

Palavras-chave: Independência; revisão histórica; Estado.

abstract

For the author, from a sociological point of view, history, as a subject, is much more than description and narrative. It is above all a search for the social determinations that also explain the making of history. And the ephemeris, in this perspective, should be moments of construction of the critical awareness of the mismatches between what we can be and what we can't be. The Bicentennial of Independence, therefore, can be a moment to review the conceptions through which we have been thinking and interpreting Brazil.

Keywords: Independence; historical review; State.

O

Bicentenário da Independência do Brasil poderia e deveria ser a oportunidade para revermos os muitos problemas e erros no caminho dessa história. Momento de uma espécie de revisão profunda do que achamos que seríamos e o que, no entanto, acabamos não sendo. Poderíamos

nos interrogar sobre fatores e causas dos projetos não realizados, dos percursos contrários ao do destino que poderíamos ter alcançado e não alcançamos. Uma boa hora para examinarmos nossas fragilidades, nossa dificuldade para definir e concretizar rumos. Os entraves ao nosso possível.

Poderia ser uma boa hora para localizar, à margem das fantasias, com o que nos enganamos a nós mesmos ao longo desse longo tempo. Nele houve momentos decisivos que foram perdidos. Enganos de rumos nas horas de encruzilhada.

Revedo documentos dos dias e meses que antecederam a proclamação daquela tarde de 7 de setembro de 1822, à luz de nossas demoras históricas, não é propriamente uma surpresa descobrir que a Independência já estava proclamada quando houve o gesto simbólico do Ipiranga. Quando o príncipe regente d. Pedro saiu do Rio de Janeiro, em 15 de agosto, para, em São Paulo, enquadrar o governo da província em face do golpe de maio de 1822, a “Bernarda” de Francisco Inácio, dado pelo grupo contrário à redefinição do *status* do Brasil em face de Portugal, ele já havia comunicado às nações amigas que o Brasil já era independente e que as coisas aqui estavam para mudar.

Ele mesmo não sabia tudo do enredo de que se tornava a personagem principal. O tempo mostrará que, perante sua própria

JOSÉ DE SOUZA MARTINS é Professor Emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP e autor de, entre outros, *Sociologia do desconhecimento: ensaios sobre a incerteza do instante* (Editora Unesp).

consciência, o ato teve por fim enquadrar as aspirações brasileiras de autonomia e soberania aquém do desejado pelos que almejavam a independência plena do país.

Quando poucos meses antes houve a convocação da Constituinte em Lisboa, os deputados eleitos por São Paulo tiveram por missão, entre outros projetos, o de criação de uma universidade na província. Não era o projeto de criação de mera academia de direito, que o imperador criará em 1824. A universidade paulista conteria cursos nos vários campos do conhecimento, como o de Medicina. Convém lembrar que José Bonifácio, paulista, que residia na cidade de São Paulo, patriarca da Independência, fora professor de Mineralogia na Universidade de Coimbra, descobrira e classificara vários minerais, era um cientista, fora secretário da Real Academia de Ciências, em Lisboa.

Outras pendências ficaram. Quando da visita a São Paulo de d. Pedro II e da imperatriz, em 1842, o poeta Paulo Eiró escreveu e apresentou uma peça de teatro, *Sangue limpo*, em que faz a crítica de uma Independência incompleta, que não assegurara que o Brasil fosse propriamente um país livre, de homens livres. Uma expressão de consciência dos retrocessos e insuficiências criados pelo modo e pela circunstância em que a Independência se dera. Para muitos, o segundo imperador personificava o projeto político de d. Pedro I e não o projeto político dos que quiseram e queriam a plena independência do Brasil. O passado, para eles, de vários modos, atravessava e tolhia os passos do país.

Por outro lado, a efeméride do Bicentenário da Proclamação da Independência

será mais efêmera se nos perdermos nas limitações conceituais com que temos rotulado os momentos significativos de nossa história. Do ponto de vista sociológico, a história, como disciplina, sabemos todos, é muito mais do que descrição e narrativa. É sobretudo uma busca das determinações sociais que explicam também o fazer história. E as efemérides, nessa perspectiva, deveriam ser momentos de construção da consciência crítica dos desencontros entre o que conseguimos ser e o que não conseguimos ser.

Este bicentenário pode ser, portanto, um momento de rever concepções por meio das quais temos pensado e interpretado o Brasil. Seria um modo de superar as petrificações conceituais que nos aprisionam nas ainda insuficiências de conhecimento de nossa formação inacabada como povo e nação.

É necessário que superemos conceitos que aprisionaram nossa consciência social nas interpretações que, sem dúvida, têm sua importância. Mas que dependem de validação científica contínua e das reinterpretções possíveis nas revelações do processo histórico. As do que não era visível no começo, mas cuja visibilidade tornou-se possível no meio da travessia. Aquelas à luz do desenvolvimento histórico, de outros dados, de avanços nos modos de compreender e interpretar o lugar do passado no presente. Passado do qual, aliás, nosso próprio futuro é prisioneiro. Os retrocessos nos momentos do que foi concepção de futuro são indicações desse avançar recuando que marca os momentos decisivos da história brasileira.

A proclamação da Independência do Brasil, no dia 7 de setembro de 1822, não

foi afirmação unilateral da vontade pessoal de um príncipe sobre a suposta página em branco do futuro do país que nascia. Não foi, tampouco, manifestação de vontade coletiva nem de um possível sobre o horizonte amplo da construção de uma nação. Foi, antes, disputa entre quatro alternativas de país e de destino, que estavam na pauta dos embates políticos sobre o que seria o Brasil no reino de Portugal ou fora dele, independente, desde muito antes daquele dia. Delas, só uma era de fato um projeto de nação, com eventual definição de sua estrutura social aberta e relativamente participativa. A de José Bonifácio e dos chamados andradistas e liberais.

Era um projeto que abrangia a revogação do estamentalismo português da sociedade brasileira, que teve início com a extinção do morgadio mas que não se concluiu com o fim imediato da escravidão. Estamentalismo que foi fundamento jurídico de nossas desigualdades, inclusive a da escravidão de indígenas, os pardos, e a de africanos e seus descendentes, os negros, que nele se situaram como expressão das peculiaridades sociais da sociedade brasileira.

As outras três alternativas eram unicamente relativas a três formas entre si diferentes de poder, superestruturas políticas a recobrir a estrutura localista do poder tradicional e oligárquico das câmaras municipais. Victor Nunes Leal demonstrou a persistência estrutural desse poder, décadas depois da Independência, na República Velha, em *Coronelismo, enxada e voto – o município e o regime representativo no Brasil*, de 1949.

É esse o substrato de poder do atraso que funda o Estado brasileiro e persiste.

Mais do que sobrevive, recria-se e se fortalece até hoje. Quando se fala em “centrão”, nos dias atuais, é desse poder que se está falando. Muda de cara para permanecer.

Desde a origem, tem sido ele Estado de conciliação de uma estrutura superficialmente moderna, e cautelosamente aberta à modernidade, com uma estrutura política real e ativa, a das câmaras municipais e do poder local, de um oligarquismo resistente e distante de um regime propriamente representativo. A estrutura política do Brasil pequeno.

A rica documentação reunida por Alexandre José de Mello Moraes em sua *História do Brasil-Reino e Brasil Império*, publicada no Rio de Janeiro em 1871, mostra o demorado período de quase dois anos de conflitos em Portugal e no Brasil quanto ao destino que teria este país. E frequentemente as câmaras municipais se manifestaram de maneira decisiva em relação ao tema da Independência, mesmo e sobretudo nos meses e semanas anteriores ao chamado “grito do Ipiranga”. Elas foram a única instituição sólida e, de algum modo, representativa das minorias dominantes a viabilizar uma manifestação social, ainda que seletiva e mesmo excludente, em relação à Independência.

O descalabro político de hoje, do Estado dominado pelo poder pessoal de alguém que tem das instituições uma concepção minimizante, e do poder de fato exercido pela hegemonia do “centrão” e do localismo que ele representa, é indicação de dois séculos de bloqueio político do próprio processo histórico.

Na tarde de 7 de setembro de 1822, a proclamação da Independência do Brasil foi expressa até em suas insuficiências de

origem, nas duas declarações de separação do Brasil em relação a Portugal pelo príncipe regente d. Pedro de Alcântara (uma, cerca de 14 horas, na paragem dos Meninos, no bairro de São Caetano e nas vizinhanças de São Bernardo, e outra na sua reiteração, duas horas depois, na colina do Ipiranga). Aconteceram durante sua volta de Santos para São Paulo, ao receber a correspondência que do Rio lhe enviaram a princesa Leopoldina e José Bonifácio de Andrada e Silva, com as informações sobre a ordem de retorno de d. Pedro a Portugal.

A correspondência vinha acompanhada de informações paralelas de que o objetivo era em Portugal destituí-lo do direito de sucessão, assim como d. João VI já era prisioneiro das Cortes. Aliás, o rei será assassinado em 1826, envenenado com arsênico, como comprovaram exames e análises relativamente recentes.

Como já lhe haviam informado José Bonifácio e outros partidários da Independência, seu mero embarque, para ser reconduzido a Portugal, era a senha para o início da revolução da Independência, sem preservação da dinastia. Na verdade, ele já não tinha alternativa: ou Portugal ou o Brasil.

Como mencionei, no processo da Independência, havia, em conflito e em andamento, quatro projetos de Brasil. Um, o primeiro, o projeto inglês, que se encontra nos *Dropmore Papers*, da Biblioteca Britânica, o de trazer para o Brasil o príncipe regente, d. João, ou seu filho e herdeiro, d. Pedro de Alcântara, e com o apoio de uma força inglesa promover a independência das colônias portuguesa e espanholas na América:

“Um esboço de esquema para transportar o Príncipe Regente de Portugal [futuro d. João VI], ou seu filho [futuro d. Pedro I, do Brasil, e d. Pedro IV, de Portugal], para o Brasil e enviar uma força militar para apoiar a emancipação da América do Sul espanhola e portuguesa e abrir a América do Sul para o comércio britânico”.

Esse propósito era bem claro. Antes da chamada transmigração da família real, embarcada em 1807, d. João já havia feito um acordo secreto com o rei da Inglaterra para viabilizar as transformações políticas que alcançariam Portugal e o Brasil.

D. João, no entanto, tinha seu próprio projeto, o de uma monarquia pluriterritorial, que se expressará na criação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, em 1815, quando o Brasil, elevado a reino, alcança uma espécie de independência limitada e branda. Esse projeto não era o das Cortes de Lisboa. Era o projeto da dinastia de Bragança. Para o Brasil, a independência sem separação de Portugal. A novidade do 7 de setembro foi a da independência com separação, em decorrência do golpe das Cortes, que aprisionaram o rei e pretendiam aprisionar e destituir d. Pedro.

Em consequência, como assinalou Fernando Henrique Cardoso em “O Estado na América Latina” (1977), um artigo referencial, a diferença do Brasil, em comparação com outros países das Américas, é que sua independência não resultou de uma revolução política. Mas de um ato do monarca, de uma independência sem protagonismo do povo, uma obra do Estado. O Estado será o criador da sociedade civil e não o contrário. Um nascimento fora



dos quadros de interpretação de fenômenos políticos similares.

Portanto, uma sociedade civil, pobre de protagonismo e de participação nos destinos do país, limitada às demandas cotidianas dos municípios e dos régulos de província. Uma sociedade que não nasceu para fazer revoluções. Todas as nossas demandas políticas esbarram na muralha e nas impugnações dos horizontes estreitos do poder local, o poder do atraso. Ao Exército, também prisioneiro dessa mesma estrutura política, tem cabido a função de assegurar, sob pretextos ideológicos vários, o bloqueio da criatividade social e política da sociedade civil, por meio de intimidação e de repressão. Esse tornou-se item cotidiano da política brasileira na atualidade.

Disso resulta, também, nossa alienação política. Invocamos modelos políticos europeus, ou norte-americanos, de difícil aplicação aqui. Modelos que têm pouca ou nenhuma relação com o que é próprio e característico da realidade brasileira. Precisamos de uma explicação sociológico-antropológica da realidade política brasileira para desenvolver uma práxis transformadora e libertadora. Sem isso, ficaremos no que somos, naquela situação da explicação emblemática de Tancredi ao tio, em *O leopardo*, de Giuseppe Tomasi di Lampedusa: “Para que as coisas permaneçam iguais, é preciso que tudo mude”.

Disso decorre nossa história lenta. É inútil falar em direita e esquerda se a realidade aprisionada as define objetivamente como disputa entre atraso social e político, de um lado, e carências sociais e políticas que não se configuram como carências radicais, isto é, revolucionárias, de outro.

O Estado brasileiro, criado pela forma que a Independência assumiu entre nós, tornou-se um Estado que promove níveis de progresso nos limites da criação simultânea, níveis do atraso. O Brasil tornou-se um caso emblemático de desenvolvimento desigual, não evolutivo.

Politicamente, é impossível avançar sem a concessão do recuo. A mais notável indicação nesse sentido foi apontada por Euclides da Cunha. No Império, o Partido Liberal propunha as inovações sociais e políticas, mas era o Partido Conservador que as viabilizava e concretizava. Foi uma espécie de pacto. A abolição da escravatura foi obra dos conservadores, não dos liberais. Os republicanos, que estavam começando a existir, eram contra a abolição. Ou seja, os partidos progressistas eram aqui reacionários e os reacionários eram progressistas. Movo-nos nos avessos.

A abolição da escravatura, em 1888, libertou os senhores de escravos do fardo econômico. Libertou juridicamente os escravos sem emancipar os libertos, sem libertá-los socialmente. Abandonou-os na situação residual da anomia, como observou Florestan Fernandes, em *A integração do negro na sociedade de classes*, e na condição de desvalidos sem lugar na sociedade residualmente criada pelo trabalho livre que sequer chegou a ser, a não ser muito parcialmente, trabalho assalariado, isto é, trabalho de uma sociedade propriamente capitalista.

O próprio subcapitalismo, que nessas condições limitantes se desenvolveu lentamente no Brasil independente – desdobramento e continuidade do que já ocorria no período colonial –, sequer tem as caracte-

rísticas próprias do que é uma sociedade determinada por relações capitalistas de produção. A não ser em momentos do processo de valorização do capital.

O mesmo erudito Euclides da Cunha, muito pouco tempo depois da abolição da escravatura, mostrou, com base nas observações diretas que fez na Amazônia, que o fim da escravidão negra ocorreu articulado com a difusão da escravidão por dívida, não só dos pardos, mas predominantemente deles, isto é, dos índios e de seus descendentes.

Um grande número dos prisioneiros da Revolução Praieira, ocorrida em Pernambuco, entre 1848 e 1850, era pardo. Os descendentes dos índios administrados, libertados e abandonados com o fim formal da escravidão indígena em 1755, reduzidos à condição de agregados e moradores nas propriedades dos grandes fazendeiros. Participaram da revolução porque intuíram que, com a aproximação do fim do tráfico negreiro, que se daria em 1850 (e a aprovação da Lei de Terras, na mesma semana), seriam reescravizados. O que de fato acabaria acontecendo: tornaram-se moradores das plantações de cana-de-açúcar, como substitutos dos escravos negros que começavam a ser exportados para os cafezais para São Paulo e Rio de Janeiro, no tráfico interprovincial. Ficaram sujeitos ao pagamento da renda da terra em trabalho pela permissão de seu uso para fazer o roçado da agricultura de sua subsistência. Seu destino de sujeição prolongou-se até meados dos anos 1950, quando se insurgiram por meio das Ligas Camponesas com uma reivindicação simples: a de reforma agrária. O governo militar

de 1964 lhes reconhecerá o direito de enfeiteuse às terras do roçado, no que ficou conhecido como Lei do Sítio, um direito arcaico muito diferente da pretendida reforma agrária.

Em meados de 1970, uma pesquisa abrangente e objetiva de duas pesquisadoras inglesas, Sue Branford e Oriel Clock, feita com base em fotografias de satélite, indicou que pelo menos 200 mil trabalhadores estavam em regime de escravidão na derrubada de florestas na Amazônia para formação de novas fazendas de criação de gado. Diferente da escravidão negra, do escravo mercadoria, investimento de capital na pessoa do cativo, cuja sobrevivência era do interesse econômico de seu senhor, na peonagem, a escravidão por dívida, o escravo não é comprado, é sujeito. Daí a disseminada violência de tortura e assassinatos como punição pelas tentativas de fuga. Forma mais violenta de cativo do que a da escravidão negra.

Quando o presidente Fernando Henrique Cardoso criou o Grupo de Repressão ao Trabalho Forçado (Gertraf), no primeiro ano de seu governo, ainda havia cerca de 18 mil escravos no Brasil, número reduzido para cerca de 2 mil no final de seu governo. O que é bem indicativo da força reprodutiva do cativo no anômalo capitalismo brasileiro. Não basta querer acabar com ele.

Nos primeiros meses do regime militar, em 1964 e 1965, o governo Castelo Branco impôs ao Congresso Nacional a reforma constitucional que viabilizava a desapropriação de terras para fins de reforma agrária com base no preceito legal da função social da propriedade. A reforma cuja demanda pelos movimen-

tos camponeses, no governo João Goulart, provocara o golpe de Estado e a implantação da ditadura. Era reforma mais consistente e completa do que a preconizada por Jango porque reforma de cunho expressamente capitalista e moderno. Uma reforma para incorporar ao capitalismo os que se encontravam à margem dele. Não por acaso definia negativamente o minifúndio, o estabelecimento cuja área fosse menor do que a necessária a uma agricultura rentável, o estabelecimento limitado à subsistência e a pequenos excedentes econômicos.

Ao mesmo tempo, o governo militar instituiu a política de incentivos fiscais à ocupação da Amazônia. Pessoas jurídicas, empresas como as industriais e as bancárias das regiões mais desenvolvidas podiam aplicar com capital próprio em projetos agropecuários na Amazônia legal, isto é, na Amazônia propriamente dita e no Centro-Oeste, metade do seu imposto de renda devido. Era uma doação do governo. A lei de 1966, que criou a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), permitia a pessoas jurídicas deixar de pagar 50% do respectivo imposto de renda para aplicação na formação de 75% do capital de uma nova empresa, geralmente agropecuária, na região amazônica. Cabendo ao interessado aplicar apenas 25% de recursos próprios na composição desse capital.

Esses 25%, no caso dos projetos agropecuários, eram basicamente constituídos pela propriedade da terra e não foi raro que essa terra tivesse origem em grilagem, em documentos falsificados. Ao cabo de alguns anos, o total da área titulada no estado do Mato Grosso era uma vez e meia a área

verdadeira, física, daquele estado. Ou seja, o governo militar promoveu e financiou a associação do grande capital com a grande propriedade da terra em linha oposta à do que é próprio da expansão capitalista. Capital é capital e renda da terra é anti-capitalista porque representa uma dedução de capital no pagamento da renda a quem a vende ou aluga. Uma associação que transformou o capital em latifundista e

fortaleceu a função retrógrada do rentismo na reprodução ampliada do capital.

Portanto, a estrutura política fundamental do país inventado no dia 7 de setembro de 1822 é uma estrutura de opostos, de negação da possibilidade de uma revolução burguesa e, mais ainda, de uma revolução social transformadora e emancipadora da sociedade e dos que trabalham, isto é, dos que criam valor e riqueza.



Ilustração para "Pau Brasil"

Tarila
1925.

Posfácio digressivo

Sergio Miceli

A

emboada de efemérides em 2022 acirra o embate entre interpretações, dando a ver os arazoados de arbítrio em torno da definição legítima do episódio – por exemplo, a Independência do país (1822), a Semana de Arte Moderna (1922) –, bem como dos impactos na sociedade e na cultura brasileira. Os textos aqui reunidos esmiúçam a cronologia, os protagonistas, os grupos de interesse, os diagnósticos de sucessivas gerações da inteligência nativa, os teores ideológicos e doutrinários da “questão nacional”, a escravidão, ora enfeixando tais variáveis na montagem do teatro político, ora interrogando a sequência 1822-1922-2022 no intento de desvelar rupturas e continuidades, ora tematizando a valência do desígnio regional nos prumos de hegemonia em matéria política e cultural.

Sendo descabido comentar os textos em separado, preferi tematizar tópicos cru-

ciais aí acionados, cada um a seu modo, em geral modulando a história política na viseira da história intelectual. Em meio às transformações desencadeadas pelas invasões napoleônicas, o primeiro deles explora o caráter *sui generis* do experimento brasileiro *vis-à-vis* o processo segmentado de independência das repúblicas hispano-americanas, mirando em especial os países do Prata, temática no mais das vezes relegada pela historiografia brasileira. Os contrastes entre o caso brasileiro e seus vizinhos evidenciam o âmbito dilatado de autonomia em que operava o estamento nativo, instigado ao desafio de garantir a integridade territorial de um domínio gigantesco, mas também dão a ver os conflitos de interesses e os móveis de luta perseguidos pelos países litigantes em torno de disputas territoriais, da exploração de oportunidades econômicas

SERGIO MICELI é professor titular do Departamento de Sociologia da FFLCH/USP e autor de, entre outros, *Vanguardas em retrocesso* (Companhia das Letras).

– por exemplo, o controle de navegação nos rios do Prata –, de empenhos em dilatar a soberania política, inclusive pelo recurso à força militar.

Em vez de assentir à doxa prevalecente sobre as causas responsáveis pela fragmentação na América hispânica e pela preservação da unidade na ex-colônia lusa, desvelar os padrões desconhecidos do feitiço territorial, sem perder de vista os liames a enredar os países beligerantes na escalada de turbulências, no propósito de viabilizar pleitos de expansão e de domínio. Insisto na visada comparativa em contraponto à narrativa autárquica com foco na singularidade de nosso processo de Independência. A despeito das particularidades inegáveis a definir o caso brasileiro, o escrutínio em conjunto dos países do Prata – Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai – permite correlacionar certos trâmites compartilhados em contenciosos que, em medida variável, contribuíram a modelar a soberania política alcançada, penosamente, pelas ex-colônias de Portugal e Espanha. Cumpre apreender as circunstâncias diferenciadas do itinerário rumo à autonomia consoante a morfologia dos grupos dirigentes à testa da insurgência, os principais beneficiários cujas investidas e desígnios tinham de se haver com os óbices interpostos pelas potências europeias, bem como pela resistência movida por lideranças regionais transgressoras – caudilhos de toda sorte –, aferradas em barganhar interesses no bojo do regime emergente.

A título de esquete mnemônico, basta atentar ao imbróglio insanável envolvendo os países do Prata, desde os primórdios de avanço rumo à ruptura com as anti-

gas metrópoles, passando pelas décadas excruciantes – 1810, 1820 e 1830 – em que se firmou o *status* de alforria, até a persistência das lutas acirrando a disputa pela supremacia na região, que desaguarão, no sufoco, na guerra da Tríplice Aliança em 1864.

Cada país em contenda se defrontou com pendências internas e externas, cujas escaramuças e desfechos foram moldando o perfil do ente nacional: a Argentina da elite *criolla* a respaldar Rosas a braços com os caudilhos das províncias renitentes à supremacia portenha; o Uruguai de Artigas prensado entre o cerco de Buenos Aires e a invasão portuguesa; aliado à parcela expressiva do patriciado uruguaio e ao caudilho Urquiza, o Brasil invadiu a Argentina e derrotou Rosas em Monte Caseros. O tumulto prevalecente nas repúblicas hispânicas pesou de fato, e também no imaginário da época, a garantir o predomínio das coordenadas concebidas pelo estamento brasileiro. O fantasma do desmonte nos vizinhos, associado às campanhas violentas dos caudilhos, era muita vez invocado a justificar o regime monárquico.

Em resumo, tais comentários enveredam pela visada de nosso processo de independência no contexto multilateral latino-americano, atenta à inserção convulsiva do Brasil de então nos conflitos do Prata, em meio aos quais cada protagonista, com *status* de emancipação recente, *sub judice*, vai testando os desígnios antagônicos, com base nos recursos ao alcance – econômicos, políticos, militares –, revidando ameaças, buscando dimensionar o cacife dos opositores, ao cabo logrando um percurso de soberania assentado nos ativos com liquidez, que acabam espelhados no

desenho da região no pós-Guerra do Paraguai. Em vez do viés politicista prevalente em relatos anedóticos do processo de independência latino-americano, a visada sociológica a mirar as elites à testa dos movimentos insurgentes que resguardaram lucros e vantagens.

Já as comemorações da Semana de Arte Moderna (1922) suscitaram controvérsias em torno da definição do Modernismo e, por tabela, da dianteira exercida pelo movimento paulista. Descarte liminar: parece-me disparatada a atenção por vezes concedida ao evento propriamente dito, cujos promotores e participantes se inscrevem no *modus operandi* do mecenato privado no estado. Resta desvelar as condições de gestação e de institucionalização do impulso renovador em São Paulo e em outros estados, eis o xadrez de incógnitas que alguns pretensos *experts* querem driblar. A história social, política e intelectual dos modernistas sucedeu no bojo da crise oligárquica disseminada, com feições próprias a depender das rixas entre as facções políticas e do arranjo de instâncias vigentes na cena cultural.

A fragmentação do estado-maior dos grupos dirigentes paulistas e a consequente amplitude do mercado de oportunidades de trabalho político e cultural, nos anos de 1920, fragilizaram o regime de reprodução autárquica confiado à nata de bacharéis em direito, que dispunham de credenciais e de trânsito em nichos de convívio da elite. Os litígios com mira em supremacia na cúpula situacionista mineira presidiram à socialização da turma de escritores e políticos do grupo Estrela, de pronto cooptados pelos maiores incumbidos de negociar os interesses do estado

junto ao governo federal. O caso gaúcho teria forçosamente de lidar com a centralidade da Editora Globo ao favorecer os arroubos da geração nascente de letrados.

O retrato coletivo do grupo Estrela revela os laços entre a moçada e o protetorado governamental, pela solda entre imprensa chapa-branca, partido único e chefia do Executivo estadual. Os modernistas paulistas se beneficiaram do mecenato exercido pelos potentados da burguesia; os mineiros operavam na capital carente de instâncias robustas de produção cultural e artística – jornais independentes, revistas ilustradas, editoras, mercado de arte. O recrutamento dos integrantes da frente modernista em São Paulo, a despeito do diferencial de cabedal e de trunfos nas alas do agito, sucedeu no âmbito de agremiações partidárias e culturais em disputa frontal pelo mando oligárquico; a trajetória funcional, política e intelectual dos rapazes do Estrela sempre esteve atrelada, desde a crise interna do perremismo até a queda do Estado Novo, aos ditames do oficialismo nos planos estadual e federal. A diferenciação acelerada do campo de atividades culturais em São Paulo, instigadas pelas iniciativas dos magnatas da imprensa, dos mandachuvas das agremiações partidárias e dos empresários do setor editorial, contrastava com a rarefação do alvoroço cultural em Belo Horizonte – como bem o demonstram os três números de *A Revista* –, o acanhamento das apostas editoriais e a labuta de praxe nos diários situacionistas.

Não se trata de enaltecer a experiência paulista ou de denegrir a cena literária no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte, em Porto Alegre. A revista *Lanterna Verde*,

a poesia de Felipe d'Oliveira, os recados confessionais da revista *Festa*, os versos serelepes de Ronald de Carvalho, eis alguns sintomas de renovação no *stablishment* literário na capital do país, mostras de uma literatura na órbita de esquadros passadistas, a reboque de programas estéticos da Igreja católica, de expoentes no corpo diplomático, de letrados convivas em círculos endinheirados – instâncias intrusas na cena literária –, cujas balizas institucionais eram a Academia Brasileira de Letras, o Centro Dom Vital e a revista *A Ordem*, redutos de entranhado conservadorismo estético e ideológico.

O Modernismo paulista foi o único de fato a prosperar tanto na literatura como nas artes plásticas, inclusive abrindo espaço ao protagonismo de mulheres (as pintoras Anita Malfatti e Tarsila do Amaral, as artes decorativas de Regina Gomide) e de artistas estrangeiros (Lasar Segall, Victor Brecheret) que lograram se aclimatar à agenda nativa. O arrastão modernista arrebanhou escritores e artistas de variados credos estéticos e políticos, dos extremadamente conservadores – Cassiano Ricardo, Plínio Salgado, Guilherme de Almeida – aos arrojados em matéria de escrita e de *insights* sobre o país – Mário de Andrade e Oswald de Andrade –, tendo cumprido trajetórias arresadas no tocante às relações com o mecenato privado, com o poder público, com as instâncias de reconhecimento, com as tradições de linguagem no interior do campo intelectual e artístico.

Não obstante, apenas o movimento paulista gestou uma liderança de estatura nacional, Mário de Andrade, o qual exerceu magistério tangível sobre o traba-

lho de jovens letrados em outros estados (Carlos Drummond de Andrade, Henriqueta Lisboa), de escritores veteranos (Manuel Bandeira, Alceu Amoroso Lima), de artistas (Anita Malfatti, Tarsila do Amaral, Cândido Portinari). Sua correspondência constitui o acervo documental incontornável à inteligibilidade da história do Modernismo, empreitada que elegeu interlocutores entre escritores, ensaístas, artistas, críticos, tradutores, cobrindo um naipe de figuras estratégicas na divisão do trabalho intelectual. Tal feito decerto espelha o grau de diferenciação institucional aí alcançado na cena intelectual da época, por conta da imprensa pujante, das iniciativas chanceladas pela fração de empresários culturais, a exemplo do grupo Mesquita, da turma de mecenas e colecionadores cuja fortuna pessoal lhes permitia financiar editoras, revistas, concertos (Sociedade de Cultura Artística), companhias de teatro e de ópera estrangeiras, festas e celebrações, bem como coadjuvar o erário público na concessão de viagens e bolsas de estudo.

Ao longo da década de 1920, tirante a cena fervescente na capital do país, apenas São Paulo dispunha de sistema azeitado de instâncias de produção e divulgação cultural – diários, revistas ilustradas, magazines literários, editoras, galerias de arte –, propiciando à geração de jovens com aspirações artísticas espaços e oportunidades à difusão de suas obras. A moçada do grupo Estrela repar-tia esforços entre a labuta na imprensa situacionista e os serviços como funcionários graduados em repartições, secretarias de Estado e junto à cúpula do governo estadual. É gritante o contraste entre a

movida febril na Pauliceia e a esqualidez da vida cultural em Belo Horizonte fora da órbita oficial.

No tocante à primazia conferida ao caso paulista, hoje na mira de resmungos e queixas paroquiais, cumpre ressaltar a vastidão e a riqueza da fortuna crítica e do acervo documental consagrados aos escritores e artistas do Modernismo local – teses, balanços e repertórios bibliográficos, edições fac-similares de periódicos literários, ensaios de autores prestigiosos, catálogos *raisonnés* (por exemplo, o de Tarsila do Amaral), exposições

retrospectivas, biografias e memórias, obras completas. O testemunho insigne da avalanche comemorativa consiste na avultada correspondência de Mário de Andrade, cujos manuscritos estão abrigados no Instituto de Estudos Brasileiros da USP. Sem dúvida, é forçoso admitir, tamanho aparato crítico derivou do trabalho orquestrado de divulgação e de promoção da legenda modernista no âmbito institucional a acadêmico, sem demérito do que sucedeu em outros estados cujos experimentos começam agora a ser investigados e interpretados.

textos

Viagens pelo Rio Babel: os missionários jesuítas e a narração da Amazônia no século XVII

Fernanda Santos

M

uitas são as discussões teóricas em torno da literatura de viagem e do seu estatuto ambíguo, no nível discursivo. A influência dos textos de viagem é, todavia, inegável, no campo da literatura. Diversos são os autores que se baseiam em relatos de viagem (ou em viagens) para escrever os seus romances, contos ou poesias. De acordo com Michel de Certeau (1980, p. 206), todo discurso é um discurso de viagem. O encontro com o outro e com o desconhecido parece ser um fator fundamental para os narradores que relatam viagens e se dedicam ao registro de novas paisagens, lugares, experiências e pessoas.

FERNANDA SANTOS é professora da Universidade Federal do Amapá.

As definições de Susana Cabete (2010, p. 133) sobre as narrativas de viagem compreendem aspectos que aqui se pretendem analisar. Para a autora, a narrativa de viagem dá “visibilidade a um jogo de observação entre o eu e o outro, observação multimodal [...] permitindo-nos apreender toda uma ideologia que lhe está subjacente e que se insere num quadro mais complexo: o das ligações culturais entre diferentes países”. O deslocamento da viagem obriga a alguma forma de questionamento sobre o mundo. Muitas experiências do viajante são reordenadas, resignificadas pelo discurso. Esse conhecimento parte de uma experiência que determina como os acontecimentos serão transformados em narrativa. Dessas narrativas fazem parte o esforço, a superação das dificuldades, como índices de fiabilidade do texto do viajante que percorre mundos. A viagem tem sido, assim, mais do que fonte de conhecimento e informação, um método de investigação do mundo (Torrão Filho, 2008, p. 6).

Ao longo dos séculos, a imagem da América foi construída, essencialmente, por um sujeito europeu. A absorção do espaço considerado como Novo Mundo foi lenta e gradativa, apontando as novidades na fauna, na flora, nas paisagens e nos povos originários. Para a maior parte dos viajantes, no século XVI, as viagens foram permeadas pelo sentido de obrigação política e, conseqüentemente, econômica. O envio de uma embarcação às Américas, por iniciativa de agentes estatais ou por iniciativas particulares, representou sempre um empreendimento extremamente dispendioso, e por isso tornou-se imperiosa a recolha do maior número possível de informações, durante essas deslocações. Poucos aventureiros conseguiam regressar, a fim de poder contar o que tinham visto (França,

2012, pp. 22-5). Os integrantes das ordens religiosas, tais como os missionários, foram, muitas vezes, membros atuantes da política e da economia, o que sustentou a empresa marítima e colonizadora. A curiosidade natural pelos lugares foi sempre acompanhada pelo reconhecimento dos espaços onde os impérios expansionistas tinham investido capital.

Embora o século XVI compreenda o início dessa grande jornada que foram as expedições marítimas, o século XVII assistiu a uma emergência de vários escritos de viajantes e, conseqüentemente, de várias teorias sobre o que e quem era observado. Algumas referências esparsas sobre as cidades portuguesas fundadas no Brasil aparecem citadas nos relatos de Hans Staden e Schmidt. A partir de 1613, começaram a circular na França os relatos dos capuchinhos que tinham participado da segunda tentativa francesa de implantar uma colônia na América Austral, a França Equinocial, desta vez nos domínios a norte dos portugueses, no Maranhão.

Do século XVI ao século XVIII, o interesse de pensadores, artistas e curiosos pelas Américas multiplicou-se. As missões religiosas, despoletadas pelas ideias contrarreformistas na Europa, levaram à produção de contínuas coletâneas de cartas edificantes. As narrativas de missão (cartas, crônicas, martiriológicos), promovidas e cultivadas pelas ordens, tornaram-se relevantes. A Companhia de Jesus destacou-se pela vasta produção epistolográfica, sobretudo de cartas anuais dos colégios inacianos, que proliferaram em terras brasis. A escrita de missão jesuítica assentou na maior premissa da ordem: a conversão. Na epistolografia inaciana, tal como nos outros textos, a autorrepresentação dos inacianos se configurou como uma estratégia discursiva

fundamental (Santos, 2018, p. 39). Fernando Torres-Londoño (2002, p. 17) observou que a Companhia sempre “teve muito claro que havia de produzir uma imagem [...] através das letras”. Muito além dos sucessos registrados nos anais dos empreendimentos jesuítas, as incursões dos missionários foram repletas de escolhos: os indígenas rebelavam-se frequentemente e havia problemas constantes com os abusos dos colonos. A escrita missionária permitiu mapear a história do Grão-Pará e Maranhão e constituiu um documento sólido sobre a presença dos jesuítas no norte do Brasil.

A obra do padre Antônio Vieira, jesuíta português, constitui-se de inegável importância no século XVII, no quadro das letras e da história. O caso de Vieira foi paradigmático de uma multiplicidade e de uma abrangência de ação, desde diplomata, missionário, pregador, e de diversas circunstâncias e lugares de escrita, já que escreveu durante as suas imensas viagens, na Europa e em terras brasis, mas também escreveu da corte, do cárcere, ou dos colégios inacianos onde atuou. A diversidade de interlocutores com os quais se correspondeu foi, também, assinalável. Certamente se aplica a ideia do historiador José Eduardo Franco (2009, p. 11), quando refere a figura de Vieira como um dos mais importantes viajantes do Seiscentos.

O século XVII tem, no entanto, outros nomes importantes da Companhia de Jesus, em termos de interesse pelas viagens e pela América Portuguesa. Entre 1604 e 1608, o padre jesuíta Pierre du Jarric publicou, em Bordeaux, a *Histoire des choses memorables*, uma coletânea de cartas em três volumes, escritas por missionários espalhados pelas colônias portuguesas nas Índias Ocidentais

e Orientais. A *Histoire du Nouveau Monde* (1625), escrita pelo jesuíta Joannes de Laet, marcou a segunda metade do século. Laet tinha ao seu dispor os arquivos da Companhia de Jesus e compôs uma obra sobre o Nordeste brasileiro, com objetivos precisos, como fazer o levantamento dos recursos do continente americano para facilitar a instalação de colônias (França, 2012, pp. 36 e 39). Citam-se, no nível da cronística de viagens, os escritos do padre João Filipe Bettendorff, que chegou ao Maranhão em 1661 e escreveu suas *Crônicas* em 1699.

O imaginário sobre a região amazônica partiu de ideias paradisíacas sobre a natureza virgem, com vastos recursos ambientais, ou a ideia de uma terra despovoada e livre (Oliveira, 2010, p. 22). Os primeiros cronistas, Diego de Carvajal e Gaspar de Acuña, relataram a descida do Rio Amazonas, respectivamente em 1542 e 1639. As populações que encontraram eram extensas, aglutinadas em grandes povoações ribeirinhas (Oliveira, 2010, p. 24). Os primeiros viajantes a se aventurarem pelo Rio Amazonas partiram da Amazônia peruana, a partir do antigo Império Inca. Um período de grande expansão das conquistas na bacia amazônica foi o do domínio espanhol sobre Portugal, designado por União Ibérica (1580-1640). A Espanha incentivou a ocupação do Vale do Amazonas e, sob o comando da Coroa espanhola, ocorreram importantes marcos na história da conquista do Amazonas. A expedição de Pedro Teixeira (1637-1639) foi a primeira de caráter oficial a percorrer o Rio Amazonas, embora o mesmo percurso já tivesse sido realizado por espanhóis, que partiam dos Andes. Pedro Teixeira viajou como representante da Coroa portuguesa, acompanhado por dois jesuítas, Cristóbal

de Acuña e Andrés de Artieda, que se ocuparam dos relatos da viagem¹.

Ainda durante o século XVII, a Ordem dos Capuchinhos, sobretudo os franceses, produziu obras que circularam pela Europa. Claude d'Abbeville escreveu *L'Arrivée des pères capucins en l'Inde nouvelle, appelée Maragnon*, de 1612, e frei Yves d'Evreux, *Voyage dans le nord du Brésil fait durant les années 1613 et 1614*, impressa, e não publicada, em 1615. Ambas foram fundamentais na compreensão de uma vasta Região Norte brasileira. Claude d'Abbeville deteve-se em descrições longas e pormenorizadas da fauna maranhense, teceu considerações sobre astronomia e astrologia. O contributo de Yves d'Evreux foi igualmente importante na construção de uma narrativa abundante sobre a fauna do Brasil.

Outros padres capuchinhos escreveram obras de referência, tais como Martim de Nantes e Bernardo de Nantes, autor do *Catecismo índico da língua cariri aumentado de várias práticas doutrinárias e morais adaptadas ao gênio e capacidade dos índios do Brasil*. Segundo Ana Maria Belluzzo (1996, pp. 15-6):

“Na sua origem, as imagens elaboradas pelos viajantes participam da construção da identidade europeia. [...] Na iconografia e na crônica de autores viajantes nem

sempre chegamos a protagonistas. Somos vistos, sem nos termos feito visíveis. Fomos pensados. Ainda assim, essas visões alimentam lembranças do passado e povoam nosso inconsciente”.

As paisagens humanas, permeadas de povos distintos em fisionomia, na língua e nos comportamentos, levaram os viajantes, nomeadamente aqueles que estavam em missão religiosa, a confrontarem-se com a diferença em relação ao outro. Tal como Belluzzo bem colocou, o desenho desses povos marcou, por vários séculos, o imaginário das Américas. O fato de os indígenas viverem em culturas de tradição oral levou a que não deixassem registradas as suas vozes. Viajantes, curiosos, cronistas e missionários encarregues de registrar os acontecimentos foram os autores de um imaginário construído sobre os ameríndios, cujo impacto na Europa foi forte e duradouro. Já as ordens religiosas, particularmente a Companhia de Jesus, empenhou-se em anotar e difundir os seus registos escritos (Santos, 2015, p. 259). A esse propósito, Andréa Daher assinalou a ausência de transcrição de enunciados proferidos pelos indígenas nos escritos jesuítas, aspecto no qual contrastam com os missionários capuchinhos. Para estes, os tupinambás deviam expressar, em sua própria língua, o desejo de conversão (Daher, 2004, pp. 80-1).

A AMAZÔNIA DO SÉCULO XVII E A ATUAÇÃO DA COMPANHIA DE JESUS

A Companhia de Jesus constituiu, durante dois séculos, a base do poder econômico da Coroa portuguesa e o seu braço direito na

1 La Condamine inaugurou as expedições de naturalistas ao Vale do Amazonas. No ano de 1743 ele percorreu o rio, saindo do Peru e chegando até à sua foz. Outra contribuição de La Condamine foi a elaboração de um mapa do Amazonas e seus afluentes. Também Alexandre Rodrigues Ferreira, viajante e filósofo formado na Universidade de Coimbra, viajou pela Amazônia acompanhado de dois desenhistas, realizando para o governo português um levantamento minucioso das riquezas da região, no período de 1783 a 1792 (Bueno, s/d, pp. 4-6).

atuação nas colônias. Fundada, oficialmente, em 27 de setembro de 1540 por meio da bula *Regimini militantes Ecclesiae* emitida pelo papa Paulo III, a Companhia servia ao propósito de aperfeiçoar as almas e expandir a fé cristã (Loyola, 2004, p. 29).

No ritmo das viagens de exploração marítima e comercial, a Companhia de Jesus estimulou uma vivência religiosa assente nos compromissos da profissão dos votos e da prática da sua espiritualidade, tornando eficiente o seu escopo de transformação do mundo. Este foi o ideal que lançou um grupo cada vez mais numeroso de homens na reeducação da cristandade europeia e na conversão dos povos que ignoravam a doutrina de Cristo (Franco, 2006, pp. 67 e 69).

A fundação canônica da nova ordem religiosa se expandiu através da evangelização de novas terras, nos espaços ultramarinos. Aliada à Coroa portuguesa, a militância proselitista foi impulsionada pelo movimento contrarreformista, consagrado no Concílio de Trento (1543-1563). A dinâmica da conquista espiritual dirigiu-se para a conversão à fidelidade da Igreja de Roma de todo aquele que ignorava ou que se tinha afastado das doutrinas católicas. Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto (2010, pp. 8-9) observaram que a conversão religiosa foi um fator importante na integração dos gentios, para o Império português, em contraste com os Impérios holandês e britânico. Os missionários mobilizaram meios para converter as populações e para mantê-las fiéis ao cristianismo. Para além dos escravos trazidos da África, o recurso à mão de obra local foi uma das características que Portugal partilhou com outros impérios europeus. O transporte de trabalhadores escravos, iniciado pelos por-

tugueses para a exploração da terra, não tardou a envolver as colônias espanholas, inglesas, francesas e holandesas.

O século XVII trouxe diversos recontros entre os colonos e os nativos ameríndios e enormes dificuldades para as ordens religiosas que atuavam no terreno. O trabalho missionário nasceu comprometido com a ordem política e social de uma colônia em formação, sem contradizer os interesses políticos ou mercantis mais amplos. O avanço da ocupação colonial e a progressiva dizimação dos povos nativos, bem como a escravização legal ou clandestina, determinaram o fracasso da experiência missionária na costa e a sua internação nos sertões (Santos, 2002, p. 38).

A Missão do Maranhão, entre 1639 e 1759, foi a circunscrição administrativa da Companhia de Jesus no então estado do Maranhão e Grão-Pará. Em 1727, a Missão do Maranhão foi elevada à categoria de vice-província (Leite, 1943, pp. 219-22). A 13 de junho de 1621, Filipe I de Portugal designou esse território por estado do Maranhão; só em 1654 adquiriu o nome de estado do Maranhão e Grão-Pará. Em 1751 foi renomeado estado do Grão-Pará e Maranhão, com capital na cidade de Belém (Pará). No período áureo, abrangia os territórios atuais dos estados do Maranhão, Piauí, Pará, Amazonas, Amapá e Roraima. O estado do Maranhão se desmembrou entre 1772 e 1774, permanecendo subordinado à corte de Lisboa. A partir daí, duas unidades se formaram: estado do Grão-Pará e Rio Negro ao Extremo Norte e o estado do Maranhão e Piauí, ao Meio Norte, sendo ambos integrados no estado do Brasil em 1811 (Schwarcz & Starling, 2015, p. 264). Segundo C. R. Boxer (1969, p. 286),

“o litoral Maranhão-Pará era chamado, muitas vezes, costa ‘leste-oeste’, em contraste com a faixa de terra que ia do Cabo de São Roque ao Rio de la Plata, à qual se dava o nome de costa ‘norte-sul’. Devido às diferenças dos ventos e correntes predominantes daquelas duas regiões costeiras, a comunicação marítima entre elas fazia-se extremamente difícil para os navios que saíam da primeira para a segunda daquelas regiões”.

A colonização do Maranhão e Grão-Pará, a partir da segunda década do século XVII, sofreu entraves econômicos e financeiros assinaláveis, desde a falta de investimento de capitais – dirigidos para a economia do açúcar, no Nordeste brasileiro – até o problema da mão de obra. De início, os exploradores acharam que o Maranhão era rico em ouro e prata, mas, com os sucessivos fracassos na busca de tais riquezas, depararam-se com a situação de pobreza. De acordo com Célia Tavares (2008, p. 5):

“Os colonos eram, de modo geral, muito pobres, sem condições de comprar a mão de obra africana, e daí a grande utilização dos indígenas como escravos para uso doméstico, para os trabalhos na lavoura e também para a coleta das drogas do sertão: cacau, cravo, baunilha, cássia, salsaparrilha, urucum, castanha-do-pará, essências de perfume, entre outras ‘especiarias’. No início da colonização tentou-se estabelecer o padrão utilizado no Brasil, ou seja, a grande lavoura de açúcar. No entanto, esse projeto não obteve sucesso por diversos motivos, dentre os quais as condições geoclimáticas e a questão da mão de obra. Assim, as lavouras de algodão e milho se tornaram comuns, apesar do cultivo da cana-de-açúcar não ter sido abandonado. A

alternativa para esse problema foi a prática do extrativismo e a captura de indígenas, abundantes na região”.

Devido ao isolamento geográfico da área, a mão de obra escrava negra alcançou preços mais altos do que em Pernambuco ou na Bahia, ficando inacessível para os investidores. O preço do escravo africano no Maranhão e Grão-Pará tornou-se extorsivo. O início da atividade extrativista, no vale amazônico, requereu um investimento menor de capital, levando a que açúcar e tabaco fossem apenas para consumo local. Os produtos obtidos por extração eram as já descritas “drogas do sertão”. A falta de circulação de moeda na colônia até meados do século XVIII provocou que os bens perecíveis fossem moeda de troca, sujeitos à flutuação de valor no mercado europeu (Farage, 1991, pp. 24-5; Cardoso, 1984, pp. 116-22).

As condições econômicas do Grão-Pará não diferiam muito das do Maranhão. No entanto, com o aumento da exploração das drogas do sertão, gradativamente houve a consolidação de uma melhor situação. Antes dessa data, em 1640, os desentendimentos entre a ordem inaciana e os colonos foram frequentes. Como conselheiro e pregador, d. João IV elegeu o padre Antônio Vieira. As súplicas dos colonos à Coroa portuguesa não cessaram de ser emitidas, de forma a impugnar qualquer lei que obstasse a escravidão indígena. Vieira chegou ao Maranhão em meados de janeiro de 1653. Nessa altura, outros planos missionários da ordem decorriam há décadas, o que incluía o apresamento de indígenas como mão de obra escrava. Uma das consequências dessa ação foi a resistência indígena (Aguiar, 2011, pp. 15-6).

Os povos indígenas procuraram fugir para regiões distantes e muitas vezes reagiram à presença dos colonos com enfrentamentos. Inúmeros obstáculos fizeram com que a presença sistemática de representantes da Companhia de Jesus na região do Maranhão e do Grão-Pará fosse relativamente tardia (Tavares, 2008, p. 5).

O RIO AMAZONAS E O RIO BABEL

Duas das figuras mais importantes na Amazônia portuguesa foram os padres jesuítas Antônio Vieira e João Filipe Bettendorff. De nenhum modo este artigo pretende comparar a atuação temporal e espiritual dos dois, no espaço amazônico, mas sim pontuar alguns aspectos sobre a percepção do seu entorno e das dificuldades com as quais se deparavam. Vieira e Bettendorff (seu sucessor como superior das Missões) tiveram formas políticas de atuar na Amazônia distintas. O vínculo entre ambos foi o recurso à narrativa e à memória como uma forma de construir a história da própria ordem, conforme observaram os autores Alírio Cardoso e Rafael Chambouleyron (2003, p. 58):

“A memória e o martírio constituem lugares a partir dos quais se constrói uma identidade missionária. É que estes relatos procuram construir uma versão sobre o trabalho missionário no Maranhão seiscentista, ou uma história do que teria sido a conquista daquela região”.

O Regimento das Missões foi o maior divisor de águas na região do Maranhão e Grão-Pará. Vieira não apreciou as conces-

sões feitas pelo Regimento e recriminou o padre João Filipe Bettendorff, superior das Missões no período de 1668 a 1674, que participara ativamente das negociações e da elaboração do Regimento, enquanto esteve na corte. O maior ponto de discordância entre os dois se concentrou nos povos indígenas, cuja proteção Vieira sempre defendeu (Tavares, 2008, p. 8).

Tanto Vieira quanto Bettendorff descreveram a estranheza e o assombro que a Amazônia e os povos indígenas lhes provocavam, mostrando a novidade quanto aos modos, costumes, crenças, línguas e até mesmo o perfil físico-mental do ameríndio.

A atuação política do padre Antônio Vieira junto da Coroa portuguesa foi notável, mas o jesuíta também se distinguiu pelas suas capacidades como orador e sermônista. Escreveu vários sermões sobre a escravidão dos indígenas e os desmandos dos colonos, no Maranhão, sendo um dos mais importantes o “Sermão da Quinta Domingo da Quaresma” (1654), no qual refere que os dois maiores vícios do Maranhão seriam o “ócio” e a “mentira” (Vieira, 2013b, pp. 152-3). Em 1655, e em virtude da sua influência, o rei emanou a lei de 9 de abril 1658, decretando a liberdade dos indígenas e conferindo a tutela da administração temporal das aldeias aos missionários jesuítas. Enquanto superior da Companhia, a lei concedeu a Vieira vários poderes, tais como planejar e ordenar as missões e as expedições ao sertão, e passou, assim, a chefiar as missões da Companhia, entre 1652 e 1661 (Franco, 2006, p. 179). A área territorial sob a supervisão de Vieira era vasta, sendo constituída por 11 aldeias no Maranhão e Gurupi; seis nas vizinhanças do Pará; sete em Tocantins e 28 no Amazonas. Vieira pretendia ampliar

esse domínio para a Ilha de Joanes (hoje chamada Marajó), a região de Solimões e a Serra da Ibiapaba, no Ceará. Pela provisão real, o Ceará passou a integrar a jurisdição do Maranhão (Varnhagen, 1975, p. 193).

Nesse período, segundo Carlos Maduro, Vieira escreveu inúmeras cartas a diversos destinatários, a partir do Maranhão e do Pará, entre eles: superior geral da Companhia, superiores e províncias, rei d. João IV, rei d. Afonso VI, padres seculares e os clérigos Pedro Vieira da Silva e André de Fernandes, entre outros (Maduro, 2013, pp. 62-3).

Os sermões e cartas que escreveu, ao longo do Seiscentos, mostraram particularidades sobre a Amazônia, o Rio Amazonas e os indígenas que habitavam a região. No “Sermão da Epifania”, pregado na Capela Real, em 1662, Vieira constatou as diferenças entre os colonos e os indígenas. Amarílis Tupiassú (2008, p. 53) colocou esse aspecto da seguinte forma: “E revela-se o desalento à presença, constatação, existência do outro, o diferente, tido por estranha teia do total incompreensível, os seres do mundo amazônico onde tudo, para o colonizador, resvala à transgressão e ao transbordamento”.

A diversidade linguística foi um dos aspectos que chamaram a atenção do inaciano e foi assinalado do seguinte modo, no “Sermão da Epifania”:

“Na antiga Babel houve setenta e duas línguas: na Babel do Rio das Amazonas já se conhecem mais de cento e cinquenta, tão diversas entre si como a nossa, e a Grega; e assim quando lá chegamos, todos nós somos mudos, e todos eles surdos. Vede agora quanto estudo, e quanto trabalho será necessário, para que estes mudos falem, e estes surdos ouçam” (Vieira, 2013a, p. 369).

Neste trecho do sermão, Vieira aponta a diversidade linguística na Amazônia como um fenômeno que exigirá dos missionários o dobro do esforço nas dificuldades enfrentadas. A imagem do modelo ideal de missionário tomou forma nas suas inúmeras missivas, e foi sempre direcionada pelo ideário religioso da Companhia de Jesus (Pires, 1997, pp. 25-32). Uma das condições fundamentais para a conversão foi o conhecimento das línguas locais. Para Andréa Daher (2004, p. 81), o número de catecismos e gramáticas em línguas indígenas americanas produzidos entre os séculos XVI e XVIII “sugere que o uso gramaticalizado e dicionarizado dessas línguas era condição para a conversão religiosa. A própria vocação apostólica aparece, muitas vezes, em textos de caráter teológico, vinculada ao domínio da língua”.

Às dificuldades enfrentadas pelos jesuítas somou-se o desconhecimento das línguas. O “Sermão do Espírito Santo” reiterou essa ideia e nele Vieira referiu a sensação de impotência perante “o novo, quase absurdo daquela imensidão verbal que desnorteia o jesuíta” (Tupiassú, 2008, p. 54). O sermão foi pregado na cidade de São Luís do Maranhão, na Igreja da Companhia de Jesus, “em ocasião que partia ao Rio das Amazonas uma grande Missão dos mesmos Religiosos”:

“Pela muita variedade das línguas houve quem chamou ao Rio das Amazonas ‘Rio Babel’, mas vem-lhe tão curto o nome de Babel, como o de rio. Vem-lhe curto o nome de rio, porque verdadeiramente é um mar doce, maior que o Mar Mediterrâneo no comprimento, e na boca. O Mar Mediterrâneo no mais largo da boca tem sete léguas, e o Rio das Amazonas oitenta; o mar Mediterrâneo do Estreito de Gibraltar até

as praias da Síria, que é a maior longitude, tem mil léguas de comprimento, e o Rio das Amazonas da Cidade de Belém para cima já se lhe tem contado mais de três mil, e ainda se lhe não sabe princípio. Por isso os naturais lhe chamam Pará, e os portugueses Maranhão, que tudo quer dizer ‘mar’, e ‘mar grande’. E vem-lhe curto também o nome de Babel, porque na Torre de Babel, como diz São Jerônimo, houve somente setenta e duas línguas, e as que se falam no Rio das Amazonas são tantas, e tão diversas, que se lhes não sabe o nome, nem o número” (Vieira, 2014, p. 256).

No século XVII, a empresa jesuítica no norte da América Portuguesa precisou se reestruturar. O início de 1680 marcou uma virada na atuação da Companhia de Jesus no Maranhão e Grão-Pará, com a necessidade de integrar aquela região à rede comercial transatlântica. O governo espiritual e temporal em relação aos aldeamentos foi concedido à Companhia de Jesus. Por essa altura, a Missão do Grão-Pará e Maranhão retomou o seu crescimento (Santos, 2015, pp. 276-7 e 279).

Outro autor jesuíta que se dedicou à árdua tarefa de documentar a região, os seus povos, as missões inicianas e as dificuldades aí encontradas foi João Filipe Bettendorff, padre jesuíta de origem luxemburguesa. Este foi encarregue de escrever a primeira crônica sobre a empresa dos jesuítas na Amazônia portuguesa, por ordem do padre Bento de Oliveira. Entre 1693 e 1696 dedicou-se a essa tarefa, conseguindo abarcar uma série de acontecimentos, no século XVII. A obra *Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no estado do Maranhão* constituiu-se, segundo Breno Machado dos

Santos (2015, p. 258), de um conjunto de “informações de cunho geográfico, socio-político, econômico, religioso-catequético e etnográfico”. As crônicas, tais como as cartas, obedeciam sempre a diretrizes precisas que remontavam ao tempo do generalato de Cláudio Aquaviva (1581-1615) (Santos, 2015, p. 259). Bettendorff relatou as missões desde 1607 até 1698 (data da sua morte), mas retratou também as invasões holandesas, os governos temporais e espirituais e as questões da liberdade dos índios (Rodrigues, 1979, p. 290). Baseando-se nos relatos de outros viajantes já aqui mencionados, como o jesuíta Joannes de Laet e o capuchinho Claude D’Abbeville, Bettendorff observou, em detalhe, todo o território e a sua magnífica diversidade etnográfica:

“Estava a ilha do Maranhão, em tempo que para ela forma os franceses, povoada de 27 aldeias, que os índios chamam taba. Constava cada uma delas de quatro ranchos compridos, dos quais cada um fechava por uma banda em forma de convento, com seu terreiro bastante no meio deles, por terem comumente duzentos e às vezes trezentos passos de comprimento e 25 ou trinta de largo, eram todas essas rancharias armadas de paus, e cobertas de folhas de palmeiras, que comumente chamam pindobas.[...] Mas seja isto como for o que se deve notar é ter sido a ilha do Maranhão capaz de sustentar 27 aldeias de índios, cada uma delas povoadas de duzentos, trezentos, e às vezes de seiscentos moradores, dos quais todos, conforme a conta que lançaram os franceses desse tempo, contava a ilha de dez ou doze mil homens; e ela neste nosso tempo apenas sustenta duas para três aldeotas, que todas não chegam a dar senão um tão limitado

número de índios habitantes seus, que é para pasmar” (Bettendorff, 2010, pp. 11-2).

Do mesmo modo de que o padre Vieira, Bettendorff sublinhou o esforço que seria necessário investir em tamanho território. As dificuldades em manter a missão coesa foram a tônica principal do discurso de ambos os jesuítas. Note-se o fato apontado pelo historiador Karl Arenz (2013, p. 274), quanto refere que Bettendorff escreveu, oito meses antes do término do seu primeiro triênio à frente da missão (1668-1671), uma longa missiva em latim em que marcava a carência de missionários e o estado precário da missão: “O seu pedido para que os futuros evangelizadores fossem ‘não Saulos, mas Paulos’ (fl. 283Ar), isto é, homens comprometidos com a evangelização em meio a povos ‘pagãos e bárbaros’, é emblemático, pois remete os leitores-alvo ao estado precário da vasta missão amazônica”. Entre 1662 e 1693, Bettendorff foi o principal responsável pela reorganização do projeto jesuítico na Região Norte do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No século XVII, a Companhia de Jesus foi um dos principais pilares da Coroa portuguesa, auxiliando no poder temporal e espiritual em terras brasis. As dificuldades naturais do território, aliadas ao aprendizado da língua, às disputas políticas com os colonos e às disputas religiosas com as outras ordens religiosas, tornaram a tarefa de missão dos jesuítas um emaranhado de dificuldades. O principal objetivo dos inacianos, demonstrado em cartas e muitos outros instrumentos escritos, foi a conversão

dos gentios à fé católica. A inserção teológica dos ameríndios deu-se num tempo e num espaço em que os avanços dos protestantes ameaçavam a hegemonia católica. Em território indígena e desconhecido, em muitas regiões, os inacianos procuraram se adaptar, paulatinamente, às condições naturais dos lugares em que missionavam e às culturas dos povos nativos.

Duas das figuras cimeiras dessa conquista territorial e espiritual do Norte do Brasil foram o padre Antônio Vieira e o padre João Filipe Bettendorff, dois jesuítas cuja missão diplomática teve relevância, no século XVII. Bettendorff ficou marcado por um estilo narrativo bem menos preocupado com a retórica, ao contrário de Vieira, cuja argúcia na argumentação foi exemplar, quer na sua obra epistolográfica, quer na sua obra parenética. Ambos tiveram a preocupação de mostrar as atividades da Companhia de Jesus como exemplares na edificação moral dos futuros missionários. No caso da região amazônica, marcaram, insistentemente, as dificuldades encontradas, mas também a diversidade da região, dos povos que aí habitavam e das línguas faladas por eles.

O pregador jesuíta Antônio Vieira, no contexto político da época e tendo em conta a sua importância à frente das Missões, teve uma redobrada intervenção epistolográfica sobre o Norte do Brasil. De igual modo, a sua produção sermonística sobre o tema, sobretudo a região do Maranhão, foi vasta. Bettendorff, por seu lado, tendeu a recolher parte das informações da Companhia de Jesus para escrever a sua *Crônica*, um trabalho que lhe fora encomendado, mas no qual investiu os últimos anos da sua vida, colocando a tônica do seu discurso no esforço missionário e na resiliência inaciana.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, C. "Padre Antônio Vieira e a missão jesuítica da Serra da Ibiapaba (1660-1759)". *Revista IHGB*, ano 172, n. 452, Rio de Janeiro, jul.-set./2011, pp. 507-47.
- ARENZ, K. H. "'Não Saulos, mas Paulos': uma carta do padre João Felipe Bettendorff da Missão do Maranhão (1671)". *Revista História/São Paulo*, n. 168, jan.-jun./2013, pp. 271-322.
- BELLUZZO, A. M. "A propósito d'O Brasil dos Viajantes". *Revista USP*, n. 30. São Paulo, CCS/USP, jun.-ago./1996, pp. 8-19.
- BETHENCOURT, F.; CURTO, D. R. "Introdução", in F. Bethencourt; D. R. Curto (dir.). *A expansão marítima portuguesa, 1400-1800*. Lisboa, Edições 70, 2010, pp. 1-19.
- BETTENDORFF, J. F. *Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*. V. 115. Brasília, Edições do Senado Federal, 2010.
- BOXER, C. R. *A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1969.
- BUENO, M. *Interdiscurso e representação sobre a Amazônia*. Site do Observatório Geográfico da América Latina. Disponível em: <http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal9/Procesosambientales/Usoderecursos/07.pdf>. Acesso em: 13/10/2019.
- CABETE, S. M. Carvalheiro. *A narrativa de viagem em Portugal no século XIX: alteridade e identidade nacional*. Tese de doutorado. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2010.
- CARDOSO, A.; CHAMBOULEYRON, R. "Fronteiras da cristandade: relatos jesuíticos no Maranhão e Grão-Pará (século XVII)", in M. Del Priore; F. Gomes. *Os Senhores dos Rios: Amazônia, margens e histórias*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2003.
- CARDOSO, C. F. *Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará, 1750-1817*. Rio de Janeiro, Graal, 1984.
- CERTEAU, M. de. *Arts de faire, I. L'invention du quotidien*. Paris, UGE/10-18, 1980.
- DAHER, Andréa. "A conversão dos tupinambá: entre oralidade e escrita". *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 10, n. 22, jul.-dez./2004, pp. 67-92.
- FARAGE, N. *As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização*. São Paulo, Paz e Terra, 1991.
- FRANÇA, J. M. C. *A construção do Brasil na literatura de viagem dos séculos XVI, XVII e XVIII. Antologia de textos – 1591-1808*. Rio de Janeiro/São Paulo, José Olympio/Editora Unesp, 2012.
- FRANCO, J. E. *O mito dos jesuítas: em Portugal, no Brasil e no Oriente (séculos XVI a XX)*. V. 1. Lisboa, Gradiva, 2006.
- FRANCO, J. E. "Introdução", in J. E. Franco (coord.). *Entre a selva e a corte: novos olhares sobre Vieira*. Lisboa, Esfera do Caos, 2009, pp. 9-12.
- LA CONDAMINE. *Relation d'un voyage fait dans l'intérieur de l'Amérique Méridionale par Mr. de la C*. Paris, 1745.
- LEITE, S. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. V. 4. Rio de Janeiro/Lisboa, Livraria Portugalia/Instituto Nacional do Livro, 1943.
- MADURO, C. "Introdução geral à epistolografia", in A. Vieira. *Obra completa. Epistolografia – cartas diplomáticas*. T. 1, v. 1. Lisboa, Círculo de Leitores, 2013, pp. 43-90.

- OLIVEIRA, J. P. de. "Narrativas e imagens sobre povos indígenas e Amazônia: uma perspectiva processual da fronteira". *Indiana*, n. 27, 2010, pp. 27-46.
- PIRES, M. L. G. "O protótipo do missionário em textos de Vieira". *Oceanos*, n. 30/31, Lisboa, abr.-set./1997, pp. 25-32.
- RODRIGUES, J. H. *História da História do Brasil: 1.ª Parte – Historiografia colonial*. 2ª ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1979.
- SANTOS, B. M. dos. *Os jesuítas no Maranhão e Grão-Pará seiscentista. Uma análise sobre os escritos dos protagonistas da missão*. São Paulo, Paco Editorial, 2015.
- SANTOS, F. L. *Te Deum Laudamus: a expulsão dos jesuítas da Bahia (1758-1763)*. Dissertação de mestrado. Salvador, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia, 2002.
- SANTOS, F. C. da E. dos. *Retórica da alteridade na "Relação da missão da Serra da Ibiapaba", do Padre Antônio Vieira*. Tese de doutorado. Vitória, Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Espírito Santo, 2018.
- SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo, Companhia das Letras, 2015.
- TAVARES, C. C. da S. "A escrita jesuítica da história das missões no Estado do Maranhão e Grão-Pará (século XVII)". *ACTAS do Congresso Internacional Espaço Atlântico do Antigo Regime: poderes e sociedades*. Lisboa, Instituto Camões, 2008, pp. 1-9.
- TORRÃO FILHO, A. *A literatura da alteridade: a cidade luso-brasileira na literatura de viagem (1743-1845)*. Tese de doutorado. Campinas, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas, 2008.
- TORRES-LONDOÑO, F. "Escrevendo cartas: jesuítas, escrita e missão no século XVI". *Revista Brasileira de História*, v. 22, n. 43. São Paulo, 2002, pp. 11-32.
- TUPIASSÚ, A. *A palavra divina na surdez do Rio Babel – com cartas e papéis do Pe. Vieira*. Belém, Editora UFPA, 2008.
- TUPIASSÚ, A. "Amazônia, das travessias lusitanas à literatura de até agora". *Estudos Avançados*, v. 19, n. 53. São Paulo, 2005, pp. 299-320.
- VARNHAGEN, F. A. *História geral do Brasil*. T. 3. São Paulo, Melhoramentos, 1975.
- VIEIRA, A. "Sermão da Epifania. Parenética. 1.ª Parte Ciclo Temporal Litúrgico – Sermões do Advento, do Natal e da Epifania", in *Obra completa do Padre Antônio Vieira*. T. 2, v. 1. Lisboa, Círculo de Leitores, 2013a, pp. 352-396.
- VIEIRA, A. "Sermão da Quinta Dominga da Quaresma. Parenética. 1.ª Parte Ciclo Temporal Litúrgico – Sermões da Quaresma e da Semana Santa", in *Obra completa do Padre Antônio Vieira*. T. 2, v. 4. Lisboa, Círculo de Leitores, 2013b, pp. 148-66.
- VIEIRA, A. "Sermão do Espírito Santo. Parenética. 1.ª Parte Ciclo Temporal Litúrgico – Sermões da Páscoa e do Pentecostes", in *Obra completa do Padre Antônio Vieira*. T. 2, v. 5. Lisboa, Círculo de Leitores, 2014, pp. 244-70.

Fernand Braudel e a Universidade de São Paulo

Lincoln Secco

“Toda progressão lenta termina um dia,
o tempo das verdadeiras revoluções
é também o tempo que vê florir as rosas”
(Fernand Braudel).

I

maginemos estar em São Paulo durante uma conferência a 9 de outubro de 1935, na sala João Mendes Júnior da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. O conferencista é Fernand Paul Braudel. Seu tema é “Anatole France e a história” (Braudel, 1935). O professor da USP, a certa altura, cita uma passagem de Anatole France:

“E conta, então, Jérôme Coignard a saborosa anedota desse rei da Pérsia que, ao

Este texto é a transcrição de aula proferida na USP em 8/9/2021.

LINCOLN SECCO é professor do Departamento de História da FFLCH/USP e autor de, entre outros, *A Revolução dos Cravos* (Alameda).

subir ao trono – a mocidade vive de ilusões – quis, para melhor dirigir seu país, conhecer a história dos homens e inspirar-se nos seus ensinamentos. Ao fim de vinte anos, seus acadêmicos – que, na Pérsia, mostravam uma lentidão que lembra a da academia de Richelieu – trouxeram ao rei, ansioso por verdades históricas, uma interminável caravana de camelos carregando seis mil volumes... Reclamando o soberano, um resumo é-lhe o mesmo trazido vinte anos mais tarde sob o aspecto imponente de uma biblioteca de quinhentos volumes. – Posso afirmar sem falsa modéstia ter sido sucinto – informa o secretário perpétuo. – Pois não o foi ainda suficientemente – responde o rei. – Estou no fim da vida. Resuma ainda, encurte mais, se quiser que eu aprenda, antes de morrer, a história dos homens.

Tornou-se a ver o secretário perpétuo de frente do palácio cinco anos depois. Andando de muletas, segurava pelo cabresto um burrinho que carregava um livro grosso. – Ande depressa – disse-lhe um oficial –, o rei está moribundo.

O rei estava, com efeito, no leito de morte. Virou-se para o acadêmico, deitou sobre o livro grosso um olhar quase apagado e disse, suspirando:

– Hei de morrer, então, sem conhecer a história dos homens!

– Senhor – respondeu o sábio, quase tão moribundo quanto ele –, vou resumi-la em três palavras: eles nasceram, sofreram e morreram.

E foi assim que o rei da Pérsia aprendeu, um pouco tarde, a história universal”.

Em *O Mediterrâneo*, Braudel já estava consciente de um esquema tripartite de um

tempo longo, movimentos de conjunto e história dos acontecimentos, fugaz e enganosa, como dirá mais tarde. É ele mesmo quem recorda os vaga-lumes na Bahia que lhe mostraram a fugacidade dos acontecimentos, que acendem e apagam aos montes, sem jamais iluminar a noite. Essa visão de uma história lentamente ritmada, em que as desigualdades e o sofrimento humano são constantes, em que a realidade mais permanente é a do cotidiano das pessoas comuns (e todas as pessoas são ou têm sua dimensão *comum*), talvez ainda não estivesse elaborada no professor da USP nem na anedota de Anatole France, mas os seus testemunhos e as marcas de sua presença nas obras de alguns historiadores brasileiros revelaram o papel crucial da experiência brasileira no alargamento de sua visão dos espaços e da história.

A presença de Fernand Paul Braudel (1902-1985) na Universidade de São Paulo deu-se em dois períodos: 1935-1937 e entre maio e dezembro de 1947. Ele ainda era um historiador sem uma obra. Seu grande livro *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II* seria lançado em 1949 e só editado no Brasil em 2016 pela Editora da Universidade de São Paulo (Secco & Deaecto, 2016). No entanto, trata-se de obra gestada em boa medida no interregno entre suas duas estadias brasileiras. Nos decênios seguintes ele se dedicará à obra *Civilização material e capitalismo*.

O seu *curriculum vitae* entregue à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) registra poucas publicações (*Anuário 1934-1935*). Ele já possuía experiência docente em liceus na Argélia e França. Sua vivência argelina foi interrompida pelo

serviço militar na Renânia em 1925-1926, mas perdurou dez anos.

Como membro da Missão Francesa que participou da fundação da FFCL da USP ele teve como alunos Alice Piffer Canabrava, Astrogildo Rodrigues de Mello, Eduardo D'Oliveira França, Eurípedes Simões de Paula, Odilon Nogueira de Matos, posteriormente professores da Universidade de São Paulo, e Caio Prado Júnior, entre outros (Martinez, 2002).

A tese de Eduardo D'Oliveira França, que se define como “uma ideia e um método a serviço da ideia”, foi estruturada sob a perspectiva braudeliiana: o século do Barroco; a conjuntura da Restauração portuguesa; e a “Revolução de 1640” (França, 1951). As lições de Braudel e dos geógrafos franceses também podem explicar a ênfase de Caio Prado Júnior no estudo da circulação econômica. Até mesmo certo ecletismo que europeus costumam, não sem preconceito, criticar na produção latino-americana e que é uma marca também uspiiana mostra-se numa superposição do marxismo com a geografia francesa, em Caio Prado Júnior. A própria obra de Braudel, como veremos, não poderia ser acusada de ecletismo, caso houvesse em algum lugar pensamento puro, caso nossa disciplina não tomasse muitas vezes de empréstimo o seu vocabulário e suas metodologias? Acaso não precisam os historiadores sentir-se rentes ao real, por mais movediço que ele seja? Abridados de uma sistematicidade que os fatos por vezes desmontam? E cientistas sociais franceses não (re)inventam, não deslocam o tempo todo velhos conceitos de diferentes origens como se fossem novos? Não reduzem seus parceiros das ex-colônias a fornecedores

de matérias-primas intelectuais para seus edifícios teóricos?

UMA TRAJETÓRIA EM TRÊS TEMPOS

Inserindo na biografia intelectual os ritmos diferentes do tempo que a marcaram, devemos constatar que Braudel ainda era filho de uma região, a Lorena, com uma vida material quase intocada. Camponesa. Tradicional. No plano conjuntural, ele se formou na escola elementar e superior ante o desafio alemão. Conjuntura marcada por três guerras: a Franco-Prussiana de 1870-71; a Guerra de 1914-1918; e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Por fim, a redação do seu livro foi feita durante este último conflito. Cada camada dessa história está em seu livro.

Braudel criou uma obra em três patamares: o geográfico, o econômico e o político. Operou com a pluralidade de tempos longo, médio e curto. Por fim, deu relevo ao que chamou de longa duração. Para tanto, fez uma rotação metodológica, deixando o projeto original (uma história política da época do rei espanhol Filipe II), para abraçar o mar como sujeito de uma história que mal aparecia para aquelas narrativas sobre reis e batalhas.

Não se pode datar simplesmente o momento dessa inversão e uma multiplicidade de elementos contribuiu para ela. Seu trabalho nos arquivos de Simancas (Espanha) desde 1927 contava com um aparelho de cinema, comprado em Argel, mediante o qual ele conseguia filmar três mil páginas por dia e revelá-las à noite. Mas em 1936 a conjuntura política invade sua oficina de historiador.

Não ocultemos os acasos. A Guerra Civil começa neste ano de 1936 e os arquivos espanhóis não podem mais ser consultados. Braudel viaja à antiga Ragusa (Dubrovnik), cidade vassala de Veneza. Os arquivos daquela cidade é que lhe permitem dar ênfase às conjunturas econômicas, documentos sobre fretes marítimos, seguros, mercadorias, moedas.

Assim, ele transita da história política à econômica e desta à geográfica. E eis que a política invade a redação de seu livro uma vez mais. No dia 1º de setembro os alemães ocupam a Polônia e o período de declaração de guerra por França e Inglaterra a 3 de setembro de 1939 até 22 de junho de 1940 (rendição da França) foi chamado de “*drôle de guerre*” (guerra bizarra). Uma espera resignada de mais um conflito que a população desejava evitar.

A concepção da tese defendida na Sorbonne, em 1947, deu-se num campo de concentração e alguns originais eram enviados ao historiador Lucien Febvre. Preso num campo de oficiais, longe do Mediterrâneo, Braudel o descreveu sem vê-lo, pintando-o por múltiplos pontos, com passagens de memória. Foi assim que o tempo curto o obrigou a ver sem olhar e reconstituir os espaços marítimos por uma documentação nem sempre à mão. Isso o levou a procurar nas fontes diplomáticas os ritmos do clima, por exemplo. Um mar que é hostil na fase invernal fazia com que as guerras se desenrolassem na estação quente e os tratados de paz fossem datados na fase fria e chuvosa do Mediterrâneo.

Sua geografia não era mais um palco inerte sobre o qual se contaria uma história em seguida. Ele se vale dos geógrafos alemães e, claro, do mestre francês Vidal

de La Blache. É este quem lhe fornece o desenho de uma Europa que é uma península e cuja proximidade de mares e rios facilita a circulação entre norte e sul do continente (Lira, 2012).

Braudel amplia o seu Mediterrâneo para o que ele denominou como economia-mundo, um espaço econômico centrado em si mesmo, com um ou excepcionalmente mais polos dinâmicos. Sua descrição é a de um espaço-movimento: a cultura arbórea, as culturas arbustivas (oliveira, figueira) nas vertentes (encostas), pastoreio (que floresce na crise da arboricultura) e agricultura. O espaço é um conjunto de conjuntos: atmosférico, terrestre, hidrográfico e biogeográfico (Aguirre Rojas, 1997, p. 81). Tanto quanto as economias ou mesmo a dialética entre os “infiéis” e a cristandade na época de Carlos V. Uma política ditada por impérios que se entreolham, tocam-se em inumeráveis escaramuças, batem-se mesmo em Lepanto a 7 de outubro de 1571; mas revelam realidades profundas. O Mar Jônico separa o Mediterrâneo em duas zonas de história. Ao Mediterrâneo oriental a boa estação chega antes e os turcos ainda se abastecem no arquipélago (o Mar Egeu), cheio de ilhas e víveres. E, no entanto, os fluxos da economia favorecem o Ocidente cada vez mais.

Braudel não tem uma decisão final sobre a determinação da ação humana pelos espaços. Ele não pode ignorar certos condicionamentos. O contorno de um litoral mediterrânico mais entrecortado que o norte africano (penínsulas, baías, ilhas, portos) facilitou a navegação de cabotagem e, portanto, o comércio. Os terrenos desflorestados do norte europeu deram origem a sociedades mais “democráticas”, ao contrário do que se

observa na ocupação das planícies mediterrânicas. Um machado basta para cortar as árvores, mas a conquista das planícies não se faz sem o concurso dos ricos e poderosos e da exploração de vasta mão de obra. A montanha é o espaço dos fugitivos enquanto a planície a tudo busca controlar.

A posição geográfica excêntrica de Constantinopla não lhe permitiu dominar o conjunto do Mediterrâneo (Lot, 1927, p. 65). Deffontaines, colega de Braudel na USP, mostrou que o papel das terras interiores foi importante na conformação dos grandes Estados mediterrâneos. A Turquia floresceu no Planalto da Anatólia; a Espanha foi unificada por Castela; a Itália (mais tarde) pelo Piemonte. Mas eu poderia acrescentar em oposição a um determinismo puro e simples que a antiga Iugoslávia, em cuja unidade um geógrafo português acreditou cedo demais (Ribeiro, 1987, p. 59), só foi domada pela Sérvia numa conjuntura passageira do século XX para se desfazer depois. Para sempre?

Braudel manteve sua inclinação por certo determinismo na sua outra grande obra, *Civilização material e capitalismo*. Ali mostrou como a lentidão do espaço determinava a baixa velocidade de circulação da moeda, a pouca liquidez e a adoção do crédito (Braudel, 1998, p. 223); citava “estruturas quase irreversíveis” até o século XVIII; descrevia as plantas de civilização como organizadoras da vida material e às vezes da “vida psíquica”, afinal a cultura do milho é altamente produtiva, seu crescimento é rápido (Braudel, 1998, p. 92). O tempo livre do camponês permitia sua utilização para trabalhos submetidos à tirania dos Estados entre os maias e os astecas (Braudel, 1998, p.

141). Culpa dos homens, mas do milho também, diria ele.

Ainda assim, os espaços são humanos. O seu determinismo não é puramente físico, mas do próprio ser humano. Braudel encontrou na geografia alemã a ideia de que “nós somos prisioneiros até certo ponto de escolhas daqueles que nos precederam”. É o que Braudel chamou de “prisões de longa duração” e que não se reduzem apenas ao quadro natural (Paris, 1999, p. 322). O relevo mediterrânico marcado pela relação entre planícies e montanhas foi sempre um espaço-movimento ditado pela transumância. Trata-se de uma história e não uma simples descrição física, a ponto de encontrarmos uma aldeia da Bósnia (Dedijer) que praticava o islamismo no inverno (sob o controle turco) e o cristianismo no verão (na montanha) (Blache, 1933, p. 23)...

O que Braudel postulou foi um novo determinismo histórico. O da longa duração. Mas se trata de uma determinação interior a cada conjunto de fenômenos e não entre distintas ordens de fenômenos (Aguirre Rojas, 1997, pp. 44-5). Assim, não vemos em Braudel uma determinação da totalidade social pela esfera econômica ou geográfica, pois as estruturas podem ser econômicas, geográficas, políticas, etc. Algum aspecto da literatura brasileira pode ser observado como uma realidade de longa duração e o Modernismo, como uma conjuntura. Assim como a publicação de *Macunaíma* é um acontecimento. Se relevante ou não, se parte de uma memória posterior ou não, pouco importa aqui. Há acontecimentos geográficos ou econômicos como o terremoto de Lisboa ou a crise da Bolsa de Nova York, e aspectos de longa duração da história política como a diáde esquerda e direita.

A LONGA DURAÇÃO

A longa duração é um ritmo e não um período. Em sua obra madura, Braudel revela na base da sociedade uma vida material dominante até o século XVIII (uma não economia ou contramercado), da qual se alimentam os andares superiores. O seguinte é o mercado, o espaço da troca que articula cidades próximas, aldeias e os campos dos arredores, as feiras, as operações de câmbio, a produção de moedas, etc. Por fim, o capitalismo: uma fina camada de privilegiados que monopoliza mercados, explora distintos modos de produção, faz o comércio de longa distância e joga no andar superior das feiras: as bolsas.

O desafio proposto a Braudel provinha de outro ex-colega da USP, Lévi-Strauss. A antropologia extraía de suas observações estruturas elementares, não históricas de parentesco; a linguística de Saussure já descobrira seus “átomos” nos sons da fala e a fonologia de Trubetsky se desenvolvia. A ideia de que os problemas humanos poderiam ser reduzidos a realidades elementares e compreendidos por relações sincrônicas entre elementos dentro de sistemas desafiava uma disciplina aparentemente presa à infinita variedade de fatos desconexos e casuais como a história. O fonema, por exemplo, gera por comutação uma mudança de sentido na palavra, mas ele próprio é desprovido de significado. Mitos seriam realidades quase fora do tempo e universais no pensamento humano.

Sabemos que no século XVI Francis Bacon identificou os ídolos que distorciam a compreensão humana: os ídolos da tribo, da caverna, do foro (ou mercado) e do

teatro. Se há um ídolo que Braudel mais evitou foi o do teatro, ou melhor, o das teorias e sistemas que não têm aderência ao concreto, em “que as narrações feitas para a cena são mais ordenadas e elegantes e aprazem mais que as verdadeiras narrações tomadas da história” (Bacon, 1984, p. 31), nas suas palavras.

Para Braudel, “os historiadores têm sempre uma certa dificuldade de filosofar e [...] no lugar de elevar-se às ideias gerais frequentemente perigosas para a integridade do real, multiplicam os exemplos particulares” (Friedmann, 1953, p. 25). Ele escreveu o seu principal artigo teórico, “História e ciências sociais: a longa duração”, na revista *Annales: Économies, Sociétés, Civilisations* em 1958 (Braudel, 1978, pp. 41-77). Foi publicado em português em 1965, com tradução da professora Ana Maria Camargo para a *Revista de História* da USP.

O método braudeliano é antes de tudo uma observação e descrição calcadas numa base empírica, “sem modelos *a priori*” (Vieira, 2011). As estruturas que ele visualiza integram uma história geral que não pode ser matematizada; trata-se de uma gramática ou modelo que muda ao longo do tempo e conforme os espaços. Portanto, não fornece a chave de uma linguagem ou uma base quase eterna da natureza humana como a linguística. Braudel duvida que exista um discurso “suficientemente igual através do tempo e do espaço” (Braudel, 1998). Para ele, “toda longa duração se interrompe mais dia menos dia, nunca de uma vez, nunca em sua totalidade, mas surgem fraturas” (Braudel, 1998, p. 223), isso porque a sociedade é o conjunto dos conjuntos e não uma superestrutura ou esfera separada da existência.

Embora ele mantenha um diálogo aberto ou implícito o tempo todo com Marx, ele não enxerga no modo de produção, por exemplo, um modelo válido permanentemente. Para ele, o plano de observação é a circulação, termo que Marx e seus antecessores emprestaram da fisiologia. Veremos em Caio Prado Júnior, por outro lado, uma semelhante ênfase na circulação sem romper com Marx, embora por isso e pelo não uso de muitas categorias marxistas, ele tenha sido por vezes considerado eclético. É possível que o ponto de partida, tanto de Braudel quanto de Caio Prado, tivesse sido a leitura de Vidal de La Blache.

A produção em Marx não é uma simples esfera, senão didaticamente. Assim como o gênero de vida, na geografia, não é uma simples estrutura inerte. A própria geografia está na base para Marx. O conceito de modo de produção não esgota o estudo das formações sociais concretas que superpõem e justapõem diversas formas produtivas no tempo. Marx e Braudel, a partir de observatórios diferentes, buscam a totalidade.

O que levou Braudel a questionar certas definições do capitalismo foi a observação de realidades como mercado de trabalho, lutas de classes, subproletariado, a criação, Estados e sua política econômica (emissão de moeda, empréstimos, dívida pública), antes da era industrial. Por isso, para explicar o capitalismo, “é difícil começar pela produção, domínio confuso, de árdua delimitação, e ainda insuficientemente inventariado. A circulação, pelo contrário, tem a vantagem de ser de fácil observação” (Braudel, 1998, p. 12).

Os jogos das trocas são a base imediata do capitalismo e este é uma superestrutura como o imperialismo de Lenin (Braudel,

1987, p. 91). Uma teia que prende a todos os que saem do universo do valor de uso. E cada vez mais prende a própria vida material, destruindo o autoconsumo. Numa rede de infinitos pontos, as cidades são os nós que articulam os campos e as rotas de comércio. Uma delas, como cidade-Estado ou capital econômica de um mercado nacional, desempenha o papel de centro da economia-mundo.

O OBJETO DA HISTÓRIA: O CONJUNTO

A sociologia não consegue definir bem o seu objeto, amplo em demasia. O que é a sociedade? Já o historiador tem uma “dependência estrita do concreto”, ele desvela “realidades vivas”. Braudel questionava as “matemáticas sociais” em seu artigo sobre a longa duração; depois, ao definir a sociedade como conjunto dos conjuntos, ele emprestou a expressão ironicamente da matemática. Em *O Mediterrâneo* as sociedades são como “as dunas, tão bem coladas a acidentes ocultos do solo: seus grãos de areia vão, vêm, voam, aglomeram-se ao sabor dos ventos, mas – soma imóvel de inumeráveis movimentos – a duna permanece em seu lugar” (Braudel, 2016, v. II, p. 119).

“Quando um sociólogo nos diz que uma estrutura não cessa de se destruir senão para se reconstruir”, dirá Braudel depois, nós queremos é “saber a duração precisa desses movimentos, positivos ou negativos” (Braudel, s/d, p. 73). Ao orientar-se pelo todo, o historiador ainda assim não pode “apresentar tudo num único plano e num só movimento. A prática recomendável é, ao dividir, conservar na mente uma visão

globalizadora: ela surgirá forçosamente na explicação, tenderá a recriar a unidade, aconselhará a não acreditar numa falsa simplicidade da sociedade” (Braudel, 1998, II, p. 409). Decerto, ao escolher um observatório, por exemplo a economia, privilegia-se “uma forma de explicação unilateral”.

Braudel (1998, III, p. 9) evoca o resumo de Georges Gurvitch sobre a sociedade feudal. Na verdade, por essa expressão, só entenderíamos um aspecto do tema. Na base mais antiga das sociedades que vigoraram entre os séculos XI e XV encontramos uma sociedade senhorial que articula camponeses e senhores; em seguida, uma sociedade teocrática da Igreja Romana; depois, mais jovem, o Estado territorial, que naufraga parcialmente no período carolíngio, porém se reconstitui; por fim, o feudalismo é uma superestrutura no topo, uma cadeia de suserania e vassalagem entre senhores.

Esse todo social muda, a Igreja se mantém em parte livre dele; o Estado aos poucos o mina; e o camponês vive à margem das mudanças superiores, embora esteja em milhares de agitações na base (Braudel, 1998, III, p. 414).

DE VOLTA AO COMEÇO

Nos anos 1970 o mundo conheceu a estagflação, em que ao aumento da demanda não correspondeu o incremento da produção, mas de preços, devido à estrutura monopolista do capitalismo. Tratava-se de uma situação muito diversa da “revolução dos preços” estudada por Braudel¹, mas é sintomático que ele desenvolvesse naquele momento sua tese (terceiro

volume de *Civilização material, economia e capitalismo*) sobre o capitalismo como monopólio, superestrutura em que uns poucos mandões se apoiam no Estado para manter a taxa de lucro. Não por acaso há aproximações e distanciamentos com a tese de Baran e Sweezy sobre o capitalismo monopolista. Nos países socialistas se desenvolve a teoria do capitalismo monopolista de Estado.

Anacronismo? Falamos de um Braudel dos anos posteriores à USP para explicar o que ele foi antes? Antes de tudo, o intuito é mostrar os elementos de sua obra que se projetaram muito além da geração de seus alunos dos anos 1930-1940.

Em segundo lugar, em vez de expor uma evolução linear *ab ovo*, não poderíamos fazer o contrário? A partir dessa obra madura, da sua anatomia, voltar ao seu programa de curso na USP e entender suas concepções iniciais? Ali surpreendemos o professor Braudel declarando que é “a impotência do nosso espírito e não a dificuldade do objeto [...] que nos obriga a fragmentar a realidade”. Para ele, cada ciência social reflete “um fragmento de um espelho partido em mil pedaços”. Ao recortar um objeto que é íntegro, mas se revela somente em partes, as ciências inserem suas sondas no solo social. A história, ao contrário, articula essas diferentes sondagens, por vezes acompanha uma delas e faz de uma zona das

1 O século XVI era inflacionário por causa do afluxo de metais preciosos da América, da criação de demanda colonial, aumento demográfico, superexploração da força de trabalho indígena na produção de metais preciosos (rebaixando seu valor unitário), o uso do mercúrio (1557), etc. Ver: Vilar (1974).

ciências o seu posto de observação, mas situa seu objeto nos tempos diversos da existência humana.

O problema do historiador é falar sobre o que já não há, com lacunas documentais, mas exatamente por isso só lhe resta ter como horizonte “a totalidade da vida social que ele procura e recompõe, sem ter à sua disposição, nem o objeto, nem o espelho, um que já não existe, outro que não pertence a este mundo”:

“Se a história tem probabilidade de ser uma ciência, não é porque fixa este ou aquele ponto, mas porque nos conduz a verificações gerais sobre a sociedade, marcando semelhanças através de acidentes particulares. É nesses raros instantes que ela parece dar-nos a certeza de reconstituir o espelho no seu todo” (Braudel, 2002, pp. 61-8).

Nessa história braudeliana, os seres humanos são perdoados. Vivem resignados num cotidiano infinitamente repetido. Quando ele escreveu sua obra *Civilização material, economia e capitalismo*, ele os via uma vez mais prisioneiros dos ciclos de Kondratiev, de uma longa depressão talvez acompanhada por uma inclinação do *trend* secular para baixo. Diante disso, que podem governos e sociedades? As quedas das taxas de lucro, apesar de surtos que não recuperam seu patamar anterior, seriam inclementes como uma era glacial.

EVENTOS

O “indivíduo é muito frequentemente, na história, uma abstração”, diz-nos Braudel na sua lição inaugural no Colégio de

França, em dezembro de 1950. Isso não implica abandonar os eventos, os quais são vividos na escala dos indivíduos, mas ultrapassá-los. O tempo não é uma instância a mais num quadro estrutural. Todas as estruturas (espaciais, sociais, mesmo individuais) são atravessadas por vários ritmos de tempo.

Aquela história acontecimental que ele teria evitado nos anos 1940, para se refugiar dos azares da guerra numa longa duração, jamais foi abandonada. A Batalha de Lepanto permaneceu em seu livro de 1949, tanto quanto o levantamento do Cerco de Malta, uma das páginas mais belas da terceira parte. Mais tarde Braudel dirá que grandes acontecimentos têm sequência, como a Batalha de Plassey (1757), que assinala a submissão da Índia, ou a Guerra do Ópio (Braudel, v. I, 1997, p. 86).

Como homem de seu tempo e ofuscado por vaga-lumes que acendem e apagam sem jamais iluminar a noite funda da história, ele não acreditou ainda no descentramento da economia mundial em desfavor dos Estados Unidos e em favor do Pacífico, apesar da lenta queda secular que ele previu. Que teria dito Braudel acerca do 11 de Setembro? E não é a China exemplar braudeliano de economia de mercado que tenta substituir o capitalismo por uma regulação estatal?

A utopia de mercados livres, locais, articulados por alguma outra forma que não o capitalismo, poderia muito bem ser retirada do esquema tripartite de Braudel. Como alguns jacobinos, como Proudhon, talvez ele visse, em última análise, o capitalismo de um ponto de vista moral como vemos o açambarcador tão odiado na Paris da Revolução.

Contudo, o capitalismo não cria as desigualdades, as lutas entre as classes mais ou menos conscientes, a traição das burguesias de segunda ou terceira geração que se enobrecem. Como visitante da noite, usufrui e explora os modos de produção que encontra; combina as desigualdades dos espaços, potencializa e amplia as misérias, os privilégios, as trapaças.

Quando viveu dez anos na Argélia ocupada, Braudel não questionou o colonialismo, mas em sua obra madura, já marcada pela Guerra da Argélia, escreveu:

“Não é a Europa quem vai descobrir a América ou a África [...]. Os descobridores da África central no século XIX, outrora tão louvados, viajaram às costas de carregadores negros [...]. Também os descobridores do Continente sul-americano, até os bandeirantes paulistas [...] e cuja epopeia, ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, é admirável, limitam-se a redescobrir as velhas pistas e ribeiras para pirogas utilizadas pelos índios, e são geralmente [...] os mamelucos que os guiam” (Braudel, v. I, 1997, p. 50).

Que não nos passe despercebida a citação da história dos sertanistas sul-americanos e que ele conheceu durante sua estadia paulista nos anos 1930.

Acima de tudo trata-se de um jogo de forças e os capitalistas desde cedo se aproximam do Estado e dele se utilizam. São multi-investidores e não prendem suas inversões num único ramo.

Ao seu lado, Braudel vê desfilar os bandidos, servos, escravos, mutilados, mendigos, vagabundos e todos os miseráveis. Veneza marca os nascidos na cidade para expulsar os de fora. A dureza dos ricos tem

sua contraparte nas explosões de raiva popular. De 1301 a 1550, 200 motins em cem cidades alemãs; em Lyon são 126 entre 1173 e 1530; na Aquitânia são 500 eventos entre 1590 e 1715 (Braudel, 1998, III, p. 441). A mais destacada realidade de longa duração são acima de tudo as hierarquias sociais, a desigualdade que o capitalismo leva aos limites do possível. Não há sistema que não tenha os seus informais.

CONJUNTURA

A ideia de longa duração e a de tempos tripartidos, múltiplos e solidários tiveram ressonância nos primeiros historiadores uspinianos, como Eduardo D’Oliveira França e mesmo Sérgio Buarque de Holanda, inobstante a variedade de referências desse autor. Nos anos 1960-1970 predominou o marxismo, mas escorado num autor que também registrou em sua obra uma análise refinada da dialética dos tempos históricos e da centralidade categorial da circulação para a compreensão de um país colonial, cujo centro produtivo dinâmico está no exterior: Caio Prado Júnior. Numa terceira etapa, a incidência braudeliana se multiplicou por vezes subjacente nos estudos geográficos e historiográficos².

O novo desafio não é mais o estruturalismo, mas o papel de uma história de ambição totalizante diante de forte reação ao conhecimento científico e à objetividade histórica. Acontecimentos,

2 Hipótese que aguarda um estudo da recepção. Entre os geógrafos, na USP, destaque Milton Santos e Antonio Carlos Robert Moraes.

conjunturas e estruturas formavam para Braudel um conjunto solidário.

Conjunto de condições simultâneas, porém de idades e ritmos diferentes, a conjuntura é o ponto de intersecção em que acontecimentos podem manifestar fraturas ou resistências estruturais. Para citar um gramsciano, ela é o “encontro de temporalidades específicas que desembocam num acontecimento” e a história “é a ferramenta que permite ler tanto o acontecimento quanto a estrutura, em sua forma conjuntural” (Portantiero, 1983, p. 179).

Integrei nos anos 1990 um grupo de estudos na USP com Paulo H. Martinez e Bernardo Ricupero em que lemos *O Mediterrâneo*. Éramos três marxistas descobrindo Braudel. Perambulávamos entre os sebos e a companhia das historiadoras do Centro de Documentação da Unesp, na Praça da Sé. Entre elas, a professora Ana Maria Mar-

tinez Correa, aluna de Eduardo D’Oliveira França, cuja obra também estudamos.

Nós todos acabamos por estudar a obra de Caio Prado Júnior. Mas também procurei, em minha tese de doutorado, analisar a conjuntura de crise do último império colonial português e a Revolução dos Cravos, ocorrida em 25 de abril de 1974 (Secco, 2004). Tentei ler tanto uma revolução (acontecimento) quanto as estruturas de longa duração que talvez tivessem travado a radicalização do processo político.

Fernand Braudel esteve presente, embora meu otimismo da vontade me reconduza sempre àquela pretensão de Sartre que Braudel elogiava, mas duvidava: o fim das hierarquias sociais. As revoluções mudam, mas não todos os conjuntos sociais de uma só vez. Mas também não há duração que não termine e não veja florir os cravos de abril.

REFERÊNCIAS

- AGUIRRE ROJAS, C. *Braudel a debate*. Mexico, JGH, 1997.
- ANUÁRIO 1934-1935. São Paulo, FFCL/USP, 1934-1935.
- BACON, F. *Os pensadores*. 3ª ed. São Paulo, Abril Cultural, 1984.
- BLACHE, J. de la. *L’homme et la montagne*. Paris, Gallimard, 1933.
- BRAUDEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo. Séculos XV-XVIII. Volume I. As estruturas do cotidiano*. São Paulo, Martins Fontes, 1997.
- BRAUDEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo. Séculos XV-XVIII. Volume II. Os jogos das trocas*. São Paulo, Martins Fontes, 1998.
- BRAUDEL, F. “Anatole France e a história”. *O Estado de S. Paulo*, 10 e 17 de novembro de 1935.
- BRAUDEL, F. “História e ciências sociais: a longa duração”, in *Escritos sobre a história*. São Paulo, Perspectiva, 1978.

- BRAUDEL, F. "O ensino de história e suas diretrizes". *Revista de História*, n. 146. São Paulo, USP, 2002.
- BRAUDEL, F. *A dinâmica do capitalismo*. Rio de Janeiro, Rocco, 1987.
- BRAUDEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo. Séculos XV-XVIII. Volume III. O tempo do mundo*. São Paulo, Martins Fontes, 1998.
- BRAUDEL, F. *Escritos sobre a história*. São Paulo, Perspectiva, 1978.
- FRANÇA, E. *Portugal na época da Restauração*. São Paulo, FFCL, 1951.
- FRIEDMANN, G. *Villes et campagnes. Civilisation urbaine et civilisation rurale en France*. Paris, Armand Colin, 1953.
- LIRA, L. A. *O primeiro esboço do método geográfico de Vidal de La Blache a partir dos estudos do Mediterrâneo. Permanências e rupturas no contexto da institucionalização da geografia (1872-1918)*. Relatório Fapesp. São Paulo, USP, 2012.
- LOT, F. *La fin du monde antique et le début du moyen âge*. Paris, La Renaissance du Livre, 1927.
- MARTINEZ, P. H. "Fernand Braudel e a primeira geração de historiadores universitários da USP (1935-1956): notas para estudo". *Revista de História*, n. 146. São Paulo, jul./2002.
- PARIS, E. *La genèse intellectuelle de l'oeuvre de Fernand Braudel*. Athènes, Institut de Recherches Néo-Helléniques, 1999.
- RIBEIRO, O. *Mediterrâneo: ambiente e tradição*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.
- SECCO, L. *A Revolução dos Cravos*. São Paulo, Alameda/Fapesp/Cátedra Jaime Cortesão, 2004.
- SECCO, L.; DEAECTO, M. "Introdução", in F. Braudel. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*. São Paulo, Edusp, 2016.
- VIEIRA, R. L. "Economia política dos sistemas-mundo e as novas perspectivas de pesquisas para a história econômica". *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo, ANPUH, julho/2011.
- VILAR, P. *Or et monnaie dans l'histoire*. Paris, Flammarion, 1974.

Nelly Novaes Coelho: história de amor entre uma vida e uma obra

Maria Zilda da Cunha

N

ascida no ano da Semana de Arte Moderna, a paulistana Nelly Novaes Coelho (1922-2017) – professora, escritora, pesquisadora, crítica literária, fundadora da área de literatura infantil e juvenil na Universidade de São Paulo – deixou em escritos publicados pelas mais diversas mídias: jornais, revistas científicas e editoras brasileiras e portuguesas dos séculos XX e XXI um extenso volume de artigos, resenhas, coletâneas, dicionários, livros. Seguramente, tal produção já poderia configurar a dimensão de uma obra cuja expressividade se faz pelas raízes que foram

MARIA ZILDA DA CUNHA é professora e coordenadora da área de Literatura Infantil e Juvenil da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP.

se espalhando por extenso território fértil de leitores e pesquisadores.

Cumprir lembrar, entretanto, que talvez isso corresponda a uma parte ínfima de sua produção. Como crítica literária, sua ação se potencializa no sentido de acenar para o reconhecimento dos mais diversos escritores das mais variadas regiões do Brasil. Com o seu olhar sagaz, a sua inteligência sensível reverencia obras. Um sem-número de produções e autores foi inserido num sistema literário por essa ação leitora; é possível que muitos ficassem à margem sem a rubrica da leitura crítica e analítica de Nelly Novaes Coelho.

Em que pese o fato de sua biblioteca, cuidadosamente guardada em vida, ter migrado para sebos diversos após sua morte, sabe-se quão frequente tem sido a busca por seus inúmeros livros (que guardam o carinho dos muitos escritores, em suas dedicatórias) e pelos muitos livros de sua autoria que registram as várias versões de seus escritos e mapeiam um caminho raro de investigação e crítica.

Leitora voraz, ao ingressar na Universidade de São Paulo, Nelly Novaes Coelho já possuía singular repertório bibliográfico, composto de grandes clássicos da literatura nacional e estrangeira, e já denotava entusiasmo por pensadores como Kant, Nietzsche, Heidegger, Spengler, entre outros. Com o doutorado sobre a obra de Aquilino Ribeiro, iniciou um percurso bastante intenso de reflexões nos estudos literários, com atividades de crítica e escrita sobre as literaturas portuguesa e brasileira, estudos comparados e literatura infantil e juvenil. Tal trânsito interdisciplinar irá engendrar a espessura densa e complexa de seu trabalho no âmbito da pesquisa, do ensino e da crítica, e explícito

num perfil entusiasmado e comprometido de professora que soube aliar investigação, ensino, extensão e atividade crítica. Sob o signo das artes, Nelly tornou-se referência em sua área de atuação.

Cônsua da exorbitância de seus anseios, como confessou em algumas situações, a pesquisadora não temeu, depois de ingressar como docente na Universidade de São Paulo, ampliar sua esfera de ação para além da universidade, com aulas, palestras, cursos, conferências, mesas-redondas, entrevistas, seminários, congressos. O fato é que a presença, nesses eventos e iniciativas, de uma das mais respeitadas estudiosas da literatura na universidade brasileira iconizava a força que o conhecimento, a palavra, a literatura, a investigação, a ação educativa, a produção intelectual podem alcançar quando se trata da literatura, da tarefa de formar leitores, da formação de crianças e jovens, da formação de seres humanos.

No coração desse contexto, fez-se notável a crescente e perscrutante paixão com que Nelly Novaes Coelho se debruçou sobre a tarefa de pesquisar e organizar a literatura escrita por mulheres e a literatura para crianças e jovens. Em ambos os campos, atesta-se um olhar articulador entre sincronia e diacronia no trato com a literatura, as indissociáveis relações entre literatura e história.

E não só.

Como professora, orientadora de trabalhos de mestrado e doutorado, com generosidade, persistência e otimismo demonstrou, ao longo de seu percurso acadêmico em todos os níveis em que atuou, que “literatura são experiências humanas transformadas em linguagem”. Colocando em prática a sua convicção,

renovava reiteradamente o seu compromisso de orientar agentes de transformação.

O fato é que um expressivo número de trabalhos de iniciação científica, dissertações de mestrado, teses de doutorado e supervisões de pós-doutoramento – desde a criação da área na Universidade de São Paulo em 1980, pela mesma Nelly – vem sendo realizado na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, vinculado à pesquisa em produções literárias e culturais para crianças e jovens e concretizando o projeto político de nossa mestra. A existência de um profícuo grupo de pesquisa, que reúne investigadores de vários campos do saber alinhados às investigações e ações ao âmbito dos diálogos da literatura infantil e juvenil com outras artes e formas do conhecimento, configura o que Nelly nos confessou em 2010, em um de nossos encontros internacionais: “Estou em estado de graça. Este grupo de pesquisa certamente levará acesa e adiante a tocha que deixarei”. Ao fim e ao cabo, são as ressonâncias de seus ensinamentos que vêm fortalecendo as reflexões, as diversas produções e ações que vimos realizando.

Por tudo isso, é sempre insuficiente a intensidade das palavras para louvar o legado de Nelly Novaes Coelho no que se refere à sua história de vida e à relação amorosa que ela manteve com a literatura e com a arte.

Nelly sabia ensinar, orientar; sabia dividir e respeitar. Nesse contexto é que a escritora e professora Maria Lúcia Pimentel de Sampaio Góes, orientanda de Nelly, fez também sua brilhante caminhada de pesquisas e docência, sedimentando os territórios em diálogo da arte em geral, da literatura, da educação e da perspectiva dos estudos comparados como fundamento

teórico-metodológico para o ensino e a formação de leitores.

Quanto a mim, conheci Nelly fora da USP, num encontro deveras casual. Anos depois, reencontramo-nos, e nossa aproximação tornou-se enlaçada por trocas intelectuais, além de companheirismo, afinidades e afeto. Vale confessar que, para mim, ao ingressar na USP como doutoranda sob a orientação de Lúcia Góes, as relações de afeto assumiram configuração de admiração intensa. A partir da parceria, da amizade e cumplicidade intelectual, Nelly foi-se tornando uma referência de caráter, comprometimento e dignidade humana, e passou a ser minha mentora e responsável por passos muito importantes em meu caminhar.

Algumas situações, na Universidade de São Paulo, enovelam minha gratidão pela professora. Uma delas está na lembrança do encerramento de sua última disciplina de pós-graduação, da qual eu participava como aluna. Naquele dia, a professora entregou-me a ementa de seu curso e disse que gostaria e esperava que eu um dia me tornasse responsável por essa disciplina e a cumprisse, seguindo o que ela propunha, mas a complementasse com o meu olhar intersemiótico. A outra refere-se à deferência com que leu meu relatório de qualificação de doutorado. Após a banca, ela disse à minha orientadora ter ficado impressionada com algo que ali se insinuava e que a movia a propor um acréscimo – “Linguagens do Imaginário” – ao nome das quatro disciplinas de graduação Literatura Infantil e Juvenil I, II, III, IV.

Nessa ordem de ideias, importa ainda registrar com carinho a reverência com que – depois de minha aprovação no concurso para docente da USP – Nelly convidou-me

para um chá em sua casa, ocasião para a qual reservou um abraço amigo e a expressão de sua alegria, além de simbolicamente passar uma tocha, depositando em mim a responsabilidade de, como professora da área, juntamente com o professor José Nicolau Gregorin Filho, manter viva a chama do amor pela literatura que ela nos legava.


Nossa última parceria e sua última publicação foi o livro *Tecendo literatura entre vozes e olhares*, uma homenagem à nossa amiga comum – a escritora e professora Lúcia Góes.

Creiam-me, leitores: se a obra de Nelly Novaes Coelho abarca escritos publicados, manuscritos, aulas, palestras, orientações, conversas informais repletas de humor e sabedoria – para além de tudo isso permanecem frutos de uma história de amor e vida e que são, a bem da verdade, amáveis joias de luz.

No mesmo ano em que se comemora os cem anos da Semana de Arte Moderna, brindamos a vida e a obra de Nelly Novaes Coelho e agradecemos por participar deste tempo de colheita.

arte





**ONU, ordem global e
autonomia da arte:
de Portinari a
Rauschenberg**

Christiane Wagner

Os tempos modernos e a autonomia conquistada pelo indivíduo gradualmente estabeleceram e afirmaram a sua liberdade de escolha e participação social atual. Na arte, o processo foi o mesmo, passando pelas ideologias marcantes que a arte moderna defendia naquele momento de envolvimento social e político da modernidade. Uma arte que provocava muitas vezes o *status quo*. O rompimento com os cânones acadêmicos e com os valores tradicionais foi decisivo para que a arte conquistasse a sua autonomia, mesmo que de forma transgressiva e subversiva ao sistema. Na arte contemporânea, todo o significado difere do da arte moderna, em relação a uma abordagem da vida, ao se aproximar de uma estética do cotidiano. Antes havia ideologias para estabelecer o sentido da arte e selecionar a referência e, atualmente, a ausência desses valores nos condiciona apenas ao tempo para escolher, entre as

obras contemporâneas, aquelas que marcam seu valor. Essas obras de arte são aquelas que se tornam inesquecíveis enquanto outras são esquecidas, conforme os valores do contexto sociocultural de nossos dias.

Da virada do século XIX ao século XX, um novo sentido foi encontrado para a história da arte ocidental, que, quando analisada pelo teórico e crítico de arte americano Harold Rosenberg, seria condicionada a uma redefinição, comprometendo a noção que se tinha sobre a arte e não especificamente sobre a obra de arte atual. Entretanto, atualmente, não se trata de questionar as conquistas artísticas em suas particularidades, problematizando-as e recusando-as como obras de arte diante das velhas noções sobre arte. Mas, ao contrário, trata-se de possibilitar novas

CHRISTIANE WAGNER é professora e pesquisadora do Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo (MAC-USP).

experiências estéticas, ou melhor, de criar uma nova visão do mundo.

Assim, a arte, como forma essencialmente humana de manifestação de seus conhecimentos e ideias, também forma a estrutura social. A ideologização exercida pelas instituições não é formada apenas por ideias. É necessário materializá-las, ou seja, colocá-las em ordem e submetê-las à ação, para conseguir a sua realização. Para que uma ideologia exista, é necessário ter meios suficientes para sua materialização, e estes meios não são uma ideologia, mas sim a realidade. Esta representação ideológica – a materialização – é relativa às regras da ordem estabelecida pela ideologia dominante. A arte, nesse sentido, é realizada seguindo os ideais da instituição ou de uma forma pseudoconsensual. Em uma posição contrária, esta arte seria subversiva ao sistema.

Entretanto, para situar esta introdução na contemporaneidade, considerando a autonomia da arte e o significado da imagem em relação ao ideal democrático global e referência para a noção de liberdade, apresento o exemplo da arte de Cândido Portinari e Robert Rauschenberg como coadjuvantes dos objetivos institucionais da Organização das Nações Unidas. Contudo, para situar melhor este ensaio, as seguintes questões são basilares: a realização artística está vinculada a uma interdependência das estruturas e das relações sociais? O que é liberdade de expressão nas artes? Quais autonomias pessoais, coletivas ou artísticas são possíveis na sociedade contemporânea?

Um dos marcos modernistas mais significativos e representativos de uma nova direção para a orientação democrática global após a Segunda Guerra Mundial foi a missão essencial de fazer valer os direitos

humanos fundamentais com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU). Para tanto, foi verificada uma nova relação entre instituições e organizações ligadas aos Estados-nação quanto ao significado da arte contemporânea. Esse sentido da arte tem lentamente perdido suas características subversivas para se tornar uma arte mais consensual associada aos ideais políticos e sociais de organizações influentes. Uma referência significativa a esse respeito é a importância da imagem dos artistas ligando sua arte aos valores dos direitos fundamentais destinados às sociedades democráticas. A sede principal das Nações Unidas também mantém uma rica coleção de obras de arte, preservada pelo Comitê de Arte da ONU. Artistas renomados de seus Estados-membros doaram obras de arte à coleção de arte das Nações Unidas, representativas dos ideais da entidade e incorporadas na Carta das Nações Unidas, promovendo a ideia de unidade da humanidade em toda a sua diversidade cultural.

Entre essas obras de arte, destacam-se os murais *Guerra e paz*, de Cândido Portinari (1903-1962). Dois murais foram apresentados às Nações Unidas e montados nas paredes leste e oeste do *lobby* do andar térreo do edifício da Assembleia Geral. Eles foram um presente do Brasil para a sede da ONU. Ironicamente, a apresentação desse presente foi inesquecível porque Portinari não pôde comparecer à inauguração. Porque comunista, Portinari não pôde obter do governo americano a autorização para entrar no país. No entanto, essa situação destacou o significado de uma obra-prima com objetivos que superam as diferenças; ou seja, a arte continua sendo uma memória e uma mensagem para os ideais das Nações Unidas.

UNPhoto/Mark Garten



Trabalhadores removem painéis do mural *Guerra e paz* de Cândido Portinari do prédio da Assembleia Geral da ONU



UN Photo/Yutaka Negata

Marechal Arthur da Costa e Silva, presidente do Brasil (à dir.), em uma visita oficial ao prédio da Assembleia Geral da ONU

Outra obra de arte notável é um mural do artista espanhol José Vela Zanetti (1913-1999), também localizado na sede das Nações Unidas. O colossal mural retrata a *Luta pela paz duradoura da humanidade*, começando com a destruição de uma família e terminando com a ressurreição, que mostra uma criança de olhos brilhantes olhando para uma geração de paz. Campos de concentração, bombardeios e toda a agonia da guerra moderna estão simbolizados no quadro, no

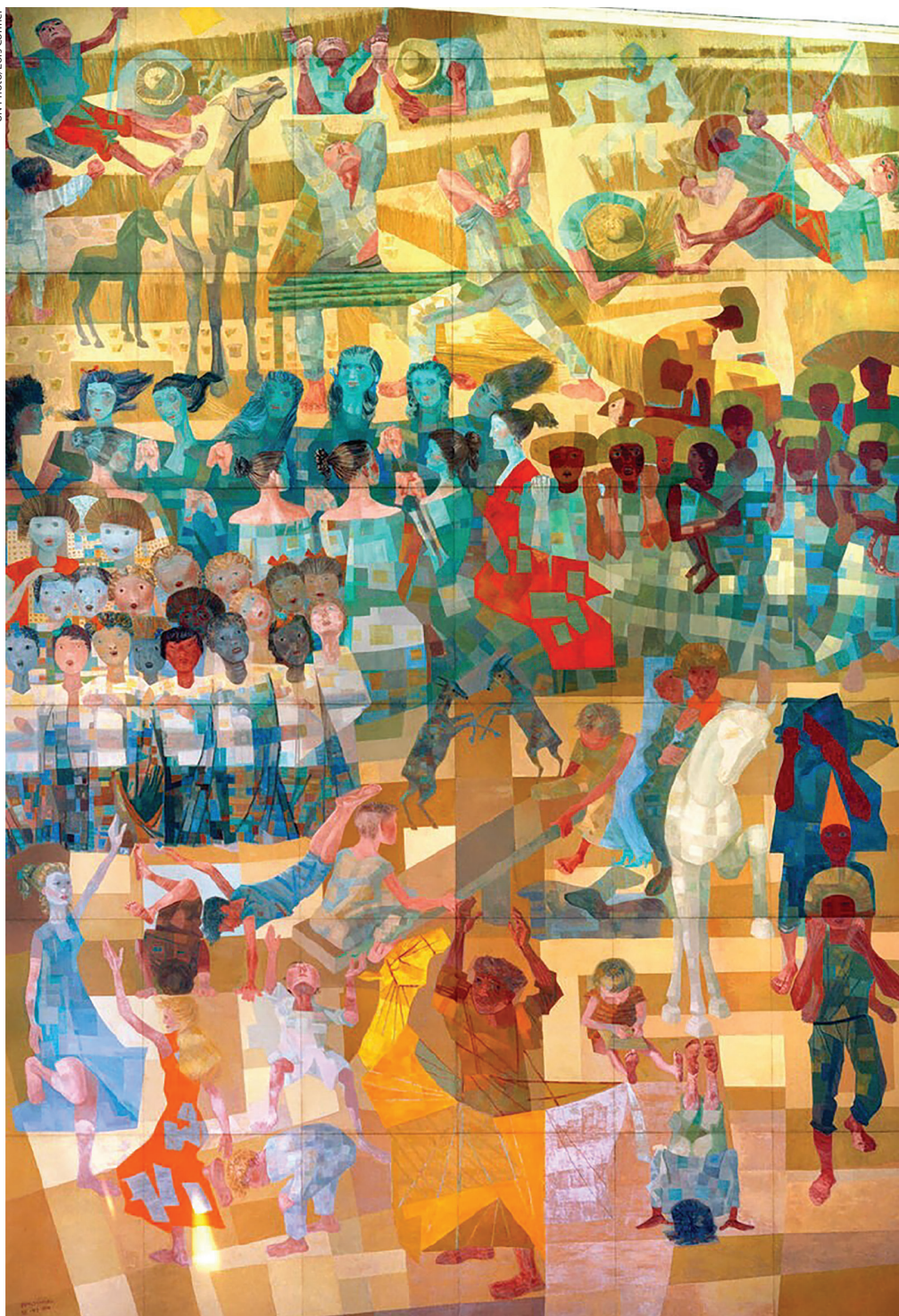
centro do qual uma gigantesca figura de quatro braços implanta o emblema das Nações Unidas enquanto a humanidade reconstrói um mundo dilacerado pela guerra.

O artista atento às exigências do cidadão no espaço público mantém os ideais de democracia em seus propósitos artísticos. Sua obra está situada no contexto social, atua em relação à condição humana. Esta consciência democrática orienta o artista na busca de seus direitos, em princípio, não apenas

UN Photo/Lois Conner



Guerra, de Cândido Portinari



Paz, de Cândido Portinari

para a ideologia social, mas também para a realidade do direito à liberdade baseada em outros direitos, como a soberania pessoal, que já está estabelecida e é necessária.

Esses direitos estão relacionados à manutenção da ordem social por meio da igualdade de poder e de escolha, um espaço compartilhado por todos com integridade e administrado pela própria sociedade. No entanto, devemos também considerar que a democracia moderna não tem o mesmo sentido que o da democracia da Grécia antiga. Na verdade, a democracia moderna difere no que diz respeito ao sistema de governo. Entretanto, em geral, os cidadãos nas sociedades democráticas de hoje assumem a existência de igualdade e buscam maior liberdade nas suas decisões sobre o que fazer em relação às suas escolhas, desejando algum poder e mais participação. A independência estabelecida dentro de uma comunidade representa a orientação para a realização de ações sem restrições. Assim, nas relações sociais, os cidadãos buscam mais igualdade e o direito de participar nas decisões e descentralização do poder. As imagens resultantes desta relação entre arte e política focalizadas na estética cotidiana e nos ideais democráticos são percebidas quando a autenticidade da arte transforma a produção criativa em uma causa social.

Dessa forma, entendemos a importância dos estudos visuais nas sociedades contemporâneas em meio ao desenvolvimento acelerado da cultura visual e dos meios de comunicação. Imagens de diferentes contextos incorporam principalmente as possibilidades oferecidas pelas diversas relações da cultura. Destaca-se aqui *Tributo 21*, de Robert Rauschenberg (1925-2008), uma série de litografias *off-set* impressas na Universal

Limited Art Editions (Ulae), Nova York, doadas a 21 museus no mundo inteiro, incluindo o Museu de Arte Contemporânea (MAC) da Universidade de São Paulo, em 1994. Essas obras estão relacionadas ao impacto contemporâneo da imagem associada ao valor cultural como progresso sociopolítico, buscando melhorar o que poderia ser descrito como uma “democratização da arte”. Outro objetivo do trabalho é a reflexão estética provocada pelas imagens, que envolve a diversidade cultural e o respeito à diferença. Talvez não haja exemplo mais significativo e simbólico da visualização de uma ideia abstrata relacionada aos direitos humanos do que a homenagem a Nelson Mandela, lembrando-nos da era do *apartheid*. Outros exemplos dessa mesma série *Tributo 21* (1994) são *Culturas étnicas – Dalai Lama; Paz – Mikhail Gorbachev; Tecnologia – Bill Gates; e Meio ambiente – Al Gore*.

Em geral, os nomes e temas mencionados no *Tributo 21* de Rauschenberg tornam o significado de sua arte evidente, evitando, assim, qualquer ambiguidade ou especulação interpretativa e estética sobre a composição visual de seus agrupamentos que abrangem um entendimento global. Eles representam fatos sociais e, além disso, as gravuras celebram eventos com temas humanitários interpretados como relevantes para esse período, desde a época moderna até a contemporânea, em seu significado histórico, social, político e cultural.

Em 1995, para a celebração do 50º aniversário da Fundação das Nações Unidas, foi criada uma exposição de arte em seu complexo de Genebra, intitulada *Diálogos de paz*. Essa exposição apresentou obras de 60 artistas contemporâneos internacionais, com o conceito e a curadoria assumidos



Sem título (Direitos humanos - Nelson Mandela), de Robert Rauschenberg, 1994

por Adelina von Fürstenberg e organizados pela Associação Francesa para a Ação Artística. Na ocasião, o crítico de arte Alan Riding escreveu o ensaio “Politics, this is art. Art, this is politics” para o *The New York Times*, em 10 de agosto de 1995, destacando o seguinte:

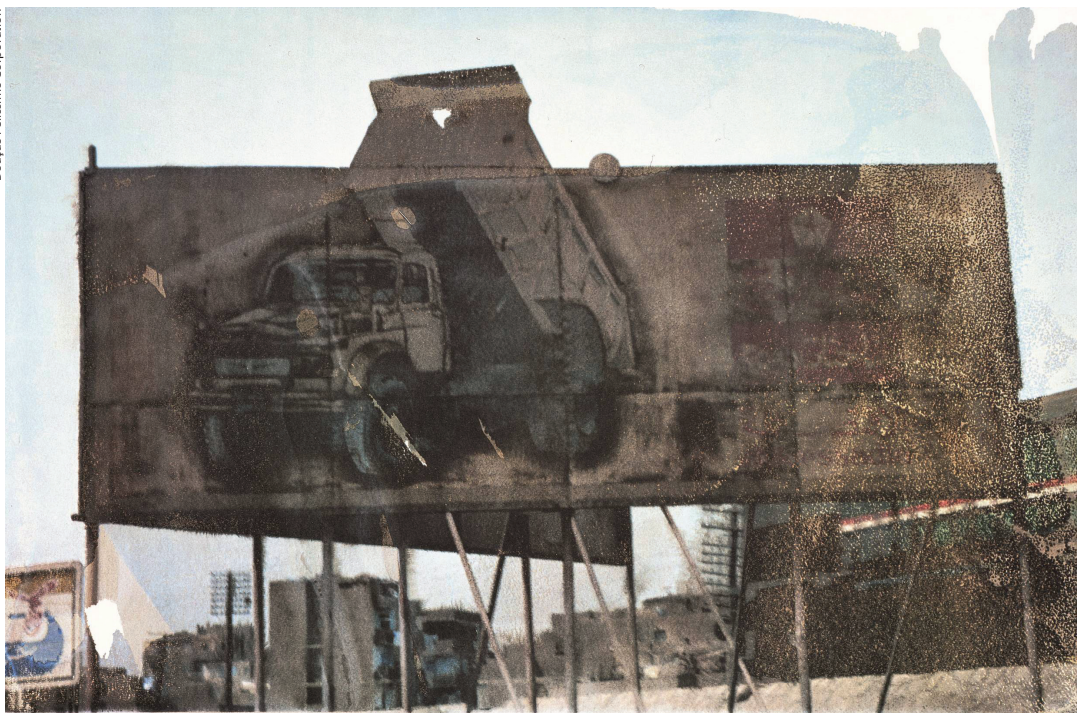
“Para todo o instinto natural dos artistas de querer mudar o mundo, é raro que suas obras sejam expostas em um ambiente onde os funcionários do governo devem tomar nota delas. Mas uma exposição incomum no complexo das Nações Unidas em Genebra faz exatamente isto: obriga a arte e a política a coexistir”.

Entre essas obras de arte, a série de Robert Rauschenberg foi conspícua. Entretanto, a organizadora da exposição, sra. Von

Fürstenberg, esclareceu que nem todas as obras eram explicitamente políticas, mas “em suas diferentes formas, todas elas fazem declarações sobre o estado do mundo meio século após o nascimento das Nações Unidas”. Ela também enfatizou a imensa importância da série de Rauschenberg, a *Tributo 21*, dado que “cada uma das 21 litografias toca um aspecto da existência humana – da felicidade e dos direitos humanos à saúde e à tecnologia – e, consideradas em conjunto, cobrem a gama da experiência humana”.

Entretanto, recordemos as mudanças sociais ocorridas desde a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (Déclaration des Droits de l’Homme et du Citoyen)*, em 1789, como um primeiro passo, levando ao que está estabelecido na *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em

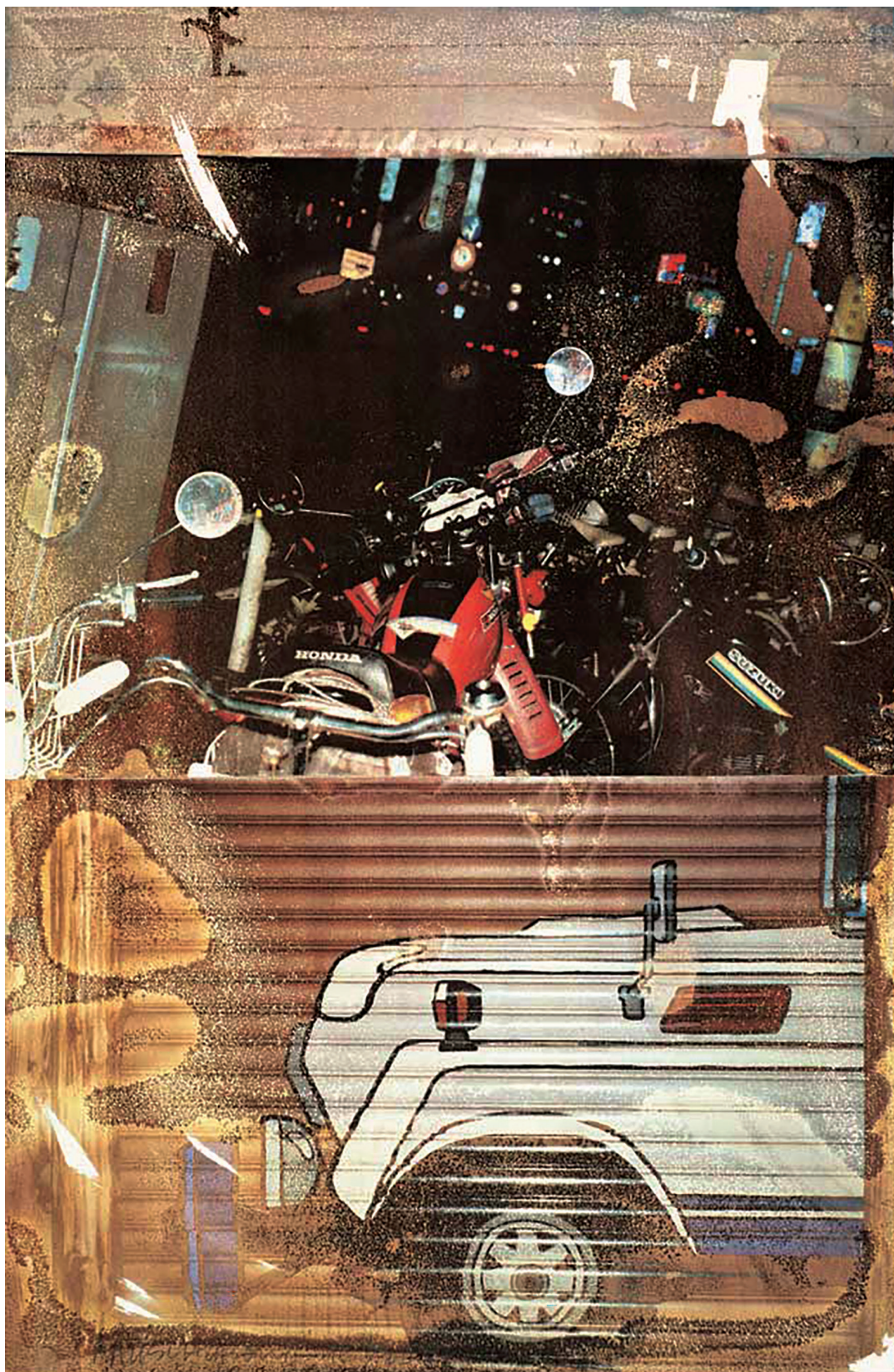
Doação Felissimo Corporation



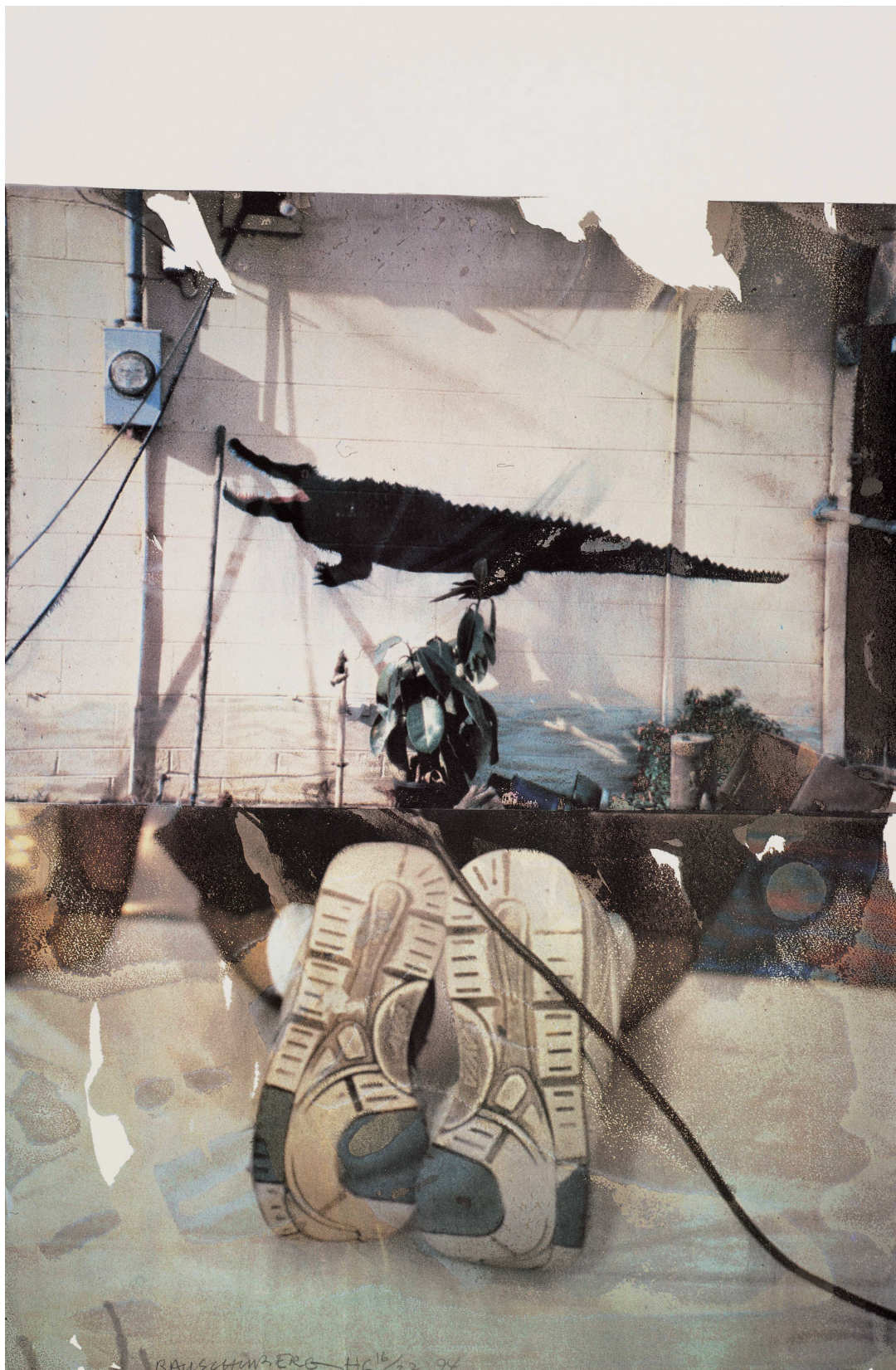
Sem título (Culturas étnicas - Dalai Lama), de Robert Rauschenberg, 1994



Sem título (Paz - Mikhail Gorbachev), de Robert Rauschenberg, 1994



Sem título (Tecnologia - Bill Gates), de Robert Rauschenberg, 1994

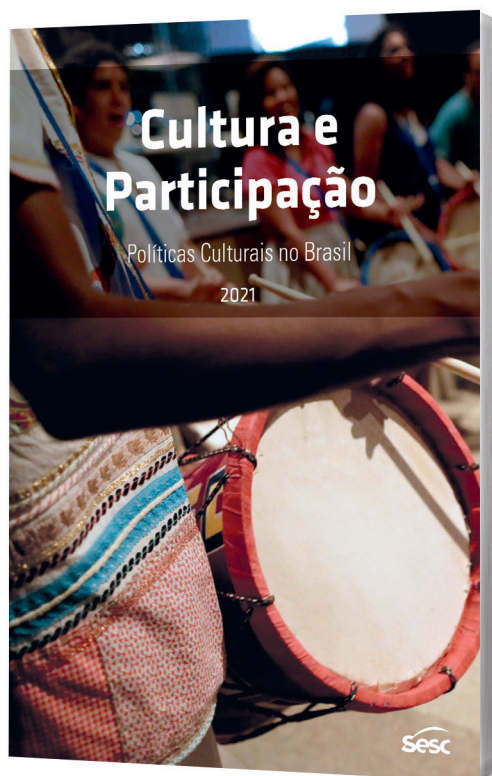


Sem título (Ambiente - Al Gore), de Robert Rauschenberg, 1994

10 de dezembro de 1948, que ainda está em prática. Entretanto, as mudanças sociais resultantes do desenvolvimento econômico, técnico e industrial resultaram em novas formas de comunicação, maior acesso à informação e à aquisição de conhecimento. Essas mudanças representam um processo de transformação social que levou as relações humanas a adquirir novas necessidades, condicionando-as, assim, a novas exigências, que são, no que lhes concerne, novos direitos. A diversidade e a complexidade dos direitos humanos estão fundamentadas nas dificuldades inerentes ao conteúdo da retidão, que se baseia na moralidade e, por extensão, no acordo comum. Por um lado, o consenso de alguns sobre um determinado assunto implica a compreensão de que estes cidadãos têm um “valor absoluto”. Por outro lado, a expressão “direitos humanos” leva à homogeneidade na sociedade perante a lei; de fato, como diz Norberto Bobbio, para dar direitos a alguns, outros terão tido seus direitos retirados. Bobbio justifica a situação atual e o futuro da democracia apresentando o direito mais significativo: o direito à liberdade de expressão. Entretanto, para obter o direito à liberdade de expressão, também é necessário remover o direito do cidadão de não ser enganado, persuadido, provocado, escandalizado ou ridicularizado.

Portanto, podemos imaginar as liberdades e os direitos sociais como podemos vivenciá-los nas sociedades atuais, de tal forma que, quanto mais livres os seres humanos são, menos factualmente corretos eles são, e vice-versa. Assim, para Bobbio, “liberdade” é o direito concedido quando o Estado não intervém, e “poder” é o direito pelo qual a intervenção do Estado é assumida. Consequentemente, liberdade e poder nunca serão complementares, mas sim incompatíveis. Pensar em liberdade faz parte da natureza humana, ou seja, da vida em todos os seus sentidos. Entretanto, a compreensão do valor da liberdade é uma parte essencial da experiência em conjunto com a falta dessa liberdade em várias formas. Os seres humanos são condicionados como cidadãos ou simples sobreviventes às condições naturais que determinam seus caminhos. Portanto, pensar na humanidade em sua natureza biológica, psicológica e social, assim como em seus aspectos éticos, estéticos e morais, e suas diferenças culturais, étnicas e religiosas, é buscar uma compreensão de como a humanidade, em meio a condições determinadas ou arbitrarias, pode construir melhores relações. Para isso, sem dúvida, a comunicação em suas formas e meios é o fator determinante.

livros



O sentido da participação social na cultura

Juca Ferreira

Cultura e participação – políticas culturais no Brasil, de Gustavo Vidigal e Mauricio Trindade da Silva (orgs.), São Paulo, Sesc, 2021, 36 p.

A

são fundamentais para o nosso país.

Divisão de competências entre os entes da federação, marco legal atualizado, organização administrativa específica e orçamento próprio para manter uma estrutura operacional permanente, com profissionais capacitados para garantir a prestação contínua dos serviços necessários, são elementos que explicam em parte o sucesso desse sistema que organiza a atuação do Estado brasileiro. Saúde, educação, cultura e meio ambiente são setores em que o Estado é o mais importante prestador de serviços. Essa atuação do setor público, política, portanto, não é possível de se realizar sem um nível de organização, divisão de trabalho e capacidade executiva. E recursos, claro.

pandemia tem nos mostrado que os sistemas de políticas públicas, como o Sistema Único de Saúde (SUS),

Mesmo mantidos em uma permanente precariedade, a nossa experiência mostra que esses sistemas públicos são fundamentais para a sociedade.

Imaginem a situação de nosso país em meio à pandemia de covid-19 sem o SUS. E mesmo no dia a dia, com suas demandas de atendimento e serviços na área da saúde... Não é difícil. Imaginem o país sem o sistema da Educação. É só ver a situação das políticas públicas culturais na atualidade depois da extinção do MinC e da demolição das políticas, programas e serviços para ter compreensão da importância de um Estado competente para cumprir suas missões.

A ausência de um sistema nacional de políticas culturais estruturado fez com que as ações públicas para dança, circo, cinema, artes visuais e música, por exemplo, entrassem em colapso assim que Bol-

JUCA FERREIRA é sociólogo e ex-ministro da Cultura nos governos Lula e Dilma Rousseff.

sonaro assumiu o governo federal. Não deveria ser assim. Cultura é uma necessidade básica e um direito.

Quando assumimos o extinto Ministério da Cultura (MinC), durante o primeiro governo Lula, em 2003, nossa tarefa foi dar continuidade ao processo de institucionalização das políticas culturais dentro do governo federal. Importante frisar que o termo “institucionalizar” significa intensificar o processo, em curso, de organizar as políticas públicas dentro desse ente da federação, ou seja, dar institucionalidade a algo que antes era precário, descontinuado, imprevisível e desorganizado.

O próximo passo foi pensar como organizar as políticas culturais para os anos vindouros e, inspirados no SUS e respeitando as devidas diferenças, começamos a construir o Sistema Nacional de Cultura (SNC)¹. A equipe do MinC formulou, então, uma proposta de Fundo, Plano e Conselho que seriam os pilares das políticas nacionais. Importante frisar que, a exemplo do governo federal, estados e municípios deveriam seguir o exemplo e organizar estruturas próprias para as políticas culturais. Desse modo teríamos, em pouco tempo, secretarias ou fundações estaduais e municipais de Cultura com os seus respectivos planos, conselhos e fundos específicos para a temática. Outro objetivo a ser alcançado com a organização da atuação do Estado nesse campo era trazer para o cotidiano dos trabalhadores da cultura, como artistas, diretores e produtores, a semântica das políticas públicas. Orçamento,

Plano Plurianual (PPA), diretrizes e metas, conselhos setoriais, planos setoriais para as linguagens artísticas e muitas outras palavras que, uma vez incorporadas ao dia a dia da cultura nacional, poderiam significar recursos permanentes, planejamento de curto, médio e longo prazo e participação social institucionalizada para o Brasil.

A partir de 2007 essas propostas ganharam concretude e começaram a sair do papel. O Plano Nacional de Cultura (PNC)² foi debatido pela classe cultural ao longo de 27 seminários regionais e finalmente entregue ao Congresso Nacional para a tramitação legislativa, que culminou, em 2010, na sua aprovação e transformação na Lei 12.343/2010. O Fundo Nacional de Cultura sofreu uma série de atualizações e nossa meta, ainda em 2010, era chegar ao tão sonhado 1% do orçamento total da União destinado às políticas culturais. Por fim, o espaço de participação institucional do MinC: o Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC)³, composto de representantes eleitos democraticamente em todo o país, e cujo lançamento, em 2007, concretizou o SNC. Importante frisar que em sua configuração inicial, de 2007, o plenário do CNPC⁴ era composto de representantes do governo federal, do Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Cultura, das entidades municipalistas (FNP, ABM

1 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5520.htm.

2 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12343.htm.

3 Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-9.891-de-27-de-junho-de-2019-179415068>.

4 Disponível em: <https://web.archive.org/web/20100329005648/http://www.cultura.gov.br/cnpc/plenario/membros-do-plenario>.

livros

e CNM), representantes de entidades de pesquisa e ensino superior, do Sistema S e de um amplo espectro de linguagens artísticas – tais como artes visuais, música erudita, música popular, teatro, dança, circo, audiovisual, livro e leitura, artes digitais, culturas afro-brasileiras, povos indígenas, culturas populares, museus, arquivos, patrimônio imaterial e patrimônio material –, além de representantes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Ministério Público Federal.

De 2007 em diante o CNPC passou a funcionar periodicamente e, uma vez consolidado, foi possível organizar e dar institucionalidade aos Colegiados Setoriais, cuja tarefa primordial era desenvolver políticas públicas específicas para as linguagens artísticas. Como fruto desse trabalho o país pôde contar, até 2010, com o Plano Setorial da Dança, do Circo, da Música, dentre outros. O CNPC e os Colegiados Setoriais representaram um salto de organização política da sociedade civil cultural, que passou a interferir diretamente no ciclo das políticas públicas nacionais. Formulação, monitoramento e avaliação das ações do MinC passaram a ter a participação de representantes de entidades, grupos e movimentos da cultura de todo o Brasil.

Muitos estados seguiram o exemplo. A Bahia instalou seu Sistema Estadual de Cultura em 2011⁵. A partir de novembro de 2014, entra em vigor o Plano Estadual de Cultura⁶ baiano. O estado do Rio Grande do

Sul promulga o Sistema Estadual de Cultura em 2013⁷ e seu Plano Estadual de Cultura data de 2015⁸. Alguns municípios também. Recife (PE) tem seu Plano Municipal de Cultura desde 2009⁹ e Rio Branco (AC) instituiu o Plano Municipal de Cultura em 2012¹⁰. A cidade de São Paulo (SP) conta com o Sistema Municipal de Cultura desde 2016¹¹. Conselho Nacional de Política Cultural, Plano Nacional de Cultura e Fundo Nacional de Cultura foram, e em alguma medida ainda são, os elementos estruturantes das políticas nacionais de cultura no Brasil.

O livro *Cultura e participação – políticas culturais no Brasil* (Sesc, 2021) trata da construção, funcionamento e funcionalidade do CNPC. Neste livro alguns temas são trabalhados, como a difícil construção das políticas culturais no Brasil, seu caminho por vezes tortuoso mas de futuro muito promissor. Também coloca para o debate público a questão da institucionalização da participação social no campo cultural e do lugar do ativismo na expansão, ou retrocesso, da ação política pautada por preceitos culturais. Avança inclusive no difícil debate

5 Disponível em: <http://www.cultura.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=78>.

6 Disponível em: <http://www.cultura.ba.gov.br/arquivos/File/publicacaolegislaodaculturanaBahia.pdf>.

7 Disponível em: <https://cultura.rs.gov.br/upload/arquivos/carga20191056/31165639-lei-do-sistema-estadual-de-cultura.pdf>.

8 Disponível em: <https://cultura.rs.gov.br/upload/arquivos/carga20191058/31165846-lei-do-plano-estadual-de-cultura.pdf>.

9 Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/lei-ordinaria/2009/1757/17576/lei-ordinaria-n-17576-2009-institui-o-plano-municipal-de-cultura-do-recife-para-o-decenio-20092019>.

10 Disponível em: <http://portalcgm.riobranco.ac.gov.br/lai/wp-content/uploads/2012/05/LEI-Nº-1.953-de-27.12.2012-INSTITUI-O-PLANO-MUNICIPAL-DE-CULTURA.pdf>.

11 Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/noticias/?p=20759>.

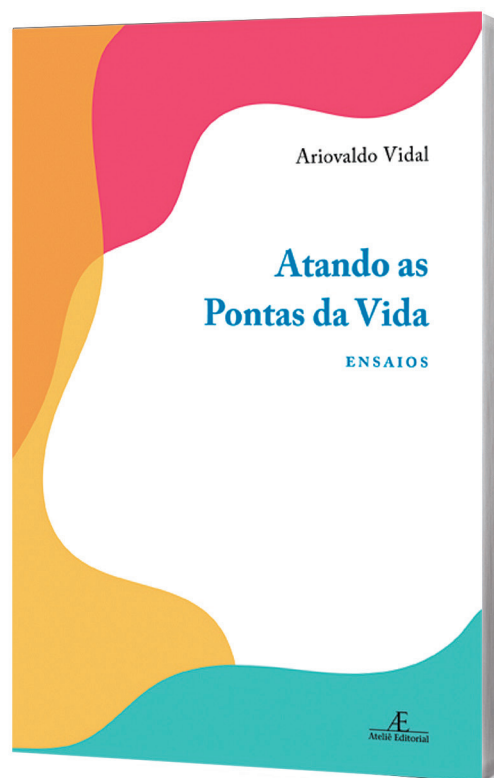
sobre a representação política dos segmentos culturais. O lugar do Estado e dos direitos sociais culturais e a difícil conjuntura política que vivemos também são temas abordados neste livro. Vale destacar o texto do ator, diretor e ex-secretário da Diversidade do MinC, Sérgio Mamberti, que faleceu recentemente. Seu texto enfatiza o caráter libertador da cultura:

“Cultura é o modo pelo qual os homens criam símbolos, valores, práticas, comportamentos e sentidos. É no plano cultural que se encontra a possibilidade maior de superação da barbárie e da conceituação de uma outra ordem democrática, justa e pluralista entre nós”.

A publicação tem como eixo a centralidade da cultura na vida de uma sociedade que almeja ter uma proposta civilizatória. Fala, portanto, da democracia e de seus inúmeros desafios em nosso país. Avança no diagnóstico da crise atual e das possíveis formas de sua superação, como exposto neste trecho, de autoria da professora Luciana Tatagiba, da Ciência Política da Unicamp:

“Em síntese, os governos petistas, com todas as suas contradições, colocou em rota de colisão eixos que corriam em paralelo: a democracia e as desigualdades. O novo *round* da luta contra a desdemocratização em curso parte desse choque, o que não é pouco para um país que ainda precisa reparar a escravidão e todas as suas expressões hodiernas. O fim do ciclo da esquerda no poder parece ser também o começo de um novo ciclo da democracia brasileira. Esse ciclo, cujos contornos ainda não conseguimos divisar, certamente parte dos importantes legados dos governos de esquerda, mas irá também requerer coragem para superar os seus limites”.

No próximo ciclo democrático precisaremos recorrer a esse legado da experiência a fim de capacitar o Estado democrático para realizar com eficiência e eficácia sua responsabilidade no processo de desenvolvimento cultural da sociedade e para a democratização do acesso. Em outras palavras, universalizar o acesso pleno à cultura, garantir que todos os brasileiros e brasileiras possam ter acesso à cultura e às artes sem os limites e barreiras atuais.



Luz aguda em pontos cegos

Julio Augusto Xavier Galharte

*Atando as pontas da vida: ensaios, de Ariovaldo Vidal,
Cotia, Ateliê Editorial, 2020, 272 p.*

“O ensaio tem a ver [...] com os pontos cegos de seus objetos”
(Theodor Adorno).

Ao estudar o gênero ensaio, Theodor Adorno aponta que, nesse tipo de escrito, “o pensamento não avança em um sentido único; em vez disso, os vários momentos se entrelaçam como num tapete”¹. *Atando as pontas da vida: ensaios*, de Ariovaldo Vidal, dá nitidez à imagem adorniana, mostrando como seu autor, com sua grande habilidade de ensaísta, sabe atar assuntos, imagens, questionamentos e outros elementos distintos da ficção e da não ficção no andamento da sua enunciação. Os gêneros literários, as relações de favor na história e nas histórias do Brasil, a violência, os liames familiares, as condições sociais da mulher, a morte, o diálogo entre autores

da literatura nacional com eles mesmos, bem como com os estrangeiros, enfim, todos esses fios se cruzam muitas vezes nos textos urdidos nesse livro.

O Adorno de “Posição do narrador no romance contemporâneo” e um outro integrante da chamada Escola de Frankfurt, Walter Benjamin (principalmente com seu “O narrador”), às vezes são chamados em notas de rodapés ou no corpo dos escritos, fazendo com que se entreveja a importância desses estudiosos na formação de Ariovaldo e na inspiração para algumas análises e interpretações de narrativas engendradas, principalmente, em nosso país. Estas marcam presença mormente no primeiro segmento do volume intitulado “Prosa brasileira”, nome de um espaço na obra que algumas vezes é visitado por autores de outros países, prontos para

1 “O ensaio como forma”, in *Notas de literatura I*, tradução de Jorge de Almeida, São Paulo, Duas Cidades/ Editora 34, 2003, p. 30.

JULIO AUGUSTO XAVIER GALHARTE
é professor do Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada da FFLCH/USP.

comparações. É o caso de Franz Kafka, que comparece em alguns parágrafos de “Uma festa absurda e brasileira”, ensaio no qual Vidal lê “O convidado”, de Murilo Rubião. O escritor tcheco aparece novamente na segunda seção da obra, “Excurso FK”, na qual alguns brasileiros surgem para contrastes interpretativos ao mesmo tempo rápidos e densos com o autor de *A metamorfose*. A literatura do Brasil e de fora dele se soma à “matéria de poesia”² alojada em substrato memorialístico, resultando em “Um coração simples”, texto da última parte do livro, designada como “Mínima memória”. Rememoração e afeto se atam no escrito para a apresentação de algumas fatias da vida compartilhada entre Ariovaldo e seu pai. Em uma delas, aquele vê este se sensibilizar com a verve pessoana de “Poema em linha reta”, na voz e na expressão de Walmor Chagas, num programa de televisão. O genitor tinha a consciência de que seu rebento desejava ter experiências como a desse ator, não em estúdios televisivos, mas nos palcos: “Ao filho (melancólico) que perdia a hora e dizia que queria ser ator de teatro, retrucava: ‘os atores também cumprem horário’” (p. 251). Por intermédio desse “ensaio-crônica” (a classificação de gênero é usada na quarta capa do livro) e do outro escrito (“A descoberta do teatro”), que compõem a seção derradeira de *Atando as pontas da vida: ensaios*, ficamos, pois, conhecendo uma faceta desconhecida de Vidal,

a de ator, mas não só: o “eu” em foco revela que escreveu uma peça e desempenhou várias funções no Gruta L (Grupo de Teatro Amador Livre), na década de 1970. “A descoberta do teatro” carrega-se de importância entre os textos de Vidal, já que serve não só como desencadeador da fruição dos leitores, mas também como registro da ambientação política e cultural do Brasil à época.

São de várias procedências os escritos que se laçam em *Atando as pontas da vida: ensaios*; alguns provêm de trabalhos da graduação e da pós-graduação de Vidal na USP, outros têm origem em suas aulas na mesma instituição, em que é professor também da graduação e da pós-graduação. Assim, essas pontas da vida universitária do autor são atadas, deixando bem assentado o belo título para o conteúdo da obra. Nesta, outras vívidas extremidades se unem, como as das publicações de Vidal. Os movimentos corpóreos e psíquicos de personagens em narrativas curtas, perscrutados no primeiro livro de Vidal, tendo os contos de Rubem Fonseca como foco³, são retomados na leitura, por exemplo, dos relatos de Marques Rebelo. Nos ensaios “Um conto exemplar” e “O lirismo de Marques Rebelo”, são analisadas, respectivamente, as narrativas “Caso de mentira” e “Stela me abriu a porta”. Desta última, o autor sublinha, por exemplo, seu caráter “inacabado”, que, se em outros textos do autor carioca pode ser

2 A expressão é de Manoel de Barros e dá título ao seu livro publicado na década de 1970, momento histórico de grande interesse para Vidal, como será visto a seguir.

3 No livro *Roteiro para um narrador: uma leitura dos contos de Rubem Fonseca*, editado pela Ateliê Cultural, em 2000, resultante de seu estudo de mestrado na USP, orientado por Alcides Vilaça.

lido como uma falta de destreza na escrita, diferentemente, na história de Stela (que é mais uma importante personagem feminina, no meio de muitas, a “estrelar” uma narrativa de Rebelo⁴), “ganha uma feição moderna”, com grande qualidade, como “na poética de Tchékhov e sua proposta de começar forte e terminar pianíssimo” (p. 77). O escritor brasileiro foi objeto de estudo do doutorado de Vidal, sob orientação de Davi Arrigucci Jr. Este professor e crítico tem importante influência sobre as estratégias interpretativas de Vidal, o que é assumido pelo autor de *Atando as pontas da vida: ensaios* em sua “Nota explicativa”: “Para formular uma nota de método (ressalvada a diversidade da coletânea), o que une estes ensaios é o interesse e prazer em ler as obras detidamente, lição vista nas aulas reveladoras de Davi Arrigucci Jr., ainda nos anos de graduação” (p. 12).

Assim, as minúcias dos textos são meticulosamente analisadas no livro de Vidal, fazendo, por exemplo, com que ele (em “Um ensaio na sala de aula”) se atenha apenas a uma página do conto “Amor”, de Clarice Lispector, texto bastante estudado pela fortuna crítica da autora, mas sempre tomando-o na íntegra. Ao perseguir as sutilezas semânticas das linhas inaugurais de “Amor”, o crítico lê suas entrelinhas, encontrando sentidos importantes que apa-

recerão na continuidade do escrito, ligados aos problemas e impasses de Ana, seu esposo e seus filhos. A narrativa está numa obra com nome sugestivo, *Laços de família* (1960), que concentra histórias nas quais os nós das relações entre consanguíneos se multiplicam, como no conto homônimo à obra (nele, mãe, filha e genro são flagrados em suas dificuldades de comunicação e de manifestação de afeto) e em “Feliz aniversário” (em que avó, filhos e netos, em contexto festivo, se alimentam de tensões e do bolo da discórdia). Com base teórica no ensaio “A personagem do romance”, de Antonio Candido, Vidal dá tratamento crítico a “Amor”, bem como a *Fogo morto*, de José Lins do Rego. O mesmo romance do autor paraibano volta a ser mirado em par contrastivo com *Absalão*, *Absalão*, de William Faulkner, no ensaio “Leitura comparativa”. Nele, a interpretação leva em conta os contextos históricos brasileiros e estadunidenses, que inspiram narradores, personagens e enredos muito próximos e muito distantes. O ambiente rural de ambas as histórias é pano de fundo para que se veja, por exemplo, que num momento importante dos enredos a revolta social termina em confronto na narrativa de Faulkner e em conciliação com base no favor em Rego. Além desse importante autor brasileiro da prosa longa regionalista do século XX, há um outro no livro de Vidal. É o baiano Jorge Amado, que tem suas obras *Cacau* (1933) e *Terras do Sem-Fim* (1943) sondadas em suas formas e fundos no ensaio “Dois romances do cacau”, em que a política, a sexualidade e o universo feminino, por exemplo, ganham a atenção do crítico. Mais um escrito desse período, *Angústia* (a “obra-prima de Graciliano Ra-

4 Além de Stela, refiro-me, com inspiração em Vidal, também à personagem principal de *A estrela* sobre, romance estudado pelo crítico em *Leniza & Elis*, obra elaborada em parceria com Joaquim Alves de Aguiar, publicada pela Ateliê Editorial em 2002. Há outras mulheres que protagonizam as histórias de Rebelo, indica Vidal, como Oscarina (do conto homônimo) e Dulce (de “A namorada”) (p. 72).

mos”, segundo Otto Maria Carpeaux⁵) é lido, no ensaio homônimo ao livro de Vidal. Os olhos agudos da análise do autor vasculham o interior dos nós do romance, principalmente aqueles produzidos a partir exatamente da imagem de uma corda, tão obsessiva na narrativa, que se liga a outras muito próximas como a das cobras, dos cipós, do andar em círculo do narrador etc.⁶.

Não só o romance de 30 (representado por obras de José Lins do Rego, Jorge Amado e Graciliano Ramos) passa pela interpretação de Vidal, mas também, digamos, a novela de 50 e o conto de 60. Estes são muito bem representados por “Campo geral”, de *Corpo de baile* (1956), e “Os irmãos Dagobé”, de *Primeiras estórias*” (1962), de João Guimarães Rosa. Talvez seja possível dizer que a morte, a violência e o surgimento da positividade são componentes de ambas as narrativas, apesar de que, segundo Vidal, no caso do universo de Miguilim, a ideia da visita de uma repentina atmosfera positiva ao final da novela é digna de revisão. O protagonista experimenta grandes tensões, dificuldades e amarguras: está mergulhado na pobreza; seu pai agressivo e opressor assassina um homem e enforca-se em seguida; seu irmão mais querido falece por não receber tratamento médico, depois de

ter seu pé ferido, etc. Ao cabo da história, o personagem principal, sua mãe e seus muitos irmãos são visitados por um médico que leva o menino para a cidade a fim de que tenha uma vida menos precária. Vidal avalia o desfecho: “As tensões da família ‘se resolvem’, se não for exagero de leitura, apenas na salvação de Miguilim como um personagem eleito entre os demais, forma de contraste mais marcante da novela, e que não deixa de ter seu tanto de crueldade” (p. 117). O deslocamento do campo para a cidade também marca o desfecho da história dos valentões Doricão, Dismundo e Derval, do conto “Os irmãos Dagobé”. Antes, outras mudanças espaciais ocorrem no trecho: o relato começa numa casa (no velório de Damastor), atravessa ruas com o cortejo fúnebre e acaba no cemitério. Depois de todas essas alterações, vem a modificação maior: a confraria dos facínoras surpreendentemente perdoa, ao invés de assassinar, Liojorge, aquele que tirou a vida do irmão mais velho, presente em toda a trajetória feita. Vidal interpreta esses movimentos: a violência “cede lugar à civilidade” (p. 120) e o cemitério acaba se tornando “o lugar de renascimento dos personagens, que descobrem as forças represadas justamente com a revelação da morte” (p. 130).

A ambientação rural, muito cara a João Guimarães Rosa, não se avulta nos contos de um outro mineiro, Luiz Vilela, com sua predileção por histórias citadinas, como “Temor de terra” (do livro homônimo de 1967) e “Françoise” (de *Tarde da noite*, de 1970), textos estudados por Vidal⁷, que,

5 Carpeaux afirmou isso em “Graciliano Ramos (no sétimo dia de sua morte)”, texto publicado no periódico carioca *Correio da Manhã*, no dia 27 março de 1953 e republicado ao final do ensaio “Graciliano Ramos, por Otto Maria Carpeaux: 120 anos, homenagem em dobro”, de Ieda Lebensztayn, em: *Estudos Avançados* 26 (76), 2012, pp. 240-1.

6 Universos imagéticos associados a águas e quedas nessa obra (em que cabem as Alagoas e o mundo, diga-se de passagem) também são objeto de análise de Ariovaldo.

7 Em “Luiz Vilela, conto e lirismo”.

livros

antes de analisá-los, chama a atenção para o enlace entre o momento histórico das publicações (décadas de 1960 e 1970) e a preferência de muitos autores pela narrativa curta:

“Dizer que o sujeito tinha um romance na gaveta era coisa da geração anterior; a de agora tinha, na verdade, um livro de contos na gaveta. [...] Disse um crítico certa vez numa resenha que o conto havia se tornado o soneto da nossa geração; [...] o conto era de fato o veículo de expressão da subjetividade daquela geração; a primeira pessoa, o Eu – instância por excelência da lírica –, estava presente de maneira intensa e extensa nos volumes publicados [...], expor-se publicamente era um ato de urgência num tempo em que se confessar tornava-se uma ação política, uma denúncia das mazelas do presente (enquanto do outro lado da linha, a ‘confissão’ era obtida sob violência)” (p. 155).

O crítico observa como, no Brasil dos anos de chumbo, esse “eu” da prosa, com dicção denunciativa, movimenta-se com a energia criada a partir de suas reiteradas colisões com o mundo, experimentando tensões análogas àquelas dos personagens do romance, estudados por Hegel, que Vidal cita, porque estão entre “a poesia do coração e a prosa oposta das relações”⁸. O autor nota e interpreta como nos contos de Vilela o poético muitas vezes se impregna na linguagem de personagens e

narradores; alguns destes são leitores de poemas, como o protagonista de “Françoise”, apreciador dos versos de Manuel Bandeira. O lirismo também marcaria presença no romance *Os novos* (1971)⁹, que tem como cenário a Belo Horizonte do final dos anos 1960, “no contexto do nefasto AI-5” (p. 150). No centro da narrativa está um grupo de jovens universitários, entre os quais Nei, que “dá aulas de filosofia, escreve contos” (p. 150) e conversa com o grupo de amigos (inspirador do título da obra) “sobre o papel da literatura” e “as saídas políticas contra o autoritarismo” (p. 151). Em uma dessas conversas, decidem criar um texto dramático com tom de denúncia que, por isso mesmo, acaba sendo censurado. Todo o contexto da elaboração da peça, que, segundo o narrador, é mais interessante que a peça em si, bem como outras situações importantes vividas pelo grupo, entra no romance confessional e “metaliterário” que Nei engendra.

O interesse de Ariovaldo Vidal por narrativas criadas no Brasil dos tempos da ditadura militar o mobilizou a estudar a prosa de Rubem Fonseca (assunto de seu mestrado, como se disse). O autor mineiro, apesar de não ser objeto exclusivo das análises de *Atando as pontas da vida: ensaios*, é citado no ensaio “Duas narrativas de Kafka”. Em uma de suas notas de rodapé, lê-se: “Rubem Fonseca é bastante influenciado pela obra de Kafka”. Para o crítico, “Natureza podre ou Franz Potocki e o mundo”, do livro *Os prisio-*

8 Hegel, em “A épica como totalidade plena da unidade” (*Cursos de estética*). No livro de Vidal, a citação aparece na página 156.

9 Essa narrativa longa é analisada no ensaio “A prosa de Luiz Vilela”.

neiros (1963), de Fonseca, configura-se “como paródia de ‘Um artista da fome’” (p. 203). O conto “Uma folha antiga” do autor tcheco tem uma passagem em que um boi é devorado ainda vivo por um grupo de nômades, fazendo com que o narrador se enrole em muitas roupas “para não ouvir os berros do animal” (p. 203). O realismo de cunho moderno de cenas kafkianas como esta repercutiria nos textos de Fonseca, como “Relato de ocorrência em que qualquer semelhança não é mera coincidência”, do livro *Lúcia McCartney* (1969), conto em que irrompe “a descrição do esquartejamento de uma vaca atropelada, restando no asfalto apenas uma poça de sangue” (p. 203)¹⁰. Enigmas estão presentes nas entranhas de “Uma folha antiga”, de Kafka, conto pleno de nós e questionamentos como estes, citados por Vidal: “Se os nômades não recebessem carne, quem é que sabe o que lhes ocorreria fazer? De qualquer maneira, quem é que sabe o que lhes vai ocorrer, ainda que recebam carne diariamente?”. O final do conto não oferece respostas, mas ao invés disso acrescenta mais perguntas,

injetando modernidade à narrativa, como analisa Vidal:

“[...] a antiga moral da história, nessa história antiga é substituída pelo que Benjamin [em ‘O narrador’] chamou de ‘sentido da vida’ da narrativa moderna – o romance, o conto – sabendo-se que o sentido da vida nesses gêneros não é outro senão a pergunta pelo sentido. O parágrafo final inicia-se justamente por uma indagação: ‘– O que irá acontecer? – Todos nós nos perguntamos. – Quanto tempo vamos suportar esse peso e tormento?’ (p. 21). Seu fecho não é, portanto, a forma sintética do conselho banhado na experiência – a sabedoria –, mas a interrogação aberta diante do ‘incomensurável’, no dizer de Benjamin” (p. 202).

Como em “Uma folha antiga”, ao concluirmos a leitura de *Atando as pontas da vida: ensaios*, de Ariovaldo Vidal, ficamos em companhia da “interrogação aberta” (típica do gênero ensaio, pensemos em Adorno) e mais atados à fecunda vida das grandes interpretações de textos literários.

10 “Uma folha antiga”, de Kafka, lembra-me uma crônica de Clarice Lispector, publicada no *Jornal do Brasil*, ao final da década de 1960. Sua enunciadora mostra uma cena de violência, precariedade e fome: uma baleia enalhada no Leme tem “sua carne retalhada em vida”. O acontecimento gera a seguinte reflexão: “E eu pensei: maldito seja aquele que a [a carne do animal] comerá por curiosidade, só perdoarei quem tem fome, aquela fome antiga dos pobres” (“Morte de uma baleia”, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 111, 17 agosto de 1968, p. 2).

**A *revistausp* RECOMENDA
A SEUS COLABORADORES QUE
ENVIEM SEUS TEXTOS DE ACORDO
COM AS NORMAS ABAIXO:**

1. Texto com, no máximo, 30.000 caracteres.
Textos maiores devem ter a aprovação prévia da redação e do Conselho Editorial. O artigo deve ser enviado por *e-mail* (revisusp@usp.br).
2. O autor deve mandar uma breve nota biobibliográfica que indique onde ensina e/ou pesquisa, sua área de trabalho e principais publicações.
3. Referências bibliográficas devem ser colocadas no texto (sobrenome do autor, ano, página). Os outros dados da publicação devem ser colocados na bibliografia. As notas de rodapé destinam-se a informações ou esclarecimentos adicionais que não podem ser incluídos no texto.
4. Todos os textos devem conter *resumo/abstract* (com, no máximo, mil caracteres) e *palavras-chave/keywords* (com, no máximo, cinco palavras).
5. Textos enviados espontaneamente devem ser inéditos no país. Dados a público previamente, sob forma de palestra, comunicação, etc., deve-se informar em nota à parte. Os artigos serão examinados pelo Conselho Editorial, sendo que a ***revistausp*** não se responsabiliza pela devolução dos não aprovados ou mesmo pela comunicação aos autores.
6. O autor pode enviar/indicar sugestões de ilustração para seu texto. As fotos devem ter alta resolução (300 dpi) e conter legendas e créditos. Imagens retiradas da Internet não serão aceitas.
7. Para receber os exemplares da ***revistausp*** a que tem direito, o colaborador deve enviar número de telefone, *e-mail* e endereço.

Assine

Assine e receba em casa a publicação de cultura mais completa do país. Você terá a satisfação de ler a cada volume vários textos assinados pelos mais renomados autores em suas áreas. Multidisciplinar e sem preconceitos, a **revistausp** não privilegia esse ou aquele enfoque, esse ou aquele grupo, é aberta a todas as tendências.

Para adquirir uma assinatura anual da **revistausp** (4 edições), basta fazer um depósito em conta (Banco do Brasil - agência 7009-2; c/c 130010-5) em nome da Edusp - Editora da USP, CNPJ 63.025.530/0072-06, no valor de R\$ 70,00 (+ frete). Se você for renovar sua assinatura, ela sai por R\$ 60,00 (+ frete). O preço da revista avulsa é R\$ 20,00 (+ frete). Enviar comprovante de depósito, incluindo o valor do frete, para mariacat@usp.br, juntamente com os dados do assinante (nome/razão social, nome fantasia, CNPJ ou CPF, endereço, Inscrição Estadual/Municipal, telefone, *e-mail* para envio da nota fiscal).

www.usp.br/revistausp
revisusp@usp.br
(11) 3091-4403

Nosso *site* pode ser acessado por celular utilizando-se o QR Code que consta na contracapa da revista.

A **revistausp**, publicação trimestral da Superintendência de Comunicação Social da USP, vem sendo editada desde 1989, mantendo sempre a mesma estrutura. A cada número, além da relação dos Dossiês aqui apresentada, temos as seções Textos, Livros e Arte. Abaixo, os números ainda disponíveis.

6 Europa Central	65 20 Anos de Redemocratização	87 Música Brasileira	98 Memória	109 Democracia na América Latina	121 Artes & Letras	132 Bicentenário da Independência: Economia
7 Tecnologias	66 Ano Internacional da Física	88 Humor na Mídia	99 Futebol	110 Ética e Sociedade	122 Feminismos	
33 Aids	72 Ar/Fogo	89 Ciência, Tecnologia e Inovação	100 Educação	111 Música Popular Brasileira na USP	123 Histórias Culturais Transatlânticas	
39 Rumos da Universidade	73 Financiamento da Pesquisa no Brasil	90 Marketing Político	101 Justiça Brasileira	112 Americanistas	124 Inteligência Artificial	
47 Alternativas para o Século XXI	76 Pensando o Futuro: Ciências Exatas	91 Catástrofes	102 Metrópoles	113 Amazônia Azul	125 Saramago	
50 Revista Cinquenta	78 Gestão e Política na Universidade Pública	92 Redes Sociais	103 Clima	114 Interculturalidades	126 Semiótica e Cultura	
51 Saúde	80 Bibliotecas Digitais/ Bibliotecas Virtuais	93 Caminhos do Desenvolvimento	104 Energia Elétrica	115 Politicamente Correto	127 Ensino Público	
54 Os Sertões: Cem Anos	83 Nabuco e a República	94 Semana de Arte Moderna	105 Universidade em Movimento	116 Pós-Verdade e Jornalismo	128 Saúde Pública	
55 Revolução Virtual	84 Vinte Anos da Queda do Muro	95 Desafios do Pré-sal	106 Crise Hídrica	117 Copas do Mundo	129 Segurança Pública	
62 Cosmologia	85 Balanço da Crise Mundial	96 Alcoolismo	107 Saúde Urbana	119 Direitos Humanos	130 Independências Latino-Americanas	
64 Brasil Rural	86 Cibercultura	97 Computação em Nuvem	108 Jogos Olímpicos	120 Religião e Modernidade	131 Pandemia: Valores em Crise	

Já está programado o próximo volume: nº 134 – Especial Bicentenário da Independência

Você pode acessar todas as edições da **revistausp** no Portal de Revistas da USP:

www.revistas.usp.br/revusp/